



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVII - Nº 26 - QUARTA-FEIRA, 14 DE MARÇO DE 2012 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL			
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)		3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)	
1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP)		4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)	
2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS) ^(3,4)		SUPLENTE DE SECRETÁRIO	
1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB)		1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^(1,5,6,7)	
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²		2º - João Durval - (PDT-BA)	
		3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)	
		4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)	

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS		
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) - 24	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15
Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 18 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Sérgio Souza ⁽²⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia ⁽¹²⁾ Líder do PV - 1 Paulo Davim	Líder Walter Pinheiro - PT ^(22,24) Vice-Líderes Acir Gurgacz Antonio Carlos Valadares ⁽²⁹⁾ Inácio Arruda Líder do PT - 13 Walter Pinheiro ^(22,24) Vice-Líderes do PT Wellington Dias ⁽²⁷⁾ Lindbergh Farias ⁽²⁵⁾ Ana Rita ⁽²³⁾ Anibal Diniz ⁽²⁶⁾ Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Pedro Taques ⁽²¹⁾ Líder do PSB - 4 Lídice da Mata ⁽³⁰⁾ Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares ⁽²⁹⁾ Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes ⁽³⁷⁾	Líder Jayme Campos - DEM ⁽²⁸⁾ Vice-Líderes Cyro Miranda ⁽³⁴⁾ Flexa Ribeiro ^(7,33) Lígia Vânia ⁽³²⁾ Mário Couto ⁽³⁵⁾ Paulo Bauer ^(6,31) Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁵⁾ Paulo Bauer ^(6,31) Flexa Ribeiro ^(7,33) Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres ^(3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽²⁸⁾
PR - 7 Líder Blairo Maggi - PR ⁽¹⁹⁾	PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti	PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL ⁽¹⁸⁾
PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD ^(11,13) Vice-Líder Sérgio Petecão	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedicto de Lira Lídice da Mata ⁽³⁰⁾ Jorge Viana Vital do Rêgo	

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senadora Lígia Vânia é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 27ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 13 DE MARÇO DE 2012

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Parecer

Nº 136, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2012. 06102

1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Críticas ao Governo do Estado de Roraima. .. 06109

SENADOR ANIBAL DINIZ – Relato das atividades desenvolvidas por S. Exª em sua mais recente viagem ao Acre. 06110

SENADOR CASILDO MALDANER – Comentários acerca da indústria do turismo no Brasil. 06112

1.2.3 – Comunicação

Da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de indicação de membros para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 561, de 2012 (**Ofício nº 262/2012**). *Designação dos Deputados Rui Palmeira, como titular, e Luiz Fernando Machado, como suplente, para comporem a referida Comissão.*.... 06113

1.2.4 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA ANA AMÉLIA – Preocupação com a possível compra de terras indígenas por empresas estrangeiras. 06114

SENADOR JAYME CAMPOS, como Líder – Alerta para as dificuldades enfrentadas pelos deficientes visuais no Brasil. 06117

SENADORA MARTA SUPLICY – Alerta para a urgência de se avançar na construção de um novo pacto federativo. 06118

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Apresentação de Proposta de Emenda à Constituição que limita a autonomia das entidades desportivas. 06120

SENADOR PAULO DAVIM, como Líder – Considerações acerca das condições do saneamento básico no Brasil. 06122

SENADORA LÍDICE DA MATA – Homenagem ao ex-Deputado Federal Fernando Santana, falecido em 1º de março do corrente. 06123

SENADOR ALVARO DIAS – Considerações acerca da saúde pública no Brasil. 06124

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Comentários acerca das dificuldades enfrentadas pelas mulheres na vida política. 06127

1.2.5 – Comunicação

Da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação da Senadora Lídice da Mata como Vice-Líder do referido Bloco. (**Ofício nº 35/2012**) 06129

1.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 134, de 2012, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, solicitando voto de congratulações à Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG) pelos 60 anos de sua fundação. 06129

Nº 135, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplauso pela inauguração do memorial professor Samuel Benchimol. 06130

Nº 136, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplauso à Srª Magda Chambriard. 06130

Nº 137, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplauso à Srª Priscilla de Oliveira Azevedo. 06131

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 Item 3 (Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 29, de 2007; e 40, de 2011) (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *altera o art. 17 da Constituição Federal, para permitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias. Não houve oradores na primeira sessão de discussão em primeiro turno.* 06131

1.3.2 Item 4 (Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda a Constituição nºs 29, de 2007, e 40, de 2011) (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Jarbas Vasconcelos, que *altera o art. 17, § 1º, da Constituição Federal, para admitir coligações elei-*

torais apenas nas eleições majoritárias. Não houve oradores na primeira sessão de discussão em primeiro turno. 06132

1.3.3 Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Discursos

SENADOR PAULO PAIM – Defesa da aprovação do PRS nº 72, de 2010, como forma de incentivo ao setor industrial brasileiro; e outros assuntos 06133

SENADOR HUMBERTO COSTA – Elogios ao trabalho desenvolvido, no Governo Federal, pela Presidente Dilma Rousseff. 06140

SENADOR PEDRO TAVARES – Registro dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Juristas responsável pela reforma do Código de Processo Penal..... 06141

SENADOR EDUARDO LOPES, como Líder – Homenagem às mulheres pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. 06143

SENADOR MÁRIO COUTO – Relato da participação de S. Ex^a em reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal..... 06145

SENADOR IVO CASSOL – Homenagem pelo transcurso do 14º aniversário da Igreja Mundial do Poder de Deus. 06147

SENADOR MAGNO MALTA, como Líder – Críticas à previsão de outras hipóteses para a legalização do aborto no anteprojeto de novo Código Penal; e outro assunto. 06150

1.4.2 – Leitura de requerimento

Nº 138, de 2012, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011. 06155

1.4.3 – Discursos (continuação)

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Preocupação com as condicionantes impostas ao projeto da usina de Belo Monte, no Estado do Pará..... 06157

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Crítica ao discurso proferido hoje pelo Ministro da Fazenda, Guido Mantega, na Comissão de Assuntos Econômicos..... 06158

1.4.4 – Comunicações

Da Liderança do PTB no Senado Federal, de indicação de membro para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 4, de 2011-CN (Ofício nº 50/2011). Designação do Senador Gim Argello, como suplente, para compor a referida Comissão..... 06160

Da Liderança do PTB no Senado Federal, de indicação de membros para comporem a Comissão Temporária Externa criada nos termos do Requerimento nº 39, de 2012 (Ofício nº 56/2012). Designação dos Senadores Fernando Collor, como titular, e Gim Argello, como suplente, para comporem a referida comissão. 06161

1.4.5 – Discursos (continuação)

SENADOR BLAIRO MAGGI – Afirmação de que o Governo Federal tem a obrigação de fazer a proteção da moeda brasileira para garantir a competitividade da indústria e do agronegócio nacionais, além dos serviços brasileiros. 06161

1.4.6 – Leitura de requerimento

Nº 139, de 2012, de autoria do Senador Ricardo Ferraço e outros Senadores, solicitando, em aditamento ao Requerimento nº 69, de 2012, que a sessão especial em homenagem ao lançamento da Campanha da Fraternidade 2012 seja realizada em 19 de março próximo. **Aprovado.**..... 06164

1.4.7 – Discursos (continuação)

SENADOR ACIR GURGACZ, como Líder – Apelo ao Governo Federal para que trate das carências e necessidades do Estado de Rondônia. ... 06165

1.4.8 – Mensagem da Presidente da República

Nº 75, de 2012, na origem, indicando o Senador Eduardo Braga para exercer a função de Líder do Governo no Senado Federal..... 06167

1.4.9 – Discursos (continuação)

SENADOR SÉRGIO PETECÃO, como Líder – Solicitação de abertura de crédito especial e de anistia para os produtores rurais afetados pelas enchentes dos rios do Acre; e outros assuntos..... 06167

SENADOR WALTER PINHEIRO – Referência à substituição da Liderança do Governo no Senado Federal, apresentando elogios à atuação do Senador Romero Jucá e boas-vindas ao novo líder, Senador Eduardo Braga; e outro assunto. 06169

SENADOR EDUARDO BRAGA, como Líder – Agradecimento à Presidente Dilma pelo voto de confiança recebido por S. Ex^a para assumir a liderança do Governo no Senado Federal..... 06171

SENADOR INÁCIO ARRUDA – Encaminhamento de projeto de resolução para declarar nula a extinção do mandato do Senador Luiz Carlos Prestes..... 06178

1.4.10 – Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 4, de 2012, de autoria do Senador Inácio Arruda, que *declara nula a Resolução da Mesa do Senado Federal que extinguiu o mandato do Senador Luiz Carlos Prestes e do seu suplente, Abel Chermont, adotada em 9 de janeiro de 1948.*..... 06181

1.4.11 – Discursos (continuação)

SENADOR RANDOLFE RODRIGUES – Defesa de aprovação de projeto de lei que restabelece a taxa do Imposto de Renda sobre o capital estrangeiro. 06184

1.4.12 – Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 5, de 2012, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores, que *altera o § 4º da Resolução nº 63, de 1997, do Senado Federal, que “estabelece a compo-*

sição e a infra-estrutura dos Gabinetes do Senado Federal para inserir critérios a serem seguidos na nomeação de ocupantes de cargos em comissão, que menciona”.....

06188

1.4.13 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis, para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 5, de 2012.....

06194

1.4.14 – Pareceres

Nº 137, de 2012, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2011.

06194

Nº 138, de 2012, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2010.

06202

Nº 139, de 2012, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2011.

06209

Nº 140, de 2012, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2010.

06215

Nº 141, de 2012, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 2010.

06222

1.4.15 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que os Projetos de Lei da Câmara nºs 31, de 2011; 99, de 2010; 50, de 2011; 97 e 140, de 2010, sejam apreciados pelo Plenário. (Ofícios nºs 7 a 11/2012-CE)

06228

1.4.16 Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2012, de autoria do Senador Lauro Antonio, que *assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarificação de energia elétrica equivalente à classe rural e suas subclasses*.....

06229

Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2012, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que *altera as Leis nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para garantir à mulher idosa vítima de violência prioridade no atendimento policial e aplicação da Lei Maria da Penha*.....

06230

1.4.17 – Leitura de requerimentos

Nº 140, de 2012, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2012, com o Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2012.....

06233

Nº 141, de 2012, de autoria do Senador José Pimentel, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 516, de 2011 com os Projetos de Lei do Senado nºs 381 e 565, de 2011 e com o Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2011.....

06233

Nº 142, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando a tramitação conjunta

do Projeto de Lei do Senado nº 357, de 2011, com o Projeto de Lei do Senado nº 568, de 2011.....

06233

Nº 143, de 2012, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 272 e 374, de 2003 com o Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2003.....

06233

Nº 144, de 2012, de autoria do Senador Clésio Andrade, solicitando a oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2004.

06233

Nº 145, de 2012, de autoria do Senador Humberto Costa, solicitando a criação de Comissão Temporária destinada a debater e propor soluções para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

06233

Nº 146, de 2012, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando informações à Ministra de Estado do Meio Ambiente.....

06234

1.4.18 – Comunicações

Do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de substituição de membro em Subcomissões, e de vacância na suplência da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. (Ofício nº 167/2012-CRE).....

06235

Do Senador Jarbas Vasconcelos, informando que não participará da missão referida no Requerimento nº 56, de 2012. (Ofício nº 30/2012)

06237

1.4.19 – Ofícios de Ministros de Estado

Nº 14/2012, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, em resposta ao Requerimento nº 1.299, de 2011, de informações, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.....

06237

Nº 15/2012, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, em resposta ao Requerimento nº 1.353, de 2011, de autoria dos Senadores Blairo Maggi, Jayme Campos e Pedro Taques.

06237

Nº 134/2012, da Ministra de Estado do Meio Ambiente, em resposta ao Requerimento nº 1.210, de 2011, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

06237

1.4.20 – Aviso do Ministro de Estado da Justiça

Nº 308/2012, em resposta ao Requerimento nº 1.352, de 2011, de informações, de autoria do Senador Blairo Maggi e outros Senadores.....

06237

1.4.21 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 235/2012, encaminhando a Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008 (nº 445/2009, na Câmara dos Deputados), do Senador Gim Argello e outros Senadores, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal. Convocação oportunamente do Congresso Nacional a fim de promulgar a Emenda Constitucional*.....

06237

1.4.22 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *CIRO NOGUEIRA* – Congratulações pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher, destacando projeto de iniciativa de S. Ex^a, que prevê atendimento prioritário e emergencial à mulher idosa nas delegacias de polícia..... 06237

SENADORA *ANGELA PORTELA* – Homenagem às agraciadas com o Diploma Bertha Lutz.... 06238

SENADOR *CYRO MIRANDA* – Registro do editorial intitulado “O binômio de Dilma”, publicado pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 5 de fevereiro último..... 06241

SENADOR *MÁRIO COUTO* – Registro do editorial intitulado “A propagação do motim”, publicado pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 11 de fevereiro último..... 06242

SENADOR *ALOYSIO NUNES FERREIRA* – Registro do editorial intitulado “Projeto do governo pode ir para o lixo”, publicado pelo jornal **O Globo**, edição de 8 de fevereiro último..... 06243

SENADOR *ALVARO DIAS* – Registro do artigo, de autoria do Prof. Marco Antonio Villa, intitulado “Um país à deriva”, publicado pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 17 de dezembro de 2011. 06243

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Registro do editorial intitulado “Por onde andava a presidente?”, publicado pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 10 de fevereiro último..... 06245

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Reflexão sobre a condição feminina no Brasil..... 06246

1.4.23 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 14, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 06246

1.5 – ENCERRAMENTO**2 – EMENDAS**

Nºs 1 a 10, apresentadas à Medida Provisória nº 559, de 2012. 06249

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 13.3.2012**4 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADAS À PUBLICAÇÃO****4.1 – TERMO DE REUNIÃO**

Referente à Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 559, de 2012..... 06262

SENADO FEDERAL**5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS****SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL**10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Ata da 27ª Sessão, Deliberativa Ordinária em 13 de março de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney, da Sra. Marta Suplicy, e dos Srs. Mozarildo Cavalcanti, Paulo Paim e Cássio Cunha Lima.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 6 minutos e encerra-se às 21 horas e 20 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

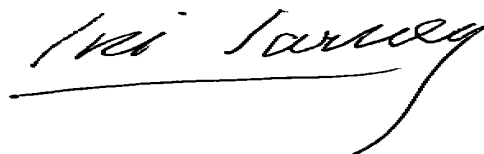
27ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 13/3/2012 07:00:00 até 13/3/2012 21:21:13

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	
PT	ES	ANA RITA	X	
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PR	MS	ANTONIO RUSSO	X	
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X	
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X	
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X	
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	X	
DEM	MA	CLÓVIS FECURY	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	
PT	MS	DELÍCIDO DO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X	
PT	SP	EDUARDO SUPlicy	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X	
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PP	RO	IVO CASSOL	X	
PMDB	RN	IVONETE DANTAS	X	
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	
PR	SE	LAURO ANTONIO	X	
PSB	BA	LÚDICE DA MATA	X	
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PR	ES	MAGNO MALTA	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PT	SP	MARTA SUPlicy	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PSDB	SC	PAULO BAUER	X	
PV	RN	PAULO DAVIM	X	
PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X	
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X	

Compareceram: 71 Senadores



A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa, parecer que será lido.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 136, DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a *Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2012 (nº 270/2008, na Câmara dos Deputados)*, primeira signatária a Deputada Andreia Zito, que acrescenta o art. 98 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

RELATOR: Senador ALVARO DIAS

1 – RELATÓRIO

Vem à análise desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 5, de 2012 (nº 270, de 2009, na Câmara dos Deputados, de autoria da ilustre Deputada ANDREIA ZITO e outros Senhores Deputados, cuja ementa é acima transcrita.

A proposta busca assegurar aos servidores públicos que tenham ingressado no serviço público até a data da publicação da Emenda Constitucional nº 41, de 2003 – 31 de dezembro de 2003 –, o direito a se aposentar por invalidez com integralidade (o direito de os servidores públicos receberem proventos equivalentes à sua última remuneração) e paridade (a vinculação permanente entre os proventos de aposentadoria e a remuneração da atividade, com extensão aos inativos de todas as vantagens concedidas aos ativos).

Além disso, a PEC determina que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, assim com as respectivas autarquias e fundações, procederão, no prazo de cento e oitenta dias da entrada em vigor da Emenda Constitucional que se originar da proposição, a revisão das aposentadorias, e pensões delas decorrentes, concedidas a partir de 1º de janeiro de 2004, com base na redação constitucional anterior do art. 40, § 1º, da Constituição, com efeitos financeiros a partir da data de promulgação desta Emenda Constitucional.

Segundo a sua justificação, a proposta visa a corrigir injustiça que vem sendo praticada contra os servidores dela objeto que, apesar de terem garantido, nas Reformas da Previdência, a preservação de seus direitos em processo de aquisição, veem os seus proventos serem reduzidos violentamente, no caso de serem acometidos de invalidez permanente.

A proposição não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

Cabe a esta Comissão, na forma do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), proceder à análise da proposição quanto à sua admissibilidade e mérito.

Do ponto de vista de sua admissibilidade, a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2012, preenche o requisito do art. 60, I, da Constituição da República, sendo assinada por mais de um terço dos membros da Câmara dos Deputados.

Ademais, a proposta observa a regra constitucional que veda emenda à Constituição na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, que trate de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada na atual sessão legislativa e tenda a abolir a forma federativa do Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais (art. 60, I, e §§ 1º, 4º e 5º da Constituição e arts. 354, §§ 1º e 2º, e 373 do Regimento Interno do Senado Federal – RISF). Também, não incorre na proibição prevista no art. 371 do RISF, em razão de a proposta não visar à alteração de dispositivos sem correlação entre si.

No tocante ao mérito, igualmente, nos manifestamos pela aprovação da matéria.

Efetivamente, embora as Emendas Constitucionais nºs 41, de 2003, e 47, de 2005, esta última oriunda da chamada “PEC paralela” da Reforma da Previdência, tenham assegurado regras de transição preservando, observados determinados requisitos, a integralidade e a paridade para os servidores que tivessem ingressado no serviço público até a sua publicação, esses direitos não foram estendidos àqueles que, mesmo já ostentando a condição de servidores antes das reformas, se vissem obrigados a se aposentar por invalidez.

Ou seja, na situação vigente, está sendo totalmente ignorada a situação de um servidor público que detinha a expectativa de se aposentar sob determinadas condições e, repentinamente, por razões totalmente alheias à sua vontade, perdesse a sua condição laboral, mesmo em razão de uma doença profissional ou de um acidente de trabalho.

Isso agride o princípio isonômico e é flagrantemente irrazoável, uma vez que significa que o indivíduo acometido por situação de invalidez seja tratado com mais rigor do que o servidor saudável.

Trata-se de situação que é corrigida pela PEC nº 5, de 2012, que, indiscutivelmente, é harmônica com a data fixada nas regras de transição das reformas da previdência, ao estabelecer como data limite para a sua aplicação a da vigência da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

Faz-se necessário, tão-somente, sem alterar o mérito da proposição, promover ajustes técnicos em sua redação, providência que, conforme já se manifestou diversas vezes o Excelso Pretório, por exemplo, na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 3, cujo relator foi o Ministro NELSON JOBIM, e na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.135, cujo Acórdão foi relatado pela Ministra ELLEN GRACIE, não implica o retorno da matéria à Casa iniciadora.

Efetivamente, como se comentou, o que busca a PEC sob exame é estabelecer norma transitória ao que determina a Emenda Constitucional nº 41, de 2003, e não o texto originário da Constituição.

Assim, não se justifica que se inclua o dispositivo pretendido no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Em vez disso, inclusive para agrupar as matérias similares e facilitar a consulta das normas, cabe introduzi-lo na própria Emenda Constitucional nº 41, de 2003, juntamente com os respectivos dispositivos transitórios.

Além disso, impõe-se alterar a ementa da proposição, não apenas em razão dessa primeira emenda de redação, como para dar cumprimento ao que determina o art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que *dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona, que determina que a ementa ... explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei.*

Assim, estamos apresentando duas emendas que, sem modificar o mérito da proposição, vão nessa direção.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2012, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº 1 – CCJ (DE REDAÇÃO)

Dê-se à ementa da PEC nº 5, de 2012, a seguinte redação:

Acrescenta o art. 6º-A à Emenda Constitucional nº 41, de 2003, para estabelecer critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria por invalidez dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até a data da publicação daquela Emenda Constitucional.

EMENDA Nº 2 – CCJ (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao art. 1º da PEC nº 5, de 2012, a seguinte redação:

Art. 1º A Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 passa a vigorar acrescido do seguinte art. 6º-A:

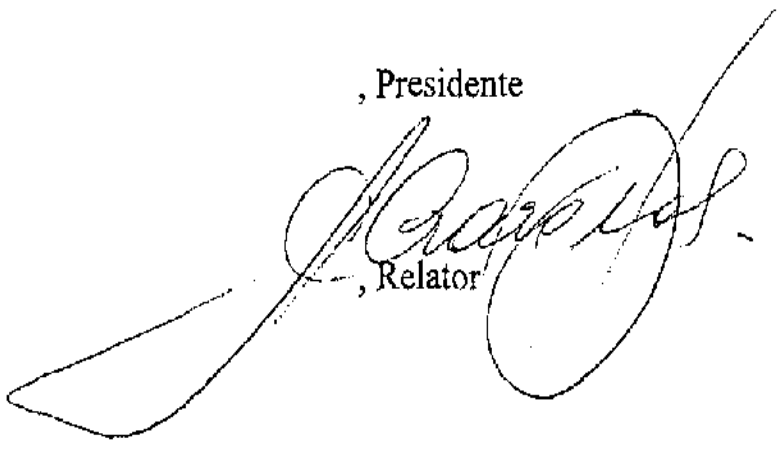
“Art. 6º-A. O servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta Emenda Constitucional e que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por invalidez permanente, com fundamento no inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, tem direito a proventos de aposentadoria calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, não sendo aplicáveis as disposições constantes dos §§ 3º, 8º e 17 do art. 40 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base no *caput* o disposto no art. 7º desta Emenda Constitucional, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos desses servidores.”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



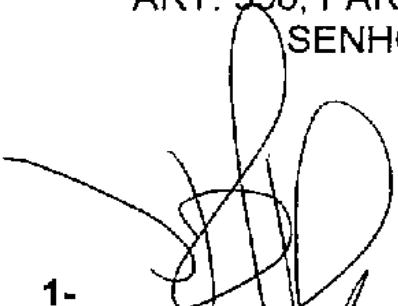
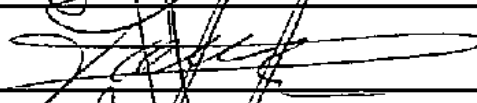


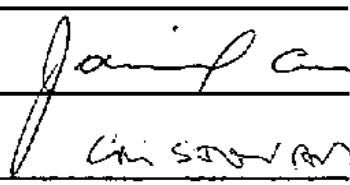
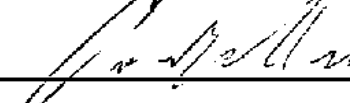
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 5 DE 2012

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 1 / 1 , OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <u>Senador Eunício Oliveira</u>	
RELATOR: <u>Senador Alvaro Dias</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL <u>[assinatura]</u>	1. EDUARDO SUPLICY <u>[assinatura]</u>
MARTA SUPLICY <u>[assinatura]</u>	2. ANA RITA
PEDRO TAQUES <u>[assinatura]</u>	3. ANÍBAL DINIZ
JORGE VIANA <u>[assinatura]</u>	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES <u>[assinatura]</u>	5. LINDBERGH FARIAS
INÁCIO ARRUDA <u>[assinatura]</u>	6. RODRIGO ROLLEMBERG
EDUARDO LOPES <u>[assinatura]</u>	7. HUMBERTO COSTA
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC e PV)	
EUNÍCIO OLIVEIRA <u>[assinatura]</u>	1. ROBERTO REQUIÃO <u>[assinatura]</u>
PEDRO SIMON <u>[assinatura]</u>	2. VALDIR RAUPP
ROMERO JUCÁ <u>[assinatura]</u>	3. EDUARDO BRAGA <u>[assinatura]</u>
VITAL DO RÊGO <u>[assinatura]</u>	4. RICARDO FERRAÇO <u>[assinatura]</u>
RENAN CALHEIROS <u>[assinatura]</u>	5. LOBÃO FILHO <u>[assinatura]</u>
LUIZ HENRIQUE <u>[assinatura]</u>	6. WALDEMIR MOKA <u>[assinatura]</u>
FRANCISCO DORNELLES <u>[assinatura]</u>	7. BENEDITO DE LIRA <u>[assinatura]</u>
SÉRGIO PETECÃO <u>[assinatura]</u>	8. LAURO ANTONIO
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES <u>[assinatura]</u>	1. LÚCIA VÂNIA
ALOYSIO NUNES FERREIRA <u>[assinatura]</u>	2. FLEXA RIBEIRO <u>[assinatura]</u>
ALVARO DIAS <u>[assinatura]</u>	3. CÍCERO LUCENA
DEMÓSTENES TORRES <u>[assinatura]</u>	4. JOSÉ AGRIPINO
PTB	
ARMANDO MONTEIRO <u>[assinatura]</u>	1. CIRO NOGUEIRA
GIM ARGELLO <u>[assinatura]</u>	2. MOZARILDO CAVALCANTI
PR	
MAGNO MALTA <u>[assinatura]</u>	1. CLÉSIO ANDRADE(S/PARTIDO)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES <u>[assinatura]</u>	1. VAGO

ASSINAM O PARECER
À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2012
NA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 07/03/2012, COMPLEMENTANDO AS
ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS DO
ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F., OS(AS)
SENHORES(AS) SENADORES(AS):

1- 
2- 
3- 
4-  
5-  C/20

1- Vital do Rêgo

2- Paulo Paim

3- Jaime Campos

4- Cristovam Buarque

5- Ciro Gomes

6- Roberto Requião

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

.....

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

§ 1º - A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

.....

§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

- a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação. Concedo a palavra ao Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, solicito minha inscrição para falar pela Liderança do PTB. A indicação já está sobre a mesa.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª é o primeiro inscrito.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

V. Exª gostaria de falar? Nem o Senador Lauro? *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo.

Depois, chamaremos os Senadores pela ordem de inscrição. O primeiro Senador inscrito é o Senador Paulo Paim.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Marta Suplicy, Srªs e Srs. Senadores, nesse fim de semana – mais precisamente, fui até lá na quinta-feira e voltei ontem –, estive no meu Estado, Roraima. Fui até lá para participar de um evento do meu Partido, o PTB, em homenagem às mulheres. No dia seguinte, participei da transmissão de cargo para a primeira reitora mulher eleita para a Universidade Federal de Roraima. Depois, passei dois dias a mais contatando com eleitores, com pessoas de diversas camadas sociais.

Depois da alegria de ter comemorado o Dia da Mulher, num evento do PTB Mulher, e de ter participado da transmissão de cargo da reitora da nossa Universidade de Roraima – a criação dessa Universidade é fruto de uma lei de minha autoria, e essa Universidade, em muito pouco tempo, já é uma das universidades mais bem avaliadas do País –, tive a tristeza, Senadora Marta, de ver como meu Estado está desgovernado. É impressionante!

Conversei com colegas médicos e com profissionais da saúde e tive a tristeza de ver várias pessoas me procurarem para ajudá-las a comprar medicamentos e materiais, como esparadrapo, para atender a pacientes que estão internados no principal hospital público do Estado, o Hospital Geral de Roraima, e também na Maternidade de Boa Vista. Apesar de contarmos com excelentes médicos, com excelentes profissionais da área de saúde, os hospitais e os postos de saúde estão sucateados.

No interior do Estado, recebi também muitas denúncias no que tange a postos de saúde e a escolas. Há escolas na capital e no interior deterioradas na sua estrutura física, há professores mal pagos, sem incentivos para trabalhar. A mesma coisa também se verifica

na área da segurança, com policiais trabalhando em situações precárias.

Enfim, é uma situação lamentável em que realmente o Estado de Roraima nunca esteve desde a sua criação. E, infelizmente, o Governador que lá está já foi cassado duas vezes pelo Tribunal Regional Eleitoral e está com um processo para ser apreciado no Tribunal Superior Eleitoral – é outro processo, aliás – contra expedição do diploma. Ele está consciente de que não irá perdurar no mandato por muito mais tempo e, portanto, está pouco ligando para as pessoas, para o Estado.

Realmente, é uma situação que causa tristeza a quem nasceu lá ou a quem, oriundo de outros Estados, vive lá, como foi o caso do meu pai, que saiu do Ceará, dos meus avós maternos, que foram da Paraíba para lá, e de muita gente boa que está lá porque escolheu Roraima para viver, para melhorar de vida, para contribuir com o engrandecimento do Estado.

Lamentavelmente, o grupo que está no poder não está preocupado com as pessoas que vivem lá, com o bem-estar das pessoas mais pobres, com a eliminação das desigualdades sociais enormes que lá existem, mas, sim, está preocupado em enriquecer à custa do dinheiro público. O próprio Governador, antes de assumir, primeiramente, a Secretaria de Obras do Estado, ainda no governo do Governador Ottomar, era um empresário falido, mas, hoje, é um homem que, comenta-se, tem um patrimônio invejável no Estado e fora do Estado.

Faço esse registro porque, realmente, a gente vai ao Estado, como se diz comumente, ouvir as bases e sentir o que está acontecendo no Estado, *in locu*, e volta entristecido, revoltado.

O que quero dizer, especialmente ao povo de Roraima, é que não desanimemos. Vamos continuar na luta judicial para cassar esse Governador e vamos trabalhar, olhando para frente, para as eleições municipais deste ano, para eleger pessoas comprometidas com os Municípios e com o Estado, de forma que não seja por pressão, por coação ou por abuso do dinheiro público ou do poder político que as pessoas tenham de votar nos candidatos daqueles que, hoje, comandam o Estado.

Eu, que tive a honra de nascer naquela terra – depois, saí de lá para estudar e para lá voltei formado, como o primeiro filho de Roraima formado em Medicina –, fui para a política, porque eu queria ver, quero ver e tenho o sonho de ver o meu Estado ser exemplar. Basta dizer, Senadora Marta, que, hoje, na relação população e pessoas graduadas e em graduação, o nosso Estado registra a melhor proporção do Brasil. Então, bastaria que se governasse aquele Estado com

competência, com seriedade e com honestidade para que pudéssemos ser um Estado modelo para o País.

Com pouca gente e com o dinheiro que vai para lá, com o dinheiro que se arrecada lá, seria possível que, realmente, o nosso Estado estivesse em situação invejável. No entanto, desde dezembro de 2007, quando o atual Governador assumiu o governo, pela morte do Brigadeiro Ottomar, e depois, durante a eleição corrupta que ele comandou, temos assistido a um roubo de dimensões nunca vistas no nosso Estado! Como dizia o Presidente Lula, nunca antes na história deste País, viu-se roubar tanto num Estado como está acontecendo em Roraima!

Portanto, deixo uma palavra de confiança, para incitar mesmo o povo de Roraima, para que possamos resistir, porque é do silêncio dos bons que se alimentam os maus.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim. *(Pausa.)*

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Graziotin. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque. *(Pausa.)*

Concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo. *(Pausa.)*

A maioria dos Senadores está na Comissão, em audiência pública com o Ministro da Fazenda.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Anibal Diniz, como orador inscrito.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Marta Suplicy, em primeiro lugar, quero cumprimentá-la em especial pela beleza da solenidade de hoje, em que foram homenageadas as mulheres agraciadas pelo Prêmio Bertha Lutz, que contou com a presença da nossa Presidenta Dilma. E, mais uma vez, saudar a cada uma das mulheres que foram agraciadas pelo prêmio em forma de reconhecimento pelo importante serviço prestado em apoio às mulheres e por garantir maior participação da mulher na vida política brasileira.

Srª Presidenta; Srªs e Srs. Senadores; telespectador da TV Senado; ouvintes da Rádio Senado, na última viagem que fiz a Rio Branco, ao Estado do Acre, tive a alegria de participar de agenda política tanto na

capital, Rio Branco, quanto no Vale do Juruá, precisamente nos Municípios de Rodrigues Alves e Cruzeiro do Sul, onde me deparei com um ambiente de muito otimismo e disposição para os embates que acontecem neste ano de 2012.

Em Rio Branco, entre as várias atividades que desenvolvemos, eu tive a oportunidade de conhecer uma experiência completamente inovadora de uma indústria ambientalmente sustentável, que já está oferecendo benefícios ao mercado local e se preparando para exportar produtos cuja matéria-prima é o plástico reciclado. Trata-se da indústria Plasacre, instalada no novo Distrito Industrial de Rio Branco. Essa empresa vem dando um verdadeiro exemplo de responsabilidade social e ambiental, ao valorizar o trabalho de catadores de plásticos organizados no Projeto Catar, que reúne dezenas de catadores em toda cidade.

A linha de produtos da Plasacre vai desde mangueiras condutoras de fiação de energia elétrica para as construções em alvenaria, caixas para transportes de frutas e verduras, até estacas e palanques para as cercas de pastagens. Inclui ainda abrigos para passageiros de ônibus, tijolos de encaixe para calçadas e telhas e forros para unidades habitacionais ou galpões e estabelecimentos comerciais.

A esta altura, alguém pode perguntar: mas por que o Senador Anibal Diniz está falando da linha de produtos de uma indústria em específico? Este é o x da questão, o porquê do interesse do nosso projeto político no sucesso de um empreendimento dessa natureza. Estamos há treze anos falando na importância do desenvolvimento sustentável, na importância de uma economia limpa, justa e competitiva e na importância da valorização dos produtos florestais madeireiros e não madeireiros para que a sustentabilidade aconteça em todas as dimensões.

A indústria que utiliza matéria-prima reciclável tem uma contribuição fundamental para o sucesso do desenvolvimento sustentável. Ela pode oferecer produtos como estacas, telhas e caixas para o transporte de frutas e verduras, que substituem produtos similares fabricados a partir da madeira extraída da floresta. Isso significa uma contribuição muito importante. Além do mais, foi exatamente pela cadeia formada a partir da Unidade de Tratamento de Resíduos Sólidos, construída pela Prefeitura de Rio Branco, que ela foi premiada. Recebeu o prêmio Ecocidade 2011 pela solução inovadora que encontrou para o problema do lixo.

Neste sentido, eu quero fazer também um cumprimento especial ao Prefeito da nossa capital, Raimundo Angelim, que foi um baluarte nesse projeto de implantação da Unidade de Tratamento de Resíduos Sólidos.

A cidade de Rio Branco encontrou uma fórmula apropriada para resolver uma equação extremamente complicada, por meio de uma destinação adequada à enorme quantidade de lixo não degradável que a sociedade produz.

Na Unidade de Tratamento de Resíduos Sólidos é feita a separação de todo o lixo que pode ser aproveitado para compostagem e aquele que pode ser reciclado, principalmente o material plástico, que é 100% aproveitado para a fabricação de uma linha de produtos necessários para a solução de outros problemas enfrentados pela sociedade. As telhas de plástico que são produzidas podem dar uma grande contribuição para a construção de unidades habitacionais, por exemplo, sem a degradação da natureza.

O Projeto de Modernização do Sistema Público de Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos em Rio Branco, no Acre, começou em 2005, pela necessidade urgente de encerrar o antigo local de disposição final dos resíduos sólidos, um lixão que gerava grandes impactos ambientais associados. Esses impactos eram ainda maiores, devido à inexistência de políticas públicas municipais.

Como estratégia, para reverter essa situação, a Prefeitura de Rio Branco buscou conhecimento técnico em diversas regiões do País, de forma a trazer para o Município uma proposta sustentável, que, além do atendimento das necessidades imediatas, atendessem também às necessidades futuras.

Entretanto, mudar costumes e hábitos não é fácil. A criação de um espaço moderno destinado ao tratamento do lixo, por si só, não tem efeito sem a participação fundamental da população para a resolução dos problemas relacionados à gestão de resíduos sólidos.

Para fazer frente à situação do lixão, a gestão municipal realizou ações emergenciais, drenagem de gás, chorume e implantação de uma lagoa de estabilização, além da aquisição de uma área de 44 hectares com passivo ambiental.

Essas ações serviram para remediar os impactos ambientais negativos, promovendo a transformação do então lixão em aterro controlado. O local já estava saturado e foi necessário identificar uma nova área para a correta disposição dos resíduos sólidos, mas a Prefeitura de Rio Branco decidiu ir mais além da disposição adequada, através do aterro sanitário. Optou construir uma unidade de tratamento de resíduos sólidos e de disposição final.

Essa unidade de tratamento e de disposição final de resíduos sólidos e urbanos veio para, além de resolver definitivamente o problema da destinação final dos resíduos sólidos, promover a geração de emprego e renda a partir da reciclagem, a economicidade,

a partir do aumento da vida útil do aterro sanitário, a preservação do meio ambiente, reduzindo-se à pressão por novas áreas e ainda por recursos naturais para produção de produtos.

Atualmente, Rio Branco produz 200 toneladas de lixo por dia. Os números impressionam. A produção de lixo doméstico passou de 200 quilos por habitante/ano para 540 quilos em 2000, o que representa 1,5 quilo ao dia por habitante. A unidade de tratamento de resíduos sólidos é, por definição, uma obra que integra aspectos econômicos, sociais, ambientais e institucionais.

A sustentabilidade do empreendimento se constata pela forma responsável que os recursos financeiros foram utilizados e ainda são pelo aspecto social. É inegável a melhoria de vida da população. Com a inclusão social de pessoas de baixa escolaridade no mercado de trabalho, contribuiu-se também para o fortalecimento da economia solidária, uma economia que é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano e não do capital.

Então, nesse sentido, Sr. Presidente, é que faço questão de fazer o registro desse trabalho que envolve tanto a iniciativa privada quanto o Poder Público. O Poder Público, a Prefeitura de Rio Branco, recebe a premiação exatamente pela solução encontrada para a destinação adequada do lixo; e, na outra ponta, a Plasacre, uma indústria que faz a utilização da matéria-prima, do plástico reciclável, gerando empregos e produzindo uma série de produtos importantes para o desenvolvimento da região.

Era isso. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Anibal Diniz.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Vital.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Uma rápida informação ao Plenário e à Casa, até para conhecimento de todos: estamos com quórum baixo hoje em virtude de ser um dia especial.

No início – V. Exª já pontuou aqui muito bem na sua fala, a quem parabeno –, estávamos homenageando a mulher, com a distinção de diversas mulheres brasileiras, inclusive da nossa Presidente Dilma.

Agora, à tarde, nós temos dois assuntos importantíssimos em comissão: o primeiro é a audiência pública do Ministro Guido Mantega, que está na Comissão de Assuntos Econômicos, destrinchando todas as amarras da economia mundial e seus reflexos no Brasil, uma extraordinária palestra. Está sendo sabatinado pelos

Srs. Senadores e tem descortinado novos horizontes para o País. Parabéns ao Ministro Guido Mantega! E também agora, começando às 14h30, o Nordeste tem as suas atenções voltadas para a discussão dos pequenos agricultores endividados da Região Nordeste. Mais de 900 mil agricultores da Região Nordeste, de todos os Estados, vêm a esta Casa, através das suas representações, discutir com o Banco do Nordeste e com o Senado, na Comissão de Desenvolvimento Regional, uma solução que possa amenizar a crise da execução desses agricultores e a perda de seus patrimônios.

Por isso, informo à Casa que temos essas duas comissões em funcionamento.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª tem razão. É um dia com muita coisa acontecendo. A manhã, tomada pela visita da Presidente Dilma para o prêmio Bertha Lutz; agora, as duas comissões de enorme importância.

Vamos voltar aos inscritos.

Blairo Maggi. *(Pausa.)*

João Capiberibe. *(Pausa.)*

Randolfe Rodrigues. *(Pausa.)*

Pedro Simon. *(Pausa.)*

Antonio Carlos Valadares. *(Pausa.)*

Casildo Maldaner.

Por favor. Orador inscrito.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Nobre Presidente, Senadora Marta Suplicy, caras colegas, prezados colegas...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, pela ordem.

Eu queria pedir licença ao caro Senador Casildo Maldaner para dizer que, quando V. Exª já chamou a lista dos inscritos, eu estava vindo para cá. Estou na comissão, inscrita para fazer perguntas ao Ministro Guido Mantega.

Então, após o Senador Casildo Maldaner, se V. Exª assim entender, eu gostaria de fazer o meu pronunciamento.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senadora. Se não estiver presente nenhum dos seguintes, V. Exª terá imediatamente a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Prezados colegas, na verdade, o dia de hoje está bem agitado: pela manhã, a Presidente da República, as Senadoras, as mulheres homenageadas; as comissões em andamento, agora, como a Comissão de Assuntos Econômicos e outras tantas comissões.

Nós, por exemplo, temos uma grande comissão, com representantes da Agência Nacional dos Transportes, que vieram do nosso Estado, da Grande Florianópolis, em função do desafio que deve haver na BR-101, no contorno da Grande Florianópolis. Estão vários prefeitos participando neste instante.

Então, isso aqui é uma azáfama. Nós sabemos que as terças, quartas e quintas-feiras são mais ou menos nessa linha.

O Brasil é um País de dimensões continentais. São mais de 8,5 mil quilômetros quadrados, é o quinto maior território do mundo; maior, inclusive, que a soma de todos os países que compõem a União Europeia.

Somente de litoral, são 7.408 quilômetros banhados pelo Oceano Atlântico; 9.198, se considerarmos as saliências e as reentrâncias, por onde se espalham praias, falésias, dunas, mangues, recifes, baías, restingas, entre outras formações. Esse é o tamanho do nosso litoral.

Somam-se a esse belo litoral as belezas da Amazônia, do Norte e do Nordeste, o bioma único do Pantanal, as riquezas históricas de Minas, a multifacetada metrópole, que é São Paulo, a nossa eterna cidade maravilhosa do Rio de Janeiro, o mosaico cultural do Vale Europeu, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, além da nossa gastronomia única, da nossa música, das nossas festas, e veremos uma pequena amostra do fantástico potencial turístico do Brasil. E desde já me desculpo: por falta de tempo, tenho consciência de que deixei de lado muitos destinos, regiões e Estados repletos de belezas e encantos.

Os números do setor, no entanto, não têm correspondido à altura, quando observamos os números do setor no mundo. A Organização Mundial do Turismo, organismo ligado à ONU, avalia que o número de turistas internacionais gira em torno de 900 milhões por ano, devendo alcançar um bilhão ao fim de 2012. Desse total, o Brasil recebe cerca de 0,5%, cinco milhões de turistas/ano. Quando falamos na receita gerada pela atividade, a proporção é a mesma: ficamos com US\$5 bilhões, de um total de US\$900 bilhões, gastos anualmente – vejam bem, para fazermos uma reflexão.

Alguns fatores contribuem decisivamente para a composição desse quadro. Entre eles, podemos citar a atual taxa de câmbio, a legislação trabalhista, a carga tributária e os altos juros.

O real sobrevalorizado causa efeitos danosos. Faz do Brasil um destino caro para os turistas estrangeiros e, na outra ponta, reduz o custo das viagens internacionais. Resultado: não recebemos os estrangeiros e perdemos os brasileiros. Como consequência, um elevado déficit na balança comercial do turismo de US\$14,4 bilhões somente no ano passado.

Nossa legislação trabalhista – que precisa passar por uma remodelação, adaptando-se ao novo mercado de trabalho –, somada à pesada carga tributária que se impõe sobre empreendedores de todos os ramos, eleva enormemente os custos com mão de obra e reduzem o faturamento de toda a cadeia produtiva da atividade. Além disso, os juros altos sacrificam a capacidade de investimento, quando comparamos com outros países. Nos Estados Unidos, por exemplo, a taxa de juros cobrada na hipoteca de um grande hotel, no valor de US\$240 milhões, é de 4,75% ao ano. No Brasil, na melhor das hipóteses, conseguimos o dobro disso.

Em função desse cenário, como já dissemos antes, o Brasil tornou-se caro para os estrangeiros, enquanto o brasileiro encontra incentivos para ir ao exterior. Em 2011, superamos a Alemanha e nos tornamos o País que mais envia turistas para a Flórida, nos Estados Unidos. Já não são raros os casos de brasileiros adquirindo propriedades naquele estado americano.

O turismo de compras tornou-se um verdadeiro esporte nacional. Pudera! Com as compras realizadas no exterior, principalmente nos Estados Unidos, de produtos como roupas, brinquedos, eletrônicos, cosméticos, artigos para bebês, entre outros, a viagem torna-se rentável. A diferença no valor dos produtos comprados lá fora e o encontrado por aqui chega ao ponto de pagar as despesas com deslocamento e hospedagem.

Segundo reportagem do jornal *O Estado de S.Paulo*, em plena crise internacional, os brasileiros dobraram suas despesas no exterior, sendo o segundo colocado entre aquelas nações que mais expandiram seus gastos internacionais. Ficamos em segundo entre os países que mais gastaram em viagens internacionais.

O fenômeno da Internet – provavelmente, hoje, o meio mais utilizado para compras no turismo; passagens, hotéis, locações de veículos etc. – e a popularização dos programas de milhagem de companhias aéreas acabam contribuindo para esse movimento turístico dos brasileiros para o exterior. Não há, de forma alguma, crítica a essas fantásticas ferramentas. Lamenta-se, apenas, que o quadro atual não permita que elas contribuam para o fortalecimento do turismo doméstico.

A nossa fraca infraestrutura logística é, igualmente, fator determinante na dificuldade de incremento da atividade turística nacional. Nossos aeroportos ainda estão muito aquém da capacidade e da qualidade necessária; nossas estradas, na maioria dos casos, estão em estado precário; e o turismo de cruzeiros, mais especificamente de cabotagem, não recebeu a devida regulamentação, contribuindo para a evasão de divisas.

Com as medidas corretas, o setor turístico brasileiro pode dar uma contribuição valiosa ao desenvolvimento econômico e social. Trata-se de uma indústria limpa, de alto valor agregado, envolvendo uma extensa cadeia produtiva, intensiva de mão de obra. Como resultado, geração de empregos e renda, além da arrecadação de impostos, com desenvolvimento sustentável.

Antes de encerrar – e parto para isso, Senadora Ana Amélia –, gostaria de agradecer ao empresário catarinense Fernando Marcondes de Mattos, autor de um vigoroso estudo que serviu de fundamento principal a este pronunciamento e que há anos milita no setor, não apenas no seu Costão do Santinho, o melhor *resort* de praia do Brasil, em Florianópolis, mas em defesa do desenvolvimento turístico do Brasil.

Essas são nossas considerações, Sr^a Presidente Marta Suplicy.

Trago esse estudo elaborado com muita dedicação pelo Prof. Marcondes de Mattos sobre o turismo no Brasil, a relação do Brasil com o exterior. Não que sejamos contra que o pessoal vá para fora do País, mas precisamos criar mecanismos para fomentar também a vinda de estrangeiros ao nosso País.

A nossa Senadora Ana Amélia poderá pronunciar-se da tribuna, a tempo de interpelar o Ministro da Fazenda, como também estou inscrito para fazê-lo, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência designa o Deputado Rui Palmeira, em substituição ao Deputado Bruno Araújo, como membro titular, e o Deputado Luiz Fernando Machado, em substituição ao Deputado César Colnago, como membro suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 561, de 2012**, que altera as Leis nº 12.409, de 25 de maio de 2011, nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, conforme o **Ofício nº 262, de 2012**, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

É o seguinte Ofício:

Of. nº 262/2012/PSDB

Brasília, 12 de março de 2012

Assunto: **Indicação de Membro de Comissão**

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Rui Palmeira, como membro titular, e o Deputado Luiz Fernando Machado, como membro suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida destinada a analisar a Medida Provisória nº 561/12, que altera as Leis nº 12.409, de 25 de maio de 2011, nº

11.578, de 26 de novembro de 2007, nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2011.

Respeitosamente – Deputado **Bruno Araújo**, Líder do PSDB.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Serão feitas as Substituições solicitadas.

Senador Eduardo Suplicy. (*Pausa.*)

Senador Flexa Ribeiro. (*Pausa.*)

Senador Paulo Davim. (*Pausa.*)

Senadora Lídice da Mata. (*Pausa.*)

Senador Humberto Costa. (*Pausa.*)

Senadora Marta Suplicy. (*Pausa.*)

Sou a última inscrita, mas passo a palavra a V. Exª, Senadora Ana Amélia. Depois, eu falo.

Realmente, Senadora Ana Amélia, todos os Senadores estão nessa audiência pública, que está muito instigante.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Cara Presidenta Marta Suplicy, grata pelo seu gesto de generosidade para compatibilizar exatamente a responsabilidade que tenho – e temos todos nós, V. Exª também.

Eu queria agradecer à Presidenta Marta Suplicy, cumprimentá-la, cumprimentar os Senadores, cumprimentar os nossos visitantes do Senado Federal e também os nossos telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, servidores desta Casa.

Eu gostaria de trazer ao Plenário hoje um assunto que me preocupou muito, assunto que foi levantado por uma reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* neste domingo, Senadora Marta Suplicy.

A repórter Marta Salomon, muito competente, dá conta de que uma empresa da Irlanda, a Celestial Green Ventures, comprou direitos de 16 áreas indígenas na Amazônia.

O negócio, de US\$120 milhões, garante a estrangeiros a posse, por 30 anos, de uma área dentro do território nacional com o dobro do tamanho de Portugal, ou 16 vezes o tamanho da cidade de São Paulo.

O negócio, diz a reportagem, garante à empresa benefícios sobre a biodiversidade, além de acesso irrestrito ao território indígena. Não seria isso um risco de biopirataria? O contrato dita que os índios se comprometem com a empresa irlandesa a não plantar ou extrair madeira nessas áreas. A Celestial Green Ventures seria uma empresa líder no mercado mundial de créditos de carbono, um mercado que não possui ainda regras regulamentadas, mas que promete compensar a atividade de empresas poluidoras, sobretudo na Europa. A Fundação Nacional do Índio sabe da existência de mais de 30 contratos semelhantes.

A pergunta que faço, Srª Presidente, é a seguinte: onde estava a Fundação Nacional do Índio, a Funai,

quando esses contratos foram fechados? Avalizou-os? Onde está a Procuradoria-Geral da República?

A minha assessoria hoje pela manhã buscou informações junto à Funai, e a assessoria da Funai informou que qualquer negócio fechado envolvendo terras na floresta amazônica, Senador Mozarildo Cavalcanti, é ilegal e fere a legislação brasileira. A terra onde estão os índios é de usufruto deles e pertence ao povo brasileiro. A Funai, segundo a assessoria, ainda não fez a avaliação jurídica da venda dessas terras à empresa irlandesa.

A assessoria da Funai chegou a classificar a reportagem de *O Estado de S. Paulo* – aliás, muito oportuna e importante – como sensacionalista. Aliás, é sempre assim: a imprensa tem costas largas.

Com prazer, concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senadora Ana Amélia, eu sou um pouco carimbado por essas ONGs que se dizem defensoras da causa indígena, muitas delas nitidamente desonestas e outras que não atendem os interesses nacionais, porque nós já constatamos há muito tempo – quase 60% do meu Estado são de terras indígenas – a presença permanente de estrangeiros nessas terras, o que é noticiado pela imprensa há muito tempo. E a denúncia que V. Exª faz, que, aliás, já foi publicada, é gravíssima. Então, se temos hoje, Senadora Ana Amélia, 0,3% da população nacional de índios, mais de 14% da área do País já demarcada e notadamente na Amazônia, grandes reservas indígenas na fronteira inclusive, é um risco muito grande à soberania nacional essa questão. E o que é pior, essa política de só marcar terras não traz benefício pessoal para os índios. Conheço as reservas indígenas de Roraima, a maioria dos índios vive na miséria, e os que não vivem estão, de alguma forma, envolvidos com algumas ONGs, e a maioria dos índios dos Estados mora nas cidades, capitais, porque não tem como viver nas próprias reservas que a Funai demarcou. Aliás, uma questão interessante: por que a Funai, que é uma Fundação Nacional do Índio, não é dirigida por um índio? Há muitos índios com curso superior capazes de dirigir a Funai.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Mozarildo Cavalcanti, que conhece bem esta temática.

E o papel nosso não é para fazer uma denúncia, mas trazer à discussão este assunto porque foi documentado pelo *Estado de S. Paulo*, nesta matéria, publicada domingo.

Enquanto isso acontece na Amazônia, Senador Mozarildo, a Funai está, nos Municípios gaúchos de Erechim, Erebangó e Getúlio Vargas, removendo 300

famílias de agricultores para assentar 63 índios guaranis. Desde 2003, foi iniciado, pela Funai, o processo de demarcação da reserva indígena de Mato Preto.

Enfatizo que defendo os direitos dos indígenas a suas terras, tal como a demarcação das áreas quilombolas, Presidenta Marta Suplicy. Mas a demarcação da forma como está sendo feita é ilegal.

Trago aqui a posição da Procuradoria do Estado do Rio Grande do Sul, que contestou o laudo técnico da Funai. Para o Procurador Rodinei Candeia, não cabe à Funai definir se a terra é indígena ou não. É necessária a criação de um grupo de estudo. O que não foi feito até agora.

Aliás, o Procurador Rodinei Candeia, no momento em que estivemos com o Ministro José Eduardo Cardozo, impressionou pela qualificação técnica em relação a este assunto.

O processo administrativo da demarcação de Mato Preto, diz ainda o Procurador, é confuso. Inicia com o pedido de demarcação para 223 hectares, mas, no final, pede uma desapropriação de 4 mil hectares.

Veja a insegurança jurídica provocada por essa mudança de comportamento.

Esse processo, Sr^s e Srs. Senadores, fere a Constituição Federal, porque não respeita o direito de defesa dos produtores que estão há gerações nessas terras.

Em outra região do Rio Grande do Sul, nos Municípios de Sananduva e Cacique Doble, 64 famílias serão retiradas para a criação da reserva do Passo Grande da Forquilha. Lá, os agricultores também vivem em estado de intranquilidade e tensão, pois os índios estão ocupando as terras, apoiados pela Funai, antes mesmo da conclusão do processo de desapropriação e demarcação.

Esses são apenas alguns exemplos da ação da Funai no sul do País e que devem estar ocorrendo em outros pontos do Brasil, como Mato Grosso, Senador Jayme Campos.

O que é preciso evitar nesse caso, senhoras e senhores, é um banho de sangue na disputa por terras.

Concedo um aparte ao Senador Jayme Campos.

O Sr. Jayme Campos (Bloco/DEM - MT) – Senadora Ana Amélia, cumprimento V. Ex^a pelo belo discurso que faz em relação aos povos indígenas. A senhora retrata a verdade do cenário atual que, lamentavelmente, não é privilégio só do seu Estado do Rio Grande do Sul. Isso tem causado intranquilidade - é, sobretudo, questão de segurança jurídica - na maioria dos Estados da Federação, dentre eles o meu querido Mato Grosso, que, infelizmente, hoje, passa por uma situação caótica, ou seja, acima da que podemos esperar, na medida em que não está tendo nenhum com-

promisso com os cidadãos que estão na terra há 40, 50 anos, alguns há 80 anos, que vêm de gerações. E, lamentavelmente, todos os dias, de forma irresponsável, a Funai, mediante decreto e portaria, tem aumentado as reservas indígenas. Vou dar um exemplo apenas para V. Ex^a: eu estou agora mesmo com uma matéria do jornal *O Estado de S. Paulo* com relação à venda de florestas para ONGs...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É exatamente o motivo do meu pronunciamento, Senador.

O Sr. Jayme Campos (Bloco/DEM - MT) – Isto aqui é uma vergonha, um escárnio, um desrespeito atualmente às leis brasileiras, não sei com apoio de quem. Na matéria, diz-se que foram registrados inclusive os contratos na Funai. Ora, isso é propriedade do Governo brasileiro. Evidentemente, é reservado o direito ao índio de habitar lá. Todavia, nós temos que tomar algumas providências. O que se percebe hoje com muita clareza é que não há nenhum compromisso com o cidadão que está lá produzindo. O que o índio, na verdade, quer é mais dignidade, cidadania. A ampliação da reserva está defendendo o direito não sei de quem. Entretanto, este pronunciamento de V. Ex^a é pertinente e não é só particularmente para o seu Estado do Rio Grande do Sul. A maioria dos Estados da Federação está convivendo com esse estado de coisas em relação à forma desrespeitosa à ampliação e criação de novas reservas indígenas. Nós temos que dar um basta a tudo isso, principalmente por ocasião da criação da reserva Raposa Serra do Sol. A decisão do Ministro Carlos Alberto Direito tem que ser respeitada, na medida em que foi julgada. Ali diz que toda e qualquer ampliação de reserva indígena teria que passar pelo Congresso Nacional. Parabéns pelo seu discurso!

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agradeço ao Senador Jayme Campos.

Aduzindo apenas essa insegurança jurídica, no começo de uma demarcação, eram 233 hectares para 63 índios e, de uma hora para a outra, passam para 4 mil hectares. A insegurança jurídica para pessoas que, nessa região, estão trabalhando há mais de um século.

Eu queria pedir à Presidenta que considere os apartes para efeito de tempo meu. Estou terminando.

Líderes desses Municípios, que eu acabei de citar, do meu Estado, chegaram hoje a Brasília para uma audiência no Ministério da Justiça. Estarei junto com eles nesse encontro para expressar o clima de insegurança que se estabeleceu entre os pequenos produtores no sul do Brasil.

É esperada uma posição do Ministro José Eduardo Cardozo, não apenas porque a Funai é um órgão daquele ministério, mas porque entendo que essa é uma questão de justiça e até de segurança jurídica. E

até agora não tenho nenhum motivo para duvidar do compromisso do Ministro da Justiça com a prevalência dos interesses republicanos e constitucionais em nosso País. Acredito que a palavra do Ministro será uma palavra de respeito exatamente à lei.

A defesa das minorias é legítima e tem todo o meu apoio, mas deve ser sempre um processo limpo, de diálogo com transparência e de respeito às leis nacionais.

Num momento em que se espera, na Câmara, a aprovação do Novo Código Florestal, que estabelece limite para as terras de plantio, não podemos admitir uma desapropriação de produtores rurais de forma violenta sem o Estado ser mediador, não para estimular o conflito, mas para pacificar a disputa. Esse é o grande caminho.

Quando se discute a posse da terra, um meio de produção e sobrevivência para milhares de pessoas no Brasil, é preciso contar com muita atenção do governo.

Os debates que levaram à aprovação do Código Florestal aqui, no Senado, encontraram nesta Casa um ambiente democrático, propício ao debate e à troca de ideias, dentro de um profundo espírito republicano na condução dos interesses nacionais. Isso deve ser o tom de todas as negociações.

O Brasil, um dos maiores produtores de alimentos do mundo, só poderá continuar a prosperar se respeitar o pilar da Competitividade, Produtividade e Sustentabilidade, mas, sobretudo, assumir a importância do respeito às leis e à segurança jurídica.

Ao finalizar, Sr^a Presidenta, Marta Suplicy, gostaria que, nos Anais desta Casa, ficasse registrado o pronunciamento que deveria ter feito na sessão de hoje de manhã em homenagem a Presidenta Dilma Rousseff e mais outras agraciadas com o Prêmio Bertha Lutz, porque, em função das superposições de atividades, não foi possível fazê-lo.

V. Ex^a teve a oportunidade de fazer um curto e contundente pronunciamento, inclusive com pétalas de rosas caindo no plenário do Senado, que foi um momento muito bonito e simbólico.

Então, eu gostaria de pedir a V. Ex^a a transcrição, na íntegra, do discurso que eu faria, hoje de manhã, para cumprimentar a Presidenta e as demais agraciadas, com toda honra, com o Prêmio Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SR^a SENADORA ANA AMÉLIA.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Excelentíssima Senhora Presidenta da República Dilma Rousseff, Sr. Presidente do Senado Federal, Sr^s e Srs. Senadores, é com alegria,

emoção e muito orgulho que participo desta cerimônia. Não poderia ser mais oportuna, nem mais merecida a entrega do prêmio Bertha Lutz à Presidenta Dilma Rousseff e a todas as homenageadas aqui presentes: Maria do Carmo Ribeiro, ex-mulher de Luiz Carlos Prestes; Eunice Mafalda Michiles, primeira mulher a chegar ao Senado; Rosalin Scalabrin, representante da Comissão Pastoral da Terra, e Ana Alice Alcântara da Costa, professora associada do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia.

Este momento especial é um reconhecimento da luta dessas mulheres, faz justiça a elas e também enobrece também esta Casa.

Bertha Lutz dá o nome a este prêmio por ter sido a líder na conquista do direito do voto das mulheres. Assim, ajudou a escrever a nossa história de luta: somos hoje mais de 50 por cento dos 135 milhões de eleitores em todo o Brasil. Ao ascender ao cargo eletivo mais importante do país, Dilma Rousseff personifica a vitória de todas as mulheres na nova etapa da sociedade, em que não se trata mais de lutar para garantir espaço, é preciso arregaçar as mangas e agir para transformar a sociedade numa realidade mais justa para todos os brasileiros.

Neste momento, eu gostaria de trazer a este plenário, simbolicamente, uma outra grande mulher. Ela não tem um cargo especial, não tem sequer um nome conhecido. Ela é simplesmente A mulher que trabalha no campo.

Segundo a FAO, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, as mulheres são responsáveis por 50 por cento da produção de alimentos no mundo. Na América do Sul, as mulheres representam 40 por cento da força de trabalho agrícola. Na África, o índice sobe para 80 por cento. Essas mulheres são um pouco de tudo: mães, esposas, empreendedoras, líderes comunitárias.

Fazem um trabalho que não é difícil apenas devido ao peso da enxada ou ao calor do sol inclemente. São raramente pagas pela tabela correta, não têm acesso a crédito rural e técnicas novas de produção, e quase nunca são reconhecidas, legal ou socialmente, pela função que exercem. Na hora de uma partilha, são as que perdem seus direitos. E por fim, a mulher no campo enfrenta também, o que pode se chamar, a pior forma de violência: a elas é negado o direito básico de acesso à educação.

Quero citar aqui as palavras de Michelle Bachelet, ex-presidente do Chile e hoje diretora-executiva da ONU Mulheres, nova entidade da Organização das Nações Unidas, criada para estimular a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. Em seu discurso no Dia Internacional das Mulheres, Bachelet

destacou a desigualdade gritante enfrentada por mulheres da zona rural e sublinhou que todos perdem com a teimosa manutenção desta desigualdade. Em suas palavras, “dar às agricultoras o mesmo acesso aos recursos oferecidos aos homens tiraria da fome entre 100 e 150 milhões de pessoas.

Senhoras e Senhores, se as mulheres que vivem no campo tivessem direito à terra, acesso a crédito e garantia à renda, haveria menos desnutridos, e também mais alimentos na mesa dos homens, mulheres e crianças.

Em junho próximo, o Brasil receberá Chefes de Estados e representante de todo o mundo na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20. Deixo aqui o alerta: nenhuma solução duradoura será encontrada, nenhuma das principais mudanças que o planeta reclama serão encaminhadas sem o pleno empoderamento e sem uma decisiva participação das mulheres no processo de mudança.

Estudos do Banco Mundial demonstram que os níveis de igualdade de gênero estão proporcionalmente ligados aos índices mais elevados do Produto Interno Bruto. A conta é simples: abrir as oportunidades econômicas às mulheres melhora o crescimento econômico e reduz a pobreza.

Felizmente, temos diante de nós um leque de iniciativas bem-vindas. O Presidente do Partido Progressista, Senador Francisco Dornelles, está mobilizando, muito oportunamente, as instâncias partidárias para estimular o Movimento da Mulher Progressista.

O objetivo é ampliar o espaço para as mulheres no Partido e, dessa forma, conseguir um número expressivamente maior de candidatas mulheres já nas eleições deste ano. A expectativa do Partido Progressista do Rio Grande do Sul, por exemplo, é lançar mil e seiscentas mulheres candidatas às vagas em Câmaras Municipais e 30 candidatas à prefeituras e vice-prefeituras nas eleições municipais de outubro.

Outra iniciativa que deve ser ressaltada é a da Deputada Rebecca Garcia, do meu partido, que apresentou um projeto de lei em 2008 para que o Governo viabilize, em caráter de urgência, a reconstrução da mama de pacientes de baixa renda que tenham feito cirurgia de mastectomia total ou parcial, em decorrência de câncer.

Sr^{as} e Srs., a participação da mulher na política e na economia não é mais uma bandeira de algumas mulheres aguerridas, ou especialmente bem dotadas. A participação feminina em todos os setores da vida moderna se tornou essencial e indispensável.

A igualdade de direitos e oportunidades é a base de uma sociedade saudável. É fundamental para quem defende a democracia e justiça.

A democracia e a paz social são, na verdade, as grandes agraciadas do dia de hoje. Esta cerimônia, em que manifestamos o nosso reconhecimento e a nossa gratidão a essas corajosas mulheres pela enorme contribuição que deram, e continuarão a dar, ao nosso país, é também uma oportunidade de homenagear todas as mulheres e homens, as brasileiras e os brasileiros que desejam justiça social e desenvolvimento sustentável neste país. Que este reconhecimento, testemunhado hoje por todos nós aqui presentes se estenda às empresas, canteiros de obras e ao campo, onde mulheres, também valentes, constroem juntas o nosso Brasil. Parabéns Presidente Dilma, e demais agraciadas pelo Prêmio Berta Lutz.

Muito Obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Ex^a será atendida de acordo com o Regimento, Senadora Ana Amélia.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Parabéns por levantar um tema para debate. Realmente, precisamos saber o que está acontecendo. É bastante sério.

Pois não, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu gostaria de me inscrever pela Minoria, se V. Ex^a me permitir.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não. V. Ex^a, então, é o primeiro inscrito na alternância e tem a palavra.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Marta Suplicy; Sr^{as} e Srs. Senadores, uma comunidade demonstra seu grau de civilidade, de amadurecimento institucional e ético quanto mais se preocupa em proteger as suas minorias e os seus indivíduos portadores de necessidades especiais. Lutar contra as desigualdades e o preconceito é o exercício democrático que nos faz evoluir como sociedade, tornando forte o nosso sentido de cidadania.

Quero falar hoje aqui, nesta tribuna, de um grupo de brasileiros que enfrenta barreiras diárias para executar as tarefas mais simples e corriqueiras. Trata-se dos cegos e pessoas com algum tipo de deficiência visual.

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde, entre 0,4% e 0,5% da população nacional é constituída de indivíduos com cegueira. Grosso modo, isso representa um contingente que atinge cerca de 800 mil portadores dessa anomalia. Infelizmente, as estatísticas não são muito precisas nesta área, mas as estimativas apontam para um número superior a três milhões de pessoas com algum tipo de disfunção visual no País.

Em todo o mundo, esse número chega a alcançar o patamar de 140 milhões de pessoas.

Há, contudo, um consenso, no setor médico, de que o número de cegos, Senador Mozarildo, deve dobrar até 2020. É uma notícia ruim, mas que é precedida por informações animadoras. O índice de portadores de cegueira vai aumentar porque a expectativa de vida da população também evoluiu e as chances dessa deficiência ocorrer a partir dos 65 anos igualmente progride.

Outro fator é que tem melhorado o índice de sobrevivência de bebês prematuros, o que pode ocasionar uma doença chamada retinopatia pediátrica neste público. Entre os adultos, a maior causa de cegueira é proveniente da “catarata” e, logo depois, do glaucoma. Nestes dois casos, a falta de diagnóstico e de tratamento adequado pode acelerar a deficiência.

Mas, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, algumas empresas se adiantando na regulamentação nesta área, já adotaram medidas para facilitar a vida dos cegos. A Sadia, o laboratório Aché, os cosméticos Shizen e Natura, e o Grupo Pão de Açúcar, Senadora Marta Suplicy, por exemplo, já imprimem em algumas de suas embalagens informações em Braille. E a rede de *fast-food* McDonald's oferece cardápios também nesse sistema. Mas precisamos avançar. Apresentar alternativas para que os cegos e deficientes possam ter uma vida normal e integrada aos recentes conceitos de praticidade, conforto e modernidade.

Devo dizer aos senhores que esta minha preocupação é antiga, tanto que já apresentei nesta Casa um projeto de lei que prevê a obrigatoriedade de que os editores de manuais técnicos, de catálogos e folhetos explicativos de marcas e produtos ofereçam aos seus consumidores uma versão em áudio desses textos. Exatamente para auxiliar no cotidiano dos deficientes visuais.

Nesse sentido, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou propondo à apreciação de V. Ex^{as} um projeto de lei que torna obrigatória a confecção de cardápios, rol de serviços, normas explicativas e placas indicativas na linguagem Braille, em restaurantes, bares, hotéis e similares. Parece uma medida prosaica, Senadora Marta Suplicy, mas, não. Para quem não enxerga, qualquer ajuda é uma luz, uma linha tênue que divisa a barreira intransponível da dignidade de tomar para si o próprio destino.

Muitas outras medidas podem e devem ser regulamentadas nessa área. Prefiro começar com uma proposta simples, de fácil realização, mas para conscientizar nossa sociedade desse problema, transformando a todos em copartícipes de um amplo programa de readequação urbana e social que facilite a vida dos portadores de deficiências, porque são cidadãos

também, todos especiais, e por isso merecem naturalmente o respeito não só do Governo, mas, sobretudo, de toda a sociedade brasileira.

De maneira, minha cara Senadora Marta Suplicy, que são com projetos como esse que certamente estaremos dando uma nova perspectiva e, sobretudo, construindo a verdadeira cidadania de milhares de pessoas que muitas vezes estão à mercê de políticas públicas que não podem dar a elas a garantia absoluta de que o Governo com certeza está aí para protegê-las.

Essa é a minha proposta e que certamente vai ser apoiada por todos nós, ou seja, pelos nossos colegas, Senadores.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Parabéns, Senador Jayme Campos, pelo belíssimo projeto proposto. Acredito que já estava na hora de o Brasil dar esse passo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Será apoiado certamente por todos nós.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu vou pedir ao Senador Mozarildo Cavalcanti para assumir a Presidência, porque a próxima na ordem de inscrição sou eu, depois o Senador Mozarildo, o Senador Jayme Campos, que também está inscrito como orador, e agora também estou vendo o Senador Suplicy, que também já foi chamado, mas que agora se encontra aí.

A Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Com a palavra a Senadora Marta Suplicy, do PT de São Paulo.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Prezados Senador Mozarildo Cavalcanti, Senadores e Senadoras aqui presentes, vocês da Rádio e da TV Senado, hoje eu vou voltar a um assunto de que já falei reiteradas vezes nesta Casa, que é a importância e a urgência de avançarmos na construção de um novo pacto federativo. Nós chegamos ao início do século XXI com enormes avanços, tanto na melhoria de vida dos brasileiros, como de oportunidades e diminuição de desigualdades. O Brasil está indo muito melhor.

Agora, nós também temos que ver os problemas que estamos enfrentando em relação a leis. Nós lemos uma pesquisa recente, “De Volta ao País do Futuro”,

que foi divulgada pela Fundação Getúlio Vargas, na semana passada, e nos sentimos orgulhosos porque alcançamos o menor nível de desigualdade econômica e social da história do Brasil. Quer dizer, o Brasil hoje, dentre os... Até a Presidenta Dilma mencionou isso hoje, no prêmio Bertha Lutz, ou seja, que, enquanto várias nações estão aumentando a diferença social entre os seus cidadãos, no Brasil, nós estamos diminuindo, e entre os emergentes somos os que estão fazendo esse trabalho melhor.

Então, para nós, brasileiros, isso foi um esforço gigantesco do Presidente Lula, na sua gestão, quando realmente começou a acelerar esse processo, porque até então a gente só aumentava a diferença entre ricos e pobres neste Brasil. Aí começamos a diminuir e está continuando.

Em especial, a evolução da última década foi considerada “notável” pela pesquisa da FGV. Nesse período, o percentual de pobres na população brasileira caiu drasticamente, de 27%, em 2002, para 13%, em 2010. De 27% para 13%, é realmente uma coisa fantástica. Essa queda ocorreu em um ritmo três vezes mais rápido que o previsto nas Metas do Milênio da ONU. O Brasil cumpriu em 8 anos o previsto para ser cumprido em 25 anos, Senador Mozarildo. Realmente, isso é mérito do Presidente Lula, que iniciou esse processo que continua com a Presidenta Dilma.

Isso é resultado da determinação do Presidente Lula e das políticas sociais do Governo e também do ótimo desempenho da economia brasileira nesse período. E não só a população mais pobre foi beneficiada. A vida da família média brasileira melhorou muito. Sua renda cresceu cerca de 23% nesses 10 anos, algo comemorado também por todos nós, brasileiros.

A esse respeito, aliás, vale destacar que a renda das mulheres cresceu o dobro que a renda dos homens. Isso não quer dizer que está igual, significa que melhorarmos muito. Isso prova que, num ambiente econômico favorável, as mulheres não decepcionam quanto à sua capacidade de trabalho e empreendedorismo. Aliás, diferentes pesquisas vêm mostrando que a cara da nova classe média brasileira é feminina, Senador Suplicy, e isso nos anima muito. É a mulher adentrando o mercado de trabalho já em posições melhores. Essa constatação é especialmente importante num dia como o de hoje, o dia de entrega do Prêmio Bertha Lutz, com a presença da Presidente, em que homenageamos todas as mulheres do Brasil, especialmente as quatro que vieram aqui para receber este prêmio tão importante.

Voltando à questão federativa, há outro resultado, Senador Mozarildo, muito importante da pesquisa da FGV, que eu gostaria de destacar. Trata-se da boa evo-

lução da renda entre os Estados brasileiros e redução da desigualdade regional. V. Ex^a sabe da importância da busca dessa igualdade regional

Segundo a pesquisa, a quase totalidade dos Estados da Região Nordeste registrou crescimento médio da renda superior a 40% nesses anos. Na Região Norte, o crescimento também foi superior à média nacional, com a renda avançando entre 20% e 40%.

Já o Estado de São Paulo – e aí eu acho uma tristeza o que vou falar – viu a renda *per capita* de suas famílias aumentar menos de 10%. Não é interessante? É triste vermos um Estado que sempre foi considerado “a locomotiva do Brasil” estar com sua renda *per capita* aumentando menos de 10% enquanto outras regiões estão com 40%, 20%, 30%... Nada contra, muito pelo contrário: devem aumentar até mais. Mas São Paulo não pode aumentar menos de 10%. Essa não é a primeira vez que eu chamo a atenção para o fato de meu Estado ter perdido esse bonde, de que nós hoje falamos, da prosperidade econômica do Brasil nesta última década. São Paulo, que é a tal da “locomotiva”, está com sua “locomotiva” emperrada. Enquanto os outros estão indo de “foguetes”, nós estamos em uma “locomotiva” mesmo, porque nós não estamos conseguindo acompanhar o Brasil.

Mas o que eu acho importante perceber é que a dicotomia simplista de Estados pobres *versus* Estados ricos está ultrapassada. Foi essa visão que pautou a legislação de repartição dos Fundos de Participação de Estados e Municípios, criada nas décadas de 80 e 90, e que motivou a repartição de 85% para o Norte, Nordeste, Centro-Oeste; e 15% para Sul e Sudeste. Estava certo! Mas, na atual realidade econômica do País, a gente vai ter de pensar outro tipo de critério. Eu não estou defendendo aqui que os Fundos de Participação não sigam a lógica de redistribuição regional de renda, como prevê nossa Constituição, mas precisamos considerar que mesmo nos Estados mais desenvolvidos, como São Paulo, há enormes bolsões de subdesenvolvimento. No Estado de São Paulo, podemos citar o Vale do Paraíba, Pontal do Paranapanema, sudoeste paulista – regiões muito pobres de meu Estado. Na capital de São Paulo, então, o que temos de favelas, cortiços, problemas, áreas de risco... E sem recursos, apesar de ser uma Prefeitura bastante rica. Esses bolsões demandam investimento do Governo do Estado. É claro que Estados como São Paulo são grandes arrecadadores de ICMS. O problema é a dependência desses Estados a esse imposto. O ICMS paulista, por exemplo, corresponde a quase 70% da receita corrente do Estado. E olha que estamos falando do segundo maior orçamento do País. São Paulo só está atrás da União em arrecadação. Por isso, se

quisermos avançar com a reforma do ICMS, seja na cobrança interestadual, seja nas compras eletrônicas, nós vamos precisar discutir também a revisão e a repartição do Fundo de Participação dos Estados, o FPE.

Esse é o contexto do novo pacto federativo, que temos de buscar este ano. Esse é o desafio que se impõe ao Senado como Casa da Federação. São temas tão difíceis, tão complexos, envolvem ganhos, perdas para os Estados, que acabam sempre sendo postergados. O Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucionais os atuais critérios de distribuição do FPE e instou o Congresso a aprovar uma nova lei ainda este ano. Com isso, não vamos poder mais adiar esse importante debate.

Outro problema que exige uma solução urgente é o endividamento de Estados e Municípios com a União. Aqui tenho, quando presido a Casa, ouvido Senadores tocarem reiteradamente nesse tema. Num país com taxa básica de juros de 9,75% e taxas de juros de longo prazo, referência para os empréstimos do BNDES, de 6% ao ano, a cobrança do IGP-DI mais 9% de Estados e Municípios é abusiva. Isso correspondeu, em 2011, aos juros de 14% ao ano, o que quebra os Estados e Municípios. Parece até um financiamento pelo antigo BNH ou a Cohab. Por mais que se paguem direitinho as parcelas todo ano, o saldo devedor não para de crescer. O Município de São Paulo, por exemplo, devia R\$13 bilhões em 2000. Já pagou R\$15 bilhões e ainda deve R\$48 bilhões. Parece piada! Já o Estado de São Paulo devia R\$40 bilhões, pagou R\$75 bilhões, Senador Mozarildo, e ainda deve R\$171 bilhões. A União precisa rever esses juros, senão as finanças federativas vão ficar inviabilizadas. E não faltam boas propostas tramitando nesta Casa.

Por fim, o último problema que precisamos resolver é a denominada guerra dos portos. Entendo a resistência dos Estados, que já há muitos anos usam o ICMS como instrumento de desenvolvimento regional e de incentivo à importação nos seus portos. No entanto, não se trata mais apenas de uma guerra fiscal entre Estados. Os efeitos negativos dessa prática agora atingiram dimensão nacional, principalmente a nossa indústria, que precisa ser protegida; os nossos empregos, que não estão sendo protegidos da concorrência desleal dos importados e do tsunami internacional de que a Presidenta e o Ministro Mantega falaram reiteradas vezes esta semana. Só assim vamos voltar a crescer a taxas mais próximas do nosso potencial. Temos de voltar a crescer 4%, 5% ao ano, e a aprovação imediata do Projeto de Resolução nº 72 é essencial.

Precisamos construir já um caminho nessa direção.

Para concluir, acredito ser um grande privilégio para o Congresso poder protagonizar a construção do novo pacto federativo. O desafio é muito grande, mas nós estamos capacitados a vencê-lo. Para isso, precisamos enfrentar de frente, sem receio do diálogo e, por que não dizer, do bom combate, de sentarmos juntos para podermos encarar esse pacto federativo.

Acho que esse é o maior desafio desta legislatura. Vamos enfrentá-lo.

Obrigada, Senador Mozarildo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Retomando a lista de oradores, já que a última, na ordem, foi a Senadora Marta, convido o Senador Paulo Paim para fazer uso da palavra.

S. Ex^a, então, permuta com o Senador Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta Marta Suplicy, Srs. Senadores, em primeiro lugar quero cumprimentar todo o Senado pela bonita sessão de hoje, inclusive V. Ex^a, Senadora Marta Suplicy, como Vice-Presidente, que usou da palavra por ocasião da homenagem prestada à Presidenta Dilma Rousseff, bem como às demais vencedoras do Prêmio Bertha Lutz, juntamente com a Presidenta Dilma, Ana Alice Alcântara Costa, Maria do Carmo Ribeiro Prestes – Rosali Scalabrin e Eunice Michiles, que, por sua dedicação a causas tão importantes para a mulher brasileira, foram hoje homenageadas.

Cumprimento-a também por seu pronunciamento na sessão de hoje, bem como agora em que ressaltou o progresso brasileiro na direção da diminuição da desigualdade e da pobreza absoluta, conforme estudo da Fundação Getúlio Vargas recém-divulgado.

Ainda há pouco o Ministro Guido Mantega, na exposição que continua ainda, ressaltou que, de fato, o coeficiente Gini de desigualdade, em 2011, atingiu 0,518, o que constitui um progresso muito significativo. É importante que, ao longo de 2001 para 2002, para 2003, durante todo o período do governo Lula e da Presidenta Dilma Rousseff, temos tido progressiva diminuição do coeficiente de desigualdade.

Mas gostaria, Sr^a Presidenta, de hoje apresentar uma nova proposta de emenda à Constituição que dá nova redação ao inciso I do art. 217 da Constituição, para limitar a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, de acordo com os interesses da sociedade brasileira.

Diz essa proposta que:

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art, 1º O inciso I do art. 217 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art 217(...)

I – o princípio da autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento, limitado, nos termos da lei, nas hipóteses em que a intervenção do Poder Público for necessária para preservar os interesses da sociedade”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Quero ressaltar que essa emenda leva em conta sugestão que me foi encaminhada pelo Presidente da Câmara Municipal de São João da Boa Vista, a partir de requerimentos de autoria dos Vereadores Nelson Júnior dos Reis, o Júnior da Van, subscrito pelo Edil Otto Carlos Rodrigues de Albuquerque, que propuseram ao Ministro do Esporte, a mim próprio e ao Deputado Vicente Cândido que nos mobilizemos no sentido de que haja uma mudança na forma de votação para a escolha do Presidente da Confederação Brasileira de Futebol.

Pois bem, para que possa haver um caminho numa direção de maior controle das entidades do desporto brasileiro, tendo em conta o que diz a nossa Constituição, faz necessária uma mudança tal como a que aqui estamos propondo, com a seguinte justificação:

O alcance do ditame constitucional que conferiu autonomia de organização e funcionamento às entidades desportivas dirigentes e associações, conforme está no art. 217, inciso I, da Constituição, mais tarde reafirmado na legislação infraconstitucional (art. 26 da Lei nº 9.615, de 1998), tem ensejado importantes discussões de natureza jurídica. Por um lado, a faculdade que têm as entidades de se organizarem juridicamente, de criarem um direito próprio é considerada como direito inalienável por diversos autores. Outras análises, no entanto, entendem que a autonomia desportiva não pode se traduzir em liberdade absoluta, incondicional.

No entanto, segundo entendemos, a Constituição Federal estabeleceu a regra e fixou a exceção ao prever, concomitante a esse exercício da liberdade de organização e funcionamento das entidades desportivas, a competência da União para legislar sobre desporto (art. 24, inciso IX, da Constituição.). Assim, os dois dispositivos devem funcionar

harmonicamente, porquanto um não sobreleva o outro, nem o anula.

Note-se, portanto, que a autonomia conferida pela Carta Magna garante às entidades desportivas o poder de decidir sobre a elaboração de estatutos, organização e realização de campeonatos, venda e empréstimo de jogadores no caso das modalidades profissionais, e outras questões internas. Tal faculdade não lhes dá o direito, no entanto, de desrespeito a normas de ordem pública, de organização da sociedade.

A sociedade brasileira depara-se, há muito, com denúncias sobre desmandos e desvirtuamentos praticados em muitas das entidades de administração do desporto. Por vezes, dirigentes mal preparados, não raro mal intencionados, se apropriam das entidades, preenchendo seus quadros com parentes e apaniguados, perpetuando-se no poder por mandatos infundáveis. Sem norma legal rígida que lhes cobre responsabilidade sobre os atos praticados em suas gestões, promovem toda sorte de atividades ilícitas contra a ordem tributária nacional e o sistema financeiro, praticando, muitas vezes, evasão de divisas, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro.

Observe-se que a probidade administrativa, a moralidade no exercício do mandato, a proteção contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício da função também são princípios consagrados no art. 14 da Constituição Federal e que devem ser igualmente defendidos.

Consideramos que o Estado não pode renunciar a seu papel de normatizar valores sociais para que a sociedade funcione e evolua sempre em benefício dos cidadãos e não em função de interesses particulares.

Essas as razões que fundamentam a apresentação da presente Proposta de Emenda à Constituição, que remete à lei a regulamentação das atividades de administração desportiva nas hipóteses em que a intervenção do Poder Público for necessária para preservar os interesses da sociedade,

Consideramos que o esporte, especialmente o futebol, configura o patrimônio cultural maior do povo brasileiro. Não é por acaso que a própria Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, estabelece ser o desporto “integrante do patrimônio cultural brasileiro” e de “elevado interesse social”.

Em face do exposto, solicitamos o apoio dos nobres colegas para a aprovação da iniciativa que espero contar com a assinatura de outros Srs. Senadores para então submeter à decisão desta Casa.

Sr^a Presidenta, tendo em conta que nós estamos vendo mudanças importantes nas entidades esportivas, e, aqui, quero que essa sugestão seja levada em conta. Ou seja, o princípio da autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento, limitado, nos termos da lei, nas hipóteses em que a intervenção do Poder Público for necessária para preservar os interesses da sociedade.

Anexo aqui a sugestão proveniente da Câmara Municipal de São João da Boa Vista, em São Paulo, que, de alguma maneira inspirou que a minha assessoria jurídica pudesse formular a proposição desta PEC.

Muito obrigado, Sr^a Presidenta.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Suplicy.

Com a palavra o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr^a Presidente, eu solicito a minha inscrição pela liderança.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Ex^a tem a palavra, pela alternância, pela liderança do seu Partido, o PV

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta Marta Suplicy, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, é inegável que temos melhorado os indicadores econômicos do nosso País. O Brasil tem demonstrado internacionalmente que não é tão somente um País emergente e vem conquistando uma imagem de respeito mundo afora. Mas é preciso que caminhemos a passos mais firmes na melhoria de nossos indicadores sociais e na qualidade de vida dos brasileiros. E, para que isso aconteça, é insofismável a necessidade da melhoria no saneamento básico.

Nosso crescimento econômico ainda é incompatível com o fato de que existam no Brasil 105 milhões de pessoas que não contam com coleta de esgoto, e, dessas, 35 milhões ainda não recebem água tratada em casa. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos informa que 30% dos brasileiros não desfrutam de saneamento básico. E o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), do Ministério das Cidades, revela-nos dados ainda mais

alarmantes: 53% da população brasileira, ou seja, mais da metade, não dispõem de coleta de esgoto, e, do total do esgoto coletado no Brasil, apenas 38% passam por algum tipo de tratamento.

O SNIS e o Instituto Trata Brasil nos dão um panorama mais detalhado da situação do saneamento básico. Segundo eles, Senador Mozarildo, o atendimento de água e esgoto no Brasil, atualmente, tem a conformação que se segue em percentuais. A região Norte dispõe de 58,5% no atendimento de água e apenas 6,2% para o esgoto; a minha região, o Nordeste, tem o atendimento de 69,7% para água e de 19,7% para esgoto. À medida que descemos no mapa, os índices vão melhorando: o Centro-Oeste possui 89% de atendimento para água e 51,4% para esgoto; a região Sudeste é a que apresenta os melhores percentuais, com atendimento de água para 90% da população e de esgoto para 68,2%; por fim, vem a região Sul, com 85,9% e 34,4%, respectivamente.

O saneamento básico tem reflexos determinantes na qualidade de vida da população. O considerável número populacional convivendo com esgotos a céu aberto ou se utilizando de mananciais contaminados pela falta de tratamento de esgoto leva à vulnerabilidade para se contrair doenças. Infelizmente, no nosso País, nos últimos dez anos, mais de 60 mil pessoas morreram por doenças como diarreia, leptospirose, dengue e outras doenças de veiculação hídrica.

O SNIS também nos fornece dados que mostram a tentativa de melhorar essa realidade preocupante. As obras de saneamento, que comumente ficam embaixo da terra, agora possuem uma espécie de visibilidade intimamente ligada ao crescimento da consciência da população e dos gestores da importância desse serviço na vida de todos. Dez anos atrás, as obras de melhoria para o abastecimento de água eram realizadas em 59% dos Municípios do País; agora, elas já existem em cerca de 90% dos Municípios brasileiros. Já as obras de esgoto alcançaram, em 2011, 44% das cidades, um crescimento de 11% se considerarmos os dados do ano 2000, o que é muito pouco.

Na direção desses interesses, a Governadora do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini, assinou, na terça-feira, dia 6 de março, um convênio com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para a construção do aterro sanitário do Seridó e do Alto Oeste no valor de R\$22 milhões. Naquela mesma ocasião, foi assinado também outro convênio, dessa feita com o Ministério do Meio Ambiente, tendo como órgão financiador a Caixa Econômica Federal, no valor de R\$3 milhões para a contratação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos e dos planos intermunicipais de resíduos sólidos para as regiões do Alto Oeste, Seridó e Agreste. Esses re-

curso serão utilizados para financiar o diagnóstico do Plano, que pretende atender 108 Municípios, onde vive uma população de mais de um milhão de habitantes.

Trago novamente essa temática, Sr^a Presidente, na condição de médico, de político e, sobretudo, de cidadão que tem a consciência de que, para que o nosso País seja justo e digno, é preciso que os benefícios e a excelência nos serviços básicos sejam democráticos e universais e que haja o compromisso de todos e de cada um da sociedade brasileira.

Portanto, Sr^a Presidente, era o que tinha a relatar na tarde de hoje.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Paulo Davim.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata, como oradora inscrita.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero iniciar mandando um grande abraço para a minha terra natal, a cidade de Cachoeira, que, hoje, comemora seu aniversário de emancipação política. Quero, portanto, enviar meu caloroso abraço a todo o povo cachoeirano.

Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, há uma semana, eu pretendia fazer este discurso, o que, em função da nossa agenda, da nossa atividade, terminou sendo impossível, mas é indispensável que, aqui, como Senadora da Bahia, eu possa usar desta tribuna para registrar, no Congresso Nacional, uma homenagem ao ex-Deputado Fernando Sant’Anna, falecido na última quinta-feira, dia 10, aos 96 anos de idade. É uma homenagem justa, embora pequena diante do tamanho da perda que representa a morte de um dos mais queridos e admirados políticos que o Congresso Nacional já conheceu.

Peço licença aos senhores para fugir um pouco ao tom solene que a ocasião e a biografia do homenageado exigem e para quebrar o protocolo, mencionando uma passagem absolutamente corriqueira que, a meu ver, ilustra bem o apelido “adorável comunista”, título da biografia que o jornalista Antônio Risério escreveu sobre Fernando Sant’Anna.

Em 1986, tive a honra de ter Fernando Sant’Anna como companheiro da bancada baiana na Constituinte, mas confesso que, muitas vezes, eu me sentia obrigada a me esconder de Fernando no plenário, porque eu ficava envergonhada, Senadora, quando ele gritava, na frente do plenário da Câmara dos Deputados, com aquele enorme vozeirão que o caracterizava: “Ô menina, cadê seu pai? Diga que, esta noite, vou passar em sua casa”. Fernando nunca me chamou pelo meu nome nem por nenhum título. Sempre me chamou as-

sim: “Ô menina!”. Para ele, eu não passava da filha de Aurélio, seu grande amigo e companheiro de militância partidária comunista.

Meu pai, como Fernando, foi um comunista histórico, e essa amizade me aproximou do homem e me fez ainda mais admiradora do político que já era uma referência para a minha geração.

Fernando Sant’Anna era uma personagem da história política da Bahia. Vestia-se como um coronel do cacau, sempre de terno de linho branco, e se comportava como um rigoroso nacionalista e comunista.

Fernando Sant’Anna tratava todos de igual para igual e nunca permitiu que a formalidade das instituições se impusesse como barreira ao diálogo. Ele sempre se colocou acima das convenções sociais, políticas e ideológicas, tanto que era igualmente querido entre seus correligionários e seus adversários políticos, que reconheciam nele um interlocutor capaz de distinguir a disputa política das relações interpessoais.

Como prova do reconhecimento dessas virtudes, acorreram à cerimônia de velório e cremação do corpo de Fernando Sant’Anna, no cemitério Jardim da Saudade, em Salvador, na última sexta-feira, inúmeras personalidades da política baiana do passado e do presente. Estavam lá o ex-Prefeito de Salvador de 1962, Virgildásio de Senna, cassado como ele; os ex-Governadores Waldir Pires e Roberto Santos; o atual Governador, Jaques Wagner, que decretou três dias de luto oficial no Estado. Também esteve presente à despedida o Deputado Federal Roberto Freire, Presidente do PPS, Partido do qual Fernando Sant’Anna era Presidente de Honra.

Em vida, nem todo o enorme carisma de Fernando impediu o governo militar de transformá-lo em um dos primeiros “inimigos públicos” que tiveram o mandato cassado após o Golpe de 1964. Muito provavelmente porque embora fosse de personalidade extremamente afável, nunca abriu mão de ser um adorável comunista, um crítico contundente das injustiças sociais, um feroz combatente da ditadura, um nacionalista empedernido, um exemplo de coerência e de fidelidade aos seus princípios, um ícone da resistência democrática.

Nascido em 10 de outubro de 1915, em Irará, formou-se em Engenharia pela Escola Politécnica da Bahia em 1944, onde iniciou sua trajetória política atuando como líder da delegação baiana no Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) de 1942, realizado em desafio à ditadura do Estado Novo.

Antes de ingressar na vida pública, trabalhou como engenheiro-chefe do Segundo Distrito da Aeronáutica (Bahia e Sergipe) e como assessor direto do educador Anísio Teixeira, no governo de Octávio Mangabeira, exercendo a função de engenheiro-chefe

encarregado da Planificação e Construção de Escolas Públicas.

Em seu primeiro mandato como Deputado Federal, notabilizou-se como um dos articuladores da campanha “O Petróleo é Nosso”, movimento que mobilizou o País inteiro em defesa da nacionalização do petróleo e que, mais tarde, seria responsável pela criação da Petrobras.

Após a anistia, recuperou nas urnas, em 1982, o mandato de Deputado Federal que o golpe militar lhe subtraiu, sendo reeleito em 1986, com destacada atuação na Assembleia Nacional Constituinte na defesa da propriedade estatal e das riquezas do subsolo do País. Integrando a Comissão da Ordem Econômica, foi 2º Presidente da Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária.

Em 1992, tive a honra e o orgulho de contar com a presença de Fernando Sant’Anna no palanque de minha campanha à prefeitura de Salvador, um apoio que, tenho certeza, pelo prestígio e pelo respeito que ele detinha por parte do nosso povo, contribuiu de forma decisiva para a vitória de nosso projeto nas urnas.

Também em 1990, Fernando esteve no nosso palanque, no palanque da Chapa Cor-de-Rosa, composta pelas três mulheres, Lídice, Salete e Beth, quando disputamos o governo.

Maior orgulho e honra tenho, ao encerrar esta homenagem, em dizer a todas as senhoras e a todos os senhores que o Congresso Nacional – muitas vezes, maculado pela ação indigna daqueles que não honram o compromisso de bem representar o povo brasileiro – teve em seus quadros, durante quatro Legislaturas, um dos homens mais honrados que este País já conheceu.

Srª Presidente, a família de Fernando Sant’Anna decidiu construir na sua terra natal, Irará, o seu memorial e contará, certamente, com o apoio de todo o Congresso Nacional, para que possamos manter viva a memória desse grande homem público.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senadora Lídice da Mata.

O próximo orador inscrito presente é o Senador Alvaro Dias, a quem concedo a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Marta Suplicy; Srªs e Srs. Senadores, hoje, volto a um tema da maior importância e que tem sido esquecido nos últimos dias, em razão dos fatos recentes, mas esse assunto não pode ser esquecido jamais.

Refiro-me à saúde da população. A saúde do povo deveria ser a suprema lei. E, hoje, trago um texto escrito exatamente para relatar o que pensa a CNBB,

pensamento que coincide bastante com a pregação que, reiteradamente, fazemos, demonstrando, sobretudo, o descaso que há das autoridades governamentais para com a população mais pobre do País, afastada dos benefícios imprescindíveis dos serviços de saúde pública, porque há corredores de hospitais abarrotados de doentes, aguardando a oportunidade do atendimento. De outro lado, a constatação de desvios brutais.

Para não ficar no discurso oposicionista sem consistência, vamos ao Banco Mundial, que, há algum tempo, realizou um estudo de profundidade sobre a saúde no Brasil e constatou que a questão essencial não é falta de recursos. O que falta, realmente, é competência de gerenciamento, planejamento e sobra de sonestidade. Os desvios são significativos.

Mas vamos ao que diz a CNBB, que traduziu as expectativas da população, especialmente da mais carente, considerando que a realidade do setor de saúde clama por ações transformadoras. A conversão pede que as estruturas de morte sejam transformadas.

O texto base, com lucidez, aborda que a saúde integral é o que mais se deseja. Há muito tempo ela vem sendo considerada a principal preocupação e pauta reivindicatória da população brasileira no campo das políticas públicas. Qualquer pesquisa revela isso. Recentemente, a pesquisa CNI/Ibope mostra que a desaprovação maior do Governo está exatamente no setor de saúde.

Os temas da saúde e da doença exigem, portanto, uma abordagem ampla, como a proposta pelo Guia para a Pastoral da Saúde, elaborado pela Conferência Episcopal Latino-Americana. O GPS diz que a saúde é afirmação da vida, em suas múltiplas incidências, e um direito fundamental que os Estados devem garantir. O mesmo documento assim define saúde:

Saúde é um processo harmonioso de bem-estar físico, psíquico, social e espiritual, e não apenas a ausência de doença, processo que capacita o ser humano a cumprir a missão que Deus lhe destinou, de acordo com a etapa e a condição de vida em que se encontre.

Vamos verificar quais são algumas das exigências elencadas pela CNBB: articular o tema saúde com a alimentação, a educação, o trabalho, a remuneração, a promoção da mulher, da criança, da ecologia, do meio ambiente, entre outras.

Trata-se de uma concepção dinâmica e socioeconômica da saúde que, ao tomar o tema da saúde, não restringe a reflexão a causas físicas, mentais e espirituais, mas avança para as sociais. Com essa abordagem, a Igreja objetiva apresentar elementos

para dialogar com a sociedade, a fim de melhorar a situação da saúde da nossa população.

O texto base focaliza que garantir para a população os direitos e os recursos previstos na Constituição Federal sobre a Seguridade Social é um dos principais desafios sociais da atualidade. Na contramão do que prevê a Constituição, são as famílias que mais gastam com saúde. Dados do IBGE mostram que o gasto com a saúde representou 8,4% do Produto Interno Bruto (PIB) do País em 2007. Do total registrado, 58,4% (ou R\$129 bilhões) foram gastos pelas famílias, enquanto 41,6% (R\$93 bilhões) ficaram a cargo do setor público. Portanto, o povo está gastando mais do que o Governo. A população pobre é desassistida porque o Governo está gastando menos do que devia. As instituições sem fins lucrativos gastaram R\$2,3 bilhões.

Nos países desenvolvidos, 70% dos gastos com saúde são cobertos pelo governo e somente 30% pelas famílias, segundo o IBGE. Portanto, há uma inversão no Brasil. Nos países evoluídos, o governo é que gasta 70%. Para especialistas da área da saúde, o gasto total com a saúde, em 2009, foi de R\$270 bilhões (8,5% do PIB), sendo R\$127 bilhões (47% dos recursos ou 4% do PIB) de recursos públicos e R\$143 bilhões (53% dos recursos ou 4,5% do PIB) de recursos privados.

O Sistema Único de Saúde, inspirado em belos princípios como o da universalidade, cuja proposta é atender a todos, indiscriminadamente, deveria ser modelo para o mundo. No entanto, ele ainda não conseguiu ser implantado em sua totalidade e ainda não atende a contento, sobretudo os mais necessitados desses serviços.

Apesar do avanço que significou a criação do SUS, o Brasil está longe de dedicar atenção à saúde pública semelhante à dos países que contam com um sistema público e universal, como Reino Unido, Suécia, Espanha, Itália, Alemanha, França, Canadá e Austrália. Para atestar essa afirmação, basta lembrar que, em 2008, enquanto o SUS gastou 3,24% do PIB, o gasto público em saúde nos países mencionados foi, em média, 6,7% do PIB.

O texto base elencou com propriedade alguns aspectos referentes ao financiamento e ao acesso à saúde que merecem ser reproduzidos:

- financiamento: a tabela de valores SUS está defasada e não condiz com a realidade nacional;

- carência de uma política direcionada e de incentivos a possíveis parcerias com a rede de entidades filantrópicas na saúde e com as Santas Casas de Misericórdia;

O Sr. Paulo Davim (Bloco/PV – RN) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Vou conceder com prazer.

Apenas elencando mais dois itens:

- subfinanciamento, pois ocorre redução contínua do montante de recursos financeiros aplicados na saúde com o descumprimento da Emenda Constitucional nº 29;

- desvio e malversação de recursos na área da saúde, como disse anteriormente.

Concedo ao Senador Davim, com prazer, o aparte que solicita.

O Sr. Paulo Davim (Bloco/PV – RN) – Obrigado, Sr. Senador. Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento, que tem abordado com tanta clarividência, com tanta propriedade. E é uma verdade mesmo. Não adianta tergiversar. A crise da saúde no Brasil é por inanição, é por falta de recursos. Em dezembro passado, esta Casa apreciou a regulamentação da Emenda nº 29. E, infelizmente, não conseguimos aprovar o texto do ex-Senador Tião Viana, que estabelecia a destinação de 10% dos recursos da União para a saúde. Comparando-se com o que o Governo aplicava em 1995, o Brasil destinava 9,6% do Orçamento bruto da União para a saúde. Atualmente, é algo em torno de 7,1%, 7,2%. Então, está mais do que comprovada a necessidade de um maior aporte de recursos, para que possamos oferecer uma saúde digna à população. Muito obrigado e parabéns!.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador. V. Ex^a conhece bem o assunto.

Como não há tempo para a conclusão da leitura de todo o discurso, peço que considere-o lido na íntegra.

Vou concluir, apenas destacando alguns pontos relativos às dificuldades do acesso à saúde: falta de reconhecimento e de valorização à atenção básica à saúde, desarticulação de seus programas entre si e com a sociedade, superlotação das unidades de urgência e emergência, acesso precário com longas filas para marcação de consultas, falta de leitos hospitalares e desigualdade na distribuição pelas regiões do País, insuficiente assistência farmacêutica à população, falta de humanização e de acolhimento adequados nas unidades de saúde.

O Orçamento da União para a saúde, em 2011, foi de R\$68 bilhões. E, do total, R\$12 bilhões investidos na atenção básica à saúde, apenas por meio de programas do Ministério da Saúde.

Concluo, Sr^a Presidente, destacando que existem no Brasil 52 mil unidades assistenciais públicas, sendo 95% delas administradas pelos Municípios, segundo dados do IBGE. Pesquisa referente à AMS revela que, dos quase 432 mil leitos de hospital no País, 152,8 mil (35%) pertenciam a hospitais públicos e 279 mil

(65%) a hospitais particulares e filantrópicos. Essa é a grande diferença.

Peço a V. Ex^a que considere lido na íntegra o pronunciamento.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ALVARO DIAS.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a CNBB traduziu as expectativas da população, especialmente da mais carente, considerando que a realidade do setor da saúde clama por ações transformadoras. A conversão pede que as estruturas de morte sejam transformadas.

O texto-base com lucidez aborda que a saúde integral é o que mais se deseja. Há muito tempo, ela vem sendo considerada a principal preocupação e pauta reivindicatória da população brasileira, no campo das políticas públicas.

Os temas da saúde e da doença exigem, portanto, uma abordagem ampla, como a proposta pelo Guia para a Pastoral da Saúde, elaborado pelo GELAM (Conferência Episcopal Latino-Americana). O GPS diz que a saúde é afirmação da vida, em suas múltiplas incidências, e um direito fundamental que os Estados devem garantir. O mesmo documento assim define saúde: “saúde é um processo harmonioso de bem-estar físico, psíquico, social e espiritual, e não apenas a ausência de doença, processo que capacita o ser humano a cumprir a missão que Deus lhe destinou, de acordo com a etapa e a condição de vida em que se encontre”.

A vida saudável requer harmonia entre corpo e espírito, entre pessoa e ambiente, entre personalidade e responsabilidade. Nesse sentido, o Guia Pastoral, entendendo que a saúde é uma condição essencial para o desenvolvimento pessoal e comunitário, apresenta algumas exigências para sua melhoria: articular o tema saúde com a alimentação; a educação; o trabalho; a remuneração; a promoção da mulher, da criança, da ecologia, do meio ambiente etc; entre outras.

Trata-se de uma concepção dinâmica e socioeconômica da saúde que, ao tomar o tema da saúde, não restringe a reflexão a causas físicas, mentais e espirituais, mas avança para as sociais. Com esta abordagem, a Igreja objetiva apresentar elementos para dialogar com a sociedade, a fim de melhorar a situação de saúde da população.

O texto-base focaliza que garantir para a população os direitos e os recursos previstos na Constituição Federal sobre a Seguridade Social (Assistência Social, Previdência Social e Saúde) é um dos principais

desafios sociais na atualidade. Na contramão do que prevê a Constituição, são as famílias que mais gastam com saúde. Dados do IBGE mostram que o gasto com a saúde representou 8,4% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, em 2007. Do total registrado, 58,4% (ou 128,9 bilhões de reais) foram gastos pelas famílias, enquanto 41,6% (93,4 bilhões de reais) ficaram a cargo do setor público. As instituições sem fins lucrativos gastaram 2,3 bilhões de reais.

Nos países desenvolvidos, 70% dos gastos com saúde são cobertos pelo governo e somente 30% pelas famílias, segundo o IBGE. Para especialistas na área de Saúde Pública, o gasto total com a saúde, em 2009, foi de R\$ 270 bilhões (8,5% do PIB), sendo R\$ 127 bilhões (47% dos recursos ou 4% do PIB) de recursos públicos e R\$ 143 bilhões (53% dos recursos ou 4,5% do PIB) de recursos privados.

O SUS (Sistema Único de Saúde), inspirado em belos princípios como o da universalidade, cuja proposta é atender a todos, in-discriminadamente, deveria ser modelo para o mundo. No entanto, ele ainda não conseguiu ser implantado em sua totalidade e ainda não atende a contento, sobretudo os mais necessitados destes serviços.

Apesar do avanço que significou a criação do SUS, o Brasil está longe de dedicar atenção à saúde pública semelhante à dos países que contam com um sistema público e universal, como Reino Unido, Suécia, Espanha, Itália, Alemanha, França, Canadá e Austrália. Para atestar esta afirmação, basta lembrar que, em 2008, enquanto o SUS gastou 3,24% do PIB, o gasto público em saúde nos países mencionados foi, em média, 6,7.

O texto-base elencou com propriedade alguns aspectos referentes ao financiamento e acesso à saúde que merecem ser reproduzidos:

- Financiamento: a tabela de valores SUS está defasada e não condiz com a realidade nacional;

- Carência de uma política direcionada e de incentivos a possíveis parcerias com a rede de entidades filantrópicas na saúde e com as Santas Casas de Misericórdia;

- Subfinanciamento, pois ocorre redução contínua do montante de recursos financeiros aplicados na saúde com o descumprimento da Emenda Constitucional (EC 29);

- Desvio e malversação de recursos na área da saúde.

No tocante ao Acesso:

- Falta de reconhecimento e de valorização à atenção básica à saúde, desarticulação de seus programas entre si e com a sociedade;

- Superlotação das unidades de urgência e emergência (prontos-socorros);
- Acesso precário com longas filas para marcação de consultas, procedimentos (como cirurgias) e exames;
- Falta de leitos hospitalares e desigualdade na distribuição pelas regiões do país, bem como insuficiência de leitos de UTI;
- Insuficiente assistência farmacêutica à população;
- Falta de humanização e de acolhimento adequados nas unidades de saúde;
- Descaso com a saúde mental, mesmo diante do aumento indiscriminado de dependentes químicos no país, principalmente na camada mais jovem da população;
- Tendência à judicialização na saúde, provocando demandas excessivas e corriqueiras ao poder judiciário e ao ministério público.

Com lucidez, o texto base afirma: “Os recursos financeiros destinados à saúde pública em todo o Brasil são insuficientes. Várias propostas de lei para regulamentar os repasses à saúde foram colocadas em debate no Congresso Nacional, mas, até hoje, nenhuma foi aprovada em definitivo. Até um novo imposto sobre movimentação financeira foi criado para custear a saúde, a CPMF, no entanto ele foi usado para melhorar os números da arrecadação tributária brasileira e não representou, em nenhum momento, agregação de novos recursos à saúde pública no período de sua vigência, até 2007.”

E ainda: “...O orçamento da União para a Saúde, em 2011, é de R\$ 68,8 bilhões (Orçamento 2011, Lei N° 12.381, de 09/02/2011). Deste total, somente R\$ 12 bilhões serão investidos na atenção básica à saúde, por meio de programas do Ministério da Saúde, por exemplo, no ESF (Estratégia Saúde da Família), através de transferências fundo a fundo do PAB (Piso da Atenção Básica). Em 2010, foram gastos 9,9 bilhões. Nesta conta, não estão computados os recursos próprios investidos por Estados e Municípios.”

O Brasil conta com mais de 192 milhões de habitantes e 5.565 municípios. Entretanto, vários municípios, principalmente das regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, não dispõem de pro-fissionais de saúde para os cuidados básicos, sendo que, em centenas deles, não há o profissional médico para atendimento diário à população.

Existem no Brasil, 52 mil unidades assistenciais públicas – AMS 109. (Assistência Médica Sanitária), sendo 95% administrada pelos municípios, segundo dados do IBGE. Pesquisa referente à AMS revela que, dos quase 432 mil leitos de hospital no país, 152,8 mil

(35,4%) pertenciam a hospitais públicos e 279,1 mil (64,6%) a hospitais particulares e filantrópicos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª será atendido na forma regimental, Senador Alvaro Dias.

Com a palavra o Senador Paulo Paim, como orador inscrito. (*Pausa.*)

Pois não, V. Exª deseja usar da palavra após a Ordem do Dia. Então, com a palavra, a Senadora Vanessa, que também está inscrita.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, Senadora Marta Suplicy, Senadora Maria do Carmo, Srs. Senadores, companheiros e companheiras, é com muito alegria que ocupo a tribuna na tarde de hoje para falar a respeito da realização hoje, pela manhã, neste plenário, da sessão solene do Congresso Nacional, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, momento em que entregamos a comenda, o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz a cinco mulheres brasileiras.

Eu estive ontem, na tribuna, falando desse assunto. Hoje, passamos a manhã toda falando sobre mulher. Volto à tribuna exatamente para tratar do mesmo assunto. Senadora Marta, a sessão de hoje talvez tenha sido uma das sessões mais simbólicas das já realizadas e das que entregaram, em anos anteriores, o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

A sessão foi significativa, em primeiro lugar, porque tínhamos a Presidente da República entre nós, que fez um belíssimo discurso. Conseguiu conectar a política do Governo Federal, as prioridades, Senador Paim, que tem o seu Governo com a causa da mulher e, além da causa da mulher, a causa dos excluídos no Brasil, dos mais pobres. Mostrou nossa Presidente a necessidade e o empenho do Governo em diminuir as diferenças, a discriminação, que infelizmente paira em determinados setores, e citou textualmente: “Precisamos combater a discriminação de gênero no Brasil. Precisamos combater a discriminação racial no Brasil. Precisamos combater as diferenças regionais que infelizmente marcam o Brasil ainda”.

E, como todas nós, a própria Presidenta, como fez a Senadora Marta, a Deputada Rose de Freitas, Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, destacou a necessidade de saudarmos, de falar com muita força de nossas conquistas, porque é exatamente falando com muita força das conquistas já adquiridas que nós podemos seguir caminhando em busca de novas e necessárias conquistas. Hoje, diferentemente de há 80 anos, nós temos o direito de votar e sermos votadas, mas infelizmente ocupamos poucas cadeiras no Parlamento do Brasil inteiro, não somente no Senado ou na

Câmara dos Deputados, mas é assim nas Assembleias Legislativas, é assim nas Câmaras de Vereadores dos mais de 5 mil Municípios brasileiros.

Então precisamos parar e analisar o porquê de uma sub-representação tão forte ainda. E aí é que eu digo que o nosso grande desafio é convencer os homens da necessidade de promoverem e nos ajudarem a promover mudanças mais radicais na estrutura de poder do nosso País. Eu penso, Senadora Marta, que mudando a estrutura de poder nós vamos melhorar muita coisa, nós vamos melhorar a relação no mercado de trabalho, que ainda discrimina a mulher, pagando 30% a menos às mulheres; nós vamos mudar a própria relação de gênero, fazendo com que diminua significativamente a violência que ainda paira sobre a mulher – embora suscetível à violência estamos todos nós, homens e mulheres do Brasil, à violência que ocorre nas ruas, nas grandes cidades e agora nas pequenas cidades também. Entretanto, além dessa violência com a qual nos deparamos nas ruas de nossas cidades, as mulheres sofrem outra violência, uma violência muitas vezes psicológica, mas boa parte das vezes física, e elas sofrem exatamente nos lugares onde deveriam estar mais protegidas.

Então eu não tenho dúvida alguma de que, ampliando-se a participação da mulher nas esferas de poder, nos espaços de poder, nós vamos mudar; vamos melhorar as relações familiares, vamos melhorar as relações sociais, vamos conseguir diminuir a violência e melhorar as relações no mundo do trabalho.

Por que é tão importante a mulher no poder? Quero dizer que fiquei emocionada com vários pronunciamentos aqui, mas me emocionou especialmente o pronunciamento da ex-Senadora e Deputada Benedita da Silva. Percebemos como ela falava do coração, porque não basta dizer que só ocupamos 10% das cadeiras no Parlamento; é preciso dizer por que ocupamos somente 10% e o que precisa ser feito para que essa representação aumente. Eu não diria que queremos amanhã estar aqui ocupando 52% das cadeiras, que é exatamente o percentual dos eleitores do Brasil – as mulheres representam 52% do eleitorado brasileiro –, mas não podemos continuar com essa legislação.

Aqui eu quero lhe lembrar, Senadora Marta, que, em 1995, nós nos encontramos na China, V. Ex^a como Deputada Federal e eu como Vereadora na cidade de Manaus, porque fizemos uma grande delegação. O Brasil formou uma grande delegação de entidades não governamentais, senadoras, deputadas federais, deputadas estaduais e vereadoras do Brasil inteiro.

Logo após essa conferência, na qual a Senadora Marta foi uma das que empunhou muito forte essa bandeira, conseguimos aprovar o projeto, não

é, Senadora? Acho que o projeto era de sua autoria. O projeto era de autoria da Senadora Marta, à época Deputada Federal. Aprovamos a reserva e a cota, nas candidaturas, de 30% das candidaturas de um partido ou coligação reservadas a determinado gênero. O que significa dizer que é uma lei que casa muito bem com as mulheres. O problema não são os homens. Eles são candidatos, as mulheres é que não são candidatas.

Muito tempo se passou e o avanço foi muito pequeno. Se continuarmos nesse ritmo, levaremos ainda quantos anos para alcançar uma representação não exatamente compatível com o nível da nossa representatividade na sociedade, mas uma representação que seja mais significativa do que é, a qual coloca o Brasil numa posição muito difícil mesmo? E aí não tem outra saída.

A mulher encontra barreiras que a sociedade vê como naturais. Mulher não é candidata não é porque não quer. Mulher não é candidata não é porque não tem competência. Mulher não é candidata não é porque não tem carisma. Mulher não é candidata, primeiro, porque a maioria delas não tem condições. Trabalha fora de casa, mas é submetida à injusta – não diria nem dupla, Senador Mozarildo – tripla jornada de trabalho. Então, nas horas de folga, ela tem de fazer o almoço para a família no dia seguinte, lavar a roupa, arrumar a casa. E faz isso quase que com exclusividade, na grande maioria das vezes. Então, não lhe sobra tempo.

Quando a mulher quer se dedicar à vida pública, muitas vezes, é o marido que não deixa, o marido que não vê com bons olhos a mulher ingressar em uma entidade da sociedade civil ou em um partido político, porque vê o ambiente de um partido político como um ambiente eminentemente masculino. Mas e aquelas que conseguem entrar num partido político? Essas sofrem também. Não acessam o fundo partidário, não recebem o financiamento para suas campanhas e, diria, não são nem priorizadas, não são nem levadas em consideração na hora de fazer a campanha, de ter espaço no horário eleitoral gratuito.

Nós conseguimos, Natal, na última votação da minirreforma – porque toda reforma política no Congresso Nacional se transforma em reforma eleitoral, não é nem minirreforma política –, aprovar um dispositivo na lei que reserva 10% do tempo gratuito de rádio e de televisão para as mulheres e também 10% do fundo partidário para ser investido na formação política das mulheres.

Então, o que precisamos fazer? Precisamos fazer o que fez a Argentina, o que fez a França, o que está fazendo a maior parte dos países do mundo. Vamos fazer do nosso sistema eleitoral um sistema que não alije tanto a mulher, que possibilite a lista com alter-

nância entre homens e mulheres. Foi assim que os países estão chegando a 25%, a 30%, a 40% de representação feminina. É isso que precisamos, porque essa sensibilidade mais a firmeza da mulher ao lado da sensibilidade e da firmeza do homem que fará e possibilitará uma mudança mais rápida e mais profunda em nossa sociedade.

Quero, através de V. Ex^a, Senadora Marta, que representa aqui a nossa Vice-Presidenta, e, hoje pela manhã, fizemos com a Presidenta Dilma, cumprimentá-la pela sessão, uma sessão extremamente imobilizada. Nunca vi tantos homens participarem de uma sessão alusiva ao Dia Internacional da Mulher como hoje, o que significa dizer que muito tem valido a pena a eleição da primeira mulher Presidenta do Brasil.

Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Faço minhas as suas palavras porque, realmente, Senadora Vanessa, foi uma bela descrição da nossa situação que V. Ex^a fez, e o grande desafio é realmente a lista fechada porque sabemos que, aqui em nossa Casa, o Senado, isso é bastante complicado. Existe uma resistência enorme.

Mas lembro que Argentina e Costa Rica têm 35% de mulheres no parlamento porque lá existe lista fechada, com alternância. E como autora da lei das cotas, há mais de 15 anos, eu posso dizer que ela foi aguada, no momento em que não há punição aos partidos políticos. Eles colocam – colocam ou não colocam? – 30% de mulheres, mas, mesmo assim, se não há um auxílio, uma prioridade, quase uma ação afirmativa ali, as mulheres não têm condição de disputa com os homens. E ainda temos que escutar: “mas elas não querem ser candidatas”. Não é que a gente não quer, mas a maioria das mulheres não têm condição de serem candidatas.

Senadora Maria do Carmo Alves, V. Ex^a tem a palavra. Ah! V. Ex^a declinou.

Então eu vou ler alguns expedientes.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Nos termos do art. 62 e 65 do Regimento Interno do Senado Federal, indico a Senadora Lídice da Mata como Vice-Líder do Bloco de apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

É o seguinte o Ofício na íntegra:

Ofício nº 035/2012 – GLDBAG

Brasília, 13 de março de 2012.

Senhor Presidente,

Nos termos dos artigos 62 e 65 do Regimento Interno do Senado Federal, indico a Senadora Lídice da Mata como Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Gover-

no, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. – Senador **Walter Pinheiro**, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) –

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam apresentadas congratulações à Federação das Indústrias do Estado de Goiás, pelos 60 anos de sua fundação.

Senadora Lúcia Vânia;

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de voto de congratulações e aplausos pela inauguração do memorial que leva o nome Professor Samuel Benchimol, no dia 6 de março de 2012, bem como seja encaminhado o referido voto ao seguinte endereço: Benchimol, Irmão & Cia Ltda, Rua Miranda Leão, 41, Manaus, Amazonas;

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção de voto de congratulações e aplausos à Eng^a Magda Chambriard, pela sua indicação como a nova diretora-geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, ANP, bem como seja encaminhado o referido voto no seguinte endereço: Av. Rio Branco, 65/ 12º andar, Rio de Janeiro;

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de voto de congratulações e aplausos à Major da Polícia Militar Priscilla de Oliveira Azevedo, por receber o prêmio que distingue mulheres com coragem ao redor do mundo, recebido no dia 8 de março de 2012, bem como seja encaminhado o referido voto no seguinte endereço: Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Praça Cristiano Ottoni, 4º andar, Rio de Janeiro.

Esse prêmio, nós pudemos observar nas revistas e televisão e ficamos todos muito honrados.

São os seguintes os Requerimentos na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 134, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam apresentadas congratulações à Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG) pelos 60 anos de sua fundação.

Justificação

A Fieg foi fundada em 17 de dezembro de 1950 e instalada oficialmente em 1º de maio de 1952. Desde então, sua missão consiste em promover o desenvolvimento econômico, social, cultura e industrial do Estado de Goiás, fortalecendo o associativismo sindical,

fomentando os negócios e defendendo os interesses do setor. – Senadora **Lúcia Vânia**.

REQUERIMENTO Nº 135, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, pela inauguração do memorial que leva o nome Professor Samuel Benchimol, no dia 6 de março de 2012, bem como seja encaminhado o referido voto no seguinte endereço: Benchimol, Irmão & Cia Ltda. Rua Miranda Leão, 41 – Centro – CEP 69005-290 – Manaus – AM.

Justificação

O professor Samuel Isaac Benchimol ganhou um memorial na noite do dia 6 de março de 2012. A homenagem foi inaugurada na escola municipal que leva o nome do professor, localizada no bairro São José, zona Leste da capital amazonense. O projeto é resultado de cerca de um ano de pesquisas nas obras do escritor, que coleciona um grande acervo de títulos.

A homenagem não poderia ser em um local mais especial. O memorial tem um significado especial, ele está dentro de um ambiente de estudo e de aprendizado foi o ambiente onde o Professor Samuel cresceu e onde ele mais gostava de estar.

O professor deixou 109 títulos que mostram uma visão humana do Amazonas. Durante o processo de montagem, foi possível entender a fundo algumas questões da região. Até hoje, as obras envolvem seus leitores e lançam um espírito de questionamento.

A equipe de ilustradores se inspirou em trechos dos livros para criarem o designer do memorial. Foi pedido que trabalhasse textos de forma que a Amazônia fosse mostrada de forma inovadora.

Como professor, Samuel lecionou por quase 50 anos na Universidade Federal do Amazonas em cursos de economia e direito. Seu interesse no estudo dos mais diversos aspectos da Amazônia culminaram na sua escolha para criar uma matéria de Introdução à Amazônia..

Como empreendedor, Samuel Benchimol foi, juntamente com seus irmãos Israel e Saul, fundador do grupo Bemol/Fogás em 1942. As empresas do grupo estão em diversas atividades, incluindo distribuição de gás de cozinha, lojas de departamento, internet shopping center e exportação de produtos naturais da Amazônia como balsamo de copaíba e óleo de pau-rosa.

Dada a sua dedicação ao estudo e à educação, Samuel foi nomeado à Academia Amazonense de Letras. O prédio principal da Universidade Estadual do Amazonas e a Escola Estadual Samuel Benchimol, no bairro Nova Cidade, são dedicados ao seu nome. Após seu falecimento, foi criado o Prêmio Amazônia

Prof. Samuel Benchimol, patrocinado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e pela FIEAM.

Sala das Sessões, 12 de março de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

REQUERIMENTO Nº 136, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, a engenheira Madga Chambriard, pela sua indicação como a nova Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), bem como seja encaminhado o referido voto no seguinte endereço: Av. Rio Branco, 65/12º ao 22º andar, CEP: 20.090-004, Rio de Janeiro/RJ

Justificação

Madga Chambriard foi nomeada pela presidente Dilma Rousseff, no dia 8 de Março de 2012, para a direção-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Ela substituirá o ex-diretor-geral, Haroldo Lima, que deixou o cargo no dia 11 de dezembro de 2011.

O cargo vinha sendo ocupado interinamente pelo diretor Florival Rodrigues de Carvalho. Magda não terá que passar por sabatina no Congresso Nacional, porque já era diretora da agência. Nesse caso, a indicação para a diretoria-geral não precisa ser ratificada pelos parlamentares. O que precisa passar pelo Senado é o nome que irá substituir Haroldo Lima no colegiado, que ainda não foi indicado pela Presidência. Foi Lima quem indicou Magda para a diretoria em 2008, numa nomeação que contou com o apoio do PT e do PCdoB. Com Lima, ela participou da elaboração do novo marco do setor de petróleo.

Carioca, Magda Maria de Regina Chambriard é pós-graduada em engenharia química, de reservatórios e avaliação de formações. Iniciou sua carreira na Petrobrás e ingressou na ANP em 2002, como assessora da diretoria, atuando sempre nas áreas de exploração e produção de petróleo.

Magda ingressou na Petrobrás em 1980 como estagiária e migrou para a ANP em 2002 como assessora da diretoria. Seu nome foi cotado para a diretoria de Exploração de Produção da Petrobrás, recentemente assumida por José Formigli. Foi nessa diretoria, na área de Novos Negócios, que Magda atuava até 2001, antes de deixar a estatal.

Parabéns, Magda Chambriard pelo reconhecimento de sua competência, e por sua excelente qualificação como profissional competente, autoritária e exigente.

Sala das Sessões, 12 de Março de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**

REQUERIMENTO Nº 137 DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, a Major da Polícia Militar Priscilla de Oliveira Azevedo, por receber o prêmio que distinguem mulheres com coragem ao redor do mundo, recebido no dia 8 de Março de 2012, bem como seja encaminhado o referido voto no seguinte endereço: Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, Praça Cristiano Ottoni, s/nº – 4º andar – Centro, Rio de Janeiro. CEP: 20.221-2.

Justificação

Por ocasião do Dia Internacional da Mulher, a secretária de Estado americana, Hillary Clinton, realizou em Washington a entrega anual dos prêmios com os quais os Estados Unidos distinguem mulheres com coragem ao redor do mundo. O Departamento de Estado louvou o papel de Priscilla na pacificação das favelas do Rio, onde enfrentou alguns dos criminosos mais perigosos da cidade e chegou a sofrer um seqüestro-relâmpago em 2007.

A Major da Polícia Militar Priscilla de Oliveira Azevedo, primeira mulher a comandar uma Unidade da Polícia Pacificadora, recebeu no dia 8 de Março de 2012, o prêmio internacional Mulheres de Coragem 2012. Ela recebeu o troféu das mãos da primeira-dama dos Estados Unidos, Michelle Obama, e da secretária de Estado, Hillary Clinton, durante cerimônia em Washington. A major foi uma das dez vencedoras do prêmio.

Também participaram da cerimônia Leymah Gbowee e Tawakkol Karman, que ganharam o Prêmio Nobel da Paz de 2011. O evento foi no Auditório Dean Acheson do Departamento de Estado dos EUA. Em comum entre as premiadas, ações na área de direitos humanos.

O prêmio é um luxo para Priscilla, evangélica da Assembléia de Deus, criada no subúrbio. Em 2007, ela sofreu um seqüestro-relâmpago. Foi levada com uma arma enfiada na boca até uma favela em Niterói. Quando a identificaram como policial, ela apanhou, mas conseguiu fugir. Catou um por um seus detratores; só falta um. Em 2008, a major Priscilla recebeu das mãos do secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, a importante missão de comandar a ocupação da UPP no Morro Dona Marta, em Botafogo.

Beltrame não esconde de ninguém a admiração que tem pela história de Priscilla de Oliveira Azevedo, de origem humilde, parecida com a dos moradores da comunidade que protegeu por três anos. No início, chegou a andar de fuzil pelas vielas. Depois da pacificação, adotou a pistola. Mas a arma da major sempre foi mesmo a conversa. Junto com a repreensão no olhar, era imbatível. Pode parecer politicamente correta, mas,

dizem, que se transformava em operações policiais. Estudante de direito, a major – que deixou até afilhados na favela – só saiu do Dona Marta para assumir o desafio de cuidar de todos os projetos estratégicos da pasta, com foco principal nas UPPs.

Esse prêmio que além de justo, é também o reconhecimento de um importante trabalho, trabalho esse que criou não apenas, um programa modelo, mas também representou uma melhoria das condições das pessoas que vivem nessas circunstâncias.

Parabéns, Priscilla você é um exemplo e motivo de muito orgulho para o seu País.

Sala das Sessões, 12 de Março de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Todos os expedientes lidos vão à publicação.

Passo a Presidência ao Senador Presidente José Sarney.

A Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) –

ORDEM DO DIA

A pauta é composta de algumas outras matérias, mas as duas primeiras, o **Projeto de Lei de Conversão nº 4**, proveniente da **Medida Provisória nº 547, e a outra, 548**, ainda não têm parecer, de maneira que a pauta continua trancada.

Consta também da pauta de hoje a **Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 2011**, que não está incluída entre as vedações que podem ser examinadas.

Portanto, podemos fazer a discussão, nos termos da decisão das lideranças, de nós fazermos uma pauta temática de todas as medidas de reforma política. Precisamos contar o prazo de interstício. Embora a medida esteja com uma emenda, teremos que fazer hoje a discussão para contar prazo de interstício.

É o item nº 3, Proposta de Emenda à Constituição nº 40.

Item 3:**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 40, DE 2011
(REFORMA POLÍTICA)**

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 29, de 2007; e 40, de 2011)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 2011, do Senador José Sarney e outros Senadores, que altera o art. 17 da

Constituição Federal, para permitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias.

Os pareceres, sob nºs 660 e 1.097, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: Senador Raupp, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 40, favorável, com voto vencido e separado do Senador Inácio Arruda e outros Senadores; segundo pronunciamento, nos termos do Requerimento em conjunto 919, favorável à Proposta de Emenda e pela prejudicialidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, com voto vencido dos Senadores Inácio Arruda, Marcelo Crivella e Antonio Carlos Valadares.

A matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas.

Hoje decorre o primeiro dia em que constará da pauta para discussão.

Poderão ser oferecidas emendas até a quinta sessão deliberativa.

É o seguinte o item que tramita em conjunto:

Item 4:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2007 (REFORMA POLÍTICA)

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 29, de 2007; e 40, de 2011)

Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Jarbas Vasconcelos, que *altera o art. 17, § 1º, da Constituição Federal, para admitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias.*

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Em discussão.

Sem oradores, encerro a discussão.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão.

Encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2012 *(Proveniente da Medida Provisória nº 547, de 2011)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil

– PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 547, de 2011).

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2012 *(Proveniente da Medida Provisória nº 548, de 2011)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2012, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de quatrocentos e sessenta milhões e quinhentos e trinta mil reais, para o fim que especifica (proveniente da Medida Provisória nº 548, de 2011).

5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 66, DE 2012

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 2012 (apresentado como conclusão do Parecer nº 99, de 2012, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá), que aprova a programação monetária para o 1º trimestre de 2012.

6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 67, DE 2012

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 2012 (apresentado como conclusão do Parecer nº 100, de 2012, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá), que aprova a programação monetária para o 4º trimestre de 2011.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o primeiro orador inscrito, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente desta sessão, Senador José Sarney, Senadores e Senadoras, venho falar hoje de um tema que é assunto – eu diria – em todo o cenário nacional sobre o sucateamento da indústria brasileira, mas, claro, na minha ótica, olhando o fortalecimento da nossa indústria, mas sem abrir mão dos direitos dos trabalhadores, como está acontecendo, por exemplo, hoje da Espanha.

Milhares de espanhóis protestam contra a reforma trabalhista. O que as centrais sindicais da França estão dizendo? Com o discurso da crise por que passa o país, estão querendo abrir mão da maioria dos direitos dos trabalhadores, e, corretamente, as centrais na Espanha fazem manifestações que estão envolvendo aqui em torno de 150 mil pessoas. No próximo dia 29, haverá inclusive uma greve geral promovida pelas entidades.

Eu quero defender as indústrias nacionais, mas jamais deixarei de defender os empregos, o 13^o salário, as férias, a carga horária limitada e a nossa previdência de forma universal, de forma que os trabalhadores tenham direito à aposentadoria integral de acordo com o teto da previdência, que hoje é R\$3.960,00, sem a aplicação do famigerado fator previdenciário.

Mas, enfim, Sr. Presidente, o impacto da globalização nas economias domésticas em todo o mundo, sem dúvida, traz vantagens; porém, o desafio que se apresenta para o Brasil no transcorrer das próximas décadas é o de estancar e reverter o processo de sucateamento da nossa indústria. Em um ambiente econômico mais competitivo a cada ano, devemos virar excelência em nossa produção industrial, inspirados pela própria história. De fato, no curso do século XX, a mais significativa transformação ocorrida em nosso País foi a profunda modernização que mudou a face de nossa economia. O Brasil, antes constituído por uma sociedade agrário-exportadora, com base em produção de matérias-primas como café, leite e açúcar, lentamente se converteu em uma economia urbano-industrial com a progressiva diversificação de sua produção e o fortalecimento da classe média, sobretudo em suas cidades.

A despeito das variadas conjunturas e da grave suspensão do poder civil na condução do País, o projeto de industrialização estava sempre presente em nossas escolhas históricas, inclusive no período militar, entre 1964 e 1985. O nacionalismo de esquerda ou de direita convergia para a conclusão indiscutível de que nossa autonomia como Estado e como sociedade dependia muito da sofisticação de nosso atual modelo.

Modelo de produção de riquezas em meio a tantos embates históricos, esse consenso nos levou

à condição de um entre os poucos países do Terceiro Mundo com um parque industrial completo. Parece-nos óbvio que o gradual desenvolvimento do País, a ponto de termo-nos tornado uma sociedade de classe média, é o resultado necessário da nossa opção pela industrialização no curso do século passado. Essa conquista histórica do Brasil, no entanto, enfrenta, no presente, inegáveis riscos frente às forças invencíveis da globalização e do potencial de seus efeitos danosos em toda parte.

Vivemos em um mundo em que uma única proto-superpotência, a República Popular da China, dá mostras de que caminha para se transformar na fábrica do mundo, talvez ao custo do desemprego e da precarização das economias de países em todos os continentes, inclusive nos Estados Unidos da América.

O Brasil, a toda evidência, não está passando incólume à ascensão chinesa, resultante, em grande medida, da política do *dumping* cambial do gigante asiático. Gigante asiático que inunda o mercado global com quinquilharias e também com produtos de alto valor agregado a preços artificialmente módicos.

Nunca é demais lembrar, Sr. Presidente, ou, eu diria, relembrar que, desde o ano de 2009, a China tornou-se nosso maior parceiro comercial, tendo suplantado nossa histórica relação privilegiada com os Estados Unidos. Para além das trocas de comércio oficiais, o problema também reside na imensa quantidade de produtos que nos chegam a preços irrisórios, mediante ingresso ilegal em nosso território, sem pagamento de qualquer tributo ao Estado. Por essas razões, vários setores industriais em nosso País, como o de brinquedos, calçados, eletroeletrônicos, entre outros, apresentam crescente dificuldade para competir no próprio mercado interno.

A título de exemplo, relembremos que a indústria brasileira de bens de capital caminha para se transformar em mera maquiladora, em que as empresas irão se limitar à importação de peças para montagem aqui de equipamentos para o mercado nacional. A esse respeito, em 1^o de março de 2012, foi publicada a notícia de que, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), o processo de desindustrialização do setor caminha a passos largos mediante a destruição da cadeia de componentes e itens intermediários que resultam na construção de máquinas.

O setor registrou déficit, em 2011, de US\$17,9 bilhões. Repito: o setor registrou déficit, em 2011, de US\$17,9 bilhões, cifra muito superior aos US\$600 milhões de prejuízo, por exemplo, em 2004.

Desde aquele ano, as importações brasileiras em máquinas e equipamentos aumentaram 290%, contra o

modesto incremento de 60% em nossas exportações. Importações, 290%; exportações, 60%.

Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que, após um recuo de 7,4% em 2009, resultante da crise internacional, e de sofrer a estagnação em 2010, a indústria brasileira apresentou pífio crescimento – de mero 0,3% – em 2011, quando o comércio nacional se elevou em 7%.

Descontado o mau desempenho de 2009, resultante da crise global de então, 2011 foi o pior ano para a nossa produção industrial desde 2003.

O setor têxtil brasileiro, particularmente importante para a economia do meu Estado, o Rio Grande do Sul, teve um decréscimo em sua produção de elevados 15%, apenas no ano passado, situação que levou ao desemprego algo em torno de 20 mil trabalhadores, e o recuo na produção também se verifica nos setores de calçados e eletroeletrônicos.

A situação da indústria brasileira, portanto, é preocupante, e motivou o Governo brasileiro a adotar medidas de estímulo à produção nacional.

O Banco Central vem diminuindo, desde agosto do ano passado, a taxa de juros, que deverá descer a 9% ao ano, no curso dos próximos meses.

Por outro lado, a desoneração de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em produtos como fogões e máquinas de lavar roupa, levou a um aumento de 7% na fabricação desses bens duráveis, em dezembro do ano passado.

O governo também desonerou impostos sobre a folha de pagamento de setores industriais que, como o têxtil, vêm sendo os mais atingidos pelas importações.

A competitividade de nossa indústria, todavia, depende do enfrentamento de várias questões fundamentais, como a sobrevalorização de nossa moeda e a necessidade permanente e frequente de o Banco Central caminhar na redução da taxa de juros. Necessitamos, igualmente, da efetiva solução de alguns gargalos, como a infraestrutura precária de nossas estradas, rodovias, portos e aeroportos, e a elevada carga tributária brasileira.

Cabe ao Brasil, ademais, definir uma vigorosa política industrial, no curso dos próximos anos, que fomente a elevação dos padrões produtivos de nossa economia.

Sr. Presidente Mozarildo, a preocupante situação enfrentada pelo setor industrial brasileiro deve conduzir o Poder Legislativo e, em particular, o Senado Federal, à ação pela defesa das opções históricas de nossa economia.

O sucateamento da indústria brasileira merece ser combatido com o auxílio de iniciativas legislativas

como o Projeto de Resolução nº 72, de 2010, que foi motivo de uma ampla reunião aqui no Gabinete da Presidência da Casa, envolvendo todas as centrais dos trabalhadores, também os representantes dos empresários do País e os líderes de todos os partidos na Casa.

Enfim, Sr. Presidente, o Projeto de Resolução nº 72, de 2010, que vem sendo muito bem recebido por importantes interlocutores, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a Fiergs, lá no Rio Grande, a CUT, a CGT, a Força Sindical, a Nova Central, a UGT. No meu entendimento, trata-se de um caminho que poderá melhorar a situação do nosso parque industrial.

O Presidente da Fiesp publicou, no dia 4 de março de 2012, artigo bastante esclarecedor nesse sentido. Diz ele: “Estados fazem guerra e o Brasil perde empregos”. Na visão do Sr. Paulo Skaf:

A guerra dos portos, praticada por alguns Estados brasileiros, é a concessão de benefícios fiscais, por meio do ICMS, para produtos importados.

A prática fez com que o Brasil deixasse de gerar 915 mil empregos na última década.

Caso não sejam tomadas providências urgentes, mais de um milhão de postos de trabalho deixarão de ser criados em nosso País nos próximos cinco anos. Em última análise, estamos exportando empregos de trabalhadores brasileiros.

E isso, é claro, preocupa a todos. Continuando:

Mas existe uma solução para esse absurdo: a Resolução 72/2010 [repete], que deverá estabelecer uma alíquota de ICMS de 4% a ser cobrada na origem – isto é, nos Estados onde os produtos importados desembarcam.

No entendimento da Fiesp, essa é a melhor proposta para o Brasil, pois reduz a margem para a concessão do incentivo fiscal nas operações interestaduais com importados. [É uma luta fratricida entre brasileiros.]

O restante do ICMS passará a ser pago no Estado de destino, onde a mercadoria é vendida ao consumidor final.

Sr. Presidente, entendemos que, em um momento de grandes transformações da economia e geopolítica mundiais, o Senado Federal presta um inestimável serviço ao futuro de nosso País ao promover, com a máxima ênfase e energia, a manutenção e o desenvolvimento de nosso parque industrial, construído gra-

ças aos esforços de gerações de brasileiros, tanto de empregados como de empregadores.

No dia 29, Sr. Presidente, eu fui convidado por representante dos trabalhadores e dos empregadores para uma grande atividade pública que será realizada lá no meu Rio Grande, em Porto Alegre.

Nesta sexta-feira, eu estarei no Rio de Janeiro, no Tribunal Regional do Trabalho, onde faremos um debate, com a presença de centenas de líderes, sobre a defesa da CLT, a defesa da Previdência, a defesa da carteira de trabalho, que completa, neste mês de março, 80 anos, e também da indústria nacional, mas com um viés muito claro: defendemos a indústria e o emprego, mas não vamos aceitar que, em nome da crise que abarca principalmente a Europa e os Estados Unidos da América, a gente venha a abrir mão dos direitos básicos dos trabalhadores, como antes já listei.

Sr. Presidente, quero ainda destacar, porque é na mesma linha, que as agências de notícias têm vinculado, desde sexta-feira, a possibilidade de o Governo Federal ampliar a desoneração da folha de pagamento do setor industrial.

Eu quero dizer, e não estou aqui inventando a roda, porque defendendo essa tese há muito tempo e nem sempre fui muito bem entendido, e muitos me questionaram há algum tempo, e que bom que agora não me questionam mais, eu sou favorável a desonerar a folha em algumas situações, e podemos tratar aqui da Previdência, desde que se transfira, para que não haja um desnivelamento nesse peso da balança para o faturamento. Ou seja, que a Previdência não venha pagar conta, mais uma vez, como sempre acontece na história deste País.

Vou dar um exemplo. Aqueles que contribuem com a Previdência com 20%, passam para 15%, passam para 10%, passam para 2%, e depois o discurso é sempre o mesmo: “A Previdência está falida e não dá para acabar com o fator e não dá para melhorar o benefício dos aposentados”.

Eu entendo que o Governo não está apontando nesse sentido. O Governo está dizendo: “Podemos reduzir a contribuição sobre a folha, mas tem de passar para o lucro ou para o faturamento” – isso aqui a gente pode aprofundar.

Esta é uma medida que seguirá as diretrizes do Plano Brasil Maior, cujo objetivo é traçar novas políticas na área industrial, tecnológica, de serviço e de comércio exterior.

A ideia é conceder, pelo que vi aqui, a isenção de taxa de recolhimento ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), que atinge 20% sobre o ganho do trabalhador.

Enfim, ressaltar, Sr. Presidente, mais uma vez, que já em 2004 – eu vou direto ao tema, aproveitando o tempo – eu apresentei uma proposta legislativa, o chamado PLS nº 205, de 2004, que propõe a substituição gradual da contribuição da folha salarial para a receita bruta, com base na contributiva para o financiamento da seguridade social.

Ou seja, não é como alguns tentaram passar esses dias lá na Comissão de Assuntos Sociais, e nós pedimos inclusive uma audiência pública: simplesmente dizem que não contribuem mais sobre a folha e não fazem a contrapartida. O Senador Humberto Costa, se não me engano, pediu vista do projeto, e que bom que pediu vista. Aí eu perguntei: “Quantos bilhões a Previdência vai deixar de arrecadar se vocês simplesmente reduzirem sobre a folha o percentual de pagamento e não apontarem nenhuma contrapartida?” Responderam: “Ah, são alguns bilhões”. “Quanto?”, perguntei. “Quanto eu não sei.” Eu digo: eu também não sei. Como é que eu vou aceitar que deixem de pagar 20% sobre a folha para 14%, sem que me respondam quem vai pagar a aposentadoria dos nossos trabalhadores, com uma redução como esta, sem nenhuma contrapartida?

Enfim, Sr. Presidente, o Executivo tem feito esse debate, mas aponta que tem que haver um percentual sobre o faturamento.

Vou em frente, Sr. Presidente. Em 2011, o Brasil registrou uma queda na produção industrial. Enquanto o PIB cresceu 2,7%, a média de crescimento da produção da indústria ficou em 3%, segundo o IBGE. O pequeno avanço foi influenciado pela alta em 15 das 27 atividades industriais pesquisadas. As maiores contribuições para o saldo positivo vieram dos veículos automotores, que cresceram 2,4%, e outros equipamentos de transporte, que subiram 8%.

As indústrias extrativas (com alta de 2,1%), de minerais não metálicos (3,2%), equipamentos de instrumentação médico-hospitalares (11,4%), produtos de metal (2,6%) e fumo, Sr. Presidente – V. Exª que é médico –, (13,4%) também tiveram forte influência para o resultado global da indústria em 2011.

Com a intenção de evitar exatamente um cenário de “desindustrialização brasileira” é que apresentei, em 2004, o PLS nº 204, de 2005.

Creio que o debate da contribuição social sobre a receita bruta é o primeiro passo para o aprimoramento de uma das principais fontes para garantir o financiamento da Seguridade Social, que, é bom lembrar, é saúde, assistência e previdência.

De acordo com o projeto que apresentei naquela época, nós diminuiríamos de 20% para 15%, no caso da contribuição incidente sobre a folha. Mas iríamos substituir pelo valor sobre o faturamento.

Enfim, Sr. Presidente, eu termino esta minha fala só alertando para o fato de que tem de haver uma lógica. Eu sempre digo que não tem Papai Noel. É que nem, Senador Humberto Costa, a questão da saúde. Eu estive em um programa nacional recentemente. Eu dizia: todo mundo fala que a saúde está mal, e não dá para dizer que é só gestão. Nós temos que apontar recursos que garantam a saúde de todo brasileiro, já que os planos de saúde, desrespeitando o próprio Estatuto do Idoso... Por exemplo, eu tenho um caso real, que mostrei num programa nacional de televisão. Enquanto essa idosa recebeu um reajuste de 6,2%, o plano de saúde aumentou em 29,9%, ou seja, 30%.

Se quisermos a saúde pública, teremos que aprofundar, com muita tranquilidade, o debate, sim, sobre gestão, combate a todo tipo de fraude, sonegação, desvio de conduta, mas também temos de apontar as fontes de recurso.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço a V. Ex^a.

Já aceitei o seu convite. V. Ex^a considere na íntegra o meu pronunciamento, para que eu presida a sessão, a fim de que V. Ex^a faça o seu pronunciamento e assumo os seus compromissos em outros Ministérios.

SEQUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/ PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senhor Presidente, as agências de notícias têm veiculado, desde sexta-feira (9/3), a possibilidade de o Governo Federal ampliar a desoneração da folha de pagamento do setor industrial.

Esta é uma medida que seguirá as diretrizes do plano “Brasil Maior”, cujo objetivo é traçar novas políticas na área industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior.

A idéia é conceder isenção da taxa de recolhimento ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que atinge 20% sobre o ganho do trabalhador.

Segundo o Ministro Guido Mantega a medida integra a iniciativa do governo de reduzir os custos trabalhistas da indústria para que o setor melhore seu desempenho no comércio internacional.

Ressalto que essa medida tem o meu apoio por três razões:

1º) a renúncia de receita por parte da Previdência Social comprova a tese de que a instituição é superavitária, ao contrário do que se afirma em diversos setores;

2º) a indústria brasileira precisa ser competitiva e a nossa carga tributária é demasiadamente onerosa;

3º) tenho uma proposição legislativa nesse sentido, o PLS 205/2004, que propõe a substituição gradual da contribuição da folha salarial para a receita

bruta, como base contributiva para o financiamento da seguridade social.

Pois bem, para o Executivo, o incentivo deverá ser compensado com uma alíquota a ser cobrada sobre o faturamento, cujo percentual ainda está em estudo na área econômica.

Em 2011, o Brasil registrou uma queda na produção industrial.

Enquanto o PIB cresceu 2,7%, a média de crescimento da produção da indústria ficou em 3%, segundo pesquisa do IBGE.

O pequeno avanço foi influenciado pela alta em 15 das 27 atividades industriais pesquisadas.

As maiores contribuições para o saldo positivo vieram dos veículos automotores, que cresceram 2,4%, e outros equipamentos de transporte, que subiram 8%.

As indústrias extrativas (com alta de 2,1%), de minerais não metálicos (3,2%), equipamentos de instrumentação médico-hospitalares (11,4%), produtos de metal (2,6%) e fumo (13,4%) também tiveram forte influência para o resultado global da indústria em 2011.

Com a intenção de evitar exatamente esse cenário da “desindustrialização brasileira” é que apresentei o PLS 204/2005.

Creio que o debate da Contribuição Social sobre a receita bruta é o primeiro passo para o aprimoramento de uma das principais fontes para o financiamento da Seguridade Social

De acordo com o projeto, inicialmente a alíquota de 20% seria reduzida para 15% – no caso da contribuição incidente sobre a folha de salários.

Essa diferença seria substituída por uma alíquota de 2,5% incidente sobre a receita bruta auferida pela empresa.

Se implantada, a proposta permitirá caminhar rumo ao aumento da contribuição sobre o faturamento, diminuindo proporcionalmente o encargo sobre a folha de salários.

Medida que desafogará a carga tributária da indústria, aumentando a competitividade, gerando empregos e reduzindo a informalidade.

Uma lógica mais que justa!

Quem vende mais e tem lucro maior que pague mais!

Esperamos que a matéria seja aprovada, em breve, por esta Casa Legislativa.

O projeto está na CAE aguardando parecer desde julho do 2011.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/ PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o impacto da globalização nas economias domésticas, em todo o mundo, sem dúvidas traz vanta-

gens, porém o desafio que se apresenta para o Brasil, no transcorrer das próximas décadas, é o de estancar e reverter o processo de sucateamento de sua indústria.

Em um ambiente econômico mais competitivo a cada ano, devemos mirar a excelência em nossa produção industrial, inspirados pela própria História.

De fato, no curso do século 20, a mais significativa transformação ocorrida em nosso País foi a profunda modernização que mudou a face de nossa economia.

O Brasil, antes constituído por uma sociedade agrário-exportadora, baseada na produção de matérias-primas como o café, o leite e o açúcar, lentamente se converteu em uma economia urbano-industrial, com a progressiva diversificação de sua produção e o fortalecimento da classe média, sobretudo nas suas cidades.

A despeito das variadas conjunturas e da gradativa suspensão do poder civil na condução do País, o projeto de industrialização esteve sempre presente em nossas escolhas históricas, inclusive no período militar, entre 1964 e 1985

O nacionalismo, de esquerda ou de direita, convergia para a conclusão indiscutível de que nossa autonomia como Estado e como sociedade dependia, muito, da sofisticação de nosso modelo de produção de riquezas, e em meio a tantos embates históricos, esse consenso nos levou à condição de um entre os poucos países do terceiro mundo com um parque industrial completo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, parece-nos óbvio que o gradual desenvolvimento do País, a ponto de termos nos tornado uma sociedade de classe média, é o resultado necessário de nossa opção pela industrialização, no curso do século passado.

Essa conquista histórica do Brasil, no entanto, enfrenta, no presente, inegáveis riscos, frente as forças invencíveis da globalização e do potencial de seus efeitos danosos, em toda parte.

Vivemos em um mundo em que uma única proto-superpotência, a República Popular da China, dá mostras de que caminha para se transformar na fábrica do mundo, talvez ao custo do desemprego e da precarização das economias de países em todos os continentes, inclusive os Estados Unidos.

O Brasil, a toda evidência, não está passando incólume à ascensão chinesa, resultante, em grande medida, da política de dumping cambial do gigante asiático, que inunda o mercado global com quinquilharias e também com produtos de alto valor agregado, a preços artificialmente módicos.

Nunca é demais lembrar que, desde o ano de 2009, a China tornou-se nosso maior parceiro comercial, tendo suplantado nossa histórica relação privilegiada com os Estados Unidos.

Para além das trocas de comércio oficiais, o problema também reside na imensa quantidade de produtos que nos chegam a preços irrisórios, mediante ingresso ilegal em nosso território, sem o pagamento de qualquer tributo ao Estado. Por essas razões, vários setores industriais em nosso País, como o de brinquedos, calçados e eletroeletrônicos, entre outros, apresentam crescentes dificuldades para competir no mercado interno.

A título de exemplo, relembremos que a indústria brasileira de bens de capital caminha para se transformar em mera “maquiladora”, em que as empresas irão se limitar à importação de peças para a montagem de equipamentos para o mercado nacional. A esse respeito, em 1º de março de 2012, o periódico Folha de São Paulo publicou a notícia de que, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), o processo de desindustrialização do setor caminha a passos largos, mediante a destruição da cadeia de componentes e itens intermediários que resultam na construção de máquinas.

O setor registrou déficit, em 2011, de US\$ 17,9 bilhões, cifra muito superior aos US\$ 600 milhões de prejuízo em 2004.

Desde aquele ano, as importações brasileiras em máquinas e equipamentos aumentaram 290%, contra o modesto incremento de 60% em nossas exportações.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que, após um recuo de 7,4% em 2009, resultante da crise internacional, e de sofrer estagnação em 2010, a indústria brasileira apresentou pífio crescimento – de mero 0,3% – em 2011, quando o comércio nacional se elevou em 7%.

Descontado o mau desempenho de 2009, resultante da crise global de então, 2011 foi o pior ano para a nossa produção industrial desde 2003.

O setor têxtil brasileiro, particularmente importante para a economia do Rio Grande do Sul, teve um decréscimo em sua produção de elevados 15%, apenas no ano passado, situação que levou ao desemprego algo em torno de vinte mil trabalhadores, e o recuo na produção também se verifica nos setores de calçados e eletroeletrônicos.

A situação da indústria brasileira, portanto, é bastante preocupante, e motivou o governo brasileiro a adotar medidas de estímulo à produção nacional.

O Banco Central vem diminuindo, desde agosto do ano passado, a taxa de juros, que deverá descer a 9% ao ano, no curso dos próximos meses.

Por outro lado, a desoneração de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em produtos como fogões e máquinas de lavar roupa, levou a um aumento

de 7% na fabricação desses bens duráveis, em dezembro do ano passado.

O governo também desonerou impostos sobre a folha de pagamento de setores industriais que, como o têxtil, vêm sendo mais atingidos pelas importações.

A competitividade de nossa indústria, todavia, depende do enfrentamento de várias questões fundamentais, como a sobrevalorização de nossa moeda e a necessidade de redução da taxa de juros.

Necessitamos, igualmente, da efetiva solução de alguns gargalos, como a infraestrutura precária de nossas estradas, rodovias, portos e aeroportos, e a elevada carga tributária brasileira.

Cabe ao Brasil, ademais, definir uma vigorosa política industrial, no curso dos próximos anos, que fomenta a elevação dos padrões produtivos de nossa economia.

Sr. Presidente, a preocupante situação enfrentada pelo setor industrial brasileiro deve conduzir o Poder Legislativo e, em particular, o Senado Federal, à ação pela defesa das opções históricas de nossa economia.

O sucateamento da indústria brasileira merece ser combatido com o auxílio de iniciativas legislativas como o Projeto de Resolução nº 72, de 2010, que vem sendo muito bem recebido por importantes interlocutores, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

A respeito desse Projeto, o Presidente da Fiesp publicou, no dia 4 de março de 2012, o artigo bastante esclarecedor “Estados fazem guerra e o Brasil perde empregos”. Na visão do Sr. Paulo Skaf:

“A guerra dos portos, praticada por alguns Estados brasileiros, é a concessão de benefícios fiscais, por meio do ICMS, para produtos importados.

A prática fez com que o Brasil deixasse de gerar 915 mil empregos na última década.

Caso não sejam tomadas providências urgentes, mais 1 milhão de postos de trabalho deixarão de ser criados em nosso País nos próximos cinco anos. Em última análise, estamos exportando empregos de trabalhadores brasileiros.

Mas existe uma solução para esse absurdo: a resolução 72/2010, que deverá estabelecer uma alíquota de ICMS de 4% a ser cobrada na origem – isto é, nos Estados onde os produtos importados desembarcam.

No entendimento da Fiesp, essa é a melhor proposta para o Brasil, pois reduz a margem para a concessão do incentivo fiscal nas operações interestaduais com importados.

O restante do ICMS passará a ser pago no Estado de destino, onde a mercadoria é vendida ao consumidor final”

Sr^{as} e Srs. Senadores, entendemos que, em um momento de grandes transformações da economia e geopolítica mundiais, o Senado Federal presta um inestimável serviço ao futuro de nosso País ao promover, com máxima ênfase e energia, a manutenção e o desenvolvimento de nosso parque industrial, construído graças aos esforços de gerações de brasileiros. Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Milhares de espanhóis protestam contra reforma trabalhista

As principais entidades sindicais da Espanha, a CCOO (Comissão Operária) e a UGT (União Geral dos Trabalhadores), convocaram as manifestações em 60 cidades | Foto: Reprodução/La Voz Libre

Da Redação

A indignação com a proposta de reforma trabalhista em discussão no Parlamento da Espanha levou mais de 30 mil manifestantes saírem às ruas de Madri. Com palavras de ordem, eles pediram justiça e eficiência. Os manifestantes levavam bandeiras vermelhas, de sindicatos e faixas com slogans e críticas ao governo.

As principais entidades sindicais da Espanha, a CCOO (Comissão Operária) e a UGT (União Geral dos Trabalhadores), convocaram as manifestações em 60 cidades, reunindo ao todo, aproximadamente 150 mil pessoas. No próximo dia 29, haverá uma greve geral, promovida pelas duas entidades.

No próximo dia 29, haverá uma greve geral, promovida pelas duas entidades.

O secretário-geral da UGT, Colin Campbell, disse que as medidas adotadas pelo governo para resolver a crise econômica mundial não são temporárias. "O governo tem feito um uso imoral da crise para acabar com tudo".

Reforma trabalhista é a terceira no país

Pela proposta aprovada pelo governo e em discussão no Parlamento, a reforma trabalhista tornaria as leis contratuais mais flexíveis. As medidas permitirão, por exemplo, que as empresas espanholas refaçam acordos coletivos, tenham mais flexibilidade para ajustar horários, tarefas e salários dos empregados, além de baratear as demissões.

■ a terceira proposta de reforma trabalhista apresentada pelo governo espanhol. O desemprego na Espanha afetou 22,85% da força de trabalho no fim de 2011. Essa taxa é quase três vezes maior do que a de 2007, quando o desemprego atingiu 7,95%.

A decisão dos sindicalistas de promover a paralisação geral ocorreu após uma sessão tensa no Congresso Nacional da Espanha, quando integrantes do PP (Partido Popular) criticaram a proposta de contenção de custos trabalhistas apresentada pelo governo.

Para as entidades sindicais, a proposta em discussão, se executada, pode levar à redução dos salários, à precarização dos empregos e ao aumento da desigualdade econômica e social, gerada pelo empobrecimento da população. Segundo os sindicalistas, a proposta retira direitos adquiridos pelos trabalhadores ao longo dos anos.

A Espanha viveu recentemente manifestações tensas. A maior delas foi no último dia 19, quando os manifestantes saíram às ruas em 57 cidades. A reforma trabalhista foi aprovada pelo governo no último dia 10.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Convido o Senador Paulo Paim para assumir a Presidência.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é para inscrever-me como Líder, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo, neste instante, ao Senador Pedro Taques e, em seguida, a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – OK.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Então, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu não pedi a palavra. *(Pausa.)*

O Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa pelo tempo regimental de 20 minutos, com a tolerância necessária.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, o Senado Federal prestou uma importante homenagem a todas as mulheres brasileiras responsáveis pela construção de um país mais justo, humano; mulheres que fazem grande diferença na vida pública, nas empresas e em todos os lares.

Como parte das comemorações do Dia Internacional da Mulher, celebrado no dia 08 de março, o Senado Federal agraciou personalidades femininas que contribuíram de forma decisiva para a ampliação dos direitos e dos espaços das mulheres na sociedade, com a entrega do Prêmio Bertha Lutz, 11^a edição.

Foi com grande prazer que tivemos, nesta Casa, a Presidenta da República Dilma Rousseff, primeira mulher eleita do País, para receber o prêmio. Já no seu primeiro ano de Governo, o trabalho e o empenho da Presidenta foram reconhecidos no Brasil e no exterior. Agora, recentemente, a revista americana *Newsweek* incluiu a Presidenta na lista das mulheres que mobilizaram o mundo, entre governantes, atletas, jornalistas e ativistas. Segundo a publicação, elas foram escolhi-

das porque, “De Detroit (EUA) até Cabul (Afeganistão), estão fazendo com que suas vozes sejam escutadas”.

Em novembro do ano passado, a revista *The New Yorker*, uma das mais conceituadas publicações norte-americanas, editou um perfil de 14 páginas sobre a Presidenta Dilma, com elogios à condução do governo. A *Foreign Policy*, por sua vez, incluiu a Presidenta entre os 100 pensadores mais influentes do mundo, no momento. Enfim, esses exemplos mostram um pouco como a nossa Presidenta é vista no Brasil e no mundo com a marca da competência e da firmeza nas suas ações.

A sua eleição foi um marco para a história política deste País. Até 1932, o Brasil sequer permitia o voto das mulheres, muito menos a eleição para cargos do Executivo e do Legislativo. Outras tantas mulheres batalhadoras participaram dessa luta, a própria Bertha Lutz, que dá nome ao prêmio, foi Deputada Federal ainda em 1936, e uma das pioneiras do movimento feminista do Brasil.

Justa homenagem também prestada às Sr^{as} Maria do Carmo Prestes, pernambucana, militante do Partido Comunista, viúva do dirigente comunista Luiz Carlos Prestes; a primeira Senadora da história do Brasil, Eunice Michiles; a representante da Comissão Pastoral da Terra, Rosali Scalabrin; a professora associada do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia, Ana Alice Alcântara da Costa, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre as Mulheres. Essas homenagens são estendidas a todas as mulheres brasileiras.

Mas eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para lembrar ainda de outras fortes mulheres que mudaram a história de Pernambuco, e do Brasil também, como Adalgisa Rodrigues Cavalcanti, primeira Deputada Estadual de Pernambuco; a jornalista, professora, Deputada Federal Cristina Tavares, figura que lutou pela redemocratização do País; as feministas Maria Amélia de Queirós e Edwiges de Sá Pereira; a primeira Ministra do Tribunal de Contas da União, a pernambucana Ana Arraes, dentre tantas outras mulheres guerreiras do nosso Estado.

Aqui, no Senado Federal, as nossas colegas mulheres merecem as nossas homenagens. São elas: a Vice-Presidente Marta Suplicy, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Rita, Angela Portela, Ana Amélia, Lídice da Mata, Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Maria do Carmo Alves e Ivonete Dantas, bem como a todas as funcionárias mulheres desta Casa. Vocês todas muito engrandecem e enriquecem o trabalho do Senado Federal!

Junto com o Governo Federal, temos trabalhado incansavelmente na discussão e na apreciação de matérias que vêm consolidar e ampliar os direitos das

mulheres no País. Apresentei recentemente projeto de lei que aperfeiçoa a Lei Maria da Penha, para assegurar o pagamento de benefício social às mulheres vítimas de violência doméstica para que, assim, elas possam reconstruir suas vidas e não fiquem à mercê do agressor. Semana passada, as comissões desta Casa votaram várias propostas de melhoria às condições de vida da mulher.

Sabemos que estamos no caminho certo, ainda que muitas transformações sejam necessárias para que todas as mulheres deste Brasil tenham condições de igualdade e de acesso aos espaços políticos, e também ao mercado de trabalho. E todas elas – como diria a Presidenta Dilma, “as anônimas” – estão presentes na silenciosa luta diária que movimenta este País!

Era o que eu tinha dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Humberto Costa destaca a caminhada vitoriosa da Presidenta Dilma, que fez um belo pronunciamento hoje pela manhã, aqui, na sessão de homenagem.

Passamos a palavra, de imediato, ao Senador Eduardo Lopes.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem. Posso permutar? Estou aguardando a chegada do discurso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – OK. Eduardo Lopes pede para que se aguarde.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Qual é a chance que tenho ainda de falar? Já houve Ordem do Dia, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a tem toda chance de falar. Já houve Ordem do Dia. O Senador Pedro Taques abriu mão. O Senador Humberto Costa já falou. Eduardo Lopes pediu para adiar.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Tão logo eu tenha a chance, V. Ex^a pode...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – OK.

Eu chamo agora, se assim concordar, o Senador Pedro Taques, que apenas permutou com Humberto Costa. Em seguida, seria V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Taques, pelo prazo de 20 minutos, tem a palavra como orador inscrito.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, na semana passada tive a oportunidade de presidir a reunião conjunta da Subcomissão Permanente de Segurança Pública, da Comissão de Constituição e Justiça, com o Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública, juntamente com a Comissão de Juristas criada para elaborar o projeto do Novo Código Penal. Não só Senadores, juristas e secretários de segurança pública, mas também representantes de outros órgãos do Poder Público, como advogados e a sociedade civil organizada, se fizeram presentes.

A reunião foi bastante produtiva, e os debates mostraram que o trabalho conjunto é o caminho mais eficaz para alcançar bons resultados. Assim, tenho certeza de que o Senado Federal apresentará à sociedade propostas que possam efetivamente contribuir para a solução do problema da segurança pública no País.

Nesse contexto, Sr. Presidente, destaco a importância da Comissão de Juristas, encarregada de atualizar, sistematizar e uniformizar a legislação penal, adequando-a aos preceitos da Constituição de 1988 e às novas exigências da sociedade. Essa comissão é presidida pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Gilson Dipp. A Comissão é de ordem técnica, autônoma, de caráter misto e composta majoritariamente por indicação das lideranças partidárias, representativas das principais forças políticas do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, atenta a essas demandas, a Comissão já apresentou importantes inovações. Faço, então, um resumo das principais mudanças até agora debatidas por essa comissão especial de juristas. Aumentou a pena do homicídio culposo, que passa a ser de um a quatro anos, e cria a figura do homicídio culposo grave, aplicável às situações em que o agente não quis nem assumiu o risco do resultado, mas, pela sua atitude, causou vítimas fatais. Esse novo tipo resolve vários problemas doutrinários e jurisprudenciais em relação aos acidentes de trânsito, Sr. Presidente, problemas esses que têm deixado brechas e permitido que verdadeiros assassinos, homicidas ao volante, escapem dos rigores da lei. Aqui, eu citaria os chamados e famigerados rachas pelas ruas e avenidas das cidades.

Ainda em relação a homicídio, a proposta sugere que não há mais que se falar em homicídio simples, em razão da gravidade do delito. Há o homicídio e homicídio qualificado. A retirada de uma vida, Sr. Presidente, não pode ser simples.

Mais ainda: foram contempladas novas hipóteses que qualificam e aumentam as penas desse crime, dentre elas: homicídio cometido em razão de violência doméstica; de preconceito em razão de raça, cor e orientação sexual; homicídio qualificado pelo concurso de agentes. Hoje, apenas recebe a pena maior quem pratica o crime mediante pagamento. Na nova proposta, quem pagar ou mandar pagar também terá sua pena aumentada.

Terceiro ponto importante, Sr. Presidente, que eu gostaria de aqui ressaltar. Quanto ao infanticídio, hoje, o partícipe desse crime responde da mesma maneira que a mulher grávida, que pratica esse crime envolta pelo chamado estado puerperal. Com a modificação da Comissão, aquele que participa do infanticídio responderá pelo crime de homicídio;

Quanto aos crimes sexuais, Sr. Presidente, adotou-se uma nova sistemática, com a divisão do estupro em estupro vaginal, oral e anal, aumentando a pena em 2/3, caso eles sejam cometidos no mesmo contexto. Isso para resolver a questão do chamado atentado violento ao pudor.

E continuo.

A repressão se tornou, então, bem mais severa para esse crime que macula a liberdade sexual do indivíduo.

A importunação ofensiva ao pudor deixou de ser mera contravenção e foi prevista como crime de molestar sexual, tendo sua pena aumentada quando cometido com violência, Sr. Presidente.

No caso de crimes contra a honra, foram promovidos aperfeiçoamentos e aumentadas as penas, isso em razão dos crimes praticados via rede mundial de computadores.

O crime de terrorismo também será regulamentado, tendo em vista as condições e exigências das sociedades democráticas. Assim, será sepultada de vez a Lei de Segurança Nacional, que veio ao mundo jurídico num período escuro da nossa História. Vale ressaltar, Srs. Senadores, que a tipificação do terrorismo é de extrema importância para a nossa legislação, já que, nos próximos anos, o Brasil será palco de importantes eventos mundiais, como a Rio+20, a Copa das Confederações, a Copa do Mundo e as Olimpíadas de 2016.

Em meio às inúmeras discussões, recebem destaque alguns pontos específicos que envolvem aspirações sociais e religiosas, dentre os quais cito o abortamento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em relação ao aborto, entendo que o momento requer cautela, considerando que é necessária a proteção suficiente do direito à vida e também do direito à vida do nascituro. O tema é juridicamente complexo, e a constitucionalidade ainda merece debate. Por isso, é preciso tomar

uma posição, mas, acima de tudo, uma posição ética e política. Defendo, Sr. Presidente, o direito fundamental à vida e defendo que a Constituição da República proteja inclusive o direito fundamental do nascituro.

Parafraseando Konrad Hesse, grande doutrinador alemão, “*se a Constituição da República é considerada o estatuto jurídico do político*”, defendo que o nascituro possui o mesmo *status* constitucional que a pessoa nascida, de modo que seu direito de proteção à vida implica a necessidade de regras – inclusive as de índole penal –, reprimindo esse tipo de conduta. Tal como da proteção do direito à vida derivam regras que criminalizam o homicídio, a proteção do nascituro impõe a manutenção da criminalização do aborto, salvo exceções como as já previstas na atual legislação.

Essa é a minha posição. A Comissão de Juristas elaborará um anteprojeto que será debatido nesta Casa e também com a sociedade em audiências públicas.

Enfim, é preciso deixar expresso que muitos avanços se mostram visíveis, mas que também o debate está apenas no começo. A Comissão de Juristas não tem poderes normativos e apenas faz uma sugestão legislativa na forma de anteprojeto de lei. Com o encaminhamento do Presidente do Senado, a proposta deve ser estudada primeiramente por uma Comissão de Senadores, a ser constituída com o objetivo específico de analisar a reforma do Código.

Posteriormente, o projeto de lei dela resultante deve ser enviado para aprovação do Plenário desta Casa. Após sua aprovação, como sabemos, ele segue para a Câmara dos Deputados, onde passa pelo crivo democrático de seus membros. Não havendo emendas, é finalmente enviado para sanção presidencial.

Isso significa que, entre a indicação da comissão de especialistas e a aprovação do Novo Código, há um longo caminho a ser percorrido. Caminho que permite o pleno exercício democrático por parte da população e de seus representantes, mas, acima de tudo, impõe a necessidade de vontade política dos membros desta Casa para que as mudanças se concretizem e ganhem efetividade.

Uma boa lei, Sr. Presidente, se faz com a ponderação entre as razões técnicas e jurídicas e os anseios políticos da população. Daí resulta a importância da constituição da comissão, independente de especialistas, dotada de plena garantia e liberdade para trabalhar da maneira que melhor lhe convenha. De outro lado, caso o resultado do trabalho não atenda às aspirações sociais, cumpre aos parlamentares, nesta Casa e na Casa onde se encontram os representantes do povo, promover os devidos aperfeiçoamentos, dando forma ao projeto de lei a ser apreciado pela Presidência da República.

Assim, em que pese a possibilidade de que a Comissão possa debater e apresentar suas propostas em relação a temas polêmicos – e é bom que assim ocorra –, o resultado dependerá da análise dos representantes da sociedade, que, certamente, atenderão aos anseios da população.

Nesse contexto, Sr. Presidente, o fomento das discussões e a manifestação das diferenças ideológicas e religiosas são muito importantes para que se delimitem os rumos do país que queremos.

A democracia se constrói diariamente na tensão entre forças e opiniões diversas, onde todos devem agir com a máxima tolerância e respeito ao próximo.

Sr. Presidente, a cada audiência pública da comissão especial de juristas que está a pensar e trabalhar nesse anteprojeto de um novo Código Penal, a esta tribuna eu virei para trazer à sociedade brasileira os debates dessa comissão especial, que é importante para o exercício da democracia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Taques, meus cumprimentos pelo pronunciamento.

Passamos a palavra ao nobre Senador Eduard Lopes.

Como Líder do PRB, passamos a palavra ao Senador Eduardo Lopes e, em seguida, ao Senador Mário Couto, como orador inscrito.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Paulo Paim, obrigado pela compreensão.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, senhoras e senhores servidores e visitantes que nos honram com a sua presença neste plenário, quero, uma vez que na última quinta-feira não pude prestar aqui a minha homenagem ao Dia Internacional da Mulher – tive que atender a um compromisso, juntamente com o Ministro Marcelo Crivella, e tive que viajar ao Rio, juntamente com ele –, quero hoje render as minhas homenagens às mulheres e o faço na figura da minha mãe. Na figura da minha mãe, quero homenagear todas as mulheres.

Hoje posso dizer que são três as mulheres da minha vida: a minha esposa, Rosana; a minha filha, Ainoã; e a primeira de todas, a minha mãe. Então, na figura dela, eu rendo esta homenagem a todas as mulheres, porque, como comentei no discurso de posse, nós passamos muitas dificuldades. O meu pai, um alcoólatra, homem que lutou muito para vencer o vício do álcool e graças a minha mãe isso aconteceu. Mas ela, na sua luta com crianças pequenas; eu sou o primogênito, eu sou o mais velho dessa família e a diferença entre nós é de pouco tempo. Eu para o meu

segundo irmão a diferença é de 10 meses e alguns dias, não chega a 11 meses de diferença. E assim sucessivamente, um ano no máximo a diferença de um filho para o outro.

E ao longo desse período do alcoolismo e filhos nascendo um atrás do outro, então, a minha mãe teve que trabalhar fora. Eu ficava com os meus irmãos mais novos e me lembro dessa luta. Por isso que na figura dela eu homenageio as outras mulheres, porque eu sei que as mulheres têm essa capacidade de, como mãe, quantas vezes, deixar de comer para que nós pudéssemos comer. E interessante que ela servia o nosso prato e era a última a se alimentar. E dizia o seguinte: “Como eu gosto de comer a comida que vocês deixam no prato, parece que fica mais gostosa!”, dizia. Só que tinha ocasião em que nós comíamos tudo que era colocado em nossos pratos e aí, quando não sobrava nada, ela com muita sabedoria dizia: “Não tem problema, não. Hoje eu não estou com fome mesmo”. E ela, então, deixava de comer para que nós pudéssemos comer.

E essa guerra contra o álcool do meu pai, essa luta toda ela venceu, nós vencemos. Então eu quero, por meio da figura dela, homenagear a todas as mulheres.

O dia 8 de março, em que se comemorou o Dia Internacional da Mulher, deve servir a todos como uma data de reflexão, um dia em que as mulheres e homens possam se unir no enfrentamento das desigualdades entre gêneros que ainda persistem em todas as sociedades.

No Brasil o art. 5º, inciso I da Constituição da República estabelece que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição”. A norma vige desde 5 de outubro de 1988, porém ainda há muito que fazer no Brasil para que as mulheres e os homens vivam, de fato, em uma sociedade totalmente igualitária, capaz de oferecer tratamento equânime a ambos os gêneros.

No curso das últimas décadas, o papel das mulheres no âmbito internacional tem aumentado significativamente. Entre nós, a mulher brasileira, a quem incumbe os cuidados com os filhos desde a gestação, deixou a antiga posição do lar, primeiro sob a tutela dos pais e, depois, do marido, para se afirmar como estudante e como trabalhadora.

A antiga mulher superou a estreiteza de seus horizontes, em que pouco lhe cabia aspirar, além do cansativo exercício do papel de mãe, esposa e dona de casa, dando surgimento a uma nova mulher, uma mulher renovada em seus objetivos, aspirações e perspectivas.

Essa nova mulher, que, não raramente, assume as rédeas da família, sobretudo em lares abandonados

por pais desertores, segue a luta pelo pão de cada dia, garante atenção e cuidados aos filhos, enquanto aspira um melhor futuro para si e para sua família. Esse é o retrato da nova mulher.

Essa nova mulher ocupa os bancos escolares, na busca da qualificação que lhe possa garantir melhores condições, enquanto saboreia esse direito de merecida conquista, como nunca antes na história da Humanidade.

Senhoras e Senhores Senadores, as evidências históricas apontam para a consolidação do século 21 como o século da ascensão definitiva das mulheres nas posições de poder. No mês de janeiro de 2011, em que assumiu a Presidência da República, Dilma Rousseff tornou-se a décima oitava mulher a exercer posição de destaque político de um país, como Presidente ou primeira-ministra.

A eleição presidencial no Brasil, de maneira inédita, posicionou, a um só tempo, duas mulheres – Dilma Rousseff e a Senadora Marina Silva – entre as três principais candidaturas.

Desde o ano corrente, o Brasil, ainda mais moderno, de Dilma Rousseff uniu-se à Alemanha de Angela Merkel, à Argentina de Cristina Kirchner, à Austrália de Julia Gillard e ao Chile de Michelle Bachelet, entre tantos outros exemplos. Na Libéria, a atual Presidente, Ellen Johnson-Sirleaf obteve doutorado em Harvard e trabalhou no Banco Mundial, até se tornar a primeira mulher a presidir um país no Continente Africano.

Nos Estados Unidos, que inovaram ao eleger para Presidente o primeiro afroamericano de sua História, Barack Obama teve a sensibilidade de indicar, para a chancelaria, ninguém menos que Hillary Clinton, brilhante advogada, que por muito pouco não foi apontada pelo Partido Democrata à Presidência da República, nas últimas eleições.

Vê-se, portanto, que a ascensão feminina na política se credencia pela própria biografia das mulheres no poder, que há muito não vivem à sombra de seus maridos, e definem suas trajetórias no espaço público a partir do mérito obtido em suas carreiras e também graças ao mérito acadêmico.

Vale relembrar que a presença de mulheres em posições de comando, em vários países no mundo, certamente influencia nas políticas públicas, na medida em que elas trazem de novo, para a arena política, o olhar especialmente voltado às questões de justiça social, de políticas compensatórias de auxílio aos hipossuficientes, além de uma forte preocupação com os destinos da educação nacional.

Por isso, toda a sociedade acaba por se beneficiar da presença feminina na política, já que a mulher tem na própria anatomia – em sua generosa casa uterina

e em sua própria via láctea para a alimentação dos bebês – a marca viva do dever imperativo de cuidado, do qual se desincumbem com rara grandeza.

Senhoras e Senhores Senadores, nunca é demais sublinhar que, com vistas a melhorar a representação feminina em todas as instâncias de poder no Brasil, a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, a Lei das Eleições, estabeleceu que os partidos políticos devem garantir um patamar mínimo de 30% e 70% de candidatos, para cada um dos gêneros.

Claro está, portanto, que, passados treze anos da edição da lei, os partidos políticos ainda têm muito avançar para atingir um mínimo de 30% de candidaturas femininas, nas disputas eleitorais. Eis, portanto, uma luta concreta a ser abraçada por mulheres e homens: o reforço da representatividade feminina nos quadros dos partidos políticos em todas as regiões do País.

Ainda no que diz respeito à participação da mulher na política, a atual legislatura do Senado da República conta com as presenças de Ana Amélia, Ana Rita, Angela Portela, Ivonete Dantas, Kátia Abreu, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Maria do Carmo Alves, Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin, todas legítimas representantes de seus respectivos Estados federativos.

Pela primeira vez na história do Parlamento brasileiro, Senado Federal e Câmara dos Deputados têm mulheres na Vice-Presidência das Casas: a Deputada Federal Rose de Freitas e a nossa colega Senadora Marta Suplicy.

Temos orgulho de nossas parlamentares no Senado, na certeza de que a representação feminina nesta Casa também merece ser ampliada, no curso dos próximos anos. Mas não posso deixar de homenagear Cláudia Lyra Nascimento, Secretária Geral da Mesa, e Doris Marize Romariz Peixoto, Diretora-Geral do Senado, na pessoa das quais congratulo todas as mulheres que ornaram e labutam nesta Casa.

Muito nos honra a ascensão da briosa mulher brasileira às instâncias decisórias, em todo o País, e eu não terminaria este pronunciamento sem lhes pedir uma calorosa salva de palmas a todas as Senadoras da República, que fazem do Parlamento um espaço de convívio mais feliz e altivo, e porque não dizer, mais humano e transparente.

Era o que eu tinha a dizer, Presidente. Muito obrigado.

Eu registro aqui a minha salva de palmas a todas as mulheres. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento o Líder Eduardo Lopes, do PRB, que faz aqui o seu pronunciamento, homenageando todas as mulheres do Brasil e do mundo.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, neste momento, ao orador inscrito Mário Couto, sem prejuízo do pedido pela ordem do nobre Senador Vicentinho, autor de inúmeras iniciativas brilhantes aqui na Casa.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, faleceu hoje e está sendo sepultada neste instante minha tia Imelda Pereira Pedreira. Faleceu aos 83 anos na nossa cidade de Porto Nacional, em Tocantins.

Apresento aqui requerimento de voto de pesar, aproveitando a oportunidade para justificar minha ausência em nossa comunidade de Porto Nacional devido a inúmeras atividades no dia de hoje, mas no sábado estarei lá. Portanto, apresento o requerimento de voto de pesar à Mesa, encaminhado à família Pedreira, Pereira, família tradicional da nossa cidade.

Tia Imelda era grande matriarca. Conseguiu formar todos os filhos: Baylon Pedreira, ex-Prefeito de Silvanópolis, aviador, meu colega, ex-Deputado Estadual; Irene Pedreira, Ruth e Julia, todas professoras; José Humberto, comerciante da nossa cidade; o Padre Jones, Monsenhor Jones, pároco da nossa cidade de Porto Nacional; Ademar Pedreira, zootecnista; Raimundo Célio Pedreira, médico; Paulinho, médico também, renomados; Sílvia, advogada e funcionária de carreira do Ministério do Trabalho; Manoel Pedreira, empresário, construtor; Maria do Socorro, funcionária pública; Elias, administrador. Enfim, a todos os filhos e filhas da nossa agora saudosa tia Imelda fica aqui o nosso voto de pesar, nossa solidariedade. Em breve, no sábado, estarei na nossa comunidade abraçando todos.

Era esse o encaminhamento que eu gostaria de fazer neste momento à Mesa, por intermédio de V. Ex^a, Presidente Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebe seu voto de pesar e dará o encaminhamento regimental.

Meus cumprimentos a V. Ex^a.

V. Ex^a havia comentado já na Comissão de Direitos Humanos esse seu procedimento.

Passamos a palavra, como orador inscrito, ao nobre Senador Mário Couto, pelo tempo de 20 minutos, com a tolerância desta Presidência.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, cheguei hoje a este plenário por volta das 16h50, fato que não é normal; sempre chego às 14 horas.

O motivo desse atraso no plenário foi minha participação na visita à Comissão de Infraestrutura para ouvir o Ministro Mantega.

Vou comentar alguns pontos da arguição, do debate, que tivemos com o Ministro.

Brasileiros e brasileiras, afirma o Ministro Mantega que este País tem a inflação controlada.

Como se deve e se pode acreditar que em nosso País a inflação está controlada?

O Ministro nos perdoe. A inflação é visível a olho nu. O País caminha a passos longos para problemas sérios a curto prazo. A dona de casa hoje compra a carne com 52% a mais do que comprava. A dona de casa hoje compra o feijão a 63% a mais do que comprava, meus nobres Senadores; o leite, a 18% a mais do que comprava.

E na área de serviços? Na área de serviços, a coisa disparou: uma consulta médica está 14% a mais do que no ano passado; um corte de cabelo está 18% a mais do que no ano passado.

E o Ministro Mantega fez uma explanação hoje em que parecia que este país era uma Suíça: “Está tudo bem neste País: não temos violência nas ruas; temos uma boa qualidade nos hospitais; não morre ninguém por infecção hospitalar nos hospitais públicos; não morre ninguém nas filas dos hospitais públicos; o atendimento é de alta qualidade”.

Mentira! Estamos virando uma Argentina mentirosa, que mentiu tanto para o seu povo e hoje está sofrendo a falta de credibilidade. Estamos virando uma Argentina, Brasil!

A violência é galopante. Nós não temos saúde, a educação vai de mal a pior, não temos portos, não temos aeroportos. O TCU, Tribunal de Contas da União, denuncia que, para as obras da Copa do Mundo, o Governo está fazendo as licitações com o preço de um bilhão a mais do que manda o Tribunal de Contas da União. A corrupção nunca se viu igual. E quando eu falei em corrupção para o Ministro Mantega, ele me disse: “Ah, mas nos outros governos não aparecia porque colocavam debaixo do tapete”. Olhe, Brasil, a resposta do Ministro a este Senador!

E quando eu disse a ele que respeitasse o governo do PSDB, que no governo do PSDB não houve corrupção desenfreada como está havendo, ele disse que não tinha se referido ao governo do PSDB. Governo passado, se não foi do PSDB, de quem foi? Do Lula! Será que o Ministro Mantega está apontando o governo Lula por ter colocado corrupção debaixo do tapete, Ministro?

E quando eu perguntei a ele se ele foi contemporâneo daquele que pegou propina na Casa da Moeda... Onde nós chegamos, Brasil! Até a casa que faz o

nosso dinheiro! Até na casa que faz o nosso dinheiro, Brasil, tem corrupção. O Presidente da Casa da Moeda pegando propina! E, meu nobre ex-Governador da Paraíba, afirma o Ministro que jamais o conheceu. Agora, o Presidente da Casa da Moeda não era amigo de ninguém. O Mantega não conhecia o cara, não era contemporâneo do cara. Ninguém sabe de onde veio esse homem, ninguém conhecia esse homem. Como é que ele foi parar lá, Brasil? Como ele entrou ali, Brasil, para presidir um órgão tão importante, a Casa da Moeda? E o homem roubou, o homem pegou propina. E o Ministro demorou... Eu perguntei para ele por que ele demorou tanto a tirar. Ele me respondeu que não podia tirar antes de investigar. Eu disse a ele: "Afastava, Ministro! Afaste alguém que é denunciado e apure a irregularidade. Se não houver, volte com ele; se houver, mande puni-lo." Eu me decepcionei com o Ministro Mantega.

Cadê a explosão do crescimento deste País, tão propalada pelo Governo petista? O que se vê hoje, Brasil, é uma explosão de corrupção neste País. Os petistas se melaram todos. Os petistas, quando viram dinheiro, começaram a meter a mão desenfreadamente. A Dilma teve que tirar mais de seis Ministros.

E até o Presidente da CBF. Se fica o Ricardo Teixeira, Brasil, a Copa estava perdida, porque tiraram dali um dos maiores ladrões deste País. Até que enfim! Até que enfim! Eu me sinto satisfeito com a saída dele, porque vim aqui denunciar, por várias vezes, esse senhor. Vim aqui pedir CPI para apurar irregularidade desse senhor. Esta Casa, como sempre, defendendo os interesses do Governo, defendendo os interesses dos apadrinhados – e a maioria aqui é governista –, não deixou implantar a CPI da CBF.

Ora, Brasil querido, não deixaram implantar a CPI do Dnit! Eu briguei, briguei, briguei aqui nesta tribuna, minha mão ficava vermelha de tanto bater, para mostrar a corrupção clara, cristalina daquele órgão. Bilhões e bilhões de reais foram tirados do bolso do povo brasileiro. Eu tentei a primeira vez. Lutei, consegui as assinaturas. A uma hora da manhã, no calar da noite, chamaram os Senadores, meu caro Paim, no Palácio do Planalto e mandaram retirar as assinaturas que estavam na CPI. Abrem outra CPI, e esta não saiu da gaveta.

E aí, Paim, o que dói mais é quando se fala em aposentado. O que dói mais, Paim, é que nunca tem dinheiro para os aposentados.

Ora, Brasil, quanto custa a corrupção neste País? Por que não se combate a corrupção neste País? Por que a imprensa brasileira é que está combatendo a corrupção neste País? Acabei de dizer ao Ministro que quem mais colabora no combate à corrupção neste

País é a imprensa brasileira. Eu sugeri ao Ministro, Paim, ainda há pouco, que se pudesse criar mais um ministério neste País – já são 39 –, que se criasse mais um: o ministério para combate à corrupção. Mas depois eu fiquei raciocinando e arrependi-me, porque, se criarem esse ministério, Paim, eu não tenho dúvida de que, daqui a um ano, vão tirar o ministro por corrupção também.

Em relação aos aposentados brasileiros, nós temos que tomar novamente, Paim, as rédeas desse comando. Tenho conversado com muitos aposentados. O Governo concedeu 14% de aumento no salário mínimo. Sabe quanto deu aos aposentados, Brasil? Sabe quanto deu, meu querido Pará, de Nossa Senhora de Nazaré, nossa grande padroeira? Sabe quanto deu aos velhinhos a Dilma, essa Dilma que diziam que era mulher – quer dizer, diziam, não, ela é mulher – e que tem um bom coração? Diziam: "A Dilma tem um bom coração, a Dilma vai ajeitar, a Dilma vai fazer, a Dilma não é igual ao Lula. O Lula é um carrasco. O Lula não tem um bom coração. Mas a Dilma! A Dilma, quando verificar a situação dos aposentados, vai resolver definitivamente o sofrimento dos velhinhos do Brasil". Mentira, Brasil. Massacrou mais, Brasil. Usou do poder para dizer assim: "Achata, pisa, mata os aposentados deste País, dá só 6% de aumento, deixa eles levarem a breca, deixa sem comida, deixa sem remédio, deixa eles morrerem, eles já serviram, não servem mais, não prestam mais, joga fora, mata!" Essa é a Dilma.

E quanto sofre o aposentado nesta Pátria!

E a corrupção chega a R\$70 bilhões por ano. Eu me lembro de que, quando eu falava em corrupção aqui nesta tribuna, eu ia à Fundação Getúlio Vargas, meu querido Paim, olhar os números, logo no início do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Era de R\$3 bilhões. Olha, Brasil, o quanto cresceram os camundongos, os ratos deste País! De R\$3 bilhões para hoje, 2012... De 2005 para hoje, foi de R\$3 bilhões para R\$70 bilhões por ano! É quanto custa a corrupção neste País, é quanto paga o brasileiro.

O que o Governo vai tirar do povo brasileiro este ano é mais de R\$1 trilhão! Quase chega a um trilhão e meio! É um dos países que mais cobram imposto dos seus filhos, e não retribui na educação, não dá escola de qualidade, não dá saúde, não dá segurança, não trata o aposentado com respeito. Quase um trilhão e meio, Brasil! É muito dinheiro que você paga. Você não sente quando paga. É esse que vem naquele selo do supermercado. É aquele selinho, Cassol, meu nobre Senador, é aquele selinho do sabonete, da pasta que você pega no supermercado. Está lá o imposto. Tire aquele imposto dali e veja como baixa o preço daquele produto. Mas ele custa caro porque você paga

o imposto, que está lá somado. Esse imposto vai para o Governo fazer benefício para você, povo brasileiro.

Mas os camundongos, os ratos roubam esse dinheiro, roubam R\$70 bilhões do que você dá para o Governo fazer alguma coisa para você. Recorde em toda a história brasileira. Não se pode esconder, não se pode mentir mais do que já se mentiu. A economia brasileira não vai bem. Quem disser isso é mentiroso! A Argentina enganou, enganou, enganou, enganou, enganou, e agora o povo argentino sai às ruas, pedindo que o governo fale a verdade. A mesma coisa está acontecendo aqui. Estão abusando demais, estão mentindo demais. Não sou covarde, não sou hipócrita, disse na cara do Ministro o que ele devia saber para respeitar o povo brasileiro. Mostrei a ele que a inflação que o Governo diz que é real não é real, é mentirosa. Chamem. Chamem aqui dez donas de casa e lhes perguntem quanto aumentou o custo mensal de cada família brasileira. Vejam se o Governo não está mentindo! Vejam se o Governo não está enganando, se o Governo não esconde o que é real!

Tudo tem o seu preço, Brasil. Estamos pagando o preço do erro, de pensar que estávamos certos. Ainda há tempo, Brasil. Ainda é tempo de desmascarar aqueles que vivem enganando.

Pobres aposentados, como eu tenho pena de vocês! Sei que eu e toda a oposição aqui nesta Casa não temos força suficiente para mudar o quadro. Sei das minhas limitações, mas ninguém vai calar a minha voz, ninguém vai calar o meu pensamento. Enquanto eu falar, o povo brasileiro vai saber a verdade. *(Fala do microfone.)*

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cássio Cunha Lima.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Nobre Senador Mário Couto, cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento, sempre altivo, corajoso.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, é com alegria e satisfação que, mais uma vez, ocupo a tribuna desta Casa. É também uma alegria cumprimentar as pessoas que nos assistem, especialmente do nosso Estado de Rondônia e dos quatro cantos deste País, e uma grande satisfação ter aqui, neste plenário, a presença de Vereadores do Município de São Miguel do Guaporé, do Vale do Guaporé, da 429, do Vereador Vagner Reis, aqui junto conosco.

Também quero cumprimentar o Toninho e deixar o nosso abraço para o Vereador Darcy – quando se fala do nome Darcy, ninguém conhece; mas, quando se fala do Cabeção, todo mundo conhece. Também está presente – esteve no nosso Gabinete hoje – o nosso Prefeito, da cidade de São Miguel do Guaporé, Ângelo Fenali. Também recebi no meu gabinete hoje, com imensa alegria, o Prefeito Anedino, de Colorado do Oeste.

Leve o nosso abraço para toda a população da 429 e do Cone Sul do Estado de Rondônia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, com imensa alegria, participei de um evento, de uma homenagem, na Câmara dos Deputados. Esta homenagem foi feita pelo Deputado Federal José Olimpio, Deputado Francisco Floriano, Deputado Lincoln Portela, Deputado Silas Câmara e também esse grande parceiro nosso, que é o Deputado Carlos Magno.

Trata-se de uma homenagem, Sr. Presidente, à Igreja Mundial do Poder de Deus, no seu 14º aniversário. São 14 anos de história. Essa igreja começou no Estado de São Paulo, mais precisamente no Município de Sorocaba, em 1998.

À frente dela, há um homem humilde, simples; há uma família arrojada, juntamente com a sua esposa, que, nestes 14 anos, soube ser admirada pela sua população não só do Brasil, não só do Estado de Rondônia, mas mundo afora. Falo deste grande amigo do povo brasileiro, que conheci quando ainda era Governador do Estado de Rondônia, dele e de sua esposa.

Quero aqui deixar o meu abraço de gratidão a essa pessoa humilde e simples, que é o apóstolo Valdemiro Santiago, e também a sua esposa a bispa Francisléia. Esse casal tem-se colocado à disposição das pessoas humildes, das pessoas sofridas, das pessoas que buscam, na fé, a esperança; que buscam, na fé, a cura; que buscam, na fé, o milagre.

Eu posso dizer que, desde o primeiro dia, da primeira vez em que eu participei, em Porto Velho, no interior do Estado de Rondônia, no Rio de Janeiro, em São Paulo, este homem é usado por Deus; este homem, o apóstolo Valdemiro Santiago, ele é o trem, ele é o avião, ele é o condutor de Deus para aquelas pessoas que buscam, na esperança e na fé do Nosso Senhor Jesus Cristo, a cura, o milagre.

Eu sou um homem público. Fui governador, fui prefeito, hoje, Senador. Muitas das pessoas, muitas vezes, costumam duvidar que muitas coisas acontecem no meio do caminho. Mas você duvidar do que você está assistindo, você duvidar do que você está vendo, vereadores do meu Estado, Vereador Vagner, Cabeção, Toninho, Prefeito, você duvidar daquilo que você está presenciando, não tem como duvidar. Você

pode duvidar quando alguém quer se promover e de repente quer armar. Mas é o contrário desta família que hoje, com 14 anos, já tem mais de 3.500 igrejas, já tem mais de 5 milhões de fiéis. Isso falo fiéis que fazem parte da igreja, sem contar milhões de membros de outras denominações religiosas que acompanham, que participam dos cultos e que pedem oração e pedem benção divina. São milhões, e de várias religiões.

E uma das pregações que muito chama a atenção e fica marcada, Sr. Presidente, é quando você vê uma pessoa usada por Deus, e a pregação diz o seguinte: “O homem inventou as igrejas mas a fé é única, o nosso Pai celestial é um só”.

Então, isso vem fortalecer ainda mais o trabalho dessa família.

Mas há algo que me deixa triste, não pelo trabalho que essa família faz, junto com o apóstolo, com a bispa Franciléia e os demais bispos e pastores de todo o Brasil afora. O que me deixa triste e pasmo é quando vejo em alguma cidade, em algum Estado fecharem uma casa, fecharem uma igreja, fecharem um templo de Deus.

Não consigo entender, com tantos botecos que existem por aí, com tantos locais de prostituição que há pelo Brasil afora, mas têm alguns que, infelizmente, preferem fechar a casa de Deus. Independente de denominações religiosas, isso tem acontecido constantemente. Isso nos entristece porque cada igreja que é aberta é menos pinguço andando por aí com carro na mão. Cada igreja que é aberta, com certeza, esse, quando está pegando o seu carro, a sua moto, está dirigindo com responsabilidade.

Mas, infelizmente, temos ainda autoridades que mandam fechar igreja, a exemplo da Cidade Mundial, construída, inaugurada no dia 1º de janeiro deste ano. Praticamente meio milhão de pessoas fez parte daquele evento, daquele culto no dia 1º de janeiro. Mas porque deu congestionamento, simplesmente, fecharam a igreja.

Não consigo entender, pasmem, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, como Senador, ex-governador, ex-prefeito, como se somente um culto ou evento fosse o único acontecimento que desse congestionamento. Engraçado, em São Paulo, Sr. Presidente, não pode chover que para o trânsito. Não pode fazer um evento de futebol, Senador Magno Malta, que infelizmente está lá o trânsito trancado. Fazem um evento de *show* de *rock* – com droga, *crack*, tudo isso – tem congestionamento, está tudo trancado, e ninguém fala nada.

Senador Magno Malta, mas aí é um evento religioso. São pessoas que vão, na fé, buscar esperança de cura ou de milagre.

O Sr. Magno Malta (PR – ES) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Vemos, com tristeza, autoridades, políticos, vereadores, igual ao de São Paulo, pedindo o fechamento da igreja. Esses vereadores, essas pessoas deveriam fazer o contrário – já cedo o aparte a V. Ex^a, Senador – deveriam fazer o contrário, deveriam pedir para que as pessoas que são usadas por Deus, que abrissem o dobro de igreja, porque quanto menos pessoas alcoolizadas, drogadas, com certeza, teremos menos criminalidade.

Um aparte ao Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (PR – ES) – Senador Ivo Cassol, quero parabenizá-lo pela iniciativa de colocar esse tema à baila, esse tema que versa sobre essa iniciativa, primeiro da Superintendente da Polícia Rodoviária Federal, de ter entrado no Ministério Público para pedir o fechamento da igreja porque congestionou o trânsito. É interessante que essa cidadã, essa senhora, enquanto Superintendente da Polícia Rodoviária Federal – disse bem V. Ex^a – nunca pediu que fosse extinta a torcida organizada do Corinthians, ou que não se permitisse jogo do Corinthians e do Palmeiras ou que a Parada Gay fosse abolida de São Paulo porque congestionava o trânsito; o Carnaval. Ela poderia pedir até que não tivesse feriado prolongado em São Paulo, que se abolisse de fato o feriado prolongado, e nós gostaríamos de ver qual seria a reverberação disso, dessas supostas autoridades, porque ninguém tem coragem de fazer uma lei pedindo para fechar boteco. Por que ela não se rebelou contra a lei seca quando proibiu a ingestão de bebida alcoólica nas estradas alegando que era muito bom para o País e que seria bom continuar? Alguém quando toma uma atitude como essa que ela quis tomar contra o templo, contra o Ministério do Valdemiro... E graças a Deus pelo Valdemiro, porque quem cura não é ele, quem cura é Jesus, quem cura é Jesus através da fé de quem acredita. Na verdade, quem assiste aos cultos, vê esse homem de Bíblia aberta pregando salvação em Cristo, e não pregando cura. A cura acontece porque a Bíblia diz que se há alguém doente entre vós, orem para que o doente fique curado. Ora, quem tem fé... E a fé, alguém já escreveu que a fé é crer no absurdo, a fé é o fundamento das coisas que não se veem e das coisas que se espera. Ora, Deus separou algumas pessoas e ele recebeu esse dom, recebeu unção de cura. Então, essa Superintendente, que merece... Se V. Ex^a quiser, posso oferecer uma denúncia contra ela e V. Ex^a também junto comigo...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com certeza.

O Sr. Magno Malta (PR – ES) – ... na Corregedoria da Polícia Rodoviária Federal. Ela quer aparecer

em cima de quem? Ou, então, ela tome a coragem de pedir o fechamento dos clubes de futebol, de fechar rodovia em época de Carnaval, porque está atrapalhando, em época da Parada Gay; ela que tome todas as providências para que o trânsito flua normalmente. É a primeira pessoa que tem uma iniciativa tão inteligente para o trânsito tão caótico de São Paulo, para a saída e a entrada de São Paulo fluírem normalmente. Agora, ter reverberação de supostos homens públicos!... Eu nunca vi nenhum ter coragem de fazer lei para tentar fechar boteco, para fechar casa de bebida, até porque isso interessa a todo mundo, até porque ninguém tem autoridade neste País, que é um país de bêbados, de hipócritas, de fumantes. E quando veem a violência que ocorre, ao invés de darem bons exemplos, eles fazem muito pior. Este é um País em que a autoridade se recusa a usar bafômetro, aí V. Ex^a espera o quê? Que se dê coice do outro lado, criando um biombo para esconder o problema? Então, que os vereadores façam uma lei no código de postura, fechando os estabelecimentos às 10 horas, proibindo vender bebida para adulto, proibindo vender bebida para menor, porque os acidentes de trânsito, o problema do trânsito é a bebida alcoólica; a violência no trânsito é a bebida alcoólica, é a droga. Agora, quando alguém leva esperança e leva Deus para o coração das pessoas, num País tão violento como o nosso, sem perspectiva de que a violência arrefeça, eles deveriam estar aplaudindo. Ela devia propor um voto de louvor. Aliás, vamos propor nós dois aqui um voto de louvor ao Valdemiro Santiago, porque tem muito mais gente aplaudindo do que atirando pedra. E como ele, tantos outros. Por isso eu quero lhe parabenizar por trazer o tema de forma corajosa. Há muito pouco tempo eu fui a essa tribuna aí responder para um que diz que evangélico é mente pequena, gente atrofiada, e que a única visão de mundo que tem é dada por pastores de televisão. Debochava de um povo que não se alcooliza, que não constrói motel, que não é dono de tráfico de droga, que não é dono de "boca", que não compra arma, que não atira na rua, que não dirige bêbado. Devia estar dando graças a Deus! E aí vem com uma pérola dessas. É o cúmulo da ignorância, do desrespeito. V. Ex^a está absolutamente de parabéns! Receba afetuosamente o meu abraço pelo seu pronunciamento e pela sua coragem.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Senador Magno Malta, pelo aparte. Quando digo pasmem com tudo isso, Senador, eu que fui Governador do Estado de Rondônia, eu que fui Prefeito, eu ficava feliz, eu ficava tranquilo quando via abrir uma nova igreja, porque lá estava a paz, lá estava a esperança.

Eu não sou contra o comércio dos bares, das lanchonetes, eu não sou contra o futebol, mas eu não vejo

ninguém, como essa policial rodoviária federal que o senhor citou, fazer algo a respeito disso. São pessoas que, infelizmente, só pegam um evento individual e colocam como proibição. Quantas pessoas já morreram em estádio de futebol? Quem se lembra do Rock in Rio? Quem se lembra não sei do quê? Nesses eventos das igrejas, meus amigos, minhas amigas, meus caros colegas Senadores, não tem bebida de álcool. Nesses eventos das igrejas evangélicas, a exemplo do apóstolo Valdemiro Santiago, não têm drogas, não tem *crack*. O que eles fazem é retirar as pessoas da droga, é retirar as pessoas do *crack*, é retirar os alcoólatras que estão andando por aí.

Pasmem com o que vejo: nós temos autoridades constituídas por este País que dão guarida para uma afronta como essa que tem acontecido. É inaceitável! É inadmissível!

Felizes os homens públicos, felizes os prefeitos, os governadores e a Presidente do Brasil, quando têm pessoas usadas por Deus para, na fé, levar a esperança... Porque não é o apóstolo Valdemiro Santiago, nem a bispa Francileia que cura. Quem cura é Deus! É Jesus que cura!

Então, é isso que a gente tem buscado, é na fé dos seres humanos e das pessoas, como Senador da República, um dos 81 representantes deste País.

É inadmissível ver pessoas com a mente e com a cabeça tão pequenininhas, tão mediocres. Pode até ser ateu, mas pelo menos faça a diferença. Vá lá, pelo menos um dia, nesses eventos, presencie, acompanhe e, com certeza, verificará o que Deus mandará para vocês. É o inverso do que muitos às vezes pensam. Com certeza, vem em busca de continuar entre nós com saúde.

Por falar em saúde, isso é o que mais as pessoas humildes e simples buscam nesses eventos, porque infelizmente o SUS, o nosso Sistema Único de Saúde, está um desastre. Os Municípios recebem por uma consulta, talvez, R\$10,00; pelo valor do parto, R\$100,00, quando custa, no mínimo, R\$500,00, e é o Município e o Estado que têm que aguentar. É na fé que as pessoas se recuperam.

Esta semana eu disse para um amigo meu que estava com câncer, que foi operado – e ele falou que não conseguiu sair de Porto Velho para ir a Ji-Paraná, mas que tinha esperança de se curar –, mas eu disse para ele: vá a São Paulo, visite o apóstolo Valdemiro Santiago que, com certeza, ele vai orar e se o senhor tiver muita fé, como tantas outras pessoas, espero que você possa se curar desse câncer.

Ao mesmo tempo, esse trabalho que pessoas iguais ao que o apóstolo Valdemiro Santiago faz, nós só temos que aplaudir, nós só temos que parabenizar.

Nós temos, sim, que ajudar para ampliar o número de igrejas, que não fique em 3.500 igrejas, missionário José Olímpio, apóstolo Valdemiro Santiago, mas que se construa sete mil, oito mil, dez mil igrejas, a fim de que possamos tirar muitas das pessoas que estão nas drogas, na prostituição, na vagabundagem e na malandragem. Infelizmente, mente vazia é oficina do diabo.

Por isso ocupo esta tribuna para parabenizar a Igreja Mundial do Poder de Deus pelo 14º aniversário, que festeja este mês, este ano.

Hoje, após esse trabalho todo, com a continuação que o apóstolo Valdemiro Santiago tem pela frente,...

(Interrupção do som.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Mais dois minutos, Sr. Presidente? Obrigado... com certeza Deus iluminará essa família e tantas outras que têm por aí. Que continue persistindo com esse trabalho, porque quando falo: continue persistindo com esse trabalho é porque até para orar, até para ser usado por Deus, até para pregar dá trabalho. Imaginem nós, como políticos, também dá trabalho porque, volta e meia, tem alguém querendo ver a gente crucificado.

Ao mesmo tempo, quero aproveitar a oportunidade para pedir ao apóstolo Valdemiro Santiago que, no primeiro culto que for fazer, na primeira oração que for fazer, ore também pela minha esposa, que está em casa se recuperando de uma cirurgia feita esta semana.

Com certeza e com fé em Deus, agradeço a cada um dos brasileiros que têm me acompanhado nessa caminhada.

Por isso, Sr. Presidente, agradeço o aparte do nobre Colega, Senador Magno Malta, que tem sentido na pele, que tem defendido nos quatro cantos do Brasil, especialmente há pouco tempo quando nas escolas estavam querendo instruir os nossos filhos algo que nenhum pai, que ninguém quer.

Eu sei que nessa caminhada, cada um tem que dar de si para respeitar o próximo, ao mesmo tempo, o que temos de fazer é tentar o melhor de nós perante a sociedade. É por isso que agradeço a cada uma das pessoas, especialmente às senhoras e aos senhores, no círculo de orações, quando vão à igreja ou mesmo em casa, porque sempre tem colocado o meu nome, o nome da minha família, o nome das nossas autoridades. É com o poder das orações que nós conseguimos ter saúde e paz. E, certamente, com saúde e paz, do restante, nós corremos atrás.

Um abraço e obrigado. Que Deus abençoe todo mundo!

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Meus cumprimentos ao Senador Ivo Cassol.

Em nome da Liderança do PR, usando os termos regimentais, concedo a palavra ao Senador Magno Malta, que terá o tempo de vinte minutos.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Cássio Cunha Lima, Srs. Senadores, aqueles que nos veem e nos ouvem pelos meios de comunicação desta Casa; cumprimento o Deputado Audifax, que está conosco no Senado, e é Deputado Federal do meu Estado, o Espírito Santo.

Sr. Presidente, há instituída, pelo Presidente Sarney, uma Comissão de Juristas para elaborar o anteprojeto do novo Código Penal, que tem na sua direção, Senador Agripino, o nobre colega Pedro Taques, procurador experimentado, combatente e combativo.

O ponto que trago a esta tribuna está relacionado à questão do aborto, Deputado Audifax, Senador Cássio Cunha Lima. O relator dessa matéria tem dado algumas entrevistas absolutamente equivocadas. Há uma matéria que quero ler e diz o seguinte:

A comissão de juristas instituída pelo Presidente (...) Sarney para elaborar o anteprojeto do novo Código Penal aprovou, na sexta-feira (...), propostas de mudanças nos artigos que tratam do aborto e dos crimes contra a dignidade sexual. As sugestões(...) [vão virar] projeto de lei.

Depois de quase seis horas de debates, os especialistas [especialistas em vida eles são, especialistas em Deus] decidiram manter como crime a interrupção intencional da gravidez, mas com a ampliação dos casos em que a prática não é punida. As mudanças propostas foram criticadas por um grupo de manifestantes que se postou ao fundo da sala da comissão protestando contra o aborto.

Atualmente o aborto é permitido apenas em gravidez resultante de estupro e no caso de não haver outro meio para salvar a vida da mulher. [Com a vida do bebê ninguém está preocupado.] O anteprojeto passa a prever cinco possibilidades: quando a mulher for vítima de inseminação artificial com a qual não tenha concordância; (...)

Difícilmente alguém vai sofrer inseminação artificial amarrado e algemado, por força, um troço absolutamente grosseiro.

Vamos ao segundo ponto:

(...) quando o feto estiver irremediavelmente condenado por anencefalia e outras doenças físicas e mentais graves;(...)

Ora, quem dá a vida é Deus. Se aprovou a Deus dar um feto com problemas físicos... Porque filho é dádiva de Deus, para ser criado por um casal, para ser bênção. Até porque, quando se diz: essa criança é especial ou portadora de deficiência; coitada, nasceu cega. Ora, nunca enxergou! Qual o problema disso? Eu acho que deficiência não é ter um problema físico ou mental. A deficiência está no caráter: ou você tem ou não tem. Ora, porque aquele que parece anormal por conta de um defeito físico é absolutamente normal na sua normalidade, conforme a visão daquele que quer ver.

Aí vai:

(...) quando houver risco à vida ou à saúde da gestante [sem se preocupar com o feto], por vontade da gestante, até (...) o terceiro mês, quando o médico ou psicólogo (...)

O médico constatar que ele precisa cortar um fio de vida que Deus estabeleceu, ou o psicólogo, que passou cinco anos na faculdade estudando Freud, estudando Jung – teoria de homens, meramente teoria de homens...

Prossigo:

(...) constatar que a mulher não apresenta condição de arcar com a maternidade.

Ora, me acuda! Presidente Cássio Cunha Lima, me acuda! V. Ex^a é contra o aborto. V. Ex^a disse a mim que é contra o aborto. O povo da Paraíba sabe, as famílias sabem que V. Ex^a é a favor da vida.

E eu perguntava a Pedro Taques, que é o presidente da Comissão: “Sou contra o aborto”. Perguntei para o Demóstenes, agora, no corredor: “Eu sou contra o aborto.” A Paulo Paim, ali no café: Paulo Paim, você é a favor ou contra o aborto? “Sou contra o aborto”.

Eu quero dizer ao relator desta matéria que qualquer esforço que o senhor fizer... porque quando há fecundação já existe vida, e vida quem dá é Deus. Nenhum psicólogo, por mais laureado que seja e mesmo que o seu diploma tenha carimbo de Harvard, ainda não está habilitado para discutir a vida com quem deu a vida. Ainda que seja o melhor médico – “Ah, porque essa criança vai nascer com deficiência, não vale a pena viver” –, quem é você para interromper a vida e decidir o que vale a pena e o que não vale a pena, quando o Criador é que deu a vida?

Então, eu quero dizer, como presidente da Frente da Família, que tem 70 Senadores, ao relator da matéria que qualquer esforço do senhor vai esbarrar no Plenário. Aqui não passa nada. Simplesmente disseram que o movimento de pessoas contra o aborto é muito grande: quase 100% da população brasileira, dizem as pesquisas, Deputado Audifax. E nós somos a

favor da vida. Nós somos contra o aborto. Nós somos a favor do Criador.

Olha, eu tenho um sobrinho com quatro anos de idade, e ele é uma criança especial mesmo, porque é muito inteligente. Ele tem características muito diferentes. Ele, com quatro anos de idade, tem uma tendência forte para ser um grande jogador de futebol, para cantar, para a música, para instrumento. Sabe, é uma criança que nasceu com síndrome de Down! Uma dádiva de Deus para o casal, uma dádiva de Deus para meu irmão, para sua esposa.

“Não, porque o menino está com problema físico constatado pelo médico está condenado por anencefalia”. Mas o feto respira? O coração bate? Bate.

Quando alguém anuncia uma medida como essa num pré-projeto, está anunciando assassinato em série. Sr. Relator, o senhor está anunciando assassinato em série. O senhor será o *serial killer* do novo Código Penal Brasileiro. O senhor vai esbarrar em nós, campeão. Campeão, vai esbarrar em nós, não é, Cássio?

Aqui não vai passar. Nós não afrontaremos o Criador. Aqui não vai passar. Não tem futuro.

Hoje eu tive o cuidado, sabe Cássio, sabe, Deputado Audifax, de perguntar Senador por Senador, mesmo sabendo, para que eu pudesse ouvir e não cometesse a bobagem de citar nome aqui de gente a quem não falei nada, a quem não perguntei. Eu estava ali no meu partido: Ô Blairo, você é contra o aborto? “Sou sim. Sou católico, sou cristão convicto, creio em Deus e na vida.” E você, Alfredo? E você, Vicentinho? “Sou contra o aborto.” E você, Clésio Andrade? “Sou contra o aborto.” Encontrei o Renan: E você, Renan? “Sou contra o aborto.” E você, Raupp? “Sou católico, Magno. Sou contra o aborto!”

Ei, relator, não tem futuro, não!. Baixe a sua bola e deixe a vida com o Criador, porque nós estamos de olhos abertos, estamos a postos, e a matéria aborto, certamente...

Estou muito feliz porque, quando o Sr. Gilberto Carvalho foi à Câmara reunir-se com a bancada evangélica e pedir desculpas, porque falou pelos cotovelos e foi obrigado a desmentir pela boca, já chegou dizendo: “Trago um recado da Senhora Presidente” – foi até uma notícia boa. “Ela mandou dizer que aborto não será matéria do seu Governo.

Parabéns à Presidente Dilma, porque dá garantia a um documento que assinou com os cristãos do Brasil, não tão somente com evangélicos, mas também com católicos, colocando essa posição no segundo turno das eleições.

Por isso, falo em nome da Frente da Família e mando um recado ao relator dessa matéria, até porque, na próxima reunião, estaremos lá para debater. Mas

o meu recado é o seguinte: Campeão, não perde seu tempo com isso, não. Não tem futuro, não.

Meu Presidente, você ficou até bem nesta cadeira aí, ouviu? Jovem, foi prefeito da sua cidade. Eu estive lá numa época em que você foi prefeito. Eu fui lá fazer uma palestra sobre drogas, levado pelo Deputado Damião, na época meu colega. Depois, acompanhei seus dois mandatos de governador. Foi prefeito muito novo ainda. Por isso, continua muito jovem e tem muito ainda a oferecer ao povo da sua querida Paraíba.

Eu quero fazer, Deputado Audifax, uma referência ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do nosso Estado, o Desembargador Sérgio Bizzotto, porque – nunca faço isso – ele colocou uma posição muito corajosa quando tomou posse lá no TRE, Senador Flexa Ribeiro. Dificilmente, alguém tem coragem de expor sua verdadeira posição, principalmente quando está sendo sabatinado ou quando, publicamente, está sendo ouvido pela mídia.

A gente sabe disso porque a gente vê ali, na Comissão de Justiça, que o sujeito, para ser aprovado, fala qualquer negócio. É por isso que eu não pergunto nada para o cara que vai ali, não pergunto nada. Eu examino o passado dele, porque ali ele fala qualquer negócio. Responder ou não ao que eu vou perguntar não muda nada. Então, é saber a vida pregressa do sujeito.

Esse desembargador deu uma entrevista após assumir o TRE e disse que a Ficha Limpa pode ser uma violência ao candidato, ao cidadão. E eu trago isso à discussão muito mais para elogiá-lo, porque é uma posição corajosa, em que eu também acredito. Se a condenação não é transitada em julgado... Ora, quando a Lei Maior diz que todo cidadão é honesto até que se prove o contrário, como alguém que está sendo julgado – ainda existe recurso, a sentença não foi transitada em julgado – é exposto na mídia, para a opinião pública, como bandido?

Eu gosto sempre de usar uma figura, por exemplo, de uma cidade do interior, Senador Flexa: tem lá um farmacêutico, gente boa – o povo não quer saber de médico –, que tomou conta do filho de todo mundo, era o pediatra de todo mundo. A pessoa cresceu e casou ali: “Não, vou à farmácia de seu Fulano”. Todo mundo acredita nele, é um homem de bem. E alguém o incentiva a ser candidato a prefeito. E ele: “Não, não quero”. E o povo: “Não, tem de ser o senhor mesmo, porque é um homem direito”. Aí o homem aceita. Vai lá e vira prefeito. Entrou como um homem limpo.

No primeiro mês de mandato dele, chove, e cai o muro da creche. Aí o promotorzinho, valente, o Ministério Público, ressaltando aqueles que são vocacionados e que vão para lá por sacerdócio, para o Ministério Público... Não quero ressaltar os concurseiros:

fez concurso para a Caixa, fez para os Correios, e não passou. Passou para o Ministério Público, e aí fica todo valente; mas valente no interior, falando na Rádio AM.

Quer ser valente? Vira um Cembranelli, vira um Blat, vira um José Reinaldo, vira um André Ubaldino. Agora, você vê aquele promotor partir para cima do Tiririca! O Tiririca, a quem a vida negou tudo! Partir para cima do Tiririca é fácil. Vá prender os Nardoni, promotor!

Aí, parte para cima do farmacêutico, que agora é prefeito: “O senhor tem 24 horas para fazer esse muro, ou, então, abro um procedimento”. Como é que se faz um muro em 24 horas? Aí o homem não faz, e ele manda um alerta. E aí o homem, com medo, faz. O muro sai ruim. Ele abre um procedimento, porque o homem fez sem licitação, e toma dois processos.

Aí é ele quem marca reunião com o secretariado, convoca secretário para ir à promotoria. Vira brabo. Quando termina o mandato, o homem é ficha suja. Era um homem de bem, que tomou conta do filho de todo mundo, termina o mandato como bandido, porque o cara entra no *site* do Ministério público, e ele está respondendo por isso, respondendo por aquilo. Aí os adversários botam na rua tudo, como se o cara estivesse pronto para ir para a cadeia.

É como essa ideia de 0800 para o processo eleitoral. É uma temeridade. Como é que você cria 0800 para o processo eleitoral? O cara vai para o orelhão, Flexa, e diz o que ele quer. Entra para lá uma denúncia que o Ministério Público, depois, não tem como investigar, porque nem pessoal tem, e fica você encalacrado lá com uma denúncia nas suas costas que você nem viu. Você nem sabe o que é. Isso é uma temeridade.

Então, ficha limpa, de fato, deve ser um crime transitado em julgado, transitado em julgado. Ora, a nossa lei diz que todo cidadão é honesto até que se prove o contrário. Então, por que o Sérgio Bizzotto teve essa coragem, coragem de ir a público e dizer “olha, ela pode pegar alguém e cometer uma violência contra alguém que não tem nada transitado em julgado”?

E o que estou falando aqui estou acostumado a falar com o Ministério Público. Eu acho o seguinte: é uma instituição de muito respeito, muito respeito. É preciso tomar muito cuidado. Eu disse ao nosso Procurador Gurgel quando ele foi sabatinado, e V. Ex^a estava lá, Senador Flexa. É preciso ter muito cuidado com isso, muito cuidado com isso, porque isso depõe contra a instituição, enfraquece a instituição. Quando você pega um promotor que vai para o Município achando que o Prefeito é ele. É ele quem manda e desmanda. Mas isso não acontece com aquele que é vocacionado e é sacerdote no Ministério Público para defender o direito e gritar quando provocado for pelo interesse da coletividade, pelo interesse da coletividade.

Há muita gente com a honra no esgoto, viu, Audifax? Há muita gente, Cássio, com a honra dentro da vala. Simplesmente o promotor foi transferido de comarca, foi embora, já está em outro lugar, e aquele cidadão, pai de família, que nenhum crime cometeu, hoje é um homem sujo, sem crédito no seu Município. Tudo o que amealhou na vida pagou para advogado, o que não vai reconstruir depois da desmoralização pública que recebeu por conta disso.

Por isso, eu quero parabenizar publicamente a coragem do Presidente do TRE do meu Estado por esta frase aqui, Audifax: “ficha limpa pode ser uma violência ao candidato. A Lei Maior”... Quando existe uma lei menor e outra maior, qual prevalece, diz a lei? A maior. A menor se submete à maior. Pois bem, todo cidadão é honesto até que se prove o contrário.

E criou-se uma cultura, depois de 88, em que tudo o que é Prefeito tem medo do Ministério Público. O cara fala “vou denunciar”, ele já amarela, começa a tremer. Para com o negócio, para com isso, gente, pelo amor de Deus.

Você é um homem de bem? Você é um homem honesto? Promotor chamou, falou: “Vou te processar.” Você fala: “Você sabe que eu não errei. Se tu me processar, eu te processo, eu te levo para o Conselho do Ministério Público. Tu constitui um advogado que eu vou constituir um meu, e tu constitui o teu. Se eu ficar sem dormir, tu vai ficar sem dormir também, promotor, porque eu vou te levar para o Conselho do Ministério Público.”

Não precisa ter medo! Você foi eleito para poder gerir dignamente a coisa pública. E tem muita gente de bem sendo esfacelada moralmente porque os concurreis vão para o interior e viram bicho, são valentes, o mandato é deles. Entendeu?

Aí o cara vem, não porque o promotor está não sei o quê. Ora, venha cá, meu prefeito. Você cometeu crime? Não! Você está tremendo por causa de quê? Chega lá para o promotor e diga: “Promotor, constitua um advogado porque eu vou te levar para o Conselho do Ministério Público. Eu vou ficar sem dormir, mas você também! Eu vou pagar advogado, mas você vai também! Porque você está cometendo um crime contra mim”.

Então, é isso. A figura do promotor é alguém que tem que ajudar a cidade, ajudar a coletividade. Quem sabe! Uma amizade diz “olha, não vamos por esse caminho não, prefeito, pode ocorrer um problema lá na frente tanto para o povo quanto para você mesmo.” Orientar, virar um orientador, sabe, e não um valentão que bota uma gravata. Porque quem quer ganhar visibilidade tem que virar Blatt, tem que virar Zé Reinaldo,

alguém que enfrenta criminoso e os leva à barra da Justiça – sabe? – e os leva à barra da Justiça.

Agora, as pessoas se escamoteiam dessa posição, e os caras falam “não, porque a mídia está falando isso e ninguém tem coragem de se posicionar.”

A minha posição é esta, acho que preciso haver transitado em julgado para que você possa dizer que alguém é bandido e está incapaz.

Senador.

O Sr. Ivo Cassol (Bloco/PP – RO) – Obrigado, pelo aparte, Senador Magno Malta. Eu estava em meu gabinete ouvindo V. Ex^a. Fiz questão de vir aqui e pedir este aparte porque vivi isso na pele. Hoje, infelizmente, o que estamos assistindo no Brasil é que a maioria das pessoas que tem competência, tem gestão, não quer disputar cargo de prefeito nas cidades porque hoje – todo mundo tem acompanhado –, hoje quem está ditando as regras e as normas, infelizmente, na maioria das cidades são os promotores. É TAC de um lado, TAC de outro, ameaçando os prefeitos. E, como o senhor falou, esse projeto da ficha limpa é importante, foi importante para o Brasil, mas também tinha que ter, junto, nesse projeto, Sr. Presidente, que aqueles que denunciam sem provas, aqueles que denunciam no acho, aqueles que denunciam no talvez, aqueles que denunciam por causa disso, por causa daquilo... Estou fazendo um levantamento, Senador Magno Malta, em âmbito de Brasil. Pasmem pelo que já ouvi, e por depoimento que tenho documentado. Há prefeito de cidade do Rio Grande do Sul que teve 71 ações, processos contra ele. Foi absolvido em 71. Houve um caso no Estado de São Paulo em que o prefeito era de um time e o promotor, de outro. Porque um time ganhou e ou outro perdeu, processo na cabeça do cara. Hoje, infelizmente, nós temos leis para punir os políticos. Nós vivemos apanhando todo dia, toda hora. Aquele que denuncia sem ter prova, sem ter nada, hoje está inibindo as pessoas de participarem dos pleitos políticos. Isso é verdadeiro. Parabéns pela sua coragem, pela sua determinação! A maioria da classe política está com processo, está com problemas, a maioria é absolvida. Eu já tive ene processos contra minha pessoa e, graças a Deus, até agora fui absolvido em todos. Não cometi erro nenhum. Na época em que fui prefeito e governador, o intuito foi um só: fazer a melhor gestão. Vou dar aqui um exemplo: eu recebi uma ação de improbidade administrativa do Ministério Público na cidade de Ariquemes, de uma promotora, porque o prefeito da cidade, que hoje é governador do Estado de Rondônia criou a Guarda Municipal e não deu nem uma bicicleta, não deu nem um carro, nem uma moto. Pediram-me cinco carros. Eu arrumei dois carros usados da Polícia para dar à Guarda Municipal porque eles estavam a pé. A promo-

tora me denunciou, dizendo que era promoção pessoal minha porque eu arrumei dois carros usados para fazer a segurança pública nas escolas. Fazer isso era obrigação do governador. Essa é uma ação de improbidade a que respondo. Infelizmente são várias ações; em torno de 70% a 80% das ações contra os homens públicos não têm procedência. São denúncias vazias que os promotores fazem. Teria de ser melhor. Seria bom que esses mesmos promotores... Há promotores bons, há promotores sérios. Há promotor que senta, discute, para que possa ser feito o melhor. Essa é uma situação que existe: vem um promotor, entra com uma ação, ameaça para comprar isso, fazer aquilo, depois o Tribunal de Contas e mete a taca porque não fez o procedimento licitatório, e vice-versa. Aí nós, a classe política, somos, simplesmente, punidos toda vez. O que se deveria fazer: os promotores que querem mandar na prefeitura se candidatem a prefeito. Que se candidatem a políticos! Não há problema nenhum. E a bandidagem, quando há, a ladroagem, quando há, o desvio quando há, peia naqueles que entram na política para ajeitar a vida! Não poupa, não! Por isso que vim aqui, fiz questão de fazer esse aparte para manifestar a minha indignação contra os maus profissionais que estão por aí em nome da moralidade.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Só um minuto para encerrar, Presidente. Um minuto, para encerrar. Obrigado.

Conselho Nacional do Ministério Público neles! Porque a maioria absoluta é de abnegados, a maioria não é de concurseiros, a maioria foi para lá por vocação, e os que vão por vocação não se comportam dessa forma.

Há um projeto, na Câmara, que põe um freio no Ministério Público. Sabe por que ele não foi aprovado até hoje? Porque esse projeto é de Paulo Maluf. Se fosse de outro Parlamentar qualquer já teria sido aprovado, teria sido votado, tal a indignação das pessoas. Uma minoria é de concurseiros que fazem dez concursos e não passam e fazem do Ministério Público e passam. Então, ele não é dali, a alma dele não está ali. A maioria absoluta faz do Ministério Público um sacerdócio, por ser vocacionada para a carreira.

Mas o que eu estou dizendo é isto: eles pegam um homem de bem e fazem dele um homem do mal. Então, essa história de ficha limpa sem ser transitado em julgado é o fim do mundo. É o que diz o Desembargador Sérgio Bizzotto e por isto vim para a tribuna parabenizá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Senador Magno, esta Presidência apela a V. Ex^a para que o seu pronunciamento seja concluído.

Há outros oradores ainda inscritos. Concederei a V. Ex^a mais um minuto para conclusão de sua fala.

O Sr. Ivo Cassol (Bloco/PP – RO) – Eu queria, se me permite, Senador Magno, só para concluir, dizer que fiz uma denúncia contra um Procurador Federal que autorizou a tirar madeira de área indígena, com documento da Funai. Sabem o que o Ministério Público respondeu para mim? Que o fez em nome da lei. Está lá, documentado, escrito – denúncia. Está no Conselho Nacional. Mas para eles é tudo em nome da lei e para nós sempre, infelizmente, é o contrário.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu já encerrei meu pronunciamento, mas faço uma pergunta a V. Ex^a. Não sei se V. Ex^a ouviu a primeira parte do meu pronunciamento, que foi sobre o aborto. Não é para V. Ex^a comentar nada, apenas para responder: V. Ex^a é a favor ou contra o aborto?

O Sr. Ivo Cassol (Bloco/PP – RO) – Sou religioso, sou contra o aborto.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Então, Relator da nova Comissão do Código Penal, esquece essa história porque aqui não passa!

Obrigado, Sr. Presidente.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu não poderia deixar de vir ao plenário pedir a palavra pela ordem em virtude de uma notícia muito importante que saiu no jornal *El País*, o maior jornal espanhol, dizendo que as mulheres devem ganhar peso na tomada de decisões políticas e empresariais, mas a via voluntária se mostrou insuficiente.

Com essa convicção, a Eurocâmara pediu hoje à Comissão Europeia que se decida a impor, este ano, cotas femininas nos conselhos de administração das empresas. E aos países comunitários os Deputados estão exigindo uma diminuição de 10% na brecha salarial entre homens e mulheres.

Achei isso muito importante, depois da homenagem que fizemos hoje às mulheres, com o discurso da Presidenta tão incisivo sobre o protagonismo feminino e sua vontade de que se aumentem as oportunidades e diminuam as desigualdades não só regionais ou sociais no Brasil, mas de gênero e raça. É muito interessante que, hoje, neste dia, a Eurocâmara tenha também tomado posição tão incisiva a favor da questão da mulher.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Aproveito o instante para somar minha palavra a de todos que me sucederam durante as ses-

sões em homenagem à mulher no dia de hoje, com a presença ilustre de Sua Excelência a Presidente Dilma, para que eu possa também homenagear todas as mulheres brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Flexa Ribeiro, há requerimento sobre a mesa, que passo a ler.

Nos termos regimentais, requeiro que o Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011, que acrescenta o §3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil, seja apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.

É o seguinte o Requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 138, DE 2012

Nos termos regimentais, requeiro que o Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011, que “acrescenta § 3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil”. seja apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos – CAE. – Senador **Romero Jucá**

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – O requerimento lido será oportunamente incluso em Ordem do Dia, nos termos do disposto no art. 255, inciso II, alínea “c”, item XII, do Regimento Interno do Senado Federal.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Cássio Cunha Lima, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, reiniciamos, na semana passada, os trabalhos da Subcomissão de Acompanhamento das Obras de Belo Monte. Essa subcomissão foi criada em 2010, no âmbito de Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Defesa do Consumidor.

Reiniciamos de forma extremamente produtiva, pois estivemos com os Senadores Ivo Cassol, do PP de Rondônia, Aloysio Nunes Ferreira, do PSDB de São Paulo, e Delcídio do Amaral, do PT de Mato Grosso do Sul, que é o relator da Subcomissão, em Altamira, no canteiro de obras da futura usina hidrelétrica de Belo Monte.

Na quinta-feira, dia 8, iniciamos, às 17 horas, uma audiência no Centro de Convenções de Altamira, que ocorreu durante quase cinco horas. Participaram

da audiência, e aqui quero reafirmar meu agradecimento pela presença e colaboração ao debate das seguintes autoridades: primeiro, os Senadores Ivo Cassol, vice-Presidente da Subcomissão, Delcídio do Amaral, Relator da Subcomissão, e Aloysio Nunes Ferreira, membro da Subcomissão; Deputado Federal Wandenkolk Gonçalves, do PSDB do Pará, que preside também uma subcomissão de acompanhamento das obras de implantação da usina de Belo Monte na Câmara Federal; Dr. Johannes Eck, Subchefe da Casa Civil e Coordenador do Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu/ PDRS; Sr. Nicias Ribeiro, ex-Deputado Federal, meu primeiro suplente no Senado Federal, o que muito me honra, e Secretário Extraordinário para Assuntos de Energia do Governo do Estado do Pará; Sr^a Odileida Sampaio, Prefeita de Altamira; Sr. Eraldo Pimenta, Presidente do Consórcio Belo Monte dos Municípios do Entorno e Prefeito de Uruará; Sr. Erivando Oliveira Amaral, Prefeito de Vitória do Xingu; Sr. Carlos Nascimento, Presidente do Consórcio Norte Energia, consórcio empreendedor da usina hidrelétrica de Belo Monte; Sr. Antônio Raimundo Coimbra, Diretor Socioambiental do Consórcio Norte Energia; Sr. Valdir Narzetti, Coordenador Geral do Fórum Regional de Desenvolvimento Econômico e Socioambiental da Transamazônica e Xingu (Fort Xingu); Dr. Cláudio Amaral, Procurador do Ministério Público Federal no Estado do Pará; e Dr^a Cláudia Vitorino, Procuradora do Ministério Público do Estado do Pará.

Também quero agradecer o apoio da Aeronáutica à nossa diligência, e faço este agradecimento em nome do Tenente-Coronel Décio Augusto Maruci. Também esteve conosco na diligência o consultor do Senado e assessor da Subcomissão de Belo Monte, Sr. Ivan Dutra Faria.

Por fim, agradeço à Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Leany Barreiro, e ao Assessor Estevão Ledur, que tanto trabalharam para que a diligência pudesse ocorrer com sucesso.

Na audiência, que afirmei ter ocorrido na quinta-feira, dia 8, no Centro de Convenções em Altamira, ouvimos diversas lideranças de movimento sociais, moradores de Altamira e dos Municípios vizinhos impactados pelo projeto de Belo Monte. Os Senadores da Subcomissão puderam então ter, nos relatos da atual situação das obras, conhecimento das condicionantes ao projeto da usina de Belo Monte.

Já na audiência, verificamos que existem posições da sociedade, dos habitantes da região impactada a favor e contra a implantação do projeto da usina, que é, sem sombra de dúvida, Senador Cássio Cunha Lima, que preside a sessão, a maior obra em andamento hoje no País. A maior obra do PAC é, sem sombra de

dúvida, a obra de implantação da usina hidrelétrica de Belo Monte, uma obra que tem orçamento inicial da ordem de R\$20 bilhões, mas se cogita que, ao final, vá atingir cifras em torno de R\$30 bilhões – o que se tem como certo que irá acontecer.

As condicionantes a que me referi há pouco e que foram pontuadas com clareza – o Senador Ivo Cassol é vice-Presidente da Comissão e esteve conosco na diligência que fizemos na quinta e na sexta-feira, dias 8 e 9 passados, sabe disso –, é que preocupam a todos nós não só da Subcomissão, mas, eu diria, a todos nós Parlamentares, porque não temos dúvida com relação ao andamento das obras da barragem, que irão acontecer, pelo que pudemos verificar *in loco*.

Senador Ivo Cassol, nós visitamos os três sítios, sobrevoamos os três sítios. As obras da usina, Senador Cyro Miranda, são grandiosas. Fizemos sobrevoos nos três sítios: o sítio Belo Monte, que é o maior de todos, o sítio Pimental e o sítio do Canal, um canal de 20 quilômetros de comprimento, com um fundo de 200 metros de largura. No pico das obras, final de 2013/2014, trabalharão nesse empreendimento algo em torno de 23 a 24 mil trabalhadores, entre homens e mulheres. Não tivemos qualquer dúvida de que a obra vai seguir seu curso normal.

O Dr. Carlos Nascimento, Presidente da Norte Energia, nos informou que, hoje, a obra tem seu cronograma com um atraso em torno de 2%, mas o que nos preocupa é que as condicionantes, ou seja, aqueles compromissos assumidos pelo consórcio empreendedor para que fosse dada a licença de implantação, envolvendo obras que devem somar algo em torno de R\$3,2 bilhões, mais R\$500 milhões pelo PDRS, que tem como coordenador o Subchefe da Casa Civil, Dr. Johannes Eck, essas condicionantes não têm o mesmo ritmo que as obras da barragem.

Concedo um aparte ao Senador Ivo Cassol.

O Sr. Ivo Cassol (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Senador Flexa. É com imensa alegria que faço parte dessa subcomissão liderada por V. Ex^a, especialmente porque estivemos, semana passada, sob a sua coordenação, em Altamira, no Pará, para acompanhar a construção da usina de Belo Monte. Deu para verificar, no local das obras, que aquela celeuma que criaram de que a usina de Belo Monte estava alargando qualquer quantidade de terra é o contrário. É uma obra grande, mas compacta. Ela vai ter esse canal das primeiras turbinas do rio até onde vai ser, na verdade, Belo Monte, onde é o sítio. Além disso, são 504 mil metros quadrados, mas a metade desses...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Quilômetros. Quinhentos e quatro quilômetros quadrados.

O Sr. Ivo Cassol (Bloco/PP – RO) – Metade disso é leito do rio. O Brasil precisa de energia, mas o Governo Federal, além de autorizar, dar a licença, como a das obras, por exemplo, na cidade de Altamira – mando um abraço para a prefeita – e em cidades vizinhas – cujos prefeitos também nos receberam –, precisa ter mais rapidez em suas ações com as obras locais. O Governo Federal não pode simplesmente repassar ao consórcio construtor todas as demandas existentes, primeiro porque isso não foi colocado no momento do leilão. Segundo ponto: pela experiência que tenho como ex-governador do Estado de Rondônia, onde hoje estamos construindo duas grandes usinas hidrelétricas, a de Santo Antônio e a do Jirau, não queremos que se repita o mesmo erro ocorrido em Belo Monte. Mas está se repetindo. Infelizmente, o Ibama vem agindo a passo de tartaruga. O Ibama não é diferente nos demais lugares do Brasil. A empresa está fazendo a supressão nos canteiros de obra, num canal que tem de ser feito, as madeiras já estão amontoadas, a maioria das madeiras nobres já saiu de lá há muito tempo, pois se trata de uma área aberta, não é área indígena, não é parque estadual, nem parque nacional. As madeiras estão lá em muitos locais, há seis, sete, oito meses, mas o Ibama ainda não liberou, e essas madeiras, daqui a pouco, vão estar todas estragadas. Portanto, é preciso, urgentemente, que o Presidente do Ibama, sob o comando da Ministra do Meio Ambiente, Izabella, não permita que se repita o que aconteceu e está acontecendo em Rondônia, onde a maioria da madeira das usinas apodreceu ou foi queimada. Depois, vem alguém do Governo, como fizeram em Rondônia, dizer: “Agora vamos criar um parque, vamos criar uma estrutura de móveis”. Não é assim que funciona. Então, há um setor madeireiro falido, quebrado no Pará. Isso, infelizmente, aconteceu no Governo passado. Hoje, com o que há de madeira nos canteiros de obra, dá para colocar, no mínimo, dez serrarias para trabalhar por um ano, empregando mil pessoas só nesses locais. Como Vice-Presidente dessa Comissão, vou voltar a acompanhar essas obras, e V. Ex^a pode contar comigo, para que não deixemos acontecer nessa obra o que está acontecendo com a usina de Jirau, no Estado de Rondônia. Na minha época, havia o compromisso de liberação de R\$90 milhões de compensação, mas só liberaram R\$67 milhões. Quanto ao restante, estão fazendo de conta que não acontece. E esse é um compromisso que há com o Governo do Estado – o Ivo Cassol saiu, mas tem o atual –, para construir presídios. Enquanto isso, o Governo do Estado tem de financiar para construir presídio. Portanto, essas compensações são fundamentais para criar infraestrutura para a cidade de Altamira,

para a cidade de Vitória do Xingu, para outras cidades vizinhas, para que aquelas famílias, aquelas pessoas que vão ficar após as obras pelo menos possam viver depois com dignidade. Obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Agradeço, Senador Ivo Cassol. V. Ex^a, além de enriquecer o pronunciamento que faço, tem a experiência de quem vivenciou – e vivencia – a implantação de um projeto também de hidrelétrica no Estado que V. Ex^a governou com competência.

V. Ex^a disse que, quando da instalação da Jirau e da Santo Antônio, a Jirau, ou a Santo Antônio, colocou em funcionamento a primeira turbina, e as condicionantes não estavam prontas.

Pois não, Senador Ivo Cassol.

O Sr. Ivo Cassol (Bloco/PP – RO) – Quero retificar aí, nobre Colega. A Santo Antônio está cumprindo as condicionantes, está fazendo o seu papel, a não ser a saída das máquinas da margem esquerda, que estão pegando aquele material de solo mole, do tipo dos manguezais que existem por aí, e jogando no leito dos rios. Isso é um crime ambiental. O Ibama é que deu autorização para isso. Eu sou contra isso, porque é necessário que se retire do local, pois se vai passar água das turbinas para aquele local. As primeiras máquinas da Santo Antônio já estão prontas para entrar em funcionamento; já na Jirau não se está cumprindo a compensação das condicionantes que ficou acertada com o Governo do Estado na época em que eu era Governador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Então, é a Jirau que não cumpre as condicionantes?

O Sr. Ivo Cassol (Bloco/PP – RO) – Não está cumprindo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Exatamente. Então, V. Ex^a já tinha feito referência. Apenas cometi a falha de trocar a usina. Jirau é que não cumpre as condicionantes. V. Ex^a é que fez esse alerta.

Nós estamos atentos exatamente para que não ocorra isso lá na Usina de Belo Monte. Precisamos acompanhar, pela Subcomissão, que as condicionantes sejam implantadas na mesma velocidade da usina, até porque, Senador Ivo, elas deveriam ter sido executadas antecipadamente à implantação da usina, para que os municípios impactados estivessem preparados, para que recebessem essa migração que estão sofrendo. Ora, como não foram preparados, estão sofrendo essa migração ao mesmo tempo da execução das obras de Belo Monte. Então, pelo menos que as obras das condicionantes sejam executadas no mesmo ritmo das obras da barragem. A isso vamos ficar atentos.

Quero dizer a V. Ex^a, Senador Ivo Cassol, que vamos ter, na próxima quinta-feira, depois de amanhã,

uma audiência na Comissão de Meio Ambiente, pela Subcomissão de Acompanhamento da Implantação de Belo Monte, para que possamos fazer uma avaliação da diligência que fizemos e termos, com a presença do Ibama, do consórcio empreendedor e do Ministério Público, uma avaliação e cobrarmos do Ibama, que não esteve nessa diligência, exatamente aquelas condições necessárias para que, como V. Ex^a colocou, o consórcio Norte Energia, que é o consórcio empreendedor, possa vir a dar as condições de que as condicionantes possam vir a ser executadas.

Eu quero alertar aqui, para dizer ao Brasil que essa obra de Belo Monte, eu já disse no início do pronunciamento, é a maior obra em execução do nosso País. Os números da obra são números gigantescos, impressionam a qualquer brasileiro que tome conhecimento. Mas não são só os números que impressionam. Qualquer um que for até lá... E eu espero e quero aqui fazer o convite a todos os Senadores que possam ter a oportunidade de nos acompanhar em outras diligências que fizermos. Já agendamos uma segunda ida nossa em julho. Antes do recesso do meio do ano, iremos novamente para que possamos acompanhar, verificar o avanço que tivemos dessa primeira visita de março para a segunda visita em julho. E espero ter os que estiveram lá agora em março e outros Senadores que queiram ir até lá, a Altamira e região, não só em Altamira, mas Vitória do Xingu e a região, para que possamos efetivamente fazer esse acompanhamento.

Belo Monte vai gerar 11.000 MW de energia para o Brasil; não é para o Pará. O Pará hoje já exporta energia. Esse é um outro ponto importante a que venho me referindo aqui há muito tempo. Agora mesmo estamos discutindo a questão dos *royalties* do petróleo. O ICMS na geração de energia não é cobrado pelo Estado produtor. Ele é cobrado no consumo, ou seja, na ponta. O Estado produtor de energia exporta energia e não cobra na geração o ICMS; é cobrado no consumo, ou seja, nem a geração de energia o Estado que gera energia, como é o caso do Estado do Pará, que vai gerar mais 11 mil MW com Belo Monte, é beneficiado com isso.

Senador Ivo Cassol, por favor.

O Sr. Ivo Cassol (Bloco/PP – RO) – Para poder concluir, Sr. Presidente, e ajudar. Na verdade, é o caso que tenho discursado e falado. Por exemplo, no Estado de Rondônia, hoje os empreendimentos já começaram a demitir servidores. No mercado de trabalho de Porto Velho, há gente sobrando. O setor imobiliário caiu. E aí as pessoas falam: “Mas depois tem o ICMS da energia”. Mas o ICMS é pago onde consome! Sabe o que fica para o Estado produtor? Desculpem-me, mas fica só uma bananeira depois. “Mas e os *royalties*?” Os *royalties* são muito pequenos comparados aos do

petróleo. Portanto, precisamos aqui, nesta Casa, urgentemente criar o ICMS Verde para os Estados da região Norte, que estão dando para o Brasil a energia de que precisa. Então, sou a favor disso. Assim, o Estado de Rondônia vai ser contemplado, o Pará vai ser contemplado, Mato Grosso vai ser contemplado. Todos os Estados que têm a riqueza natural podem ser aproveitados. E, pelo menos, deixam um legado positivo, que é a diferença de ICMS.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Ivo Cassol, iniciamos na quarta-feira passada, na véspera da nossa ida a Altamira, uma reunião com a Senadora Kátia Abreu, o Senador Blairo Maggi, que nos escuta, e o Senador Sérgio Souza, exatamente para discutir essa alteração da cobrança do ICMS da energia na produção, e não no consumo.

Vamos ter outras reuniões e renovamos o convite aos Senadores que têm interesse em discutir o tema, para que possamos trazer essa discussão às comissões e também ao plenário. Isso é constitucional. Temos que alterar a Constituição através de uma PEC, que tramita no Senado Federal.

Quero, Senador Cássio Cunha Lima, agradecer a V. Ex^a.

Eram essas as informações que queria fazer, nesta tarde-noite, sobre a viagem da subcomissão de acompanhamento da implantação da usina de Belo Monte, no Estado do Pará, nos Municípios de Altamira e Vitória do Xingu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Senador Flexa, esta Presidência cumprimenta V. Ex^a pela prestação de contas, pelo pronunciamento, sempre muito sensato, lúcido, que traz um tema extremamente relevante para o desenvolvimento do Brasil, que é a energia.

E concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Cristovam Buarque, anunciando que, na sequência, temos a inscrição do Senador Blairo Maggi; após o Senador Cristovam, o Senador Blairo.

Com o tempo regimental de vinte minutos, tenho a honra de conceder a palavra a esse extraordinário brasileiro o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador, mas creio que não vai ser necessário um discurso longo para fazer um pequeno comentário sobre a vinda, esta manhã até o avançar da tarde, no Senado, do Ministro Mantega.

O Ministro Mantega fez uma bela apresentação, mas, como tenho sempre falado da área econômica do Governo, um discurso concentrado no presente, um discurso sem uma visão de longo prazo, um discurso,

Senador Taques, conjuntural, sem a visão estrutural que o Brasil precisa.

Quando a gente analisa, por exemplo, os impedimentos que ele coloca hoje e os perigos e riscos da economia brasileira, todos são comprometidos com o presente: é a taxa de câmbio, é a redução da demanda internacional por nossos produtos, é a política, a guerra cambial. Ele não coloca o principal problema da economia brasileira, Senador Acir, e que temos conversado sempre. No médio prazo, o nosso problema é só um: chama-se competitividade.

A economia brasileira está bem, mas ela vai mal. Ela vai mal se a gente analisa a competitividade crescente dos outros países e a competitividade estagnada do Brasil, a produtividade estagnada do Brasil, que é a base da competitividade, enquanto a produtividade cresce em outros países. Na Coreia do Sul, nos últimos 20 anos, a produtividade cresceu 50%; na China, a produtividade, em 20 anos, cresceu 60%. O que quer dizer esse crescimento? Quer dizer que, há 20 anos, se um trabalhador sul-coreano produzia o valor de 100, agora ele produz o valor de 150, o mesmo trabalhador; quer dizer que, se na China um trabalhador produzia o valor de 100, agora ele produz 160. No Brasil, um trabalhador que, há 20 anos, produzia 100, hoje continua produzindo 100. Eu falei que o crescimento da produtividade no Brasil era zero em 20 anos. O Senador Armando Monteiro, que é um homem da indústria, usou uma palavra muito melhor: a produtividade está estagnada.

Este é o grande problema do futuro: a incapacidade da nossa produtividade de dar saltos, de produzir mais, cada pessoa, de um ano para o outro, para poder justificar ganhar mais de um ano para o outro.

Mas a competitividade não vem só da produtividade. Essa é uma visão antiga, tradicional, do tempo em que produzíamos dois, três, quatro produtos. A competitividade hoje vem de duas coisas: a produtividade do processo de produção, quanto um trabalhador produz graças às novas máquinas, e a criatividade de inventar novos produtos.

O Brasil está pecando nesses dois aspectos da competitividade internacional. Nós não inventamos novos produtos e nós não conseguimos aumentar a capacidade de produção de cada trabalhador.

Qual é o resultado? Cada trabalhador vai continuar produzindo a mesma quantidade e nós vamos continuar produzindo os mesmos produtos. Aí a demanda não cresce. Ou cresce por reação lá de fora. Lá de fora começam a comprar mais, como hoje acontece com alguns setores. O setor da soja, por exemplo. E está aqui o Senador Blairo, que o conhece bem. Lá de fora a demanda aumenta. E aqui dentro a produtividade

também, nesse setor, sobretudo pelo fato de mais de uma cultura ao longo de um ano apenas. Essa é uma invenção brasileira.

Mas são produtos que não geram a demanda por si, como o caso de um iPad, de um iPod, de um computador, de um equipamento da inovação científica e tecnológica, que é criado e, ao entrar no mercado, cria a demanda. Não é preciso esperar que a demanda venha de fora. Nós, que inventamos o produto, induzimos a demanda. Então, nesses dois aspectos da competitividade, o aspecto da invenção de novos produtos e o aspecto de produção maior por pessoa, produtividade, nós estamos falhando.

Isso ele não falou. E a pergunta que fiz a ele foi se o Ministério da Fazenda estava prestando atenção ao novo Plano Nacional de Educação que vai chegar aqui. E o Plano Nacional de Educação é a mãe da competitividade, porque ali, no Plano Nacional de Educação, é que vamos não apenas ter capacidade de inventar novos produtos, como também capacidade de aumentar a produtividade de cada trabalhador, pela sua formação e pelas máquinas que podemos inventar para produzir mais. É ali que está a mãe da própria economia do futuro, porque essa economia do futuro terá que ser a economia baseada no conhecimento. O capital, daqui para frente, não é mais a máquina. É quem inventa a máquina. É quem sabe operar a máquina inteligente, como as máquinas do futuro serão a partir de agora. Nós estamos ficando para trás.

Por isso, tenho dito e insistido que a economia está bem, mas não vai bem. É claro que há outros problemas: a infraestrutura deficiente, o custo Brasil elevado, a própria taxa de câmbio, que dificulta a nossa exportação e termina desindustrializando o Brasil, enquanto industrializa a China, industrializa a Índia, e passamos a ser importadores dos bens industriais. São muitos problemas. São 15 problemas que identificamos nesse trabalho chamado "A economia está bem, mas não vai bem". Mas, desses todos, talvez o mais importante seja a perda da capacidade de competitividade no exterior, no conjunto da economia, embora, em setores como o da soja e em setores como o do ferro, a gente consiga aumentar a produtividade graças a técnicas novas, e técnicas que surgiram graças a conhecimento produzido, por exemplo, na Embrapa, no caso da soja; produzido no Instituto Tecnológico da Aeronáutica, no caso da Aeronáutica e da Embraer.

Lamentavelmente, a resposta do Ministro Mantega, quando perguntei se o Ministério da Fazenda estava considerando o segundo Plano Nacional de Educação como um vetor, como um instrumento, um motor para a nossa economia, foi de que nós vamos colocar mais dinheiro na educação. Mais dinheiro é

necessário, mas mais dinheiro não é suficiente. Hoje, se chover dinheiro no quintal de uma escola, vira lama na primeira chuva. Temos que saber como o dinheiro que a gente coloca chega à cabeça dos alunos, chega à consciência dos alunos. Isso exige uma mudança no sistema educacional brasileiro. Temos que revolucionar, e não apenas melhorar a educação no Brasil.

Essa revolução exige a criação de um sistema novo, com professores altamente bem remunerados, selecionados com muito rigor, com dedicação absolutamente exclusiva, usando equipamentos da mais nova geração pedagógica, em edifícios bonitos e confortáveis e em horário integral. Não dá para você transformar as escolas de hoje nessa nova escola. Nós vamos ter que fazê-las. Esse é um professor novo que a gente vai ter que buscar no mercado, pagando bem e exigindo muito, inclusive mudando o conceito de estabilidade. Estabilidade em relação ao governador, ao prefeito, em relação ao presidente, em relação ao Estado, mas não estabilidade em relação aos colegas, aos pais, ao povo. Nós temos a obrigação de avaliar os professores no momento em que nós dermos importância à educação, no momento em que pagarmos bem aos professores. Esse novo sistema tem que ser montado, enquanto vamos deixando que o atual sistema, o sistema das escolas ruins, sem horário integral, com professores mal remunerados, sem motivação, escolhidos localmente, esse sistema tem que ir definhando, enquanto a gente vai construindo um novo sistema. Esse é que deveria ser o PNE.

Lamentavelmente, Senador Cássio, o segundo PNE, Senador Taques, e eu coloquei isso para o Ministro Mantega, é uma repetição do primeiro PNE. Daí eu pergunto, vamos avaliar o primeiro PNE: quanto aumentou a produtividade? Quanto aumentou o grau de consciência da população brasileira? Nada. Nesses dez anos do primeiro PNE, nada mudou substancialmente na educação. O segundo PNE pouco vai mudar, salvo jogar muito dinheiro. Cheguei e disse até ao Ministro: Ministro, o senhor, que é Ministro da Fazenda, tome cuidado, não vale a pena jogar dinheiro sem ver como ele vai ser gasto.

Mas o que mais me preocupa é essa falta de visão entre o setor educacional e o conjunto da sociedade brasileira. Acharmos que a educação é uma questão lá, da educação, que a economia é uma questão cá, dos empresários. Ou a gente casa essas duas coisas ou a educação não vai dar o resultado. Nós achamos que educação é uma coisa lá, da educação, e que a corrupção é uma coisa cá, da justiça. Sem educação combinada com consciência a gente não vai dar o salto para uma sociedade honesta. A gente acha que a violência é uma questão cá, dos policiais, e a educação lá,

dos professores. Sem casar professores, educação e uma consciência pacífica das nossas crianças no processo de crescimento, a educação não trará o efeito necessário para mudar o quadro violento do País e a luta contra a violência não será a mesma que a luta pela paz. É uma pena que a gente se conforme com tão pouco. A gente se conforma em ter mais vigilantes, em ter toda a vida da gente coberta de vídeos para saber quem é e quem não é ladrão, a gente aceita viver cercado de cercas, em condomínios, comprando em *shopping centers*, porque não pode ir à rua; entrando em restaurante com vigilantes privados, vendo quem entra e quem não entra. Nós nos conformamos como se isso fosse paz. Isso é segurança; isso não é paz. Paz é quando não se precisa de barreiras; quando a gente puder passear no centro da cidade sem medo. Aí é paz. Mas a gente não quer a paz, a gente quer a segurança. Até precisa da segurança momentaneamente, mas tem de olhar para a paz; até precisa de uma economia que esteja bem, mas a gente tem de olhar uma economia que vá bem no futuro, e essa depende de uma visão integrada.

Mas, lamentavelmente, nós temos um Governo hoje que não consegue casar longo e curto prazo. Não há um diálogo, Senador Taques, entre o que se faz hoje e o que se espera para amanhã. Às vezes, a gente faz hoje sem olhar para o amanhã; a gente faz, às vezes, para amanhã, sem ver a base hoje.

Vou dar um exemplo: o imenso, grande, bonito projeto de Suape, em Pernambuco. Todos sabem hoje que o projeto de Suape, em Pernambuco, é um projeto olhando lá na frente, que vem do Senador Jarbas Vasconcelos. Esse projeto, olhando lá na frente, está fracassando porque não criou uma base educacional. Não tem mão de obra para fazer funcionar as coisas. Um imenso navio, construído em Pernambuco, que orgulhou Pernambuco, lançado ao mar pelo Presidente Lula, está no estaleiro, voltou ao estaleiro, segundo dizem, por deficiência na mão de obra que fez as soldas dentro do navio.

O Ministro Mantega falou muito bem, mas falou muito bem do momento. Ele não tocou no projeto de Brasil. É como se o problema dele fossem os próximos anos, e não as próximas décadas. Isso é que deixa preocupação em quem não se contenta apenas de ter o Brasil estando bem e quer o Brasil indo bem para o futuro. Não satisfeito, portanto, a fala do Ministro numa perspectiva mais longa.

Acho que a gente deveria chamá-los aqui juntos, o Ministro Mantega, o Ministro da Ciência e Tecnologia, o Ministro da Educação, e ter um debate sobre o Brasil, porque nos acostumamos a debater em cada comissão o aspecto específico daquela comissão e

estamos deixando de discutir o aspecto amplo da Nação brasileira, na sua complexidade, na necessidade de interação entre seus diversos setores. Cada um está trabalhando por um lado e cada um olhando só o seu presente. E aí a gente não pode colocar a culpa apenas nos Ministros, na Presidenta. Os sindicatos só pensam no curto prazo; eu diria que o sistema judiciário está comprometido com o curto prazo; nós, políticos, estamos comprometidos com o curto prazo. O nosso horizonte mais longo é a próxima eleição, em vez de ser a próxima geração. Nós estamos prisioneiros de estar bem, e não de ir bem. Isso é extremamente preocupante, mesmo quando os indicadores atuais são bons.

Era isso, Senador Cássio, que eu queria colocar, dizendo: bela apresentação do imediato, triste apresentação, olhando o futuro do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Cristovam, por mais um pronunciamento extremamente lúcido, de alguém quem tem uma folha de serviços prestados a este País e uma preocupação permanente com o seu próprio futuro, com o arrimo, a base da educação brasileira.

O Senado e os telespectadores da TV Senado são brindados, mais uma vez, com a palavra sempre lúcida e cidadã de V. Ex^a.

Cumprimento-o pelo seu pronunciamento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – A Presidência designa o Senador Gim Argello (PTB/DF), como membro suplente, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (PTB/PI), para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a “Investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência”, conforme Ofício nº 050, de 13 de março de 2012, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 50/2011/GLPTB

Brasília, 13 de março de 2012

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência a fim de indicar, pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, o meu nome Senador Gim Argello, para compor como membro suplente a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI, destinada a “Investigar a situação

de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência”, em substituição ao Excelentíssimo Senador João Vicente Claudino.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim Argello**, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – A Presidência designa os Senadores Fernando Collor e Gim Argello para integrarem, respectivamente, como titular e suplente, a Comissão Temporária Externa, criada nos termos do **Requerimento nº 39, de 2012**, destinada a representar o Senado Federal, no âmbito das Nações Unidas, sobre o desenvolvimento sustentável, a Rio+20, conforme o **Ofício nº 56, de 2012**, da Liderança do PTB.

É o seguinte o Ofício na íntegra:

Of. nº 56/2012/GLPTB

Brasília, 13 de março de 2012

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, os Senadores Fernando Collor e Gim Argello para integrarem, como membros titular e suplente respectivamente, a Comissão Temporária Externa destinada a representar o Senado Federal na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável – “Rio + 20.”

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim Argello**, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Com a palavra, pelo tempo regimental de 20 minutos, o nobre Senador Blairo Maggi.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sr. Presidente, peço para me inscrever para falar em nome da Liderança do PDT, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Está inscrito V. Ex^a, que falará após o Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, a exemplo do

Senador Cristovam, que me antecedeu nesta tribuna para falar da reunião de hoje à tarde, da visita para uma audiência pública, com o Ministro Guido Mantega, eu também uso da tribuna, neste momento, para fazer algumas considerações a respeito da participação do Ministro, na tarde de hoje, aqui no Senado Federal.

Quanto aos questionamentos que a Oposição fez, que alguns órgãos de imprensa vinham fazendo, sobre as questões do Presidente da Casa da Moeda, sobre as questões do Banco do Brasil, para mim, o Ministro Guido Mantega se saiu muito bem ao responder todos os questionamentos da Oposição sem mudar de rumo, sem procurar enrolar. Ele foi claro, simples, direto ao ponto com respostas claras, e acho que isso retirou ou tirou do ambiente qualquer tipo de “nuvem negra”, a respeito de qualquer pensamento que tinham por aí a respeito desse assunto.

Acho que o Ministro Guido Mantega respondeu hoje com toda nitidez sobre aquilo que estava faltando responder, com um posicionamento claro, direto, do Governo a respeito desses assuntos. Então para mim é um assunto encerrado, é um assunto enterrado e vida para frente, bola para frente.

Outro assunto que hoje me chamou a atenção, na parte da tarde, foi quando o Ministro fez as suas colocações a respeito da economia. E aí o querido Senador Cristovam fez algumas considerações das quais eu compartilho com S. Ex^a: que nós estamos indo bem, mas que não poderemos estar bem no futuro.

Eu acho que essa é uma preocupação, Senador Cristovam, muito pertinente, oportuna e correta porque nós não podemos olhar simplesmente este momento, nós temos que olhar para frente; como nós seremos, o nosso País, daqui a 10 anos, 15 anos, 20 anos. E para quem pensa no futuro é preciso pensar um pouco diferente, talvez mais ousadamente, na proteção das empresas nacionais para que elas simplesmente não passem por esse momento, que sobrevivam a esse momento. Mas, como é que nós vamos sobreviver no futuro, num momento de competição muito maior, num momento diferente do que o que nós vivemos hoje? Como disse o Ministro, e isso é real, com excessos de crédito, com oferta de dinheiro abundante, fazendo com que as empresas acabem não tendo condições de crescer e se desenvolver?

Então o Governo, no caso o Ministério da Fazenda, tem juntamente com o Banco Central a obrigação de fazer a proteção da moeda brasileira; ele tem como obrigação de fazer a defesa da indústria nacional, do agronegócio nacional, da agricultura e da pecuária, além dos serviços brasileiros. E como fazer isso? Defendendo realmente a moeda brasileira e criando barreiras ou dificultando a entrada desses recursos que

são recursos especulativos, Sr. Presidente, que vêm para o Brasil nadar nos juros altos que nós temos; juros que, até poucos dias atrás, estavam em mais de 10%, agora 9,75%, se não me falha a memória.

É claro que nos países europeus em que os juros, neste momento, não chegam a 2% ao ano, é muito mais tranquilo vir ao Brasil, pernoitar com o dinheiro aqui e sair com juros de 10% ao ano.

Então, o Governo brasileiro precisa, de fato, se preocupar com isso, caso contrário a moeda brasileira será supervalorizada e nós perderemos a competitividade no mercado internacional, não só dos produtos *in natura* que nós produzimos, mas também dos manufaturados e semi-faturados.

Mas, eu gostaria de relembrar uma das preocupações que os empresários me passaram, no dia de hoje, quando fiz uma pergunta, depois de vários telefonemas. Perguntei-lhes se as proteções que o Governo estava fazendo, neste momento, eram boas ou não para as exportações. E a resposta de alguns empresários com quem conversei foi muito clara: "...que para a exportação as medidas tomadas são ruins". Mas é um paradoxo, como que é ruim se ao mesmo tempo fez com o dólar saísse de 1,68, 1,70, para 1,80? E é tudo o que o empresário quer? Mas ela é ruim porque os 6% de IOF que o Governo coloca, quando o dinheiro entra para o País, para a permanência com menos de cinco anos, significa um deságio no dólar, Senador Pedro Taques; significa que R\$1,80 para cada dólar cai para R\$1,69, quando você aplicar a taxa de 6%. Então, você está penalizando o setor exportador.

É claro o Governo faz a proteção, ele segura um pouco a entrada dos dólares, faz com que o real seja desvalorizado e chegue a 1,80, 1,81 ou 1,82. Aparentemente é um bom negócio, mas como disse, você acaba penalizando o exportador. E mais, como a grande maioria das empresas exportadoras brasileiras não tem acesso a crédito de tão longo prazo, de cinco anos, todas elas acabam tendo que vir buscar dinheiro de curtíssimo prazo nas operações, nas antigas e velhas e boas operações chamadas de ACC, que é o dinheiro de 180 dias, 365 dias que o exportador pode ir buscar. É o juro mais barato, é bom para o exportador, mas, mais uma vez, ela pode se transformar em uma armadilha para o exportador. Quando ele deixa de ter um crédito de dois, de três anos, porque está com taxas de 6% ao ano para entrada no Brasil, ele busca recursos de 180 dias ou 365 dias para financiar suas exportações.

E por que, Sr. Presidente, isso se transforma numa coisa ruim? Porque nós vivemos numa crise mundial, neste momento, que nós ainda não sabemos qual será sua saída. Nós não sabemos se essa crise

está debelada com os acordos, os acertos feitos na economia, principalmente na economia grega, ou se essa crise ainda vai recrudescer, vai ficar mais complicada e mais difícil. Então, se nós temos um dinheiro de curto prazo para exportação, Senador Pedro Taques, o que acontece? Se a minha operação vence amanhã e nós temos uma crise no horizonte, o banco é muito mais tranquilo, e o banqueiro fala assim: "Olha, eu não vou emprestar dinheiro neste momento, porque a situação está meio nebulosa". E banco, a gente sabe como é, ele é igual a cardume de peixes, igual a bando de aves: quando vem um, vêm todos; mas, quando um vai embora, todos vão embora também, não sabem por que vieram e não sabem por que estão indo embora. Então o cidadão fica sem crédito.

Hoje, na parte da tarde, pedi ao Ministro Guido Mantega, e venho à tribuna para lembrá-lo e avisar ao Ministério da Fazenda que o Ministro Guido Mantega concordou com a minha tese e de alguns Senadores de que nós devemos procurar uma saída, uma alternativa, ou seja, quando o Governo cobrar os 6% de juros do IOF na entrada, que ele possa, imediatamente, após a comprovação da mercadoria em cima do navio, quer dizer, exportação efetivamente realizada, devolvê-lo, Senadora Ana Amélia, mas devolver em dinheiro; não é crédito, porque isso é custo da operação, custo da exportação.

Então, o Ministro Guido Mantega concordou com a tese, ficou de acionar os seus técnicos, e nós vamos direcionar e indicar técnicos nossos. Vamos chamar o pessoal da área de exportação, da Abiove e de outras entidades para, junto com o Ministério da Fazenda, tentar – não significa que haja uma concordância em fazer –, mas tentar buscar uma saída em que o exportador brasileiro possa aproveitar esse momento da valorização do dólar, bem como o grande fluxo de capital que está por aí no mundo, sobrando.

Então, acho eu que o Ministro Guido Mantega hoje foi sensível às colocações feitas pelos Senadores, concordou e disse: "Olha, quando nós fizemos uma legislação nova ou colocamos uma imposição nova, nós a colocamos sabendo que vai haver um efeito x, mas não sabemos os efeitos colaterais". Portanto, a sociedade, o empresariado, todos aqueles que trabalham nos setores de exportação, ou mesmo na economia interna, precisam manifestar-se. Os efeitos colaterais dessa medida que foi tomada talvez sejam mais graves do que o defeito que se quis corrigir.

Então, ficou claro hoje que o Ministério da Fazenda está pronto, aberto a fazer as discussões necessárias, para que possamos equilibrar essa questão da regulação, de fazer com que o dólar seja valorizado e o real desvalorizado, sem que isso traga à economia

brasileira mais uma penalidade, num país onde temos uma alta carga tributária, onde, infelizmente, ainda exportamos impostos, onde ainda temos uma competitividade bastante inferior a determinados locais.

Para os senhores terem uma ideia, a China coloca aqui no Brasil equipamentos, como, por exemplo uma pá carregadeira ou uma patrol, um equipamento qualquer, por um terço do custo produzido aqui no Brasil – um terço! Uma pá carregadeira, Presidente Cássio, que custa R\$350 mil aqui no Brasil, você compra, colocada, em qualquer lugar do Brasil, com imposto recolhido, a R\$95 mil, R\$100 mil, na sua propriedade ou no seu empreendimento.

E mais: o empresário chinês, quando carrega o equipamento no navio para mandar para o Brasil, recebe um cheque do governo de 16% de bonificação, porque ele está fazendo uma exportação.

Então, nós, as empresas e as indústrias brasileiras, estamos ouvindo muito falar de desnacionalização, de empresas que têm fechado, da importação que tem aumentado, dos equipamentos vindos todos de fora. Isso é porque temos uma alta carga tributária e principalmente trabalhista, um dólar subvalorizado e um real valorizado.

Portanto, venho a esta tribuna já nesta tarde/noite dizer que nós enxergamos uma pequena luz no fim do túnel, e cabe agora aos técnicos da Fazenda, das exportadoras e das associações buscarem o enten-

dimento para fazer com que o Brasil possa ser mais competitivo, possa gerar mais emprego e proteger sua indústria nacional sem ter de criar antagonismos e complicações dentro da OMC e tantos outros organismos que regulam o mercado internacional.

Então, Sr. Presidente, a minha fala nesta tarde é neste sentido de dizer que vamos procurar esse caminho e vamos procurar mudar a situação atual.

Boa noite e muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Indago do Senador Acir se mantém a inscrição pela liderança do PDT? (*Pausa.*)

Antes de V. Ex^a ocupar a tribuna, quero comunicar ao Plenário que, em sessão anterior, foi lido o Requerimento nº 69, de 2012, do Senador Ricardo Ferraço e outros Senadores, solicitando a realização de sessão especial destinada a homenagear o lançamento da Campanha da Fraternidade de 2012, com o tema Fraternidade e Saúde Pública, pela CNBB, em data a ser oportunamente marcada.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler:

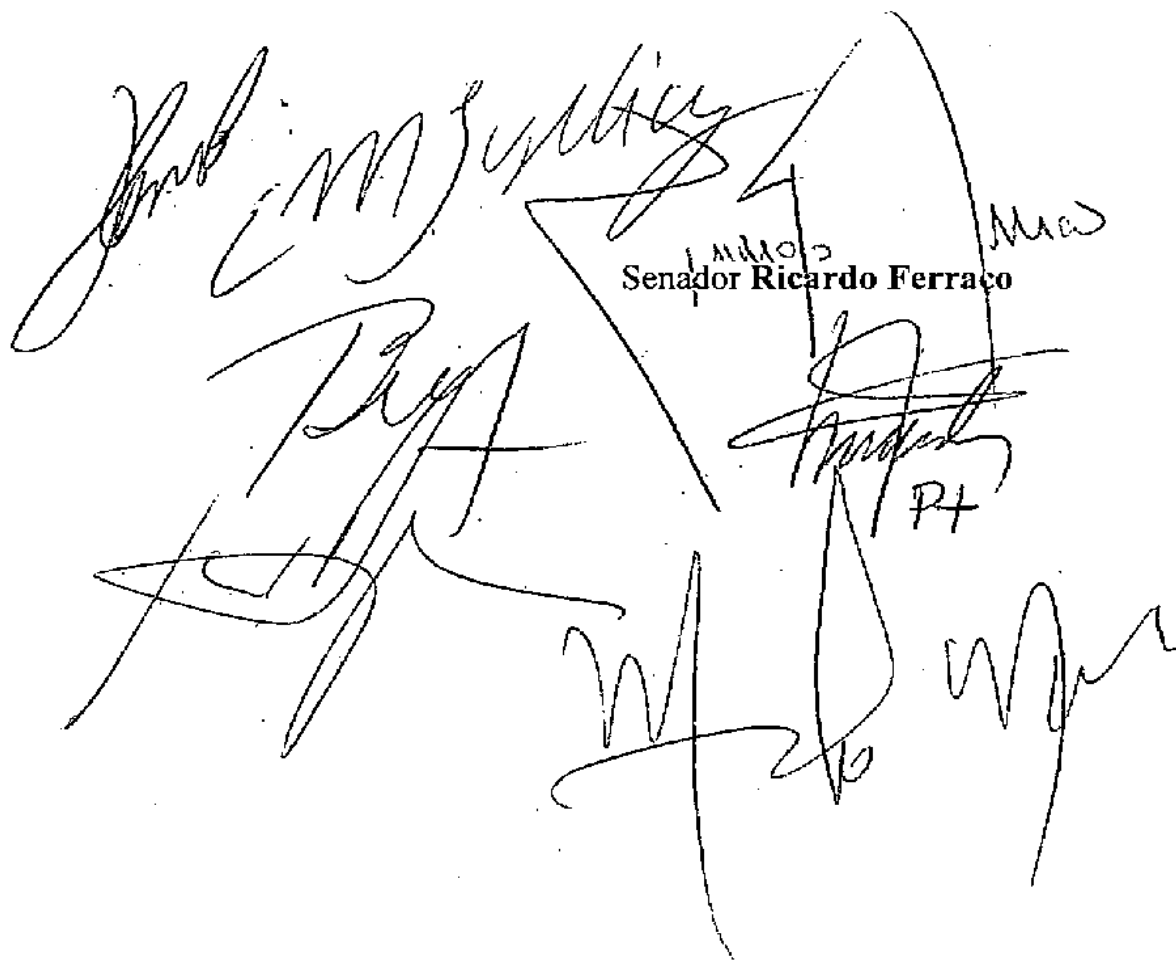
Requeremos, em aditamento ao Requerimento nº 69, de 2012, que a sessão especial em homenagem ao lançamento da Campanha da Fraternidade de 2012, com o tema Fraternidade e Saúde Pública, seja realizada no dia 19 de março do corrente ano.

É o seguinte o Requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 139, DE 2012

Requeremos, em aditamento ao Requerimento nº 69 de 2012, que a Sessão Especial em homenagem ao lançamento da Campanha da Fraternidade 2012, com o tema "Fraternidade e Saúde Pública", seja realizada no dia 19 de março do corrente ano.

Sala das Sessões, em 07 de março de 2012.



Senador Ricardo Ferraz

PT

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Em votação o requerimento. *(Pausa.)*

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Com o tempo regimental de 20 minutos, concedo a V. Ex^a a palavra.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado. Venho a esta tribuna hoje à tarde para falar um pouco sobre o meu Estado de Rondônia.

Na sexta feita última, estivemos junto com a comitiva do Governador Confúcio Moura nas cidades de Nova Brasilândia e Novo Horizonte.

Em Nova Brasilândia, estivemos também junto com o prefeito municipal, com o Senador Raupp, com a Deputada Marinha, com os demais secretários de Estado, e o Governador lançou, naquele momento, a execução de 20 quilômetros de asfalto para acidade de Nova Brasilândia.

Quero aqui cumprimentar o nosso Governador e toda sua equipe pelo belo trabalho que faz à frente do governo do Estado, um trabalho planejado, com estrutura, um trabalho que foi pensado no ano passado e começa a dar os primeiros frutos agora no começo de 2012, um ano que nós esperamos que seja decisivo para o nosso Estado de Rondônia, não só com relação a asfaltamento urbano nos Municípios do Estado de Rondônia, mas também nas rodovias.

O Governador anunciou a compra de dez usinas de asfalto para o DER, para que esse órgão possa executar essas obras, que são da maior importância para o Estado, diretamente, contratando as empresas para fazer a base e a sub-base, mas o DER fazendo a usinagem e, dessa forma, acelerando o ritmo de crescimento, de desenvolvimento e investimento em infraestrutura no Estado de Rondônia. Não foi diferente em Novo Horizonte, como não é diferente nos demais 50 Municípios do Estado de Rondônia. O Governo do Estado investe em todos os Municípios: nos pequenos, nos médios e nos grandes Municípios. É o que esperávamos do nosso Governador Confúcio Moura. É o que esperávamos do nosso Vice-Governador, Aírton Gurgacz, que está lá representando o PDT, juntamente com o Governador Confúcio.

Aproveito esta tribuna também para cobrar mais atenção do Governo Federal para com o nosso Estado de Rondônia. Eu poderia elencar uma série de carências que o nosso Estado enfrenta, pois é um

Estado jovem, a última fronteira agrícola do País, mas vou me ater a três necessidades mais urgentes, que, de uma forma ou de outra, afetam a toda a população do nosso Estado de Rondônia.

A primeira delas é a transposição dos servidores do ex-Território Federal de Rondônia para os quadros da União; uma novela que já se arrasta por muito tempo, resultado de uma proposta de emenda constitucional apresentada pela nossa colega, a ex-Senadora Fátima Cleide, que acompanha o desenrolar dessa novela com muita atenção e muita preocupação também.

Foi aprovada no Congresso Nacional em dois turnos, cujo decreto já foi assinado pela Presidente Dilma Rousseff, e agora só falta ser colocada em prática. Portanto, em respeito aos servidores do ex-Território de Rondônia, e em homenagem ao saudoso amigo Duvanier Ferreira, ex-secretário de recursos humanos do Ministério do Planejamento, que acompanhou desde o início as tratativas em torno da transposição, e que nos deixou de forma inesperada,

Fazemos um apelo à Ministra Miriam Belchior, do Planejamento, para que publique com urgência a normativa que possibilitará o início, de fato, da transposição dos ex-servidores para o quadro da União, o que, além de fazer justiça com esses servidores, trará uma economia considerável para o Estado de recursos que, certamente, poderão ser aplicados em educação, saúde e também em aumento de salário para aqueles servidores que continuarão fazendo parte dos quadros do Estado de Rondônia.

Em segundo lugar, um tema que nos preocupa é a regularização fundiária, que é um problema crônico em nosso Estado de Rondônia e em toda a Amazônia Legal.

Há um atraso de, pelo menos, trinta anos no trabalho de regularização fundiária das vastas terras da região amazônica, que, temos que reconhecer, passou a caminhar a passos mais rápidos com a atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, comandado, até esta semana, pelo Ministro Afonso Florence, que fez um grande trabalho à frente desse Ministério. Principalmente com o Programa Terra Legal, avançou, não com a rapidez que nós queremos no Estado de Rondônia, mas avançou muito com relação à regularização fundiária da Amazônia.

O Programa Terra Legal, que iniciou seus trabalhos há dois anos, é o primeiro grande esforço do Governo Federal em realizar a regularização fundiária na Amazônia.

Nesse período, o Programa Terra Legal já cadastrou 22 mil famílias nos 52 Municípios de Rondônia, o que possibilitará a regularização de uma área em torno

de 2,9 milhões de hectares, com georreferenciamento. Entretanto, isso é apenas 30% da demanda lá existente.

Em Rondônia, o Incra tem 195 projetos de assentamento, com 37.108 famílias assentadas em área aproximada de seis milhões de hectares.

O Estado possui cerca de trinta acampamentos de agricultores que ainda não são considerados assentamentos pelo Incra.

A situação mais grave e os conflitos estão nos acampamentos.

Este é o cenário da região de Ariquemes, da bacia do rio Jamari, onde estão os principais acampamentos de agricultores que lutam por um pedaço de terra para plantar no nosso Estado de Rondônia.

Só no Município de Buritis são 16 acampamentos, alguns já transformados em assentamentos pelo Incra.

Temos, portanto, uma demanda reprimida muito grande aguardando a regularização fundiária. Espero que o que foi iniciado pelo Ministro Afonso Florence tenha sequência com o novo Ministro, que toma posse amanhã, com uma resposta positiva para a sociedade.

Estamos confiantes nesse trabalho. É disso que precisamos para continuar produzindo com inclusão social, desenvolvimento econômico e proteção ambiental. É através do documento das suas terras que podemos cobrar da população rural um cuidado maior com o meio ambiente. É através da regularização fundiária que isso poderá ser possível. A diminuição do desmatamento e a diminuição das queimadas só acontecerão após a regularização fundiária.

Outra necessidade urgente é a restauração da BR-364, rodovia que liga Acre, Rondônia e Mato Grosso ao centro do País, cuja situação está crítica, oferecendo constantes riscos de morte para os motoristas. Já debatemos esse assunto por várias vezes aqui, nesta tribuna, neste ano, no ano passado, em reuniões com Ministros dos Transportes, em reuniões com o Diretor-Geral do Dnit, com o Diretor Setorial de Rondônia e Acre, em Porto Velho. A situação se agravou há seis dias, com o rompimento da pista e das manilhas que escoam a água de um igarapé que passa por baixo da rodovia no trecho já duplicado, próximo a Porto Velho. Agora, o trânsito da rodovia está literalmente interrompido. E o Exército brasileiro, por meio do 5º BEC, juntamente com o Dnit e o Governo do Estado trabalham na recuperação da pista e na construção de uma ponte provisória para dar regularidade ao trânsito naquela região.

Na manutenção da rodovia, três empresas começaram, nesta semana, a operação tapa-buracos. São 15 equipes para cumprir sete contratos, trabalhando ao longo da BR-364, para recuperação da pista em caráter emergencial. A população que depende da rodovia

para transitar tem sofrido muito. Nós esperamos que realmente aconteça essa operação emergencial tapa-buracos, de maneira bastante acelerada, para que se possa dar mais segurança à população que transita na BR-364, em Rondônia.

Pois não, Senador Petecão. É um prazer conceder-lhe um aparte.

O Sr. Sérgio Petecão (PSD – AC) – Senador Acir, acompanhando o seu pronunciamento, percebo que o senhor demonstra preocupação com a situação da BR-364, que corta todo o Estado de Rondônia e também atende o nosso Estado, o Acre. Na semana retrasada, participei de um evento em que tomou posse o Presidente da Associação Comercial do meu Estado. Ali os empresários já pediam que nós, que a Bancada do Acre se juntasse à Bancada de Rondônia para que pudéssemos fazer uma frente para ver se melhora a situação da BR-364, que corta o Estado de Rondônia, como eu já disse, mas que também atende o nosso Estado. A precária situação em que se encontra essa BR aumenta o preço do transporte, atrasa a chegada de mercadoria ao nosso Estado. Então, eu queria aqui me somar ao seu pronunciamento e dizer que nós estamos juntos. Esse é um problema de Rondônia, mas que atinge diretamente o meu Estado, que é o Estado do Acre. Obrigado, Senador.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Petecão, pelo seu aparte.

De fato, a 364 atende o Estado do Mato Grosso, o Estado de Rondônia e também o Estado de V. Ex^a, o Acre. Todos nós precisamos dessa rodovia. Ela é a única ligação que nós temos com os demais Estados brasileiros.

O Sr. Sérgio Petecão (PSD – AC) – E com o Pacífico também. *(Fora do microfone.)*

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – E também uma ligação nossa com o Pacífico. É uma nova fronteira de escoamento da produção, uma nova fronteira que o Brasil está começando a explorar para levar o nosso produto a competir nos países asiáticos.

Sr. Presidente, caros amigos de Rondônia que nos ouvem e nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado, no dia 1º de março, tivemos uma audiência pública na Comissão de Agricultura, com a participação do Diretor-Geral do Dnit, o General Jorge Fraxe, exatamente para pedir, para cobrar uma solução imediata para a BR-364. Depois disso, tivemos uma audiência com o Ministro dos Transportes, Ministro Paulo Passos, a quem agradecemos pelo pronto atendimento e reforçamos a cobrança. Aliás, o Ministro Paulo Passos sempre foi muito cordial conosco, atendendo os nossos pedidos e tomando providências imediatas

com relação às demandas que fizemos ao Ministério dos Transportes.

A audiência na Comissão de Agricultura foi muito positiva, pois pressionamos em bloco o Dnit por uma solução imediata para a rodovia. Esperamos que esse reforço na manutenção da rodovia consiga melhorar de pronto as condições da pista e oferecer mais segurança aos motoristas até a restauração completa da rodovia.

Rondônia pode oferecer energia, soja, carne, alimento e riquezas para o Brasil, mas precisa ter ao menos infraestrutura de transporte para escoar essa produção e para dar segurança ao nosso povo.

Ao contrário do que muita gente pensa, Rondônia está, sim, na rota do desenvolvimento, como uma das principais locomotivas deste País. O PIB de Rondônia cresce na média do PIB chinês. Ano passado, o crescimento do PIB de Rondônia foi de 7,3%. O isolamento de Rondônia, com rodovias na situação atual, pode representar um prejuízo enorme para o País, com atraso na construção das usinas do Madeira, o que contribuiu para deixar a rodovia neste estado, com o transporte de peças pesadas para as turbinas, além do aumento do custo Brasil para o escoamento da safra da região Norte e Centro-Oeste. Em breve, teremos em Rondônia um dos maiores centros logísticos do Mercosul, principalmente para o escoamento do agronegócio brasileiro.

Aproveito, Sr^{as} e Srs. Senadores, para enaltecer e cumprimentar a nossa Presidenta Dilma pelo pronunciamento que fez hoje nesta Casa ao ser homenageada pelo Dia da Mulher.

Quero relembrar duas questões que ela abordou que entendo da maior importância para todos nós brasileiros. Eliminar as diferenças regionais no nosso País é investir no País e nos seus Estados em iguais condições para fazer com que o Brasil cresça com igualdade, sem diferenças regionais. Quero cumprimentar a Presidenta e sei que não é apenas um discurso, mas é a sua vontade, pois, através das suas ações que estão sendo colocadas em prática, essas diferenças regionais vão acabar por se eliminar.

Segundo, o ensino integral para os nossos jovens, que a Presidente colocou como sua preocupação. Entendo que é a solução para o futuro do nosso País. Nós precisamos ter as nossas crianças, os nossos adolescentes, os nossos jovens em tempo integral na escola, que o ensino público tenha essa preocupação. Os nossos jovens precisam estar sob o cuidado dos professores, de profissionais qualificados para fazer com que o Brasil possa ser no futuro um País entre as três maiores economias do mundo.

Eu ouvi aqui o Senador Cristovam Buarque falar sobre esse assunto, assim como o Senador Blairo Ma-

ggi, fazendo um *link* forte entre a economia brasileira e o fortalecimento do ensino no nosso País. Eu quero me somar a todos eles, principalmente ao Senador Cristovam Buarque, nosso colega do PDT, por quem temos uma estima muito grande, pelo trabalho que faz, pelo que representa o Senador para nós à frente dessa luta com relação ao ensino público, à fidelização do ensino e ao ensino integral para as escolas, para os nossos alunos.

Nós temos duas obras importantes no Estado de Rondônia com relação ao ensino: uma em Porto Velho e uma em Ji-Paraná. Escolas que estão em fase de licitação e estarão à disposição da população com o ensino integral para as nossas crianças. Entendo que é esse o caminho para o desenvolvimento, para o crescimento do nosso País.

Eram esses os temas. Muito obrigado, Sr. Presidente. Estamos defendendo os interesses do nosso Estado de Rondônia, dos rondonienses e da população brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Acir, pelo pronunciamento, pelo tema que trata dos interesses do seu Estado e da região Norte do nosso País.

Antes de conceder a palavra ao próximo orador, comunico à Casa que a Presidência recebeu a **Mensagem nº 75, de 2012**, na origem, da Senhora Presidente da República, indicando o Senador Eduardo Braga para exercer a função de Líder do Governo no Senado.

É a seguinte a Mensagem na íntegra:

MENSAGEM Nº 75

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 66-A, do Regimento Interno dessa Casa do Congresso Nacional, indico o Senhor Senador Eduardo Braga, para exercer a função de Líder do Governo no Senado Federal.

Brasília, 13 de março de 2012. – **Dilma Rousseff.**

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Esta Presidência aproveita para cumprimentar o Senador Romero Jucá, que durante tantos anos exerceu essa, por que não dizer, espinhosa, difícil e desafiadora função, e desejar êxito ao Senador Eduardo Braga, agora indicado Líder do Governo no Senado da República.

Com a palavra, pela liderança do PSD, pelo tempo regimental de 20 minutos, o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria aproveitar a oportunidade, até porque V. Ex^a fez o registro agora, para também saudar o Senador Romero Jucá, pessoa com a qual, em tão pouco tempo aqui na Casa, tive a oportunidade

de fazer uma boa amizade. É uma pessoa por quem tenho um respeito muito grande. Estava aqui à frente da Liderança do Governo, cargo que agora será exercido pelo Senador Eduardo Braga, do Estado vizinho ao nosso Estado do Acre, Senador por quem também tenho carinho e um respeito muito grande. Eu queria desejar todo sucesso ao nobre Senador Eduardo Braga, do Estado do Amazonas.

Tenho um discurso que gostaria de pronunciar de forma muito rápida, porque teremos agora uma audiência com o Ministro Fernando Bezerra, em que trataremos da liberação de recursos para o Estado do Acre, com toda a bancada do meu Estado. Graças a Deus, o Estado já foi atendido com parte desses recursos. Vamos, agora, ao Ministro Fernando Bezerra discutir a possibilidade de mais recursos para o nosso Estado.

Na semana passada, tive aqui a oportunidade de pedir à Eletrobrás – por entender justo – que verifique a possibilidade de anistiar todas aquelas pessoas que tiveram, por conta da cheia do rio Acre, da alagação – da alagação, como dizemos em nosso Estado –, sua energia cortada. Bairros inteiros tiveram a energia cortada, e agora, ao acompanhar as notícias do meu Estado, soube que a Eletrobrás anuncia que vai cobrar essa energia. Ora, se a energia não foi consumida, não existe por que cobrar. Mas a imprensa publicou que eles, aplicando uma média anual, vão cobrar.

Desta tribuna, quero pedir à direção da Eletrobrás, àqueles que fazem parte do setor elétrico de nosso País, que repensem essa posição. Nós cobraremos, não vamos aceitar isso, até porque as pessoas não consumiram essa energia. Não é justo que se pague por uma energia que não foi consumida. Essas pessoas que foram atingidas pelas cheias do rio Acre e de outros rios, no interior do Estado, estão passando por uma situação muito difícil.

Mas, Sr. Presidente, trago aqui outro tema, e gostaria de ler, para que fique registrado nos Anais desta Casa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a cheia dos rios do Acre causou prejuízos inestimáveis a milhares de pequenos produtores rurais em todo o Estado. Vale lembrar que, no Acre, a maior parte da agricultura local sobrevive desses trabalhadores. Eles estão, muitas vezes, localizados ao longo dos rios e, graças ao trabalho diário, garantem o sustento da família. É a conhecida agricultura de subsistência.

Segundo levantamento preliminar, cerca de dois mil pequenos produtores rurais foram atingidos pela enchente em todo o Estado. Pelos cálculos iniciais da Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar, a Seaprof, os atingidos estão espalhados pelos Municípios de Rio Branco, Sena Madureira, Porto Are,

Manuel Urbano, Santa Rosa do Purus, Brasiléia e Assis Brasil. Os prejuízos já ultrapassam R\$25 milhões.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, só a título ilustrativo, no Município de Sena Madureira – inclusive tive a oportunidade de receber o Prefeito Nilson Areal hoje, em meu Gabinete, e ele falava da situação em que o Município se encontra –, onde as águas voltaram a subir – infelizmente, as águas em Sena Madureira voltaram a subir –, o levantamento aponta para 487 famílias de pequenos produtores atingidos, num total de cerca de 2.264 pessoas afetadas com as alagações do rio Iaco, que corta Sena Madureira.

Em Sena, existem nada menos que 16 projetos de assentamento com 4.200 produtores rurais, muitos dos quais contam com financiamento público da agricultura familiar.

Srs. Senadores, convém lembrar que em diversos municípios acreanos a enchente se arrasta desde fevereiro – foi uma das maiores e mais longas enchentes em nosso Estado –, com a destruição das lavouras de banana, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, mamão, laranja e cupuaçu. Os prejuízos se multiplicam e o sofrimento parece não ter fim com a retomada dos alagamentos. Alguns rios voltaram a encher. Felizmente, já estamos no final do inverno, e tenho fé em Deus que não voltarão aos níveis que chegaram.

Srs. Senadores, face à destruição de muitas lavouras de pequenos produtores ao longo dos rios acreanos, venho solicitar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário um crédito especial para produtores rurais que nunca contaram com o auxílio governamental e tiveram seu trabalho totalmente arrasado pelas cheias. Muitas vezes, trabalho de décadas destruído por uma alagação que marcou época. Gente que nunca contou com financiamentos ou recursos, senão os da própria mão para manter sua roça e sustentar a família.

Srs. Senadores, gostaria ainda de pedir a anistia aos produtores rurais dos assentamentos e demais localidades que foram afetados pelas enchentes. Trabalhadores que se endividaram junto a bancos e agora se veem engessados por um agente de força maior, que foi essa alagação.

É fundamental ressaltar que a capacidade de pagamento dos financiamentos realizados foi simplesmente levada com a correnteza destruidora dos rios que nos deixaram nessa situação difícil. Nossa agricultura é de subsistência familiar e merece uma chance. É o mínimo que se pode fazer frente a tanta perda e tanto sofrimento do povo acreano.

Então, fica aqui o nosso pedido, o nosso apelo ao Ministro e a todos os ministérios, que possam dar uma atenção especial. Toda a bancada está envolvida,

dedicando-se no sentido de, se Deus quiser, amenizar o sofrimento do povo acreano.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento.

Pelo adiantado da hora, o Senador Walter Pinheiro já havia solicitado inscrição anteriormente, e eu tenho a honra de, em nome desta Presidência que exerço momentaneamente, conceder a palavra ao digno representante da Bahia Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da nossa TV Senado, ouvintes da nossa Rádio, meu caro Senador Cássio, eu quero tocar em um tema hoje que eu poderia chamar até de “a trinca”, “a troca”, enfim. Eu, no dia de ontem, me referi a essa questão do MDA, até por conta da presença do nosso Senador Paulo Paim na direção dos trabalhos, mas amanhã nós teremos efetivamente a consagração dessa troca, da substituição do nosso Ministro Afonso Florence pelo Ministro Pepe Vargas. São dois Deputados Federais do Partido dos Trabalhadores. Afonso deixa o Ministério depois de um ano e pouco mais de dois meses, num processo de reformulação importante, introduzido ali no MDA, com a introdução de sistemas, com a própria rede rural, com um nível de abrangência no que diz respeito ao atendimento a todo o País. Ainda que nós adotemos uma postura de dizer que a Bahia perdeu um Ministro, o Ministro Afonso Florence deu uma contribuição importantíssima para organizar aquele Ministério.

Portanto, num ano difícil, muitos debitam ao Ministro Afonso a impossibilidade de fazer isso ou aquilo. Mas o ministro, durante o ano em que esteve à frente do ministério, teve a oportunidade de organizar o ministério, preparando o ministério inclusive para diversas ações. É óbvio que também fez, ao longo desses 14 meses, diversas intervenções qualitativas. Agora em março, inclusive, com o programa de cidadania para as mulheres do campo, com o crédito agrícola, o financiamento, o Seguro Safra, com a entrega de máquinas, com a rede, a que já me referi aqui, a Rede Rural, levando tecnologia até o campo.

Afonso volta para a Câmara dos Deputados, onde cumprirá o seu mandato. Estaremos lado a lado, assim como também temos feito com os outros parlamentares da bancada baiana, na Câmara dos Deputados. Portanto, é uma experiência importante na vida de Afonso. E foi importante para a Bahia e para o Brasil essa reestruturação.

Assume meu companheiro também de jornada. Afonso tem uma particularidade maior: além de ser o meu companheiro do PT, é meu companheiro de ca-

minhada, nessas nossas caminhadas na Bahia. Esteve comigo desde a primeira hora na campanha da minha primeira eleição a vereador em Salvador. Chegou a trabalhar em nosso mandato, na assessoria. Tive a oportunidade de conviver com ele na Sedur. Primeiro eu, como deputado, e ele como secretário. Depois, nós dois juntos. Eu, na Secretaria de Planejamento; Afonso, na Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Trabalhamos muito pela nossa Bahia.

Portanto, deixa agora o ministério, e o trabalho continua, e continua firme, até porque nós estruturamos esse trabalho da agricultura familiar no Estado da Bahia em conjunto, ao longo desses anos todos, sem ter ministério, inclusive no período em que Fernando Henrique era o Presidente da República, e nós fazíamos oposição.

Deixa o ministério o meu companheiro Afonso e assume outro companheiro nosso, não tão próximo como Afonso, mas próximo também dentro do PT, o companheiro Pepe Vargas, que tenho certeza de que terá condições de continuar o bom trabalho e ampliar, até porque ele chega numa hora em que é a hora da execução. O que foi plantado ali pelo Ministro Afonso pode agora ser colhido. E muito bem colhido e aproveitado pelo Ministro Pepe Vargas.

Mas quero, Sr. Presidente, referir-me aqui a uma outra troca. E o vejo ali no plenário sentadinho, já quieto, como de costume, extremamente antenado nas questões. Refiro-me à substituição que a Presidenta Dilma fez na Liderança do Governo nesta Casa.

Quero fazer, meu caro Senador Eduardo Braga, primeiro uma referência sem nenhum tipo... Porque, quando o sujeito sai, todo mundo fala bem, mas é importante lembrar o trabalho desempenhado pelo Senador Romero Jucá ao longo desses anos aqui.

Convivi com Jucá há muitos anos, não só agora aqui no Senado Federal. Tive oportunidade de compartilhar com Romero Jucá na Comissão de Orçamento, quando ele ali atuava e quando foi Relator do Orçamento; tive oportunidade de me relacionar com Jucá aqui na liderança do Governo no Senado, já na gestão Lula, porque assumi as funções de Vice-Líder do Governo no Orçamento, no Congresso Nacional, quando da liderança de Bezerra, quando da liderança da Senadora Roseana Sarney, quando da liderança da Senadora Ideli e, portanto, compartilhei com Jucá os trabalhos nesta Casa. Portanto, ali leal ao Governo, eficiente no seu trabalho, mas sem nenhuma atribuição a esse ou aquele, ou até usando atributos ou até adjetivos, cada coisa tem seu tempo.

Tenho a nítida impressão de que o Senador Jucá pode estar fazendo exatamente essa leitura na noite de hoje, meu caro Eduardo Braga. Chega uma hora em que

é hora, é importante até para reoxigenar, é importante até para que outros cumpram outras funções. Portanto, o Senador Jucá, neste momento, passa o bastão da Liderança do Governo e as pessoas pensam que teve uma crise, uma tensão. Das crises saem boas soluções, e estou convencido de que disse isso na noite de quinta-feira, até quando o meu companheiro Lindbergh Farias, de forma mais açodada, dizia: “Pinheiro, me perdoe, mas estou abalado, porque fui derrotado ontem à noite. Eu disse: “Calma, Lindbergh, do limão a gente pode ganhar uma boa limonada.”

Acho que este momento agora é importante para fazermos isso. A passagem, meu caro Eunício, que acredito ser fundamental, e vocês do PMDB têm uma responsabilidade grande e têm a capacidade de realizar isso, esse momento de passagem de bastão, uma espécie de transição, com a certeza de que teremos a continuidade da chamada normalidade nas relações e a reoxigenação no trabalho. Essa é inclusive a minha esperança.

Eduardo é uma pessoa com quem aprendi a conviver, não de agora, na Comissão de Ciência e Tecnologia, nas suas longas caminhadas para o Congresso Nacional, para discutir a Zona Franca de Manaus, eu na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara – e ele deve se lembrar disso sobejamente bem, até porque o texto da Lei de Informática no País é da autoria deste sujeito que fala aqui no plenário do Senado esta noite. Fiz ainda enquanto Deputado Federal. E discutimos muito. Aquele sujeito, governador lá do Amazonas, que vinha para cá e enfrentava a Bancada de São Paulo, num desafio enorme para manter a Zona Franca funcionando, para discutir a questão econômica, sem perder o horizonte da importante ação de desenvolvimento em nível nacional, cuidando do seu Amazonas, mas não perdendo a perspectiva de discutir o Brasil.

Agora, esse ex-governador que cuidava muito bem do seu Estado terá a tarefa de nos ajudar a continuar cuidando do Amazonas, mas a contribuir para que cuidemos cada vez melhor do nosso Brasil. Tenho certeza de que Eduardo fará isso tranquilamente bem.

Já no Senado, relacionamo-nos sobejamente bem ali na Comissão de Ciência e Tecnologia, a partir da nossa afinidade com o tema, mas da nossa afinidade principalmente com o compromisso. Então, tenho certeza disso, de que, não só com o seu partido, ou com os partidos da base, mas com todos os Senadores, Senador Cássio, V. Ex^a que é do PSDB, a relação com o Senador Eduardo será uma relação dessa mesma forma de se dirigir que, ao longo dos anos, o Senador Jucá aqui dispensou inclusive aos Senadores da oposição.

Eduardo é habilidoso também, Eduardo é uma figura que, com certeza, poderá se mover, no interior

desta Casa, com a sua firmeza, com conhecimento de causa. Alguns até podem dizer: mas e a experiência de alguém no segundo ano de mandato? Nós estamos falando com um ex-governador de Estado.

V. Ex^a está sentado aí e teve oportunidade de dirigir. E não é fácil. Difícil é tocar a cadeira de governador de Estado, porque a cada dia uma agonia se apresenta. Eu, agora há pouco, dizia isso no elevador: a única coisa que eu sempre enxergo como virtude quando as agonias se apresentam é que sempre temos um amanhã que vai chegar. E eu sempre parto do princípio, a partir dos ensinamentos bíblicos, de que não há noite de choro que não traga uma manhã de riso. Portanto, é desse limão que agora estamos conseguindo saborear a limonada.

Naquela noite de choro, o meu companheiro Lindbergh me ligava insistentemente. Ele queria já desmontar um bocado de gente, já mover peças. “Calma! Amanhã está para chegar!”. Esse nascer do sol, essa possibilidade de vislumbrar outra caminhada é que nos faz, no dia de hoje, esperançosos de que vamos consolidar um trabalho muito eficiente nesta Casa.

Orgulha-me muito ter como minha liderança o Senador Eduardo Braga. Convivi, ainda já como Líder da Bancada do PT e do bloco nesta Casa, com o Senador Jucá, sem nenhum problema, pelo contrário, com afinidade. Tenho certeza de que afinaremos a nossa caminhada. Portanto, digo ao Senador Eduardo Braga que o liderado dele aqui do chamado Bloco do PT e de outros partidos que tenho oportunidade de liderar, nós estaremos aqui tranquilamente à disposição para, em conjunto, tocar esse trabalho aqui no Senado Federal.

Aproveito também, meu caro Senador Eduardo, para comemorar outra troca, ainda que a gente vá... A vida é assim, de encontros e despedidas. Sei que a saída de Jucá e a sua chegada são momentos que temos que ajustar na vida. Aliás, o mineiro Milton Nascimento canta isso muito bem: a hora do encontro é também a hora da despedida. Uns chegam; outros partem. A minha esperança é que esse trem velho nosso, aqui, a gente consiga botar para andar direitinho.

Na Câmara, também tivemos a substituição do Líder do Governo, o baiano Vaccarezza, baiano por nascimento, paulista por adoção política. O companheiro Vaccarezza, que também conosco teve oportunidade de desempenhar, nesse último período, as suas funções, cede lugar para o companheiro Arlindo Chinaglia. São dois também companheiros de caminhada. Com Arlindo tive oportunidade de trilhar, em conjunto com o meu companheiro Vital do Rêgo e o Senador Acir, as nossas caminhadas do PPA e do Orçamento pelo Brasil afora. Foi uma longa experiência, exitosa

e prazerosa experiência desse quarteto. Caminhamos pelo Brasil inteiro.

Começamos, inclusive, pela Paraíba, Senador Cássio. A primeira cidade brasileira em que fizemos o debate para a questão do Orçamento participativo, o PPA participativo, as audiências públicas, foi a gloriosa João Pessoa, da Paraíba, uma cidade inclusive muito agradável, bonita. Brinco muito com João Pessoa ou com as pessoas de João Pessoa porque digo sempre o seguinte: João pessoa é aquela cidade do interior no litoral, porque ela preserva suas características positivas e agradáveis, e é a grande cidade, é a capital. Portanto, lá começamos esse Orçamento, eu, Vital, Acir e o companheiro Arlindo Chinaglia.

Arlindo hoje assume a liderança do Governo na Câmara, Arlindo, que já foi Líder da Bancada do PT, que já foi Presidente da Câmara dos Deputados, portanto, já foi Líder do Governo e hoje volta a ser Líder do Governo Dilma ali.

Então, vamos tranquilamente promover essa caminhada juntos, Eduardo Braga aqui, pela liderança do Governo; Arlindo Chinaglia do lado de lá; Pimentel na liderança do Governo no Congresso; nós, Inácio, você pela liderança do PCdoB, no bloco conosco; eu na liderança do PT; o companheiro Acir na liderança do PDT; Lídice na liderança do PSB. Então, nós vamos continuar a nossa jornada. Creio eu que teremos a oportunidade, mesmo num ano de dificuldades, tanto de crise econômica quanto de redução do espaço de ação, por conta do período eleitoral, de produzir grandes coisas neste Parlamento, dar respostas a essa crise e continuar aprofundando as transformações sociais, levar cada vez mais infraestrutura a todos os cantos do País, estimular o desenvolvimento local em cada canto, ou na pequenina Chorrochó ou na minha grande Salvador ou lá pelo Cariri, ou talvez, quem sabe, em Cajazeiras ou em João Pessoa. Não importa, nós queremos exatamente trabalhar por este Brasil, trabalhar cada um pelo seu Estado, cada um pelos seus Municípios, mas de forma unificada aqui. Agora, sob a condução da liderança do Governo de Eduardo Braga temos a oportunidade de trabalhar pelo nosso Brasil, trabalhar pela nossa gente, trabalhar pelo desenvolvimento.

Eduardinho, seja bem-vindo. Vamos caminhar juntos e, com certeza, teremos a oportunidade de, juntos, com Renan, com Romero, com os líderes, inclusive da oposição, do DEM, do PSDB, do bloco, todos vamos ter a oportunidade de bons debates, grandes conquistas e, eu diria, até de tocar grandes projetos para esta Nação, a partir do Senado Federal da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a o cumprimento do tempo regimental.

Antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, comunico ao Senador Eduardo Braga que esta Presidência leu, há poucos instantes, a Mensagem nº 75, da Senhora Presidenta da República, indicando V. Ex^a para exercer a função de Líder do Governo no Senado.

Na sua ausência, desejei-lhe sucesso; na sua presença, renovo os meus votos de êxito. E falo com a tranquilidade de compor a bancada de oposição nesta Casa, acreditando que teremos sempre um diálogo profícuo, em nome de um Brasil melhor que todos nós queremos.

Conheço a postura de V. Ex^a ao tempo em que tive a honra de governar a Paraíba, ao tempo em que V. Ex^a governava o querido Estado do Amazonas, e tenho certeza de que, a exemplo do que fez o Senador Romero Jucá, que mereceu também uma palavra de reconhecimento pelo trabalho que desenvolveu ao longo de muitos anos como Líder do Governo, podemos fortalecer este Parlamento, respeitar o nosso Regimento, engrandecer o debate desta que é a Casa da Federação para que, tenho certeza, com o espírito público de V. Ex^a, possamos olhar para o futuro do Brasil e acreditar no crescimento e no desenvolvimento econômico do nosso País, pela responsabilidade imensa que V. Ex^a passa a exercer a partir de agora.

Que Deus o conduza na sua nova função e o ilumine na sua nova tarefa!

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro Presidente, Cássio Cunha Lima, meus companheiros, Senadores e Senadoras do Senado da República, Senhoras e Senhores que nos acompanham pela televisão, pela Rádio Senado, pelas mídias sociais, eu venho a esta tribuna com a missão árdua, difícil, desafiadora e, ao mesmo tempo, com grande sentimento de gratidão para com a Presidenta Dilma.

Mas que as minhas primeiras palavras, Sr. Presidente, sejam de reconhecimento ao talento, à competência, à forma operativa de resultados concretos com que o Líder Romero Jucá sempre se posicionou e se postou à frente da Liderança do Governo no Senado da República.

Eu pedi à assessoria do meu gabinete, e não consegui essa resposta até chegar a esta tribuna, porque desconfio que o Líder Romero Jucá foi o mais longo de todos os líderes de governo na República Federativa do Brasil. Não consegui essa resposta até

hoje, mas, nos próximos dias, espero ter essa resposta em mãos. Mas ninguém fica tanto tempo num cargo, e num cargo de delegação de competência, se não for da forma que falei ainda há pouco.

É claro que os momentos políticos, muitas vezes, representam a necessidade da alternância do poder, principalmente na democracia. Isso não significa dizer que o Líder Romero Jucá deixou de merecer ou deixou de obter, por parte da Presidenta Dilma, por parte do Governo, por parte dos seus Pares e dos seus colegas de partido, o reconhecimento. Ao contrário, faço questão de, daqui desta tribuna e diante do povo brasileiro, fazer esse reconhecimento extremamente importante em torno do Líder Romero Jucá, da sua efetividade, da sua operosidade, e dizer, com humildade, aqui desta tribuna, que precisarei muito da ajuda do Líder Romero Jucá para poder dar continuidade na Liderança do Governo e nos resultados da Liderança do Governo, aqui no Senado da República.

Quero dizer também, Sr. Presidente, que o PMDB, Partido ao qual eu pertenço, tem, na Liderança de Renan Calheiros, uma Liderança experiente, uma Liderança experimentada e uma Liderança que vem, ao longo do tempo, avalizando e ajudando a governabilidade neste País. Em vários momentos, em momentos como V. Ex^a mesmo lembrou ainda há pouco, em que governávamos os nossos Estados, sentimos a necessidade da mão amiga, da mão firme e segura do Senado da República diante de questões republicanas e questões federativas essenciais para a governabilidade das nossas Unidades Federativas e do nosso Governo Federal. E ali estava o nosso companheiro Renan, o nosso Líder Renan, seja na função de Líder, seja na função de Presidente desta Casa, como o foi, prestando grandes serviços. Não foi diferente na nossa chegada aqui a esta Casa.

Prego, portanto, a unidade em torno do Partido, a ampliação da interlocução, dizendo que o PMDB é um Partido agraciado pela presença e participação de inúmeros líderes. O PMDB tem ex-governadores, como Luiz Henrique, como Requião e como o próprio Presidente Sarney, que foi governador de uma Unidade Federativa, mas que também foi Presidente da República e que, portanto, presidiu o nosso País em um momento difícil, pela transição democrática, e soube, com firmeza e convicções de liberdade, fazer com que a transição democrática no Brasil pudesse avançar e que o Brasil pudesse chegar até os dias de hoje.

Portanto, é importante que o PMDB saiba que este humilde Senador não conseguirá desempenhar as suas funções como Líder do Governo sem obter o apoio e a união do PMDB em torno do projeto que o PMDB foi às ruas defender, para fazer deste projeto

um projeto vitorioso. É um projeto iniciado pelo Presidente Lula, a quem eu quero aqui render as minhas homenagens e cumprimentá-lo pela melhoria de sua saúde, dizendo que sou daqueles que estou – Senador Eunício – orando, pedindo a Deus que dê ao Presidente Lula muita saúde.

Mas quero também dizer que este projeto que nós levamos às ruas, em 2010, com o Senador Eunício, Senador Romero, Senador Renan, eu e todos os Senadores do PMDB, foi para dar continuidade no Governo da Presidenta Dilma, e que foi majoritariamente aprovado pelo povo brasileiro. Esse projeto, para dar continuidade aos seus avanços, as suas reformulações sejam pelos projetos, pelos programas, pelas ações de governo, precisa de uma base aliada comprometida com esse projeto; uma base aliada que esteja absolutamente sintonizada com o projeto da Presidenta Dilma e, ao mesmo tempo, um governo que possa sentir-se integrada com a base aliada e que possa, junto com a base aliada, ter uma convivência e uma relação de confiança.

Portanto, quero dizer a todos os líderes da base aliada e, de uma forma muito especial, ao nosso querido Líder Walter Pinheiro, do PT, da necessidade que temos de podermos trabalhar de mãos dadas. A convivência de mais de um ano nesta Casa fez com que nós pudéssemos rever velhos amigos, amigos que forjamos ao longo da vida pública. Em 2012 eu faço 30 anos de vida pública. Revi aqui no Senado companheiros que foram deputados federais comigo, companheiros que foram governadores nos seus Estados, junto comigo; também encontrei senadores com quem eu já me aconselhava na época em que era governador, na época em que era deputado federal, e ao mesmo tempo, Senador Agripino Maia, tive a oportunidade de encontrar novas lideranças, como é o caso do Senador Ricardo Ferraço, que eu conhecia de nome, tinha uma boa relação com Paulo Hartung, mas não conhecia o Ricardo Ferraço pessoalmente. A partir do momento que nos cumprimentamos logo após as eleições, quando estávamos aqui em Brasília exatamente para nos engajar na eleição do segundo turno da Presidenta Dilma, dali surge uma amizade com o nosso querido Senador Ricardo Ferraço.

Quero dizer que relações como esta, como a relação com o Senador Moka, a relação com o Senador Agripino, a relação com o Senador Alvaro Dias, a relação com o Senador Aécio Neves, com quem tive a oportunidade, Senador Cássio Cunha Lima, de falar hoje ao telefone, mesmo ele estando fora, em missão do Senado, dizendo que queremos um diálogo ampliado com a Oposição, que queremos um diálogo fran-

co, sincero, sempre na busca da construção de uma solução propositiva e positiva para o povo brasileiro.

Não há espaço para o radicalismo, não há espaço para a soberba. Há o espaço, sim, de um País que vem crescendo, que vem ganhando uma dinâmica econômica importante, que vem diminuindo as suas desigualdades sociais, mas que tem enormes e gigantescos desafios para poder consolidar a sua nova realidade. É um País em transformação. E assim como o País e o nosso povo estão em transformação, creio que estão em transformação também as relações políticas. Um povo que se transforma e evolui, do ponto de vista socioeconômico, também evolui e refina a complexidade de suas demandas políticas.

Pressupõe-se, portanto, a partir daí, a necessidade de ter uma interlocução ampliada, de ter uma interlocução cada vez mais comprometida e transparente com este novo Brasil que estamos construindo. Todos nós estamos construindo, cada um fazendo o seu pedaço, cada um contribuindo da sua forma.

Eu quero dizer, portanto, que estaremos sempre com a sandália da humildade calçada e que estaremos sempre estabelecendo uma dinâmica na busca de dar continuidade ao trabalho eficiente do Senador Romero Jucá, mas, ao mesmo tempo, abrindo novos espaços, novas instâncias para o debate, para a interlocução e para a construção de propostas que sejam boas para o Brasil.

Ouçõ com prazer o Líder Agripino Maia, Presidente do DEM.

O Sr. José Agripino (Bloco/DEM – RN) – Senador Eduardo Braga, me agrada muito, neste final de tarde da sessão desta terça-feira, ouvir as suas palavras, que acho que são as primeiras palavras que pronuncia como Líder indicado do Governo nesta Casa. E me apraz muito ouvir, principalmente, o que acabei de ouvir: a sua disposição de calçar as sandálias da humildade. Porque, Senador Eduardo Braga, V. Exª com a experiência que tem de ex-Governador do Amazonas, competente, com alguns mandatos, com a experiência de várias eleições disputadas – e nada mais ensina a um político a ser humilde do que disputa de eleição, convívio com o povo, respeito ao eleitor e ao cidadão –, nada melhor do que seu preparo para exercer a função. Esteja certo – porque eu guardo – de que muitas vezes o Palácio do Planalto, respaldado pela maioria folgada que suponha ter no Senado, vai querer missões meio impossíveis de V. Exª; vai querer fazer prevalecer a sua opinião acima de qualquer coisa e achando que tudo é possível, quando V. Exª coloca com muita propriedade o respeito à Oposição, à Minoria, um princípio basilar da democracia, praticado por Romero Jucá. Romero Jucá, em minha opinião

– todo mundo tem virtudes e defeitos –, foi um líder muito eficiente, porque ele conseguia, com maestria, conviver bem com a Oposição, que já foi maior, e ele convivia com a Oposição maior da mesma forma de tratar com que age agora com a Oposição um tanto quanto diminuída. Só quem tem a ganhar é o Governo e a democracia. Do diálogo, sempre resulta um aperfeiçoamento de texto, uma ideia melhor elaborada, um voto mais acertado, a contestação evitada. Então eu acho que V. Exª está com a disposição de agir com humildade, e começando bem. Cuidado com as exigências descabidas que possam eventualmente fazer a V. Exª. V. Exª tem prática de Parlamento, sabe que a política é a arte do possível, que é preciso respeitar a Oposição, que, do diálogo com a Oposição, todos ganham, ninguém perde, e a disposição da Oposição, até pela forma de agir de V. Exª, é de manter um diálogo positivo, confluyente, de espírito público elevado, votando a favor das coisas que interessam ao Brasil e contestando aquilo que nós julgamos errado, mas pautando o nosso relacionamento sempre pelo diálogo franco e sincero. De modo que eu quero dar uma palavra de elogio ao trabalho realizado por Romero Jucá, a quem V. Exª sucede, e lhe desejar muito bom êxito e colocar, desde já, o meu partido à disposição para o diálogo produtivo em benefício do interesse do Brasil.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Meu caro Agripino Maia, meu querido Senador e Presidente do DEM, eu não poderia esperar nada diferente de V. Exª, a não ser a solidariedade e o reconhecimento: o reconhecimento pelo trabalho do Romero Jucá e a solidariedade para ajudar este humilde Senador a caminhar neste plenário, buscando a unidade e a união tanto quanto possível, buscando a convergência tanto quanto possível, mas, ao mesmo tempo, com o pragmatismo que é pertinente e característico dos engenheiros.

Quero dizer que, da nossa parte, V. Exª pode ter certeza de que sempre buscaremos o diálogo, sempre buscaremos o entendimento e sempre buscaremos o melhor para o Brasil.

Creio que, nas conversas que tive com a Presidenta Dilma nos últimos dias, ficou muito claro o comprometimento exacerbado de Sua Excelência, a Presidenta da República, em fazer com que este País em transformação possa se consolidar e possa consolidar os avanços econômicos, sociais, científicos, tecnológicos, de infraestrutura, de logística, de inovação tecnológica, mesmo num momento em que tantos desafios se colocam na comunidade internacional diante das dificuldades da Europa; diante da instabilidade ainda persistente na economia americana, que é a principal

economia mundial; diante do sinal de arrefecimento na China e nos países emergentes.

Enquanto isso, o Brasil demonstra, no ano de 2012, que há uma retomada no ritmo de crescimento e uma grande expectativa de otimismo em torno do empreendedorismo, em torno dos investimentos, em torno da formação e qualificação de uma mão de obra cada vez maior no Brasil, o que aponta para um futuro extremamente promissor.

Eu não tenho dúvidas de que essa é uma responsabilidade compartilhada por todos os Srs. Senadores, por todos os senhores governadores, por todos os senhores prefeitos deste País, por todos os vereadores.

Fui vereador, comecei a minha vida como vereador. Reconheço a importância dos vereadores na República e na estratégia política do povo brasileiro. São eles o primeiro ponto de contato com as nossas instâncias políticas; são eles a porta de entrada da demanda da política brasileira. E o PMDB é um Partido de envergadura nacional. O PMDB, que tem como característica forte representatividade em todas as regiões, mais do que ninguém sabe desse desafio e sabe dessa necessidade.

Portanto, digo a V. Ex^a que conte com este humilde Senador para a construção, tanto quanto possível, de uma convergência, mas conte sempre, de forma intransigente, com uma relação leal, transparente e franca.

Aquilo que pudemos pudemos; aquilo que não pudemos diremos que não pudemos e por que não pudemos; e vamos justificar cada uma das nossas ações com a transparência que é inerente ao diálogo e à construção de um novo momento na política brasileira. É com esse nível de tranquilidade que chego à liderança do Governo, graças à generosidade e graças à confiança da Presidenta Dilma.

Ao ouvir o próximo Senador, meu caro Presidente, não posso deixar de iniciar esta participação agradecendo o voto de confiança da Presidenta Dilma, agradecendo à generosidade com que a Presidenta Dilma conduziu esse processo para com este humilde Senador, dizendo que esperamos poder fazer o melhor para o povo brasileiro, o melhor para o Brasil e o melhor para a integração do Governo da Presidenta Dilma com o Senado da República.

Eu ouço o Presidente Valdir Raupp, do PMDB, e, a seguir, ouço os Senadores Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço e Eduardo Suplicy.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – Nobre Líder, Senador Eduardo Braga, dei muitas entrevistas hoje durante o dia – desde ontem, não é? Ontem, a gente tentou fugir um pouco das entrevistas, mas não tem jeito: a imprensa está sempre presente, sempre ativa. É muito bom, é muito importante que a impen-

sa brasileira esteja ativa mesmo, porque faz parte da democracia e contribui para o aperfeiçoamento da democracia. Mas hoje não tivemos como fugir; demos muitas entrevistas, sempre enaltecendo o seu trabalho, como V. Ex^a já frisou, desde vereador. Fui vereador também, e acho muito importante você começar lá na base, conhecer os problemas dos bairros, da cidade. É uma experiência interessante. Nossas carreiras políticas se parecem muito: vereador, prefeito, governador, Senador. V. Ex^a tem esse perfil de liderança, porque começou – já falamos aqui – lá na base. Eu não tenho dúvida alguma de que V. Ex^a vem para agregar, para unir. Não quero dizer que o PMDB estivesse rachado, como me perguntaram hoje: “O PMDB está rachado?” Nunca esteve. E o PMDB tem uma capacidade extraordinária de se unir cada vez mais na adversidade, o que sempre tem acontecido. Mas hoje o PMDB está unido de norte a sul, de leste a oeste, do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, do Oiapoque ao Chuí, e esse é o PMDB gigante, que tem o maior número de prefeitos, de vereadores, de Deputados Estaduais, de Senadores, de filiados, com 2 milhões e 420 mil filiados. V. Ex^a está substituindo um grande líder, que V. Ex^a já enalteceu, o Senador Romero Jucá, que desempenhou um papel importantíssimo para o País – não para o Governo. Servindo ao Governo, ele serviu ao País, ao Brasil. Ele saiu de uma missão para outra. Assim é a nossa vida política. Eu também já fui relator-geral do Orçamento, fui líder da minha bancada aqui no Senado, e hoje estou na presidência nacional do PMDB. E, quando sair da presidência nacional do PMDB, certamente vou desempenhar outra função, assim como o Jucá, que saiu da liderança do Governo e está assumindo a relatoria-geral do Orçamento. Esse é o PMDB em parceria com os outros partidos. Para o PMDB, não há oposição, não há adversários: nós somos amigos do PSDB, do Democratas, do PT, de que somos aliados hoje, inclusive com o Vice-Presidente da República, Michel Temer. De todos os partidos o PMDB sempre tem sido amigo, até porque o PMDB foi quem lutou pela redemocratização do País. Isso beneficiou todos os partidos e todo o povo brasileiro. Então, o que me resta é desejar sucesso a V. Ex^a, para nos ajudar, cada vez mais, na unidade do PMDB nacional, na unidade do PMDB no Senado, na unidade do PMDB na Câmara, esse PMDB que vai sair fortalecido, com certeza, das eleições de 2012. Parabéns! Conte comigo! V. Ex^a tem envergadura, tem capacidade para ser líder do Governo, para ser Presidente da República. Já foi Governador do maior Estado do País, que é o Estado do Amazonas, onde fez um trabalho extraordinário em todos os sentidos, inclusive na área ambiental, preservando 98% de um Estado gigante,

que tem um dos maiores polos industriais do País e preserva 98% da floresta. Então, V. Ex^a vai contribuir na liderança do Governo e no trabalho para preservar o meio ambiente em nosso País. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Eu é que agradeço ao nosso Presidente, Valdir Raupp, que me leva aqui a fazer uma menção de agradecimento ao Vice-Presidente Michel Temer, não apenas pela confiança em mim depositada, mas também pelo companheirismo, de aconselhamentos nas horas mais difíceis, de interlocução nas horas mais angustiantes que passamos no ano de 2011. Tenho confiança de que, com a ajuda do PMDB, com a ajuda de todos os partidos e, acima de tudo, com o voto de confiança da Presidenta Dilma, nós faremos o maior esforço e o maior empenho para dar conta desta missão, que é uma missão grandiosa, espinhosa, ousada, mas que nos anima e nos alenta pela qualidade do projeto de Governo da Presidenta Dilma.

Ouçó nosso Presidente da CCJ, Senador Eunício Oliveira.

O Sr. Eunício Oliveira (Bloco/PMDB – CE) – Senador Eduardo Braga, tenho 42 anos de filiação a um único Partido, o PMDB. V. Ex^a foi vereador, depois foi duas vezes prefeito...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Uma.

O Sr. Eunício Oliveira (Bloco/PMDB – CE) – ... uma vez prefeito de Manaus, Deputado Estadual, Deputado Federal, duas vezes governador pelo meu querido PMDB. Quando o conheci, tratando do meio ambiente, do homem da Amazônia, do caboclo, lá nos Estados Unidos, V. Ex^a brilhava naquele dia, e eu me enchia de orgulho por ver o comportamento de V. Ex^a. Convivo com V. Ex^a há quase 13 meses como colega Senador, V. Ex^a presidindo a Comissão de Ciência e Tecnologia e fazendo com que este País, este Senado pudesse ter um entendimento nacional em torno de uma matéria extremamente delicada, como foi o Código Florestal, onde pudemos atuar juntos. Não tenho dúvida de que V. Ex^a tem um desafio enorme pela frente, o desafio de substituir um Senador e um líder da qualidade do Senador Romero Jucá, paciente, hábil e que chegou a conviver com todos aqui nesta Casa independentemente da posição – de oposição ou de situação – de cada um. Mas não tenho dúvida de que V. Ex^a, pela capacidade que tem, pelo desejo que tem de ver esse Partido unido, o PMDB unido como um partido que quer dar ainda mais a sua contribuição para o desenvolvimento e o crescimento deste País, dará conta deste desafio e será um grande líder aqui nesta Casa. Vai ajudar a Presidente Dilma no projeto, como disse V. Ex^a, que nós ajudamos a construir nas ruas

ainda com o Presidente Lula e, na sequência, com a Presidente Dilma. E nós temos um compromisso com este País e com esse projeto. E V. Ex^a, com certeza, como líder do Governo nesta Casa, vai dar essa grande contribuição ao País. O povo do Amazonas deve estar feliz e, ao mesmo tempo, triste. Feliz pela posição que V. Ex^a ocupa neste momento e triste porque sabe que V. Ex^a está numa missão aqui e não ocupará nenhuma missão lá pelo menos nesses próximos meses. Por isso, quero dizer a V. Ex^a que pode contar sempre com a minha humilde participação nesta Casa para ajudá-lo a ser o líder parecido ou igual ao Governador que V. Ex^a foi para todos os amazonenses e para o PMDB brasileiro. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB - AM) – Obrigado. Sou eu que agradeço, Senador Eunício. Eu sou membro da CCJ e acompanho semanalmente seus trabalhos com a dinâmica que V. Ex^a dá à Comissão de Constituição e Justiça, a mais importante comissão do Senado da República. Não tenho a menor dúvida de que a ajuda, o apoio, a parceria, o companheirismo de V. Ex^a serão fundamentais para o êxito desta missão, que, volto a repetir, é grandiosa e importante, mas extremamente desafiadora. Só com a ajuda de todos os companheiros desta Casa será possível ter vitória neste desafio. Portanto, muito obrigado a V. Ex^a.

Ouçó o Senador Ricardo Ferraço.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco/PMDB - ES) – Meu prezado e estimado Senador Eduardo Braga, a minha primeira palavra é de muito carinho ao Líder Romero Jucá, com quem sempre tive um diálogo muito aberto, mesmo em alguma eventual divergência, em função das convicções próprias. Sempre recebi e sempre recolhi, por parte do Líder Romero Jucá, uma franqueza e uma posição muito clara daquilo que nós podíamos, daquilo que nós não podíamos, em uma relação muito respeitosa. Então, que minhas primeiras palavras sejam de reconhecimento ao trabalho exitoso que realizou ao longo desse pouco mais de um ano que estamos aqui, no Senado, e de gratidão ao Líder Romero Jucá pela compreensão que teve nos embates que tivemos aqui, no Senado, nem sempre convergentes – a maior parte divergente -, mas sempre com muito respeito e sempre de maneira muito cordata. Isso contribui muito para que possamos solidificar essas boas relações não apenas no campo institucional, mas também no campo pessoal. Digo a V. Ex^a da minha esperança e da minha expectativa pela responsabilidade que V. Ex^a passa a assumir, na condição de líder do Governo. A minha expectativa é a de que possamos aprofundar ainda mais os debates que temos feito ao longo deste ano e pouco aqui, no Senado. Independentemente de ser um ano de eleições municipais, 2012 é um ano com uma

agenda muito complexa para a Federação brasileira. Nós estamos discutindo temas da maior relevância para os nossos Estados. E nós estamos aqui na Casa que representa a Federação brasileira, que representa os Estados brasileiros. Aqui os Estados estão em pé de igualdade. Aqui o poderoso Estado de São Paulo, tão bem representado pelo Senador Eduardo Suplicy, está em pé de igualdade com o Estado do Ceará, com o Estado do Amazonas e com o meu Estado do Espírito Santo. E por isso mesmo cada um dos nossos Estados aqui tem três representantes. E nós precisamos, acima de tudo, estabelecer e edificar a solidariedade federativa. Neste ano, portanto, em que temos tantos temas relevantes, como a reforma tributária fatiada; a reforma do ICMS; a pretendida mudança que deseja o Governo Federal em relação ao ICMS da importação; a declaração do Supremo Tribunal Federal de que, neste ano, o Congresso Nacional, iniciando pelo Senado, terá que rever o Fundo de Participação dos Estados; a renegociação das dívidas dos nossos Estados; enfim, temos uma agenda muito complexa, e eu quero, sinceramente, colocar-me à disposição de V. Ex^a para que possamos, juntos, dar conta dessa importante e relevante tarefa. É a minha saudação com muito entusiasmo, cumprimentando-o como sucessor do Líder Romero Jucá, na expectativa de que V. Ex^a, assim como foi bom vereador, assim como bom foi deputado, assim como foi bom prefeito de Manaus e bom governador do Estado do Amazonas, possa continuar honrando o povo do Amazonas, honrando o povo brasileiro e exercendo agora esta importante tarefa de Líder do Governo aqui no Senado. O que desejo é estar ao seu lado para que possamos fazer o bom combate, como ensinou São Paulo, o Apóstolo Paulo, sempre guardando a boa e necessária fé. Parabéns a V. Ex^a. V. Ex^a está colhendo aquilo que plantou não apenas aqui no Senado, mas também ao longo da sua trajetória política vitoriosa no Estado do Amazonas. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Eu que agradeço, Senador Ricardo Ferraço, e digo que a contribuição de V. Ex^a será indispensável para a construção dessa unidade de que estamos falando não apenas dentro do PMDB, mas também em toda a base aliada do Governo da Presidenta Dilma. Essa interlocução com a oposição e a interlocução com o povo brasileiro não serão possíveis sem a contribuição valerosa de Senadores como V. Ex^a.

Eu gostaria de dizer e registrar que conheci hoje seu pai na Comissão de Assuntos Econômicos. Ao cumprimentá-lo e fazer comentários sobre V. Ex^a, pude ver o brilho no olhar do seu pai, o brilho de orgulho, o brilho de poder ver o seu filho, Senador da República, representando o povo do seu Estado, representando o

povo brasileiro, ali na CAE, debatendo assuntos de tamanha magnitude com o Ministro da Fazenda da República brasileira. Portanto, eu quero aqui prestar minhas homenagens ao Senador e amigo Ricardo Ferraço e, ao mesmo tempo, reconhecer o brilho, o entusiasmo e a forma absolutamente orgulhosa como o pai de V. Ex^a estava testemunhando o grandioso trabalho que V. Ex^a executa no Senado da República.

Parabéns a V. Ex^a!

Ouçó o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Preza do Senador Eduardo Braga, quero cumprimentá-lo pela escolha de tamanha responsabilidade aqui no Senado que lhe é confiada pela Presidenta Dilma Rousseff. Cumprimento também o Senador Romero Jucá pela dedicação com que, ao longo destes anos, exerceu a difícil missão de Líder do Governo. Quero transmitir a V. Ex^a que eu gostaria sempre que a Chefe do Poder Executivo, o Presidente da República ou a Presidenta, estivessem sempre a nos dizer: procurem sempre olhar aquilo que é o interesse maior da Nação, daqueles que vocês representam e não estejam votando seja por qualquer designação de pessoas ou por qualquer liberação de emenda, isso ou aquilo. Votem com o sentido maior do interesse público. E quero lhe dizer que tenho a disposição de ajudar ao máximo a Presidenta Dilma Rousseff, continuando aquilo que realizou o Presidente Lula, aquilo que ela ainda hoje ressaltou: vamos construir um Brasil de igualdade de oportunidade para todos, desde as crianças, os meninos e as meninas e todas as pessoas, não importa a origem, raça, sexo, idade, condição civil ou socioeconômica. Quero ajudar o Governo da Presidenta Dilma a realizar o objetivo maior do Brasil sem Miséria e inclusive ajudá-la a levar em consideração o que foi aprovado por todos os partidos no Senado e na Câmara, a lei que institui a renda básica de cidadania incondicional para todos, que será, conforme diz a lei, instituída por etapas, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados, como o faz presentemente o Bolsa Família, até que um dia seja incondicional para todos. Quero também colocar-me à disposição de V. Ex^a, como Líder do Governo agora, para que no Senado votemos alguns projetos que estão prontos para ser votados. Um deles, que levou em conta a minha própria colaboração, assim como a do ex-Senador Osmar Dias, do Senador Francisco Dornelles e de muitos outros, do qual sou relator na CAE. O projeto encontra-se pronto para ser votado, é de grande relevância e se refere à nova lei de licitações para substituir a 8.666. O outro projeto que também está pronto para ser votado... Aliás, do Senador Osmar Dias é esse outro projeto, tanto um de minha autoria quanto outro dele. O da lei de

licitações tem um entendimento meu com o Senador Francisco Dornelles e o Ex-Ministro do Planejamento, hoje Ministro das Comunicações Paulo Bernardo, e está pronto para ser votado. O outro projeto se refere à lei que define as normas das sociedades cooperativas, que o Senador Osmar Dias apresentou, sendo que eu apresentei outro e chegamos a um entendimento. E o Senador Renato Casagrande tem um parecer. Está pronto para ser votado e agora tramita na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária por solicitação da Senadora Ana Amélia, que quer mais um debate a respeito. Mas avalio como muito importante que V. Ex^a dê atenção a essas proposições. E aqui renovo a minha disposição de colaborar com V. Ex^a e com o Governo da Presidenta Dilma Rousseff.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy...

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Senador Eduardo Braga, é claro que não vou cometer a indelicadeza de interromper a fala de V. Ex^a, mas o tempo já foi prorrogado por quase vinte minutos e percebo que o Senador Randolfe deseja fazer o aparte. Será concedido tempo suficiente para que o aparte sempre brilhante e oportuno do Senador seja ouvido por todos nós e para a conclusão do pronunciamento de V. Ex^a. E o faço por força de outro orador inscrito que aguarda – e aguarda na minha cola – a oportunidade de usar da palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Agradeço penhoradamente a V. Ex^a, inclusive a forma gentil e carinhosa com que V. Ex^a chama a minha atenção.

Eu apenas gostaria de agradecer ao Senador Eduardo Suplicy. Vamos precisar muito contar com o apoio dele. Também peço um pouco de paciência porque, depois de tantos anos da liderança do Governo com Romero Jucá, eu precisarei de um tempo para me ajustar e me adaptar. Que V. Ex^{as}, por favor, compreendam que eu estarei em um esforço e no exercício para atender às demandas, mas precisarei, obviamente, de uma trégua para tomar conhecimento de todas as demandas e de todas as ações em tramitação no Senado da República.

Ouçó, com enorme prazer, este jovem líder da Amazônia que tanto tem orgulhado a nossa juventude de amazônidas e, de forma muito especial, o Amapá, o nosso Senador Randolfe.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – Querido Senador Eduardo Braga, não posso deixar de fazer o registro da forma cordial com que o Presidente Cássio Cunha Lima chamou a atenção de V. Ex^a para concluir. Acho que nunca, na história do Senado, houve uma chamada para a conclusão tão cordial quanto a que

presenciamos agora. Tendo tido a atenção chamada também cordialmente – porque o seu pronunciamento já está no fim –, não posso me estender. Fiz questão de sair do meu gabinete e vir aqui para apartear-lo, abraçá-lo e cumprimentá-lo pela honrosa tarefa que terá a partir de agora. Tão honrosa quanto árdua é a tarefa de liderar uma base – imagino que não seja fácil – heterogênea, grande, enfim, como é a base da Presidente Dilma no Senado da República. Mas tenho profunda confiança na sua condução. V. Ex^a foi Governador de Estado e não foi qualquer governador. Não é à toa que o povo do Amazonas lhe designou para cá como o Senador mais votado. As notícias do governo de V. Ex^a na Amazônia que temos são de uma bela experiência de desenvolvimento com sustentabilidade, que é o caminho que todos nós na Amazônia procuramos seguir, percorrer. É um caminho parecido com o que já existiu e está em curso atualmente no Amapá e no Acre, aquele que V. Ex^a muito bem dirigiu na Amazônia, reconhecendo que temos um grande patrimônio: aquela floresta. Tenho certeza que a dificuldade que V. Ex^a teve para governar será a boa experiência que servirá para conduzir a liderança do Governo aqui, dialogando com a oposição, dialogando com os diferentes. O melhor líder não é aquele que atropela, mas é aquele que melhor dialoga. E, ao mesmo tempo, conseguindo na heterogeneidade construir a unidade. Competência, brilhantismo V. Ex^a tem para isso. Eu queria lhe cumprimentar pela ascensão à condição de Líder. Talvez seja esse o mais árduo de todos os cargos da República, pela heterogeneidade que tem que dirigir, mas com a certeza de que V. Ex^a saberá conduzir a base e dialogar com a oposição e conduzir a base no caminho do diálogo com a oposição, porque o objetivo final aqui é que todos nós somos Senadores da República e, além dos interesses de governo e de oposição estão os interesses do Brasil.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) –

Eu que agradeço a V. Ex^a, Senador Randolfe, e assino embaixo diante da colocação que V. Ex^a fez em relação ao nosso Presidente Cunha Lima nesse momento. O Cássio tem dessas coisas. Ele herda uma sabedoria da Paraíba e incorpora com o sentimento nordestino. Portanto, ele é capaz de dizer coisas extremamente duras, mas com a ternura e a docilidade de quem sabe respeitar os Pares e os companheiros. Portanto, não é uma surpresa ver a forma como o Senador Cássio conduz aqui a Casa.

Eu quero encerrar, primeiro agradecendo a V. Ex^a dizendo que, para mim, é uma alegria enorme poder compartilhar com V. Ex^a uma região tão importante do Brasil como a região amazônica, que é o maior patrimônio do povo brasileiro, tem a maior biodiversidade

do Planeta; o País é um País mega adverso e é lá que está a fronteira do futuro. Portanto, para mim, é uma satisfação. Espero poder construir com V. Ex^a muitas ações na Amazônia a partir do Senado e a partir da Liderança do Governo.

Quero, ao encerrar, Sr. Presidente, dizer ao Senador Inácio Arruda que eu peço desculpas por ter me alongado e dizer também que peço desculpas, desde já, pelos possíveis erros que possa cometer como Líder do Governo. Preciso da compreensão dos Pares, preciso da colaboração. Quero dizer mais uma vez que estou com as sandálias da humildade, de portas abertas para ouvir sugestões, recomendações, contribuições e eu espero de forma fiel, leal, transparente, prestar um serviço ao povo brasileiro, ajudar o Brasil e ajudar a Presidenta Dilma a implementar um projeto que a maioria do povo brasileiro elegeu e a maioria do povo brasileiro o está aprovando e apoiando projeto nas pesquisas, nas conversas que temos com o povo brasileiro.

Ao encerrar, meu muito obrigado à Presidenta Dilma e ao Vice-Presidente Michel Temer, pelo voto de confiança. A missão é espinhosa, mas, com a ajuda de todos creio que será possível fazer uma interlocução ampliada com o Senado da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Agradeço ao novel Líder do Governo, Senador Eduardo Braga, pelas referências extremamente gentis e generosas, assim como agradeço ao Senador Randolfe também, pela mesma postura. E cumprimentando-o, neste instante, de forma renovada, expressei o desejo de pleno êxito nessa nova e desafiadora missão que V. Ex^a assume.

Creio que, como último orador inscrito nesta sessão, tenho a honra de passar a palavra ao Senador Inácio Arruda, representante do querido e irmão Estado do Ceará no Senado da República.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, os nossos cumprimentos ao novo Líder do Governo no Senado, nosso colega, Senador Eduardo Braga, que assume uma responsabilidade que sempre considero muito importante, porque se trata de conduzir um projeto. Não são apenas as votações aqui no plenário do Senado Federal, é a interlocução diante de um projeto de desenvolvimento, que significa dialogar com os Senadores, dialogar com os partidos, dialogar com os Estados, dialogar com segmentos sociais muito significativos. São os setores da economia, os empresários, os trabalhadores nas suas centrais sindicais,

os estudantes, a juventude brasileira sempre cheia de expectativa e de esperança de que o nosso País possa corresponder às suas necessidades e ajudar não só o seu povo, como a um processo de integração tão importante como o que nós temos na América do Sul. Portanto, Senador Eduardo Braga, receba os nossos cumprimentos.

E também os nossos cumprimentos ao trabalho destacado e eficiente, que teve muito significado durante todo o período do governo do Presidente Lula, praticamente, a liderança do Senador Romero Jucá, e também nesse primeiro ano e início de segundo ano do Governo da Presidenta Dilma Rousseff. Considero que foi um trabalho que resultou em conquistas para o nosso País, com sua habilidade e competência de diálogo com todas as forças políticas no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, quero destacar o acontecimento mais importante do dia, que foi exatamente a homenagem do Senado Federal a cinco mulheres extraordinárias. Se nós nos dedicarmos a ler suas biografias, destacadas num prospecto produzido pelo Senado Federal, resumido, mas demonstrando a importância e o papel dessas mulheres para a vida política do povo brasileiro.

Elas receberam, no dia de hoje, aqui no Senado, um prêmio, o chamado Diploma Cidadã Bertha Lutz, em homenagem a uma extraordinária mulher, que foi Bertha Lutz.

Cinco brasileiras foram homenageadas no dia de hoje.

A Presidente do País, a Presidenta Dilma Rousseff, com toda a sua trajetória de vida pública, de dedicação à luta democrática, libertadora, e que pagou um preço alto para alcançar a sua liberdade e a do povo brasileiro, com prisão, com tortura, mas com aquela firmeza da cabeça erguida, pela consciência que tinha de que estava cumprindo seu dever de cidadã ao defender a liberdade e a democracia.

Rosali Scalabrin, uma mulher que sai do sul do País e vai crescer no norte, no Acre, dedicando-se à causa dos trabalhadores rurais, ali organizando e participando da CPT, uma grande ativista no meio do povo.

Ana Alice, baiana, alegre, destemida, que também enfrentou o período da ditadura militar, conduzindo a bandeira da luta em defesa dos direitos das mulheres brasileiras.

Eunice Michiles, primeira Senadora da República, o que foi muito importante. Assumiu como suplente, mas, na época, suplente era votada. E ela foi muito bem votada no Estado do Amazonas, chegou respaldada pelo seu Estado, pela sociedade do seu Estado, que a escolheu.

Por fim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Maria Prestes, que, como ela mesma disse, criança praticamente, acompanhando os pais, militantes comunistas, teve que deixar o seu Estado, percorrer outros estados brasileiros, ir para o Estado de São Paulo, onde conhece Luiz Carlos Prestes, com quem viveu 40 anos da sua vida, até a morte dele, com quem tem uma família, nove filhos. Dedicou-se à criação desses filhos e à luta destemida em defesa da democracia e das liberdades em nosso País. Em defesa de uma sociedade socialista, de justiça social. Essa a sua grande causa, a sua grande bandeira, sempre.

Hoje homenageada, entregou um texto que gostaria de ter lido, mas a circunstância de ser homenageada juntamente com a Presidente da República, para ela – o que foi dito para todos nós – já era uma alegria sem conta, já era uma grande satisfação, uma grande honra. E ela disse: “Quero entregar o meu texto para a Presidente Dilma Rousseff e também para o Presidente Sarney, porque tem um sentido, o sentido da reparação política para uma das maiores figuras da história do Brasil, que não poderá ser contada nunca sem a sua presença. E este plenário, arbitrariamente, sacou essa liderança de sua cadeira conquistada pelo voto popular”. Trata-se, segundo o seu pedido, de repor o mandato de Luiz Carlos Prestes, tirado por uma resolução do Senado Federal. Não foi tirado pela Justiça, nem pelo Supremo Tribunal Federal, nem pelo TSE, que num ato que hoje é considerado um dos maiores equívocos da Justiça brasileira, cassou o registro de um partido, sem nenhuma sustentação. Cassou o registro do Partido Comunista do Brasil.

Mas o Senado e a Câmara foram mais longe no ato antidemocrático. Resolveram por si aprovar uma resolução cassando o mandato de Luiz Carlos Prestes, em seguida, do seu suplente, em seguida, os mandatos dos deputados federais eleitos pela legenda do Partido Comunista do Brasil.

Então, com relação a esse ato arbitrário, Maria Prestes, no dia da homenagem às mulheres, disse: “Quero que façam esse reparo”. E nós encaminhamos então, Sr. Presidente, um projeto de resolução simples, muito simples, acompanhado de justificativa. A justificativa é a história. Não precisa mais ser lida aqui no plenário do Senado. Diz simplesmente:

“O Senado Federal resolve:

Art. 1º. Declarar nula a resolução da Mesa do Senado Federal adotada em 9 de janeiro de 1948, que extinguiu o mandato do Senador Luiz Carlos Prestes e de seu respectivo suplente, Abel Chermont, publicado no Diário do Congresso de 10 de janeiro de 1948.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação”.

Então, Sr. Presidente, é uma solicitação, um pedido já encaminhado, materializado na resolução. E eu apelo ao espírito democrático. Na hora, a Presidente Dilma recebeu, aqui na Mesa, aquela indicação. Virou-se e disse: “Vamos tomar, então, uma providência”. Qual a providência? Uma resolução. Ela disse para a filha da Maria Prestes que tudo o que pudesse fazer ela faria. E já havia comentado com o Presidente José Sarney, que também disse a ela, Presidenta Dilma, que tudo o que os dois puderem fazer irão fazer para reparar essa injustiça histórica, para que nós comecemos de fato a virar todas as páginas que maculam a vida democrática do nosso País.

Sr. Presidente, era essa declaração que eu gostaria de fazer.

Meu caro Senador Randolfe Rodrigues, como V. Ex^a vê, a liderança continua com o Amazonas. O Amazonas continua comandando a Liderança do Governo. A Amazônia, a grande Amazônia continua comandando.

É uma grande alegria dar um aparte a V. Ex^a, que bem conhece a história do Brasil e as causas libertárias abraçadas por essas figuras históricas que hoje foram homenageadas aqui, mulheres da luta histórica do povo brasileiro, juntamente com a simplicidade especialíssima de Maria Prestes, que veio ao plenário, com toda a sua simplicidade, subiu aqui, correu para um lado, atendeu a todos, abraçou a todos. Todos que pediram a ela uma foto, um autógrafo, ela estava ali sempre sorridente, à disposição de todos. Ela fez esse pedido simples: que o Senado corrigisse esse equívoco da história.

Meu caro Senador Randolfe.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – Querido Inácio, queria cumprimentá-lo pela iniciativa do projeto de resolução. É lamentável essa injustiça histórica ainda não ter sido reparada. É incompatível com a democracia, que o povo brasileiro conquistou há mais de 20 anos, injustiças como essa ainda não terem sido reparadas. De fato, foi uma belíssima cerimônia. Hoje, pela manhã, a D^a Maria Prestes encantou, como a luta e a história de Luiz Carlos Prestes encantam e inspiram todos nós. Nós poderíamos, inclusive, não nesse projeto de resolução, Senador Inácio... Eu queria sugerir que eu e V. Ex^a, que somos da Comissão de Constituição e Justiça, amanhã temos reunião da CCJ, reparássemos outra injustiça histórica, que também é com Luiz Carlos Prestes. Lamentavelmente, uma ala aqui do Senado ainda tem o nome de Filinto Müller, tem o nome de um torturador, que é o antônimo de uma Casa da representação do povo, que é o antônimo da democracia. Existe um belíssimo proje-

to da Senadora Ana Rita, que está na Comissão de Constituição e Justiça, que propõe, veja o paradoxo, alterar o nome de Filinto Müller para Ala Luiz Carlos Prestes, Senador Luiz Carlos Prestes. Eu acho que é complementar a esse projeto de resolução. O quanto antes aprovarmos o projeto de resolução que V. Ex^a apresenta, fazendo, reitero, refazendo uma injustiça histórica, fazendo justiça com a história... Seria importante também amanhã nós solicitarmos, na Comissão de Constituição e Justiça, o desapensamento desse projeto da Senadora Ana Rita do projeto de resolução do Regimento da Casa, para aprovarmos o quanto antes e termos, finalmente, rebatizada essa ala do Senado Federal com um nome muito mais adequado aos ideais de democracia.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/ PCdoB – CE) – Agradeço a V. Ex^a. Essas iniciativas fortalecem o caminho que o Brasil adotou, que é o de aprofundar a democracia brasileira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Sarney, eu posso dizer que já deu uma larga passada nesse procedimento de fazer reparação histórica. Quando assumiu a Presidência da República, todos os partidos comunistas estavam proscritos, as organizações socialistas, comunistas, as centrais sindicais, as organizações estudantis, todas estavam proscritas. Lembro do ato do Presidente do meu partido na época, João Amazonas, subindo a rampa do Palácio do Planalto com o Deputado Haroldo Lima ao lado. O Presidente Sarney disse: “Haroldo, por favor, o senhor queira vir ao Palácio e traga o presidente do seu partido, João Amazonas, para uma audiência, e por favor, queira subir pela rampa”.

O Haroldo estranhou, mas era o Presidente da República que estava dizendo que subisse pela rampa. Então, ele foi e parou o carro na rampa do Palácio do Planalto. Estavam ali, a postos, os Dragões da Independência para cumprir a cerimônia de recepção. O Amazonas subiu ali estranhando, olhou para trás e disse: “Ô Haroldo, será que é para nos cumprimentar mesmo que eles estão aí?”, ainda desconfiado do que poderia acontecer com tantos Dragões ao seu lado. Mas o Presidente Sarney os recebeu no alto da rampa do Palácio do Planalto, levou o Amazonas e o Haroldo para uma sala e, diante dos jornalistas, disse: “Não existem mais partidos ilegais no País”.

Então, é um ato dessa natureza que o Senado tem de realizar. Não se pode mais manter essa mácula no Senado Federal, muito menos na Câmara dos Deputados. E a hora da correção é agora.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Nobre Senador Inácio Arruda, creio que, no oportuno pronunciamento de V. Ex^a, abre-se o caminho para um reparo histórico, tardio, no que diz respeito à preservação da memória desse que foi, talvez, um dos maiores brasileiros de todos os tempos: Luiz Carlos Prestes.

Somo, neste instante, a minha palavra de felicitações à iniciativa de V. Ex^a e antecipo a minha manifestação de louvor e de aprovação quando da votação da sua proposição no plenário do Senado.

Sobre a mesa, projeto de resolução do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 04, DE 2012

Declara nula a Resolução da Mesa do Senado Federal que extinguiu o mandato do Senador Luiz Carlos Prestes e do seu suplente, Abel Chermont, adotada em 9 de janeiro de 1948.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º Declarar nula a Resolução da Mesa do Senado Federal, adotada em 9 de janeiro de 1948, que extinguiu o mandato do Senador Luiz Carlos Prestes e de seu respectivo suplente, Abel Chermont, publicada no Diário do Congresso de 10 de janeiro de 1948.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Luiz Carlos Prestes foi uma das personalidades mais marcantes da história brasileira, até hoje reverenciada por suas atividades políticas e militares, caracterizadas pelo nacionalismo e pela defesa das camadas sociais oprimidas.

Em 1945, Prestes foi eleito Senador pelo Partido Comunista do Brasil, com 157.397 votos e obtendo a maior votação proporcional da história política brasileira até então. Após a promulgação da nova Constituição, em 18 de setembro de 1946, Luiz Carlos Prestes assumiu seu mandato de Senador, passando a fazer parte da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

Em 7 de maio de 1947, o Superior Tribunal Eleitoral, por três votos a dois, cancelou o registro do Partido Comunista do Brasil, numa decisão equivocada, desde sempre considerada um erro judiciário que manchou o novo regime democrático consagrado pela Constituição de 1946. De imediato, o Partido Comunista do Brasil recorreu ao Supremo Tribunal Federal contra a decisão.

Nesse ínterim surgiu a Lei nº 211, de 7 de janeiro de 1948, que objetivou extinguir o mandato dos parlamentares eleitos ou não sob legendas partidárias que tiveram cassadas o respectivo registro.

Com base nessa lei – promulgada *após* a diplomação e posse do Senador Luiz Carlos Prestes – a Mesa do Senado declarou extinto o mandato do Senador Prestes e de seu suplente, Abel Chermont, no dia 9 de janeiro de 1948, em Resolução publicada no Diário do Congresso de 10 de janeiro de 1948.

Dizia o art. 141, § 3º, da Constituição Federal de 1946:

“Art 141 (...) § 3º. A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.”

A toda evidência, a Lei nº 211, de 1948, não poderia retroagir para extinguir o direito do Senador Prestes. A Resolução da Mesa do Senado, portanto, estava maculada com vício de inconstitucionalidade.

O Senador Luiz Carlos Prestes foi eleito, diplomado e empossado sem nenhuma impugnação. O Partido Comunista do Brasil estava legalmente credenciado para disputar as eleições de 2 de dezembro de 1945. Luiz Carlos Prestes exerceu seu mandato até ser cassado pelo ato da Mesa do Senado, embora tivesse o direito ao exercício de seu mandato até 31 de janeiro de 1955, conforme determinava a Constituição então vigente.

O projeto que deu origem à Lei nº 211, de 1948, fora rejeitado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, mas aprovado pelo Plenário. Cabe lembrar que, durante essa votação, o Brasil se envolveu numa controvérsia diplomática com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o que levou ao rompimento das relações entre os dois países – o governo brasileiro foi o primeiro do Ocidente a romper relações com a URSS após a Segunda Guerra Mundial, num ato lamentado até mesmo pelo governo dos Estados Unidos da América. Esse episódio foi explorado pela mídia governista da época, incitou a invasão das sedes e destruição de impressoras de jornais populares e o cerco da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, que tinha maioria de vereadores comunistas. Foi nesse clima que o Senado aprovou um projeto de lei que havia sido considerado inconstitucional pela própria Comissão de Constituição e Justiça desta Casa.

Todo esse processo configura uma nódoa na história do Senado. Um estigma à espera de ser reparado. No dia 23 de maio de 1985, o então Presidente da República, José Sarney, recebeu, no Palácio do Planalto, o Constituinte comunista de 1947, João Amazonas, acompanhado do então deputado federal pelo PMDB baiano, Haroldo Lima, e ali foi anunciada a volta da legalidade do Partido Comunista. À época, o Presidente Sarney

recebeu representantes de várias organizações políticas, sindicais e do movimento social e garantiu a liberdade de organização ampla no país. O Executivo se redimiou, assim, da postura antidemocrática assumida em 1948. Em 23 de junho de 1988, o Tribunal Superior Eleitoral deferiu a concessão do registro definitivo do Partido Comunista do Brasil. O Judiciário revogou, assim, o equívoco de 1947. Mas nada foi feito ainda em relação aos mandatos dos parlamentares do Partido Comunista do Brasil, arbitrariamente extintos em 1948.

Ainda hoje, 13 de março, a viúva de Luiz Carlos Prestes, dona Maria Prestes, agraciada com o Prêmio Bertha Lutz, desta Casa, expressou seu desejo de que esta injustiça seja sanada e o mandato devolvido ao primeiro parlamentar comunista a tomar assento no Senado.

Como se pode observar, além da mácula jurídica e inconstitucionalidade existentes na Resolução da Mesa do Senado, há também uma mácula política de um ato antidemocrático de cassação de parlamentar eleito pelo povo. Esta proposta busca reparar esse duplo erro, fazendo Justiça à história e à nação brasileira.

Sala das Sessões,



Senador INÁCIO ARRUDA

Reunião da Mesa, em 9 de janeiro de 1948

Hoje, jogo após a sessão do Senado, a Mesa desta Casa do Congresso reuniu-se sob a presidência do Sr. Nereu Ramos, Presidente do Senado.

Estavam presentes, além de S. Ex^a os senhores Mello Vianna, Vice-Presidente; Georgino Avelino, 1º-Secretário; João Villasboas, 2º Secretário; Dário Cardoso, 3º Secretário; Plínio Pompeu, 4º Secretário e Adalberto Ribeiro, suplente de 2º Secretário.

O Sr. Presidente deu conhecimento a SS. EEx^a do seguinte ofício que recebera do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral:

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL Nº PR-090

Em 9 de janeiro de 1948, Sr. Presidente,

Dando cumprimento ao parágrafo único do art. 2º da Lei nº 211 de 7 do corrente, em conformidade com a decisão de hoje dêste Tribunal no sentido da constitucionalidade dêsse preceito, tenho a honra de comunicar a V. Ex^a que pela resolução nº 1.841, de 7 de maio publicada no Diário da Justiça de 7 de junho de 1947. Foi cancelado o registro do Partido Comunista do Brasil, com fundamento no § 13 do art. 141 da Constituição Federal.

Apresento a V. Ex^a os protestos de elevada consideração – Ministro *Antônio Carlos Lafayette de Andrade* – Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

Em seguida, por unanimidade, a Mesa do Senado Federal aprovou a seguinte Resolução:

“A Mesa do Senado Federal, tendo em vista o disposto no artigo 2º da lei nº 211, de 7 do corrente, e o ofício nº 90 do Meretíssimo Sr. Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, declara extinto o mandato do Sr. Luis Carlos Prestes e seu respectivo suplente, Sr. Abel Chermont. – *Nereu Ramos, Presidente* – *Fernando de Mello Vianna* – *Georgino Avelino* – *João Villasboas* – *Dário Cardoso* – *Plínio Pompeu* – *Adalberto Ribeiro*”.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra ao talentoso e brilhante Senador Randolfe Rodrigues, que tem seguramente encantado o Brasil pela sua eloquência, sua inteligência, sua capacidade de argumentar a defesa de um Brasil melhor que todos nós queremos.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente. É total gentileza

sua. Acredito que – reitero o que disse ainda há pouco – talvez tenhamos encontrado, na Presidência, alguém tão gentil quanto o senhor, mas mais, nunca, por toda a cordialidade com que V. Ex^a está conduzindo esta sessão.

Presidente, antes, eu queria fazer referência a que hoje, pela manhã, estive, no Senado da República, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, para explicar as diretrizes da política econômica do Governo e para apresentar a situação, os números da economia nacional.

Eu queria dialogar um pouco com o que foi, no dia de hoje, a exposição do Ministro Guido Mantega. Mas, antes, faço questão de registrar aqui, a V. Ex^a e a todos que nos ouvem e nos assistem pela TV Senado, o projeto de resolução que vamos apresentar, junto com o Senador Pedro Simon e com o Senador Pedro Taques, no dia de hoje, que se refere à necessidade de estabelecimento de critérios para que servidores ocupem cargos em comissão no Senado. Acho que, nesse ambiente da República, em que nós aprovamos, recentemente, no Supremo Tribunal Federal, a constitucionalidade da Lei Complementar nº 135, é importante que todas as instituições da República apresentem exemplos e apresentem instrumentos para dar cabo e aplicação concreta à Lei Complementar nº 135, de 2010.

Sr. Presidente, o Ministro Guido Mantega apresentou, discorreu hoje sobre os desafios do crescimento econômico do País no cenário de crise global; apresentou os dados gerais da economia brasileira, como a economia brasileira tem enfrentado a crise; apresentou o que o Governo avalia que é uma trajetória de crescimento do Produto Interno Bruto, embora nós tenhamos tido uma radical queda, agora, no ano de 2011, muito abaixo do que era previsto pelo Governo e frustrando muitas expectativas, mas dentro de um ambiente, tenho que reconhecer, de crise econômica mundial; apresentou também as medidas do Governo de fortalecimento do mercado interno, que considero uma medida positiva e necessária. Acho que fortalecer o mercado interno e não deixar o nosso mercado à mercê da economia internacional é a medida e a condução correta para a nossa economia.

S. Ex^a destacou que uma dessas medidas de fortalecimento do mercado interno é a expansão contínua da massa salarial, mas, por outro lado, também destacou que é necessário – o que foi defendido pelo Ministro – uma rígida política de controle fiscal. Parecem-me antônimos o crescimento econômico e esses ditames da economia neoliberal que são proclamados pelas necessidades de ajuste fiscal na economia que sempre se referem a diminuir a capacidade de investimento do Estado e sempre se referem a reformas que, via de regra, como está ocorrendo na Europa,

diminuem o direito dos trabalhadores, são reformas que diminuem as conquistas sociais da ampla maioria da população brasileira.

Quero chamar a atenção para um dos dados destacados pelo Ministro: que uma das políticas monetárias adotadas pelos países ricos foi inundar de liquidez, ou seja, foi de expulsão dos seus capitais em direção aos países emergentes. E o Ministro destacou que, dos capitais que fugiram – fogem da Europa, fogem dos países ricos –, US\$8,8 trilhões, boa parte desse capital, foram para esses países emergentes, deslocaram-se para os países emergentes e, notadamente, parte deles consequentemente veio para o Brasil.

A pergunta: por que esses capitais voláteis se deslocam como uma nuvem dos países que estão em crise econômica e por que boa parte desses US\$8,8 trilhões vieram para o Brasil?

Ora, vieram para o Brasil atraídos pela nossa taxa de juros. A nossa taxa de juros ainda é uma das maiores do Planeta. Esses capitais vêm para o Brasil, aportam aqui mobilizados pela nossa taxa de juros para investir na indústria brasileira? Para investir na produção? Para investir na produção de *commodities*? Não. Eles aportam aqui para se ancorarem no mercado financeiro. Eles aportam aqui para crescerem com a nossa alta taxa de juros.

Quando não for mais agradável ao Brasil, nem serão necessárias grandes turbulências; quando o Brasil não for mais agradável para esses capitais, eles voltam ou para os seus locais de origem, ou se deslocam para outra nação. É uma característica desses tempos de globalização. O capital, concretamente, em definitivo, não tem uma pátria só: ele se desloca como nuvem para onde é mais interessante. Neste momento, boa parte dele está no Brasil, ancorado na altíssima taxa de juros praticada pela economia brasileira. Eles estão no mercado financeiro. Eles estão no que eu chamo, concretamente, na especulação, na agiotagem financeira, porque um capital que ancora numa taxa de juros de 9% ao ano está ancorado na agiotagem financeira.

O Brasil, no meu entender, fica, com isso, vulnerável para esses capitais. Em virtude da entrada desses capitais, uma das medidas adotadas pelo Governo brasileiro foi o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras – IOF para taxar a entrada desse capital. Mas veja, Sr. Presidente: a discrepância nisso é que a taxação do IOF não faz cócega nesse capital estrangeiro, nesse capital volátil que entra na nossa economia. O Governo brasileiro, em 2006, isentou esse capital do Imposto de Renda. Com isso, os ganhos desse capital estrangeiro com a dívida externa triplicam em nosso País muito mais que quadruplicam em qualquer outra nação no mundo.

Então, vejam, nós brasileiros somos tributados em 27%. Qualquer brasileiro médio, qualquer professor universitário, qualquer professor que tenha uma renda superior a três, a quatro mil reais é tributado em 27% dos seus vencimentos. Esse capital estrangeiro que entra no Brasil com a reles taxação do IOF é isento de Imposto de Renda, não tem nenhum tipo de tributação. Parece-me que está aí uma grande injustiça e uma enorme, no meu entender, Sr. Presidente, vulnerabilidade da nossa economia. E essa vulnerabilidade da nossa economia parece-me que precisa de medidas mais firmes por parte do Governo brasileiro.

Fico feliz, Sr. Presidente, pois, nesse aspecto, pelo menos o Ministro Mantega nos declarou que estava à disposição para dialogar sobre o restabelecimento do Imposto de Renda sobre esse tipo de capital.

Nesse sentido, Sr. Presidente, tramita aqui no Senado um projeto de lei da Senadora Marinor Brito, minha querida companheira do Partido Socialismo e Liberdade, que restabelece a taxação do Imposto de Renda sobre esses capitais. Foi designado o brilhante Senador Lindbergh Farias para relatar essa matéria, e hoje o Senador Lindbergh me disse que o parecer dele é favorável à matéria.

Ora, se há uma manifestação favorável por parte do Ministro da economia brasileira, se há uma manifestação favorável por parte do Senador Lindbergh de que esses capitais têm que ser taxados, parece-me que é urgente que nós aproveemos essa matéria proposta pela Senadora Marinor Brito, para reparar essa injustiça e até para proteger nossa economia, porque nós não podemos ficar à mercê da volatilidade desses capitais. Assim como eles vieram, eles vão. E, quando eles se forem, eles podem deixar uma terrível nuvem de capital especulativo sobre a economia brasileira.

Esse me parece que é um dos desafios, e esse desafio, Sr. Presidente, parece-me que tem que dialogar com outro dilema, e aí está um dos problemas da política econômica.

Os últimos dados, e o próprio Ministro reconheceu, dão conta de uma brutal queda da produção industrial brasileira. Os últimos dados dão conta de uma queda de 2,1% da produção industrial em janeiro último. Esses números, esses dados da queda da produção industrial e os dados do PIB analisados mais pormenorizadamente, mais detalhadamente, dão conta de que estamos assistindo a um aprofundamento do nosso processo de desindustrialização.

Vejam, os dados do PIB dão conta de um crescimento da economia de 2,7%. Isso até as perspectivas, as estimativas mais pessimistas não apontavam, uma queda tão drástica do nosso Produto Interno Bruto. Se nós fizermos a dissecação desses dados do PIB que

foram anunciados, na semana passada, pelo IBGE, eles revelam outras tristes constatações para nós.

Vejam só: o PIB revela que, acima da média do PIB, cresceram o agronegócio, a indústria da construção civil e a indústria da mineração. A indústria da transformação, que compreende as fábricas, que compreende concretamente a produção industrial, que é de onde sai todos os produtos de fato com valor agregado, cresceu 0,1%.

Então, Sr. Presidente, veja o nosso dilema. Nós tivemos a queda do nosso Produto Interno Bruto, mas não é só a queda que nos assusta. É que, dissecado o PIB, aponta um caminho incorreto para o País. Dissecado o PIB, aponta que nós tivemos um crescimento maior do agronegócio e tivemos um crescimento maior da indústria de mineração. Indústria de mineração é indústria de exploração de matéria-prima e de exportação. Ou seja, é, na prática, igual ao agronegócio. É exportação de *commodities*.

E, no que interessa, que é o produto com valor agregado, que é o crescimento da indústria, que é o que gera empregos na economia, que é o que dinamiza a economia brasileira, nós tivemos um crescimento de 0,1%.

Quais as razões que se atribuem a isso? Há a primeira alegação concreta: o que estamos vivendo. Estamos vivendo claramente... E a própria Presidente da República – quero destacar – reconheceu o problema que temos tido no câmbio. Não é à toa que a sua definição da semana passada foi de que estamos sendo vítimas de um *tsunami* cambial.

Hoje o próprio Ministro da Fazenda reconheceu que as medidas em relação ao câmbio, para tentar ancorar o câmbio, ainda são insuficientes para deter esse processo de desindustrialização. E esse processo de desindustrialização, Sr. Presidente, é resultado dessa combinação que não vai desse volume, dessa receita, que não combina com desenvolvimento, que não combina com futuro do País. A receita de ainda termos uma alta taxa de juros e da insistência e da política cambial da forma como está e da ausência de investimentos em infraestrutura vai, em definitivo, nos fazer retroceder em relação ao nosso desenvolvimento industrial, em relação ao nosso futuro.

Há outro dado da exposição do Ministro que também me preocupa, dados relativos ao investimento do País em educação. Os dados apontados pelo ministro, de investimento em educação, dão conta de um crescimento em 2012 de R\$18,7 milhões a R\$68,6 milhões; um crescimento que seria de 222%. Mas esse crescimento continua representando um investimento do Estado brasileiro de apenas 5% do nosso Produto Interno Bruto em educação. Ora, Sr. Presidente, o

Japão, quando saiu da Segunda Guerra Mundial, não investiu menos de 10% do seu Produto Interno Bruto em educação para dar o salto que deu.

Estou preocupado com a fórmula que estamos adotando hoje em relação ao nosso futuro. Ou seja, estamos com uma economia... Dissecando nosso último crescimento, nosso último Produto Interno Bruto, temos visto um crescimento da exportação de *commodities*, temos visto um crescimento do agronegócio, mas temos visto uma retração da indústria. Ou seja, consolidamos um cenário que tínhamos desde o século XIX de sermos um reles, um simples exportador de matéria-prima. Aliás, alguns dados dão conta de que, na prática, com isso, podemos retroceder. Vejam só. Na virada do século, nossa pauta de exportações era composta 59% de produtos manufaturados e 22% de produtos básicos. Incrivelmente, hoje, 45% do total que exportamos é composto de *commodities* e 39% de produtos industrializados. Lógico! Não há paralelo entre a indústria da manufatura e a indústria que temos hoje! Mas vejam: a manufatura, na virada do século XIX para o século XX, ainda era central e tínhamos mais manufatura do que *commodities*. Nós temos hoje, lamentavelmente, mais *commodities* do que produtos e bens industrializados. Não me parece uma boa combinação para o futuro, Presidente. Esta combinação de mais exportação de *commodities*, menos exportação de produtos industrializados com valor agregado, uma taxa de juros que ainda é alta e a ausência de investimento em educação manterá o País como ele está hoje!

A minha perspectiva...

Acredito que o País tem necessidade de dar um salto, tem necessidade de avançar. Se não apostarmos em inovação...

Quero reiterar dados que destaquei aqui há bem pouco tempo. Digo isso para concluir. Há bem pouco tempo, destaquei que nós, na América Latina, ainda não resolvemos o problema do analfabetismo, enquanto Cuba, Venezuela e Bolívia já conseguiram resolvê-lo. Na América Latina, ainda estamos depois do 12º lugar nos índices de analfabetismo.

Se não resolvermos os gargalos da desindustrialização, se não apostarmos em tecnologia de inovação, ou seja, não apostarmos em educação, eu tenho medo de que os dados econômicos, por si só, não resolvam a dramática situação brasileira. Nós ainda estamos apegados, e muito, ao velho problema do superávit primário, que engessa o orçamento público. Nós temos quase 49%, quase metade do orçamento engessado pelo superávit primário, nós temos concreta ausência de investimento do Estado brasileiro em decorrência do superávit primário, nós temos uma pauta que prio-

riza exportação de *commodities* em vez de exportação de produtos industrializados com valor agregado e nós temos ausência de investimento em educação.

Essa é uma combinação, Sr. Presidente, que no meu entendimento, não é boa para o Brasil, não é boa para o futuro, não é boa para que haja um crescimento sustentável de nosso País.

Então, queria destacar, Sr. Presidente, para concluir, esses aspectos da audiência que tivemos hoje com o Ministro da Fazenda, Guido Mantega: parece-me que é necessário haver uma reflexão por parte do Governo nesse tripé. Em que pese os esforços na redução das taxas de juros, ainda me parece que, para o tamanho do Brasil, para o potencial que o Brasil tem, para a condição em que o Brasil está – ascendendo à sexta, quinta economia do mundo –, podemos perder uma chance concreta de esse crescimento de nosso País ser, de fato, sustentável. Ele não será sustentável se nós não tivermos investimento em educação, se não mudarmos a pauta de exportação brasileira e se não ampliarmos a capacidade de investimento do Estado brasileiro, reduzindo esse absurdo superávit primário, que compromete 50% do orçamento nacional.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Senador Randolfe, V. Ex^a traz, mais uma vez, de forma serena, lúcida, uma reflexão sobre o nosso País. Ao processo de desindustrialização que vivemos soma-se, além dos fatores levantados por V.

Ex^a, algo que me preocupa profundamente: a chamada “guerra dos portos”. O Brasil, há algum tempo, se depara com a conhecida guerra fiscal, diante da incapacidade que o País teve até aqui de encontrar uma política de desenvolvimento regional que possa contemplar o desejo de igualdade regional, coisa que se pleiteia há muitos anos no Brasil.

Mas a guerra fiscal, bem ou mal, transfere emprego dentro do nosso próprio País, de um Estado para outro. Quando se avoluma a chamada “guerra dos portos”, com alguns Estados intensificando os incentivos de ICMS e abrindo, assim, as nossas fronteiras – e o Imposto de Importação é, notadamente, regulador –, nós estamos fragilizando ainda mais a indústria brasileira.

Esta Casa haverá de se deparar com este tema brevemente, até porque outros temas similares estarão sendo discutindo no transcorrer deste ano.

Portanto, no encerramento desta sessão, que tive a honra de presidir por alguns instantes, cumprimento V. Ex^a por mais um brilhante pronunciamento, pela postura sempre lúcida, firme, cidadã e brasileira de olhar de qualquer das tribunas desta Casa o futuro do nosso País.

Sobre a mesa, projeto de resolução do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 05 , DE 2012

Altera o art. 4º da Resolução nº 63, de 1997, do Senado Federal, que *estabelece a composição e a infra-estrutura dos Gabinetes do Senado Federal*, para inserir critérios a serem seguidos na nomeação de ocupantes de cargos em comissão, que menciona.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º O §1º do art. 4º da Resolução nº 63, de 1997, do Senado Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º

§ 1º O titular do Gabinete indicará formalmente ao Diretor-Geral o nome das pessoas que preencherão os cargos de provimento em comissão referidos no caput, observados os requisitos legais previstos no art. 5º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, sendo vedada a nomeação daquele que:

I – for condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, ou proferida por órgão colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes dolosos:

a) contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público;

b) contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência;

c) contra o meio ambiente e a saúde pública;

d) eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;

e) de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública;

f) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;

g) de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos;

h) de redução à condição análoga à de escravo;

i) contra a vida e a dignidade sexual; e

j) praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

II - for declarado indigno do oficialato, ou com ele incompatível, pelo prazo de 8 (oito) anos;

III - tiver suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, pelo prazo de 8 (oito) anos, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição;

IV - detentor de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiar a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que for condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pelo prazo de oito anos após a condenação

V - for condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado na Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da eleição;

VI – sendo Governador de Estado, Prefeito, membro da Assembleia Legislativa, das Câmaras Municipais, que renunciar a seu mandato desde o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infração ao dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual ou da Lei Orgânica do Município, pelo prazo de 8 (oito) anos subsequentes ao término da legislatura;

VII - for condenado à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena;

VIII - for excluído do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;

IX - for demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;

X – for pessoa física e/ou dirigente de pessoa jurídica responsável por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado na Justiça Eleitoral, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão;

XI – for magistrado ou membro do Ministério Público aposentado compulsoriamente por decisão sancionatória, que tenha perdido o cargo por sentença ou que tenha pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 8 (oito) anos.

.....(NR)”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Resolução do Senado tem por finalidade aplicar à nomeação de ocupantes em cargos comissionados desta Casa Legislativa os critérios da Lei Complementar 135 de 2010, conhecida como “Lei da Ficha Limpa”.

Originária de um Projeto de Lei de iniciativa popular que chegou à Câmara dos Deputados com mais de 3 milhões de assinaturas, tal lei é um marco não apenas para aqueles que se submetem às eleições, mas para todo o Estado Brasileiro, pois representa um pacto da sociedade para a superação de práticas que comprometem a democracia, tais como a corrupção, a improbidade administrativa e a falta de zelo com a coisa pública.

Os princípios que inspiraram a Lei da Ficha Limpa não devem, todavia, nortear apenas aqueles que se submetem ao processo eleitoral. É igualmente necessário garantir que todos aqueles que servem ao Estado Brasileiro tenham condutas compatíveis com a importância das funções que exercem, e com a seriedade exigida pelos desafios que temos que superar para construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional e erradicar a pobreza; e promover o bem de todos, nos termos determinados em nossa Constituição.

Assim, acreditamos que os critérios estabelecidos pela Lei da Ficha Limpa devam ser aplicados na nomeação de servidores públicos de todos os poderes, principalmente aqueles nomeados para cargos de direção e gestão.

Neste sentido, apresentamos o presente Projeto de Resolução para que o Senado Federal, seguindo o exemplo de outras casas legislativas do país, aplique esta medida de moralidade e responsabilidade com o Poder Público.

Sala das Sessões,



Senador RANDOLFE RODRIGUES



Senador PEDRO SIMON



Senador PEDRO TAQUES

*LEGISLAÇÃO CITADA***RESOLUÇÃO Nº 63, DE 1997**

Estabelece a composição e a infra-estrutura dos Gabinetes do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º São extintos:

I - sessenta cargos de Técnico Legislativo, Área de instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico e Serviços Gerais, Especialidade Artesanato;

II - quarenta e nove cargos de Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Processo legislativo;

III - cinquenta e seis cargos de Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Assistência a Plenários e Portaria;

IV - trinta e quatro cargos de Técnico Legislativo, Área de Polícia, Segurança e Transporte, Especialidade Transporte;

V - trinta e um cargos de Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Orçamento Público;

VI - duzentas e oitenta e sete funções comissionadas de Auxiliar de Gabinete, símbolo FC-03;

VII - um cargo de Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico Administrativo, Especialidade Administração;

VIII - um cargo de Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Sociologia;

IX - sessenta funções comissionadas de Artesanato, símbolo FC-01;

X - trinta e quatro funções comissionadas de Motorista, símbolo FC-01;

XI - quinze funções comissionadas de Oficial de Gabinete, símbolo FC-04;

XII - noventa e cinco funções de Mecanógrafo.

Art. 2º São extintos, quando vagarem:

I - cento e sessenta e um cargos de Técnico Legislativo, Área de Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico e Serviços Gerais, Especialidade Artesanato;

II - cento e quarenta cargos de Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Assistência a Plenários e Portaria;

III - cento e quarenta e seis cargos de Técnico Legislativo, Área de Polícia, Segurança e Transporte, Especialidade Transporte; (Revogado pela Resolução nº 59, de 2002)

IV - cento e sessenta e uma funções comissionadas de Artesanato, símbolo FC-01;

V - cento e quarenta e seis funções comissionadas de Motorista, símbolo FC-01.

Art. 3º São extintas, quando implementado o art. 10 desta Resolução, duzentas e trinta e nove funções comissionadas de Contínuo, símbolo FC-01.

Art. 4º Os cargos de provimento em comissão e as funções comissionadas dos Gabinetes dos membros da Mesa, das Lideranças e dos Senadores são os previstos no Anexo a esta Resolução.

§ 1º O titular do Gabinete indicará formalmente ao Diretor-Geral o nome das pessoas que preencherão os cargos de provimento em comissão referidos no caput, observados os requisitos legais previstos no art. 5º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 2º As funções comissionadas previstas nesta Resolução são privativas de servidores efetivos do Quadro de Pessoal do Senado Federal e dos órgãos Supervisionados nos termos previstos no art. 6º, § 1º, da Resolução nº 42, de 1993.

Art. 5º Os cargos de provimento em comissão de Assistente Parlamentar, previstos no Anexo a esta Resolução, serão preenchidos de forma alternativa a um cargo de provimento em comissão de Assessor Técnico.

Parágrafo único. A remuneração total dos cargos de provimento em comissão de Assistente Parlamentar não poderá ser superior a remuneração de um cargo de provimento em comissão de Assessor Técnico.

Art. 6º Ao Assistente Parlamentar incumbe desempenhar as atividades de apoio determinadas pelo titular do Gabinete.

Art. 7º Ao Assessor Técnico de Gabinete incumbe organizar e controlar as correspondências da base política do titular do Gabinete; pesquisar, alimentar e recuperar informações; executar os trabalhos de conferência, registro e arquivo dos documentos legislativos, e desempenhar outras atividades peculiares à função.

Art. 8º Ao Auxiliar de Gabinete Parlamentar incumbe executar e revisar os serviços de digitação e recuperação de dados e desempenhar outras atividades peculiares à função.

Art. 9º Ao Secretário de Gabinete incumbe executar os serviços de recepção e telefonia; agendar audiências, compromissos e atividades sociais do titular do Gabinete; pesquisar dados e desempenhar outras atividades peculiares à função.

Art. 10. Os serviços de contínuo no Senado Federal serão prestados por empresa, mediante contrato de terceirização de serviços.

Art. 11. É a Subsecretaria de Administração de Pessoal autorizada a republicar o Regulamento Administrativo do Senado Federal com as alterações decorrentes desta Resolução.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Resolução nº 37, de 1994.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de junho de 1997.

Senador Geraldo Melo

Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – A Presidência comunica ao Plenário a abertura de prazo de cionco dias úteis, perante a Mesa,

para recebimento de emendas ao **Projeto de Resolução nº 5, de 2012**, que acaba de ser lido.
Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 137, DE 2012

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2011 (nº 5.582/2009, na Casa de origem), do Deputado Milton Monti), que denomina Prof. Geraldo Maurício Lima o viaduto localizado no km 75, mais 650m, da BR-153, no município de Bady Bassitt, Estado de São Paulo.

RELATOR: Senador FLEXA RIBEIRO

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para exame e deliberação em caráter terminativo, o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2011 (Projeto de Lei nº 5.582, de 2009, na origem), de autoria do Deputado Milton Monti. É seu propósito homenagear o Professor Geraldo Maurício Lima, dando o seu nome ao viaduto localizado no quilômetro 75 mais 650 metros da BR-153, no Município de Bady Bassitt, no Estado de São Paulo.

A proposição consta de dois artigos, o primeiro dos quais presta a homenagem acima especificada, estabelecendo, o segundo, a vigência da lei para a data de sua publicação.

Na justificação do projeto, o Deputado Milton Monti cita a extensa formação acadêmica do Professor Geraldo Maurício Lima; a sua atuação, na qualidade de consultor, em diversos municípios; e a sua participação em vários órgãos colegiados. Entende o autor do projeto que é justa e meritória a homenagem, pelos relevantes serviços prestados pelo homenageado “em favor da causa pública, mormente como educador emérito, esposo, cidadão e pai de família exemplar”.

Em sua tramitação na Câmara dos Deputados, o projeto foi aprovado na Comissão de Viação e Transportes, na de Educação e Cultura e na de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Compete à CE, de acordo com o art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições que tratem de homenagens cívicas, como o do Projeto de Lei em exame; deve, ademais, deliberar a seu respeito em caráter terminativo, conforme decisão da Presidência da Casa, nos termos do art. 91, § 1º, IV, do mesmo regimento.

A homenagem sob análise é prestada a um educador que se destacou pelo zelo e competência com que exerceu sua vocação. O Brasil precisa, sem dúvida, reverenciar os professores que se empenham com entusiasmo e seriedade em seu ofício, cientes da importância da missão de formar nossos jovens, tanto no plano intelectual como no plano dos valores éticos. A brilhante carreira de Geraldo Maurício de Lima como educador no interior do Estado de São Paulo, exercida sobretudo no município de Bady Bassitt, foi bruscamente interrompida por um acidente automobilístico, ocorrido em 2008, na própria BR-153.

Nada mais justo do que homenagear o estimado professor, o exemplar pai de família e cidadão, cedendo o seu nome à obra de arte viária acima especificada, em consonância com o que dispõe a legislação pertinente (Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, art. 1º; e Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, art. 2º).

A proposição apresenta-se concorde às normas constitucionais, ao sistema jurídico nacional, ao regimento da Casa e à técnica legislativa. Impõem-se, contudo, pequenas modificações relativas à redação dos dispositivos. É recomendável, por um lado, adotar a palavra “Professor” por extenso na designação oficial do viaduto, cabendo a abreviatura

(“Prof.”) em seus usos específicos. Por outro lado, as grafias de “quilômetro” e “metro” devem ser, também, por extenso, e a do nome do município, tal como consta da ementa e do art. 1º do Projeto de Lei encaminhado ao Senado Federal, apresenta uma incorreção, devendo ser-lhe adicionada mais uma letra “t” ao final (“Bady Bassitt”).

III – VOTO

Ante o exposto, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2011 (Projeto de Lei nº 5.582, de 2009, na origem), com as emendas de redação a seguir apresentadas.

EMENDA Nº 1 – CE

(ao PLC nº 31, de 2011)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2011, a seguinte redação:

“Denomina “Professor Geraldo Maurício Lima” o viaduto localizado no quilômetro 75 mais 650 metros da rodovia BR-153, no Município de Bady Bassitt, Estado de São Paulo.”

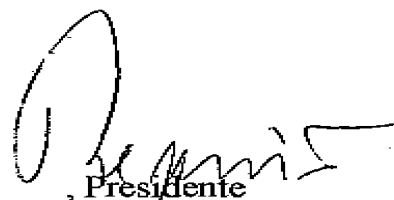
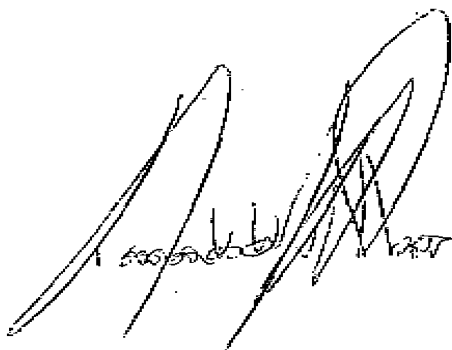
EMENDA Nº 2 – CE

(ao PLC nº 31, de 2011)

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2011:

“Art. 1º Fica denominada “Viaduto Professor Geraldo Maurício Lima” a obra de arte especial localizada no quilômetro 75 mais 650 metros da rodovia BR-153, no Município de Bady Bassitt, Estado de São Paulo.”

Sala da Comissão, 6 de março de 2012.


, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL
Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 5ª REUNIÃO, DE 06/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Sen. Roberto Requião

RELATOR: Sen. Flexa Ribeiro

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)(25)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antônio Carlos Valadares (PSB)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Roberto Requião (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Lauro Antonio (PR)	2. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	3. Luiz Henrique (PMDB)
Ivone Dantas (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PSD)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	8. VAGO
Ana Amélia (PP)	9. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Cássio Cunha Lima (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM)
José Agripino (DEM)	5. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. VAGO
PR(31)	
Magno Malta	1. Clésio Andrade (S/PARTIDO)
João Ribeiro	2. Vicentinho Alves
PSD(44) PSOL(44)	
Kátia Abreu	1. Randolfe Rodrigues

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLC 31 / 12

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA	X				DELÍCIO DO AMARAL				
WELLINGTON DIAS					ANIBAL DINIZ				
ANA RITA					MARTA SUPLICY				
PAULO PAIM					VANESSA GRAZZIOTTIN				
WALTER PINHEIRO					PEDRO TAQUES				
CRISTOVAM BUARQUE	X				ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
LIDICE DA MATA	X				ZEZÉ PERRELA				
INÁCIO ARRUDA					JOÃO CAPIBERIBE				
TITULARES - (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROBERTO REQUIÃO					ROMERO JUCA				
LAURO ANTONIO	X				VALDIR RAUPP				
VAGO					LUIZ HENRIQUE				
IVONETE DANTAS	X				WALDEMIR MOKA				
VAGO					VITAL DO RÊGO				
PEDRO SIMON	X				SERGIO PETEÇAO				
RICARDO FERRAÇO					CIRO NOGUEIRA				
BENEDITO DE LIRA					VAGO				
ANA AMELIA	X				VAGO				
TITULARES - (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRÓ MIRANDA	X				CICERO LUCENA				
CASSIO CUNHA LIMA	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA	X			
PAULO BAUER					FLEXA RIBBIRO				
MARIA DO CARMO ALVES					CLOVIS FEGURY				
JOSÉ AGRIPINO					DEMÓSTENES TORRES				
TITULARES - (PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO	X				MOZARILDO CAVALCANTI	X			
JOÃO VICENTE CLAUDINO					VAGO				
TITULARES - (PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MAGNO MALTA					CLÉSIO ANDRADE				
JOÃO RIBEIRO					VICENTINHO ALVES				
TITULAR - (PSD/PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PSD/PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
KÁTIA ABREU					RANDOLFE RODRIGUES	X			

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 06/03/2012



SENADOR ROBERTO REQUIÃO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

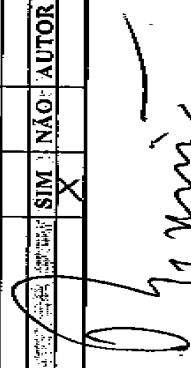
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL EMENDAS AO PLC 311
(EM GLOBO)

TITULARES	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA		X				DELÍCIO DO AMARAL					
WELLINGTON DIAS						ANIBAL DINIZ					
ANA RITA						MARTA SUPLICY					
PAULO PAIM						VANESSA GRAZZIOTTIN					
WALTER PINHEIRO						PEDRO TAQUES					
CRISTOVAM BUARQUE		X				ANTONIO CARLOS VALADARES	X				
LIDICE DA MATA		X				ZEZÉ PERRELA					
INÁCIO ARRUDA						JOÃO CAPIBERIBE					
TITULARES - (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROBERTO REQUIÃO						ROMERO JUCA					
LAURO ANTONIO		X				VALDIR RAUPP					
VAGO						LUIZ HENRIQUE					
IVONETE DANTAS		X				WALDEMIR MOKA					
VAGO						VITAL DO RÉGO					
PEDRO SIMON		X				SERGIO PETECÃO					
RICARDO FERRAÇO						CIRO NÓGUEIRA					
BENEDITO DE LIRA						VAGO					
ANA AMELIA		X				VAGO					
TITULARES - (PSDB, DEM)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PSDB, DEM)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA		X				CÍCERO LUCENA					
CASSIO CUNHA LIMA		X				ALOYSIO NUNES FERREIRA					
PAULO BAUER						FLEXA RIBEIRO					
MARIA DO CARMO ALVES						CLOVIS FECURY					
JOSÉ AGRIPINO						DEMÓSTENES TORRES					
TITULARES - (PTB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PTB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO		X				MOZARILDO CAVALCANTI	X				
JOÃO VICENTE CLAUDINO						VAGO					
TITULARES - (PR)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PR)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MAGNO MALTA						CLÉSIO ANDRADE					
JOÃO RIBEIRO						VICENTINHO ALVES					
TITULAR - (PSD/PSOL)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PSD/PSOL)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
KATIA ABREU						RANDOLFE RODRIGUES	X				

TOTAL: 14 SIM: 13 NÃO: -- ABS: -- AUTOR: -- PRESIDENTE: OL

SALA DAS REUNIÕES, EM 06/03/2012



SENADOR ROBERTO REQUIÃO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
SECRETARIA DA COMISSÃO
TEXTO FINAL
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2011

Denomina "Professor Geraldo Maurício Lima" o viaduto localizado no quilômetro 75 mais 650 metros da rodovia BR-153, no Município de Bady Bassitt, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica denominada "Viaduto Professor Geraldo Maurício Lima" a obra de arte especial localizada no quilômetro 75 mais 650 metros da rodovia BR-153, no Município de Bady Bassitt, Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 6 de março de 2012.



Senador Roberto Requiao, Presidente

Senador Flexa Ribeiro, Relator

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 6.454, DE 24 DE OUTUBRO DE 1977.

Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos, e dá outras providências.

Art 1º É proibido, em todo o território nacional, atribuir nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da Administração indireta.

LEI Nº 6.682, DE 27 DE AGOSTO DE 1979.

Dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências.

Art. 2º Mediante lei especial, e observada a regra estabelecidas no artigo anterior, uma estação terminal, obra-de-arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à Humanidade.

Of. nº 7/2012/CE

Brasília, 6 de março de 2012.

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2011, de autoria de Sua Excelência o Senhor Deputado Milton Monti, que “Denomina Prof. Geraldo Maurício Lima o viaduto localizado no km 75, mais 650m, da BR-153, no Município de Bady Bassit, Estado de São Paulo.”, com as emendas oferecidas.

Atenciosamente,



SENADOR ROBERTO RÉQUIÃO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

PARECER Nº 138, DE 2012

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2010 (nº 3.298/2008, na Casa de origem, do Deputado Rafael Guerra), que denomina Avenida Hamid Afif o trecho urbano da rodovia BR – 491 que cruza a cidade de Varginha, no Estado de Minas Gerais.

RELATORA: Senadora LÍDICE DA MATA

I – RELATÓRIO

De autoria do Deputado Rafael Guerra, o projeto de lei sob exame pretende denominar “Avenida Hamid Afif” o trecho rodoviário urbano da BR-491, sob jurisdição federal, que cruza a cidade de Varginha, no Estado de Minas Gerais.

Nos termos da Justificação que sustenta a iniciativa, seu autor pretende homenagear o Sr. Hamid Afif, libanês de nascimento que, com apenas dez meses, chegou ao Brasil e ainda adolescente radicou-se na cidade de Varginha.

Na vida pública, o homenageado ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) por ocasião da fundação dessa agremiação política na cidade. Eleito para a Câmara Municipal, reelegeu-se por diversas vezes, vindo a falecer ainda jovem, aos 49 anos de idade, deixando um legado de respeito “às virtudes cidadãs”.

Ainda nas palavras do autor, a homenagem proposta dirige-se, também, “à família árabe em nosso Estado e em nosso País”.

Na Casa de origem, o projeto mereceu a aprovação unânime das Comissões de Viação e Transportes; de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado, para decisão terminativa, foi distribuído exclusivamente à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Não foram oferecidas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre proposições que versem sobre homenagens cívicas, objeto do PLC nº 99, de 2010.

O projeto sob exame encontra apoio constitucional no âmbito das prerrogativas da União, ente ao qual compete, nos termos do art. 21, XXI, “estabelecer princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação”. De outra parte, é lícita a iniciativa parlamentar, uma vez que o projeto atende aos requisitos estabelecidos nos arts. 48 e 61 da Carta Política, não incidindo no campo reservado ao Presidente da República.

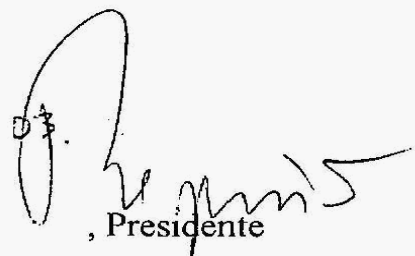
Verifica-se igualmente a adequada observância dos critérios fixados na Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que permite, mediante lei específica, a atribuição a vias e terminais integrantes do Sistema Nacional de Transportes de designações de fatos históricos ou nomes de pessoas falecidas com relevantes serviços prestados à nação, supletivamente às denominações de caráter oficial.

No mérito, adoto os argumentos do autor e considero merecida e oportuna a homenagem proposta.

III – VOTO

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2010.

Sala da Comissão, 6 de março de 2012.



, Presidente

Edicée do Jato e Souza, Relatora

Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, de 2010

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 5ª REUNIÃO, DE 06/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Sen. Roberto Requião

RELATOR: Delcídio do Amaral

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PSB, PC DO B, PRB)(25)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Palm (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Roberto Requião (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Lauro Antonio (PR)	2. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	3. Luiz Henrique (PMDB)
Ivonete Dantas (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PSD)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	8. VAGO
Ana Amélia (PP)	9. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyrc Miranda (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Cássio Cunha Lima (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM)
José Agripino (DEM)	5. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. VAGO
PR(31)	
Magno Malta	1. Clésio Andrade (S/PARTIDO)
João Ribeiro	2. Vicentinho Alves
PSD(44) PSOL(44)	
Kátia Abreu	1. Raulo de Rodrigues

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLC 99/10

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA	X				DELÍCIO DO AMARAL				
WELLINGTON DIAS					ANIBAL DINIZ				
ANA RITA					MARTA SUPLEY				
PAULO PAIM					VANESSA GRAZZIOTTIN	X			
WALTER PINHEIRO					PEDRO TAQUES				
CRISTOVAM BUARQUE	X				ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
LIDICE DA MATA	X				ZEZÉ PERRELA				
INÁCIO ARRUDA					JOÃO CAPIBERIBE				
TITULARES - (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROBERTO REQUIÃO					ROMERO JUCA				
LAURO ANTONIO	X				VALDIR RAUPP				
VAGO					LUIZ HENRIQUE				
IVONETE DANTAS	X				WALDEMIR MOKA				
VAGO					VITAL DO RÊGO				
PEDRO SIMON					SERGIO PETEÇÃO				
RICARDO FERRAÇO					CIRO NOGUEIRA				
BENEDITO DE LIRA					VAGO				
ANA AMÉLIA	X				SUPLENTE - (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
TITULARES - (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	CICERO LUCENA				
CYRO MIRANDA	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA	X			
CÁSSIO CUNHA LIMA	X				FLEXA RIBEIRO				
PAULO BAUER					CLOVIS FECURY				
MARIA DO CARMO ALVES					DEMÓSTENES TORRES				
JOSÉ AGRIPINO					SUPLENTE - (PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
TITULARES - (PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	MOZARILDO CAVALCANTI	X			
ARMANDO MONTEIRO	X				VAGO				
JOÃO VICENTE CLAUDINO					SUPLENTE - (PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
TITULARES - (PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	CLÉSIO ANDRADE				
MAGNO MALTA					VICENTINHO ALVES				
JOÃO RIBEIRO					SUPLENTE - (PSD/PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
TITULAR - (PSD/PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	RANDOLFE RODRIGUES	X			
KATIA ABREU									

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1 PRESIDENTE: 01

AUTOR: -

ABS: -

SALA DAS REUNIÕES, EM 06/03/2012

SENADOR ROBERTO REQUIÃO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 21. Compete à União:

.....

XXI - estabelecer princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação;

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

LEI Nº 6.682, DE 27 DE AGOSTO DE 1979.

Dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências.

.....

Of. nº 8/2012/CE

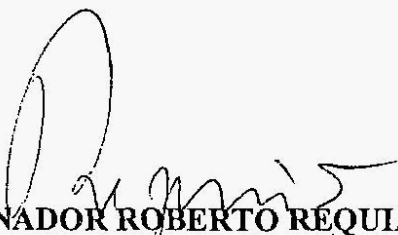
Brasília, 6 de março de 2012.

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2010, de autoria de Sua Excelência o Senhor Deputado Rafael Guerra, que “Denomina Avenida Hamid Afif o trecho urbano da rodovia BR-491 que cruza a cidade de Varginha, no Estado de Minas Gerais”.

Atenciosamente,



SENADOR ROBERTO REQUIÃO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

PARECER Nº 139, DE 2012

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2011 (nº 5.418/2005, na Casa de origem, da Deputada Luiza Erundina), que declara o educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileiro.

RELATOR: Senador CRISTOVAM BUARQUE

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 50, de 2011 (Projeto de Lei nº 5.418, de 2005, na origem), da Deputada Luiza Erundina, propõe seja o educador Paulo Freire declarado Patrono da Educação Brasileira, nos termos de seu art. 1º. Na Câmara dos Deputados, o projeto de lei foi distribuído às Comissões de Educação e Cultura (CEC) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), nos termos dos arts. 24, II e 54 do Regimento Interno daquela Casa, o que implica apreciação conclusiva.

Em sua justificação, a Deputada Luiza Erundina, em breves informes, traça um perfil biográfico do grande educador brasileiro, em que ressalta a contribuição que deu, como humanista e educador, à nossa democracia e ao acesso ao conhecimento das pessoas colocadas em situação de iletradas.

Ainda nos idos anos de 1960, a “pedagogia da libertação”, criada por Paulo Freire, passou a simbolizar a contribuição desse educador ao pensamento pedagógico mundial. Vale acrescentar o fato de que Paulo Freire é um dos brasileiros mais conhecido no exterior. Um brasileiro que tem bustos em praças e é nome de ruas em países da África e América Latina. Seus livros foram traduzidos para diversos idiomas e se transformaram em clássicos do pensamento relacionado à educação em todo o mundo. Houvesse um Prêmio Nobel para a Educação, Paulo Freire possivelmente teria sido agraciado.

Quis realizar, aqui no Brasil, o sonho de todo grande humanista: levar a educação e o acesso às letras e ao conhecimento a todos os brasileiros. Foi visto como subversivo e perigoso terrorista. As elites temiam, mais ainda naqueles tempos, o poder de um povo que pensasse por si só.

Por sua atuação, foi preso pela ditadura militar e exilado. Expulso do país, em exílio doloroso pelos Estados Unidos da América, África e Europa, aprofundou seus conhecimentos e experimentos. E teve a oportunidade de contribuir com os processos de libertação na América Latina e na África. Alfabetizou respeitando o conhecimento dos jovens e adultos que não tiveram acesso à educação – com a pedagogia do oprimido. Revolucionou a pedagogia em seu sentido amplo, com o método de alfabetização de adultos – conhecido mundialmente como método Paulo Freire – revolucionou os instrumentos que permitem solucionar de maneira rápida e eficiente a tragédia do analfabetismo.

De volta ao Brasil, a partir de 1979, atuou como militante da educação, professor e gestor público, como Secretário de Educação na cidade de São Paulo e membro do Conselho diretor da FUB - Fundação Universidade de Brasília.

O Título ora proposto para Paulo Freire, pelo Projeto de Lei nº 5418, de 2005, graças a iniciativa da Deputada Luiza Erundina, é plenamente justificado e já deveria ter sido oferecido antes. Este é, porém, um bom momento quando comemoramos o 90º aniversário de Paulo Freire.

Nesta Casa, a proposição foi distribuída, com poder de decisão terminativa, para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde não recebeu emendas. Ainda que a este projeto original tenha sido apensado o Projeto de Lei nº 6.995, de 2006, do Deputado Paulo Gouvêa, com a proposta de atribuir o mesmo título a Leonel Brizola, a aprovação recaiu sobre o texto ora apreciado pelo Senado Federal. Não se justifica, porém, ao atribuir corretamente a Paulo Freire a posição de Patrono da Educação Brasileira, esquecer nomes como Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e outros que além de educadores foram também líderes educacionistas. Como político, certamente se justifica o prêmio a Leonel Brizola, tanto pelas realizações como governador quanto por ter sido o político nacional mais identificado com o assunto da educação. Mas este projeto de Lei nº 5418, de 2005 é por demais meritório e deve ser aprovado.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CE opinar sobre proposições que tratem de homenagens cívicas, categoria em que se enquadra o Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2011.

Em seu art. 1º, a Lei nº 12.458, de 2011, que *estabelece critérios mínimos para a outorga do título de patrono ou patrona*, destina à pessoa escolhida como figura tutelar, entre outros, de ramo do conhecimento, das artes, das letras ou da ciência. No parágrafo único desse mesmo artigo, o requisito de que *o patrono ou patrona de determinada categoria seja escolhido entre brasileiros, vivos ou mortos, que se tenham distinguido por excepcional contribuição ou demonstrado especial dedicação ao segmento para o qual sua atuação servirá de paradigma*.

Em seguida, como reza o art. 2º do referido diploma legal, *a outorga do título de patrono ou patrona é homenagem cívica a ser sugerida em projeto de lei específico, em que constará a justificativa fundamentada da escolha do nome indicado*.

Já o art. 3º do mesmo diploma legal estipula que *o título de patrono ou patrona tem valor exclusivamente simbólico, não implicando benefício material de qualquer natureza ao homenageado ou a seus sucessores*.

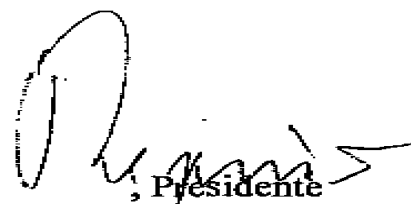
No que diz respeito aos artigos 1º e 2º, não pairam quaisquer dúvidas sobre a conformidade: Paulo Freire distinguiu-se por excepcional contribuição e especial dedicação à educação, servindo sua atuação de paradigma para todos aqueles que enxergam na educação uma forma de alcançar a libertação. A justificativa apresentada pela autora, Deputada Luiza Erundina mostra-se consistente e embasa suficientemente a proposição.

Visto o caráter terminativo desta apreciação, compete à CE opinar também sobre a constitucionalidade, juridicidade e adequação regimental, aspectos sobre os quais nada há a obstar.

III – VOTO

Observado o mérito, constitucionalidade, juridicidade e adequação regimental, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei da Câmara, nº 50 de 2011 (Projeto de Lei nº 5.418, de 2005, na origem).

Sala da Comissão, 6 de março de 2012.



, Presidente



, Relator

SENADO FEDERAL
Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 5ª REUNIÃO, DE 06/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Sen. Roberto Requião
 RELATOR: Sen. Cristovam Buarque

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)(25)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Aníbal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Lidice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Roberto Requião (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Lauro Antonio (PR)	2. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	3. Luiz Henrique (PMDB)
Ivone Dantas (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PSD)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	8. VAGO
Ana Amélia (PP)	9. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Cássio Cunha Lima (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM)
José Agripino (DEM)	5. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. VAGO
PR(31)	
Magno Malta	1. Clésio Andrade (S/PARTIDO)
João Ribeiro	2. Vicentinho Alves
PSD(44) PSOL(44)	
Kátia Abreu	1. Raulofo Rodrigues

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLC 50/11

TITULARES	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA		X				DELÍCIO DO AMARAL					
WELLINGTON DIAS						ANÍBAL DINIZ					
ANA RITA						MARTA SUPLICY					
PAULO PAIM						VANESSA GRAZZIOTIN					
WALTER PINHEIRO						PEDRO TAQUES					
CRISTOVAM BUARQUE		X				ANTONIO CARLOS VALADARES		X			
LÍDICE DA MATA		X				ZEZÉ PERRELA					
INÁCIO ARRUDA						JOÃO CAPIBERIBE					
TITULARES (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROBERTO REQUIÃO						ROMERO JUCA					
LAURO ANTONIO		X				VALDIR RAUPP					
VAGO						LUIZ HENRIQUE					
IVONETE DANTAS		X				WALDEMIR MOKA					
VAGO						VITAL DO RÉGO					
PEDRO SIMON		X				SERGIO PETEÇAO					
RICARDO FERRAÇO						CIRO NOGUEIRA					
BENEDITO DE LIRA						VAGO					
ANA AMÉLIA		X				VAGO					
TITULARES (PSDB, DEM)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PSDB, DEM)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA		X				CICERO LUCENA					
CÁSSIO CUNHA LIMA		X				ALOYSIO NUNES FERREIRA					
PAULO BAUER						FLEXA RIBEIRO		X			
MARIA DO CARMO ALVES						CLOVIS FECURY					
JOSÉ AGRIPINO						DEMÓSTENES TORRES					
TITULARES (PTB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PTB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO		X				MOZARILDO CAVALCANTI		X			
JOÃO VICENTE CLAUDINO						VAGO					
TITULARES (PR)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PR)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MAGNO MALTA						CLÉSIO ANDRADE					
JOÃO RIBEIRO						VICENTINHO ALVES					
TITULAR (PSD/PSOL)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PSD/PSOL)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
KÁTIA ABREU						RANDOLFE RODRIGUES		X			

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 0

SALA DAS REUNIÕES, EM 06/03/2012



SENADOR ROBERTO REQUIÃO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA
LEI Nº 12.458, DE 26 DE JULHO DE 2011.

Estabelece critérios mínimos para a outorga do
título de patrono ou patrona.

Art. 1º O título de patrono ou patrona, outorgado por lei, destina-se à pessoa escolhida como figura tutelar:

- I - de força armada, arma ou unidade militar;
- II - de classe profissional;
- III - de ramo do conhecimento, das artes, das letras ou da ciência;
- IV - de academia ou instituição congênere;
- V - de movimento social;
- VI - de evento cultural, científico ou de interesse nacional.

Parágrafo único. O patrono ou patrona de determinada categoria será escolhido entre brasileiros, vivos ou mortos, que se tenham distinguido por excepcional contribuição ou demonstrado especial dedicação ao segmento para o qual sua atuação servirá de paradigma.

Art. 2º A outorga do título de patrono ou patrona é homenagem cívica a ser sugerida em projeto de lei específico, em que constará a justificativa fundamentada da escolha do nome indicado.

Art. 3º O título de patrono ou patrona tem valor exclusivamente simbólico, não implicando benefício material de qualquer natureza ao homenageado ou a seus sucessores.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
SECRETARIA DA COMISSÃO
ANEXO 2, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA 17/A
70165-900 — BRASÍLIA-DF
Fone: 3303-3498/2006 — e-mail: scomce@senado.gov.br

Of. nº 9/2012/CE

Brasília, 6 de março de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
NESTA

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2011, de autoria de Sua Excelência o Senhor Deputada Luiza Erundina, que "Declara o educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira."

Atenciosamente,


SENADOR ROBERTO REQUIÃO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

PARECER Nº 140, DE 2012

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2010, (nº 3.076/2008, na Casa de origem, do Deputado Vander Loubet), que denomina Ponte Hélio Serejo a ponte sobre o rio Paraná, localizada na BR-267, na divisa entre os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

RELATOR: Senador CRISTOVAM BUARQUE

I – RELATÓRIO

Chega à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para decisão em caráter terminativo, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 97, de 2010 (Projeto de Lei nº 3.076, de 2008, na origem), de autoria do Deputado Vander Loubet, que “denomina Ponte Hélio Serejo a ponte sobre o rio Paraná, localizada na BR-267, na divisa entre os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul”.

O projeto contém dois artigos, sendo que o primeiro oferece a denominação expressa na ementa e o segundo artigo é sua cláusula de vigência, que seria imediata.

Na Justificação, o autor do projeto destaca a extensa produção literária do homenageado, em que se contam mais de 50 livros publicados, bem como sua vocação e desejo – infelizmente não realizados – de tomar-se engenheiro civil. Talvez por não ter visto sua vocação realizada, prossegue o autor, “assumiu uma tarefa maior em defesa dos interesses dos cidadãos mato-grossenses e dos estados vizinhos”, que foi a idealização e a defesa da construção da ponte que hoje interliga os estados do Mato Grosso do Sul e de São Paulo.

A proposição foi distribuída terminativamente à CE, nos termos do art. 91, § 1º, IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Não foram oferecidas emendas.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos do inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre “homenagens cívicas” e, por força da competência terminativa e exclusiva, também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, além do próprio mérito da proposta.

A Constituição Federal, no inciso XI do art. 22, determina que a competência para legislar sobre transporte e trânsito é exclusiva da União. De outra parte, a deliberação sobre o projeto é de competência do Congresso Nacional, conforme disposto no art. 48, não havendo restrição à iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior.

O PLC nº 97, de 2010, encontra amparo na Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, “que dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação” e que, em seu art. 2º, estabelece que, “mediante lei especial”, uma estação terminal, obra-de-arte ou trecho de via poderá receber, supletivamente à denominação de caráter oficial, a “designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à Humanidade”.

Em relação à técnica legislativa, a proposição foi elaborada em conformidade com as diretrizes fixadas na Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Por fim, quanto ao mérito, não há dúvidas acerca da relevância da biografia de Hélio Serejo e de sua importância para o povo mato-grossense, predicados que o tornam credor da homenagem proposta.

III – VOTO

Diante do exposto, somos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2010.

Sala da Comissão, em: 06/03/12


Presidente


, Relator

SENADO FEDERAL
Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, de 2010

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 5ª REUNIÃO, DE 06/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Sen. Roberto Requião
RELATOR: Sen. Cristovam Buarque

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)(25)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Lidice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrellá (PDT)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Roberto Requião (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Lauro Antonio (PR)	2. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	3. Luiz Henrique (PMDB)
Ivonete Dantas (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PSD)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	8. VAGO
Ana Amélia (PR)	9. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Cássio Cunha Lima (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM)
José Agripino (DEM)	5. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. VAGO
PR(31)	
Magno Malta	1. Clésio Andrade (S/PARTIDO)
João Ribeiro	2. Vicentinho Alves
PSD(44) PSOL(44)	
Kátia Abreu	1. Randolfe Rodrigues

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLC 97/10

TITULARES	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA		X				DELÍCIO DO AMARAL					
WELLINGTON DIAS						ANÍBAL DINIZ					
ANÁ RITA						MARTA SUPLICY					
PAULO PAIM						VANESSA GRAZZIOTIN		X			
WALTER PINHEIRO						PEDRO TAQUES					
CRISTOVAM BUARQUE		X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X			
LÍDICE DA MATA		X				ZEZÉ PERRELA					
INÁCIO ARRUDA						JOÃO CAPIBERIBE					
TITULARES - (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROBERTO REQUIÃO						ROMERO JUCÁ					
LAURO ANTONIO		X				VALDIR RAUPP					
VAGO						LUIZ HENRIQUE					
IVONETE DANTAS		X				WALDEMIR MOKA					
VAGO						VITAL DO RÊGO					
PEDRO SIMON						SERGIO PETECÃO					
RICARDO FERRAÇO						CIRO NOGUEIRA					
BENEDITO DE LIRA						VAGO					
ANA AMELIA		X				VAGO					
TITULARES - (PSDB, DEM)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PSDB, DEM)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA		X				CICERO LUCENA					
CASSIO CUNHA LIMA		X				ALOYSIO NUNES FERREIRA					
PAULO BAUER						FLEXA RIBEIRO		X			
MARIA DO CARMO ALVES						CLOVIS SECURY					
JOSE AGRIPINO						DEMÓSTENES TORRES					
TITULARES - (PTB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PTB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO		X				MOZARILDO CAVALCANTI		X			
JOÃO VICENTE CLAUDINO						VAGO					
TITULARES - (PR)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PR)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MAGNO MALTA						CLÉSIO ANDRADE					
JOÃO RIBEIRO						VICENTINHO ALVES					
TITULAR - (PSD/PSOL)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PSD/PSOL)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
KÁTIA ABREU						RANDOLFE RODRIGUES		X			

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 06/03/2012



SENADOR ROBERTO REQUIÃO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XI - trânsito e transporte;

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, *b*; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 6.682, DE 27 DE AGOSTO DE 1979.

Dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências.

Of. nº 30/2012/CE

Brasília, 06 de março de 2012.

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2010, de autoria de Sua Excelência o Senhor Deputado Vander Loubet, que “Denomina Ponte Hélio Serejo a ponte sobre o rio Paraná, localizada na BR-267, na divisa entre os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.”.

Atenciosamente,



SENADOR ROBERTO RÉQUIÃO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

PARECER

Nº 141, DE 2012

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 2010 (nº 1.126/2007, do Deputado Gastão Vieira), que altera o art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para atribuir à União a incumbência de estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, os conteúdos mínimos de cada ano letivo da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.

RELATOR: Senador CYRO MIRANDA

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para decisão em caráter terminativo, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 140, de 2010 (Projeto de Lei nº 1.126, de 2007), de autoria do Deputado Gastão Vieira, que “altera o art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para atribuir à União a incumbência de estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, os conteúdos mínimos de cada ano letivo da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio”.

Em seu art. 1º, o PLC nº 140, de 2010, altera o inciso IV do art. 9º da referida lei, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, conformando-o a sua mais precisa finalidade. Acrescenta ainda um quarto parágrafo ao mesmo artigo dispondo que, nos casos de escolas com organização não anual dos estudos, haverá aplicação proporcional dos conteúdos mínimos a cada situação concreta.

Na justificação da proposição original na Câmara dos Deputados, invoca-se, como finalidade precípua, a garantia da qualidade da educação em todos os recantos do País. Com conteúdos mínimos fixados para cada ano da educação básica, poder-se-á orientar a formação do magistério, a elaboração dos livros didáticos e a construção das propostas pedagógicas de cada escola, bem como assegurar uma avaliação uniforme dos estudantes.

Nos termos do inciso IV, § 1º, do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o PLC nº 140, de 2010, foi distribuído com exclusividade à CE, para apreciação terminativa.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 102, inciso I, do RIsf, compete à CE o exame de proposições que tratem de “normas gerais sobre educação, cultura, ensino e desportos, instituições educativas e culturais, diretrizes e bases da educação nacional e salário-educação”, entre outros assuntos. No presente caso, por ser a única Comissão a se pronunciar sobre a matéria, a CE deve examinar, além do mérito, os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A redação original do inciso IV do art. 9º da Lei nº 9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, é clara no sentido de dar como incumbência da União “estabelecer competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de forma a assegurar formação básica comum”.

A responsabilidade pela formação comum a ser assegurada a todas as crianças e adolescentes é compartilhada pelos entes federados, mas se concentra nos sistemas que oferecem a escolarização e, em última análise, em cada escola, a quem compete formular o “currículo pleno”, por meio de sua proposta pedagógica – esta, sim, em consonância com a legislação educacional e as normas do Conselho Nacional de Educação, responsável pelos pareceres e resoluções em que se explicitam as competências e diretrizes para as etapas e modalidades da educação básica.

O PLC nº 140, de 2010, inverte a lógica da construção curricular, pretendendo detalhar conteúdos mínimos para cada ano, desde a educação infantil até a conclusão do ensino médio. Voltaríamos às práticas das Portarias do Ministério da Educação da época da ditadura Vargas e de outros momentos centralizadores da história da educação brasileira, quando se podia dizer que as escolas do País seguiam os mesmos programas e adotavam livros didáticos de alto grau de uniformidade.

A volta de tal diretriz negaria tanto a gestão democrática do ensino público, princípio constitucional da educação brasileira, como a autonomia pedagógica das escolas, hoje válida tanto para as escolas públicas quanto para as escolas privadas. Ainda induziria o risco de se reduzir a concepção de qualidade do ensino à aquisição formal de conteúdos; e a educação, à pura transmissão de conhecimentos.

No momento atual, em que se discute o Plano Nacional de Educação e se pretende ampliar com rapidez a oferta de escolarização básica em jornada integral para, pelo menos, metade dos 50 milhões de estudantes da educação básica, não há condições de se detalhar, como quer o projeto, conteúdos mínimos obrigatórios para situações tão díspares – que tendem a ocorrer nos próximos dois decênios, em que algumas crianças e adolescentes contarão com 800 horas letivas anuais enquanto outras já terão à sua disposição 1.400 horas anuais no currículo escolar.

O Conselho Nacional de Educação tem se esmerado em produzir documentos de altíssimo valor doutrinário e operacional, cuja aplicação orienta nossas escolas na construção de seus projetos pedagógicos, não somente como textos de formação de educadores.

É bem verdade que a adoção de conteúdos idênticos em todas as escolas do País facilitaria a aplicação de provas nacionais de avaliação e a elaboração de livros didáticos. Mas temos que desconfiar desses “facilitários” que reduzem e comprometem a verdadeira qualidade humana e social da educação escolar.

Na verdade, contamos com competentes educadores e técnicos que têm sido capazes de redigir ótimos livros didáticos para o ensino fundamental e médio, e construir provas para verificar a apropriação, pelos estudantes, das competências, conhecimentos e habilidades que traduzem a qualidade da aprendizagem.

Embora, no universo dos estudantes brasileiros, os resultados da avaliação do ensino sejam desastrosos, quando se foca o desempenho dos alunos da rede federal – onde os professores têm melhores salários e condições de trabalho – somos surpreendidos por uma ótima pontuação, em cotejo com países desenvolvidos.

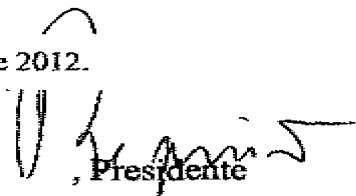
A questão da qualidade não reside na uniformização de conteúdos e conseqüente restrição da criatividade de cada sistema e de cada escola, mas em outras variáveis, já sobejamente conhecidas pelos parlamentares.

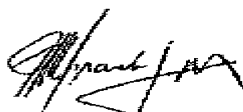
Sendo assim, e a despeito de o PLC nº 140, de 2010, não apresentar problemas de constitucionalidade e juridicidade que o desabonem, e de estar vazado em boa técnica legislativa, consideramos que, no mérito, a proposição não reúne condições de prosperar.

III – VOTO

Pelo exposto, nosso voto é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 2010.

Sala da Comissão, 6 de março de 2012.


, Presidente


, Relator

Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 140, de 2010

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 5ª REUNIÃO, DE 06/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Sen. Roberto Requião
RELATOR: Sen. Cyro Miranda

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)(25)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Lidice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Roberto Requião (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Lauro Antonio (PR)	2. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	3. Luiz Henrique (PMDB)
Ivonete Dantas (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PSD)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	8. VAGO
Ana Amélia (PP)	9. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Cássio Cunha Lima (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM)
José Agripino (DEM)	5. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozartildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. VAGO
PR(31)	
Magno Malta	1. Clésio Andrade (S/PARTIDO)
João Ribeiro	2. Vicentinho Alves
PSD(44) PSOL(44)	
Kátia Abreu	1. Randolfe Rodrigues

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLC 140/10

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA		X			DELÍCIO DO AMARAL				
WELLINGTON DIAS					ANIBAL DINIZ				
ANA RITA					MARTA SUPLICY				
PAULO PAIM					VANESSA GRAZZIOTIN				
WALTER PINHEIRO					PEDRO TAQUES				
CRISTOVAM BUARQUE		X			ANTONIO CARLOS VALADARES		X		
LÍDICE DA MATA		X			ZEZE PERRELA				
INÁCIO ARRUDA					JOÃO CAPIBERIBE				
TITULARES - (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROBERTO REQUIÃO					ROMERO JUCA				
LAURO ANTONIO		X			VALDIR RAUPP				
VAGO					LUIZ HENRIQUE				
IVONETE DANTAS		X			WALDEMIR MOKA				
VAGO					VITAL DO RÊGO				
PEDRO SIMON		X			SÉRGIO PETECÃO				
RICARDO FERRAÇO					CIRO NOGUEIRA				
BENEDITO DE LIRA					VAGO				
ANA AMÉLIA		X			VAGO				
TITULARES - (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA		X			CICERO LUCENA				
CASSIO CUNHA LIMA		X			ALOYSIO NUNES FERREIRA				
PAULO BAUER					FLEXA RIBEIRO		X		
MARIA DO CARMO ALVES					CLOVIS FECURY				
JOSÉ AGRIPINO					DEMÓSTENES TORRES				
TITULARES - (PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO		X			MOZARILDO CAVALCANTI		X		
JOÃO VICENTE CLAUDINO					VAGO				
TITULARES - (PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MAGNO MALTA					CLÉSIO ANDRADE				
JOÃO RIBEIRO					VICENTINHO ALVES				
TITULAR - (PSD/PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PSD/PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
KATIA ABREU					RANDOLFE RODRIGUES		X		

TOTAL: 15 SIM: NÃO: 14 ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: DL

SALA DAS REUNIÕES, EM 06/03/2012

SENADOR ROBERTO REQUIÃO

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.**

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 9º A União incumbir-se-á de:

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

§ 1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§ 2º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

§ 3º As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.

Of. nº 11/2012/CE

Brasília, 6 de março de 2012.

Assunto: **Rejeição da matéria**

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 2010, de autoria de Sua Excelência o Senhor Deputado Gastão Vieira, que "Altera o art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para atribuir à União a incumbência de estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, os conteúdos mínimos de cada ano letivo da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio".

Atenciosamente,



SENADOR ROBERTO REQUIÃO

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 7 a 11, de 2012**, do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que comunicam a apreciação, em caráter terminativo, dos **Projetos de Lei da Câmara nºs 31, de 2011; 99, de 2010; 50, de 2011; 97 e 140, de 2010**, respectivamente.

São os seguintes os Ofícios:

Of. nº 7/2012/CE

Brasília, 6 de março de 2012.

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2011, de autoria de Sua Excelência o Senhor Deputado Milton Monti, que “Denomina Prof. Geraldo Maurício Lima o viaduto localizado no km 75, mais 650m, da BR-153, no Município de Bady Bassit, Estado de São Paulo.”, com as emendas oferecidas.

Atenciosamente, – Senador **Roberto Requião**,
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Of. nº 8/2012/CE

Brasília, 6 de março de 2012.

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2010, de autoria de Sua Excelência o Senhor Deputado Rafael Guerra, que “Denomina Avenida Hamid Afif o trecho urbano da rodovia BR-491 que cruza a cidade de Varginha, no Estado de Minas Gerais”.

Atenciosamente, – Senador **Roberto Requião**,
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Of. nº 9/2012/CE

Brasília, 6 de março de 2012

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa

Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2011, de autoria de Sua Excelência a Senhora Deputada Luiza Erundina, que “Declara o educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira.”

Atenciosamente, – Senador **Roberto Requião**,
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Of. nº 10/2012/CE

Brasília, 6 de março de 2012

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2010, de autoria de Sua Excelência o Senhor Deputado Vander Loubet, que “Denomina Ponte Hélio Serejo a ponte sobre o rio Paraná, localizada na BR-267, na divisa entre os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul”.

Atenciosamente, – Senador **Roberto Requião**,
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Ofício nº 11/2012/CE

Brasília, 6 de março de 2012

Assunto: Rejeição da matéria

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 2010, de autoria de Sua Excelência o Senhor Deputado Gastão Vieira, que “Altera o art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para atribuir à União a incumbência de estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, os conteúdos mínimos de cada ano letivo da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio”.

Atenciosamente, – Senador **Roberto Requião**,
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Com referência aos **Ofícios nº 7 a 11, de 2012**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 2012

Assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarifação de energia elétrica equivalente à classe rural e suas subclasses.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica assegurada a tarifação do fornecimento de energia elétrica equivalente à aplicada à classe rural e suas subclasses aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura.

Parágrafo Único. As unidades consumidoras abrangidas por esta lei deverão requerer e comprovar sua atividade na área de turismo rural, de aventura e ecoturismo junto às concessionárias, demonstrando o respectivo cadastramento no Ministério do Turismo, nos termos do art. 22 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A proposta ora apresentada tem por escopo dispensar aos estabelecimentos que exploram suas atividades na área de turismo rural, de aventura e ecoturismo o mesmo tratamento que é dispensado às propriedades rurais, ou seja, uma tarifa de energia elétrica reduzida, igual àquela aplicada a classe rural e suas subclasses.

O projeto visa fortalecer o turismo rural, atendendo a conceitos fundamentais, tais como incremento de receita, geração de empregos, preservação de meio ambiente e do patrimônio rural. Outras importantes categorias, como o ecoturismo e o turismo de aventura, também serão favorecidas pela medida, incentivando a exploração sustentável do patrimônio natural, bem como a valorização das culturas e das tradições de cada local ou região.

Destacamos, ainda, que para fazer jus aos benefícios desta proposta as unidades consumidoras enquadradas deverão requerer e comprovar sua atividade na área de turismo rural, de aventura e ecoturismo, junto às concessionárias de energia elétrica, demonstrando o respectivo cadastramento no Ministério do Turismo, nos termos legais.

Por considerarmos ser justa a medida proposta, conclamamos os nobres pares a emprestarem o seu apoio à aprovação do projeto de lei ora apresentado.

Sala das Sessões, de 2012. – Senador **Lauro Antônio**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.771, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008

Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

CAPÍTULO V

Dos Prestadores de Serviços Turísticos

Seção I

Da Prestação de Serviços Turísticos

Subseção I

Do Funcionamento e das Atividades

Art. 22. Os prestadores de serviços turísticos estão obrigados ao cadastro no Ministério do Turismo, na forma e nas condições fixadas nesta Lei e na sua regulamentação.

§ 1º As filiais são igualmente sujeitas ao cadastro no Ministério do Turismo, exceto no caso de estande de serviço de agências de turismo instalado em local destinado a abrigar evento de caráter temporário e cujo funcionamento se restrinja ao período de sua realização.

§ 2º O Ministério do Turismo expedirá certificado para cada cadastro deferido, inclusive de filiais, correspondente ao objeto das atividades turísticas a serem exercidas.

§ 3º Somente poderão prestar serviços de turismo a terceiros, ou intermediá-los, os prestadores de serviços turísticos referidos neste artigo quando devidamente cadastrados no Ministério do Turismo.

§ 4º O cadastro terá validade de 2 (dois) anos, contados da data de emissão do certificado.

§ 5º O disposto neste artigo não se aplica aos serviços de transporte aéreo.

(Às Comissões de Assuntos Econômicos, e, nos termos do art. 49 I, do Regimento Interno, à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, DE 2012

Altera as Leis nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para garantir à mulher idosa vítima de violência prioridade no atendimento policial e aplicação da Lei Maria da Penha.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 11 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 11.

Parágrafo único. À mulher idosa em situação de violência doméstica familiar, será dada prioridade no atendimento pela autoridade policial." (NR)

Art. 2º O art. 4º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º.

"Art. 4º

§ 3º Em caso de violência contra a mulher idosa, aplica-se, no que couber, o disposto na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

JUSTIFICAÇÃO

No Brasil, as estatísticas apontam para altos índices de violência contra a mulher. Nesse panorama e com a intenção de equilibrar as relações, dando efetividade ao princípio constitucional da igualdade, o legislador aprovou uma lei para combater e coibir esse tipo de violência: a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. A referida lei, mais conhecida como *Lei Maria da Penha*, contém mecanismos que coíbem a violência doméstica e familiar contra a mulher. Esse crime é caracterizado por ação que cause à mulher morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. Com base nessa norma e diante da existência da violência, as medidas protetivas de urgência são aplicadas, independentemente de o agressor ser previamente ouvido – o que só ocorre após a concessão da proteção à vítima.

Contudo, em que pese a Lei Maria da Penha ter sido criada para proteger as mulheres, ainda existe um subgrupo feminino que demanda proteção diferenciada: as mulheres idosas. Essa parcela da população, em função da fragilidade que a idade impõe, sofre até mesmo com as interpretações equivocadas de quem lhes presta atendimento – a Polícia Civil e as delegacias do idoso. Muitas delegacias, por exemplo, interpretam as leis de forma equivocada: na hora do atendimento, elaboram somente um termo circunstanciado de ocorrência (TCO) e encaminham as partes para o Juizado Especial Criminal, deixando a mulher idosa vítima de uma violência doméstica e familiar à mercê de seu agressor.

Assim, com o objetivo de evitar interpretações diferenciadas, apresentamos este projeto de lei. Com sua aprovação, a mulher idosa vítima de violência doméstica será dada prioridade no atendimento emergencial nas delegacias. Também, ficará explicitamente determinado que, em qualquer instância de atendimento, quando houver violência doméstica e familiar contra a mulher idosa, deverá ser aplicado, no que couber, o disposto na Lei Maria da Penha. Esperamos, assim, contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação da matéria, que, ademais de justa, tem largo alcance social.

Sala das Sessões,



Senador CIRO NOGUEIRA

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Art. 11. No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências:

I - garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário;

II - encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal;

III - fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida;

IV - se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar;

V - informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta Lei e os serviços disponíveis.

Art. 46. Esta Lei entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação.

Brasília, 7 de agosto de 2006; 185ª da Independência e 118ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Dilma Rousseff

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 8.8.2006

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003.

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I **Disposições Preliminares**

Art. 1º É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Art. 4º Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei.

§ 1º É dever de todos prevenir a ameaça ou violação aos direitos do idoso.

§ 2º As obrigações previstas nesta Lei não excluem da prevenção outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

Art. 118. Esta Lei entra em vigor decorridos 90 (noventa) dias da sua publicação, ressalvado o disposto no caput do art. 36, que vigorará a partir de 1º de janeiro de 2004.

Brasília, 1º de outubro de 2003; 182ª da Independência e 115ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Márcio Thomaz Bastos
Antonio Palocci Filho
Rubem Fonseca Filho
Humberto Sérgio Costa Lima
Guido Mantega
Ricardo José Ribeiro Berzoini
Benedita Souza da Silva Sampaio
Álvaro Augusto Ribeiro Costa

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 3.10.2003

(A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 140, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2012, que “estabelece direitos e garantias dos portadores de órteses, próteses e materiais implantáveis de uso médico ou odontológico, dispõe sobre mecanismos de controle e monitoramento desses produtos, determina a notificação compulsória em caso de defeitos detectados e dá outras providências”, com o Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2012, que “altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe os planos e seguros privados de assistência à saúde, para garantir o direito à substituição de próteses e próteses e órteses defeituosas, no âmbito do sistema público e privado de saúde,” por versarem sobre o mesmo assunto.– Senador **Antonio Carlos Valadares**

REQUERIMENTO Nº 141, DE 2012

Requeiro, na forma do disposto no **caput** do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado (PLS) nºs 516, de 2011; do PSL nº 381, de 2011; do PLS nº 565, de 2011 e do PLC nº 57, de 2011, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, março de 2012. – Senador **José Pimentel**.

REQUERIMENTO Nº 142, DE 2012

Senhor Presidente,

Com fulcro no art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 357, de 2011, do Senador Blairo Maggi (PR/MT), que “Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para incluir e renumerar os incisos do art. 81, e proibir a venda de tabacos, cigarros ou produtos derivados de nicotina à criança ou ao adolescente”, com o Projeto de Lei do Senado nº 389, de 2011, do Senador Vital do Rêgo Filho (PSDB/PB), que “Altera dispositivos da Lei nº 8.069, de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente”, e o Projeto de Lei do Senado nº 568, de 2011, do Senador Humberto Costa (PT/PE), que “Altera os arts. 81 e 243 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar crime a venda de substância fumígena a

menores de dezoito anos, e dá outras providências”, visto disciplinarem a mesma matéria.

Sala das Comissões, 1º de março de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

REQUERIMENTO Nº 143, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 272 de 2003 e 374 de 2003, com o Projeto de Lei do Senado nº 80 de 2003, que já se encontram apensados, por versarem sobre o mesmo assunto.

Sala das Sessões, de de 2012. – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão nos termos regimentais.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 144, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 255, inciso II, alínea 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PLS nº 224, de 2004, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, seja remetido para análise da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE. – Senador **Clésio Andrade**.

REQUERIMENTO Nº 145, DE 2012

Senhor Presidente,

Nos termos do inciso I, do artigo 74, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a criação de uma Comissão Temporária composta de cinco senadores, titulares e suplentes, para, no prazo de 90 (noventa) dias, debater e propor soluções para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

Justificação

O Sistema de Saúde do Brasil atravessa um momento muito difícil. O subfinanciamento histórico, agravado com a extinção da CPMF, é um dos principais desafios contemporâneos do SUS. Podemos observar que, para um sistema de saúde que se propõem ser universal, precisamos de mais recursos financeiros, comparadamente com os demais sistemas existentes no mundo.

Todos os dias, observamos reclamações, reportagens e casos que desmoralizam o SUS e colocam os pacientes em risco. Estabelecimentos de Saúde funcionando em situação precária, profissionais trabalhando sem condições e os gestores e população sem alternativas.

Estamos diante de uma situação que precisa urgentemente de uma solução. Este é o entendimento

de boa parte da nossa sociedade e, na condição de ex-ministro da Saúde, sinto mais premente ainda esta necessidade. Por esta razão estou propondo a presente sugestão, pois entendo que o Congresso Nacional, especialmente o Senado Federal, pode contribuir decisivamente para que possamos encontrar uma solução para este problema que aflige toda a sociedade brasileira.

Sala das Sessões, de março de 2012. – Senador

Humberto Costa

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 146, DE 2012

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, considerando o

disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC) e disciplina a criação dessas unidades, e com vistas a instruir parecer ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 60, de 2003 (PL nº 7.032, de 2002, na origem), que cria o Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, no Estado do Paraná, requeiro que sejam prestadas pela Exma. Sra. Ministra de Estado do Meio Ambiente as informações relativas aos estudos técnicos e à consulta pública previamente realizados para identificar a localização, a dimensão e os limites adequados para a referida unidade, bem como a remessa de cópia dos documentos pertinentes. – Senador **Cristovam Buarque**

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

OF. Nº 167/2012 – CRE/PRES

Brasília, 09 de março de 2012.

Excelentíssimo Senhor Presidente *Joe Louey*

Nos termos do art. 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que designei, em lugar do Senador Marcelo Crivella, o Senador Eduardo Lopes para compor a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, a Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas, e a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. Comunico, ainda, vacância na suplência do Bloco de Apoio ao Governo da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, em razão do desligamento do Senador Acir Gurgacz dos trabalhos da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. As composições das referidas Subcomissões ficam como se segue:

Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas

TITULARES		SUPLENTE	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)			
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	DE-2281	1. BLAÍRO MAGGI (PR)	MT-6167
LINDBERGH FARIAS (PT)	RJ-6426	2. SERGIO SOUZA (PMDB)	PR 6271
BLOCO PARLAMENTAR (PV, PMDB, PP, PSC)			
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	SC-6446/6447	1. EDUARDO LOPES (PRB)	RJ-5225
FRANCISCO DORNELLES (PP)	RJ-4229	2. INÁCIO ARRUDA (PC do B)	CE-5971
PSDB/DEM			
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	SP-6063/6064	1. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL)	AP-6568

Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas

TITULARES		SUPLENTE	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)			
BLAIRO MAGGI (PR)	MT-6167	1. JORGE VIANA (PT)	AC-6366
DELÍDIO DO AMARAL (PT)	MS-2452	2. EDUARDO LOPES (PRB)	RJ
BLOCO PARLAMENTAR (PV, PMDB, PP, PSC)			
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	SC-6446/6447	1. ANA AMELIA (PP)	RS-6083
FRANCISCO DORNELLES (PP)	RJ-4229	2. VAGO	
PSDB/DEM			
VAGO		1. JOSÉ AGRIPINO	RN-2361

Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira

TITULARES		SUPLENTE	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)			
BLAIRO MAGGI (PR)	MT-6167	1. EDUARDO LÓPES (PRB)	5225
JORGE VIANA (PT)	AC-6366	2. VAGO	
DELÍDIO DO AMARAL (PT)	MS-2452	3. CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	DF-2281
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)	AM-6726	4. SÉRGIO SOUZA (PMDB)	PR 6271
BLOCO PARLAMENTAR (PV, PMDB, PP, PSC)			
VALDIR RAUPP (PMDB)	RO-2252	1. LOBÃO FILHO (PMDB)	MA-2311
ANA AMÉLIA (PP)	RS-6083	2. JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	PE-3245
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)			
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	SP-6063/6064	1. VAGO	
PTB			
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-4078	1. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL)	AP-6568

Atenciosamente, *Guilherme do**FZUW*

Senador **FERNANDO COLLOR**
 Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

Ofício nº 30/2012

Brasília, 13 de março de 2012

Assunto: Requerimento nº 56, de 2012

Senhor Presidente,

Comunico que não participarei da missão referida no Requerimento nº 56, de 2012, que será realizada na República Tcheca, entre os dias 2 a 5 de abril, aprovado em Plenário no dia 6-3-2012.

Cordialmente, – Senador **Jarbas Vasconcelos**.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação e será juntado ao processado do **Requerimento nº 56, de 2012**.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – O Senado Federal recebeu os seguintes Ofícios de Ministros de Estado:

- **Nº 14, de 02 de março de 2012**, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, em resposta ao Requerimento nº 1.299, de 2011, de informações, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.
- **Nº 15, de 07 de março de 2012**, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, em resposta ao Requerimento nº 1.353, de 2011, de autoria dos Senadores Blairo Maggi, Jayme Campos e Pedro Taques.
- **Nº 134, de 02 de março de 2012**, da Ministra de Estado do Meio Ambiente, em resposta ao Requerimento nº 1.210, de 2011, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

As informações foram encaminhadas, em cópias, aos Requerentes.

Os Requerimentos vão ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – O Senado Federal recebeu o seguinte Aviso do Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo:

- **Nº 308, de 07 de março de 2012**, em resposta ao Requerimento nº 1.352, de 2011, de informações, de autoria dos Senadores Blairo Maggi, Jayme Campos e Pedro Taques.

As informações foram encaminhadas, em cópias, aos Requerentes.

O Requerimento vai ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 235/2012**, do Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando, para os fins previstos no § 3º do art. 60 da Constituição Federal, a Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008 (nº 445/2009, na Câmara dos Deputados), do Senador Gim Argello e outros Senadores, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal*.

A Presidência convocará, oportunamente, sessão solene do Congresso Nacional, a fim de promulgar a Emenda Constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – O Sr. Senador Ciro Nogueira, a Srª Senadora Angela Portela e os Srs. Senadores Cyro Miranda, Mário Couto, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, na passagem do Dia Internacional da Mulher, vale repetir o que já disse nesta tribuna, nosso País assume lugar de destaque mundial ao ser governado por uma mulher, pela primeira vez em sua história.

Tal condição, meus Nobres Colegas, foi alcançada após décadas e décadas de luta das mulheres brasileiras por mais espaço e representação na política nacional.

Enfrentando resistências sexistas ainda remanescentes nos mais diversos setores de nossa sociedade, mesmo que prescritas pela modernidade, hoje já temos diversas representantes do sexo feminino exercendo, com grande competência e desenvoltura, mandatos e cargos públicos de primeiro escalão.

Talvez a mais importante pasta ministerial, a Casa Civil é atualmente comandada por nossa Colega Gleisi Hoffmann. Com igual habilidade e reconhecimento, temos também a competente Ideli Salvatti, responsável pela articulação política na Secretaria de Relações Institucionais, e Miriam Belchior, que dirige a área orçamentária e de planejamento.

Diversos outros importantes ministérios, como as pastas do Meio Ambiente, Cultura, Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Igualdade Racial e de Gênero, são comandados por mulheres ativas e altivas, como a nossa Presidenta.

Até mesmo a Petrobras, principal empresa brasileira, maior da América Latina e uma das maiores companhias do mundo, é hoje dirigida por uma mulher, Maria das Graças Foster. Se alguma incerteza ainda havia para aqueles que duvidavam da liderança e da capacidade feminina, nem mesmos os mais retrógrados e chauvinistas conseguem desconsiderar o irreversível processo de ascensão da mulher em nossa sociedade.

Nas empresas privadas, profissões antes consagradas e majoritariamente destinadas aos homens também assistem a uma verdadeira ocupação feminina. Na construção civil, na engenharia, nas áreas tecnológicas e financeiras, é cada vez mais comum o ingresso de jovens talentosas e ousadas que, em um futuro cada vez mais próximo, serão majorias nesses redutos outrora masculinos.

É com esse espírito, meus Nobres Colegas, que saúdo a passagem de mais um Dia Internacional da Mulher apresentando Projeto de Lei, que determina que as delegacias de polícia ofereçam atendimento prioritário e emergencial à mulher idosa. Nossa proposta, também elimina a dúvida quanto a aplicação da Lei Maria da Penha nos casos de violência doméstica e familiar conta a mulher idosa, confusão comum nas delegacias por conta do cumprimento do Estatuto do Idoso.

Com a aprovação do nosso Projeto a mulher idosa terá prioridade no atendimento nas delegacias e os procedimentos policiais serão normatizados terminando definitivamente com uma aresta que ainda restava na nossa sociedade, que hoje combate veementemente sexismos anacrônicos e discriminações de gênero.

Por fim, Sr. Presidente, não poderia deixar de parabenizar as mulheres homenageadas hoje, pelo Senado Federal, com o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, especialmente nossa Presidenta da República.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sras. e Srs. Senadores.

Excelentíssima Presidenta da República, Dilma Rousseff; companheira Maria do Carmo Ribeiro; ex-senadora Eunice Mafalda Michiles; feminista Rosali Scalabrin, e pesquisadora e feminista, Ana Alice Alcântara Costa, subo neste momento esta tribuna para reverenciá-las pela passagem do nosso dia, o Dia Internacional da Mulher, ocorrido na semana passada, e para participar da solenidade de premiação das senhoras com o Prêmio Berta Lutz, que desde 2001, é oferecido por esta Casa de Leis, a pessoas que tenham prestado serviços relevantes a questões de gênero e em defesa dos direitos das mulheres.

Mas, senhoras e senhores, cidadãos e cidadãs aqui presentes, ocupo esta tribuna, não apenas para registrar minha participação nesta cerimônia, mas, sobretudo, para registrar que, a história de 188 anos deste Senado Federal, ainda havia marcado no seu calendário político tão histórico momento: o de premiação de uma mulher, que tem a marca de ser a primeira presidente do Brasil. Esse momento traduz-se numa real expressão de que o mundo mudou e com ele, nosso país, nosso povo e nossa política.

A bem desta constatação, todas nós testemunhamos que o mundo vem passando por transformações grandiosas que sequer estão sendo compreendidas. São transformações no campo das tecnologias, no mundo da política, no seio das religiões, e nas atitudes e comportamentos humanos.

Decerto que, no centro destas mudanças, está a vida das mulheres em todo o mundo. Decerto que, no Brasil, estamos sentindo os efeitos dessas mudanças, particularmente nos últimos dez anos. Sendo assim, não temos como deixar de registrar que parcela destas mudanças tem a participação da senhora. Em uns momentos como ministra – das Minas e Energia e como ministra-chefe da Casa Civil, no governo do ex-presidente Lula, e atualmente como presidenta.

É no governo da senhora, que 10 mulheres ocupam cargo de ministras, em pastas importantes e estratégicas e que estão tomando decisões sobre a vida de milhares de mulheres brasileiras. Parabenizo, por oportuno, as ministras Gleisi Helena Hoffmann, da Casa Civil; Ideli Salvatti, da Secretaria de Relações Institucionais; Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos; Miriam Belchior, do Ministério de Planejamento; Luíza Helena de Bairros, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Tereza Campello, do Ministério do Desenvolvimento Social, Izabella Teixeira, do Ministério de Meio Ambiente; Ana de Hollanda, do Ministério da Cultura, Helena Chagas, da Secretaria de Comunicação Social, e Eleonora Menecucci, nossa representante na Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR).

A primeira marca do Governo da Presidenta Dilma Rousseff, é o enfrentamento da pobreza, com mais democracia, justiça e pluralidade, numa assimetria de gênero, raça e classe social. Assim sendo, no seu governo, milhares de donas de casa passaram a ser diretamente beneficiadas com ampliação de benefícios em programas sociais.

O Plano Brasil sem Miséria, por exemplo, tem o desafio de retirar 16 milhões de brasileiros e brasileiras da extrema pobreza, é uma demonstração deste compromisso do governo da primeira mulher Presidente do Brasil.

O programa “Minha Casa, Minha Vida” é outro exemplo. Em sua segunda fase, este programa passou a ter a escritura dos apartamentos a ser feito em nome da mulher. Uma mudança, que segue a mesma lógica de outros programas sociais, como o Bolsa Família, por exemplo, no qual a mulher também é a beneficiária. Políticas públicas deste caráter, mostram seu compromisso com e que traduz o gênero a cidadania das mulheres.

Também é no seu governo que, embora ainda enfrentando a diferença salarial entre pessoas de sexos diferentes, mais mulheres estão ingressando pela primeira vez, no mercado de trabalho. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2011, 1.410.110 mulheres ingressaram no mercado formal de trabalho pela primeira vez.

O número de admissões por primeiro emprego neste período mostra expansão e força da mão-de-obra feminina, com relação a 2010, quando 1.322.300 tinham sido contratadas pela primeira vez.

Desta forma, o número de mulheres – que estão no mercado de trabalho tem crescido, conforme apontam os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do MTE. Em 2002, o mercado contava com estoque de 11.418.562 mulheres formalmente empregadas. Já em 2011, passou para 19.206.197.

Lamento, todavia, que no atual cenário de crescimento econômico para as mulheres, a menor concentração de mulheres no mercado de trabalho seja Roraima, o estado que represento nesta Casa.

Dados do Ministério do Trabalho mostram que atualmente 37.441 mulheres estão formalmente empregadas em Roraima, na administração pública (21.403); na área de serviços (7.699); no comércio (5.529); na construção civil (1.805); na indústria da transformação (522); em serviços industriais (322); na agropecuária (103); e na área extrativa mineral (8).

Mas, verdade, seja dita, desde o governo anterior do qual a senhora participou, estamos vendo crescer a participação das mulheres no mercado de trabalho em geral e da construção civil, em particular, graças ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), comandado pela senhora tanto no governo do ex-presidente Lula como agora no governo que a senhora comanda.

No caso específico de enfrentamento à violência de gênero, cabe destaque a Política Nacional para as Mulheres, que se norteia por princípios universais de equidade entre as pessoas, igualdade e respeito à diversidade, autonomia das mulheres, universalidade das políticas públicas, justiça, transparência, participação e controle social. Não por acaso, temos hoje uma lei específica de combate à violência doméstica

e sexual, a Lei Maria da Penha, diretamente ligada ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

No geral, os dados e fatos de seu governo são muitos, falam alto e confirmam que a senhora vem cumprindo com o que disse ao tomar posse. Ou seja, que iria “honrar as mulheres”. Como profissional da área de educação, ontem me senti honrada e muito feliz. A senhora anunciou no seu programa semanal Café com a Presidenta, que ainda este ano, mais de 30 mil escolas em todo o país terão aula em tempo integral.

A senhora falava do Programa Mais Educação, que oferecerá atividades em tempo integral aos estudantes do 1º ao 9º ano. Este programa deverá beneficiar 5 milhões de estudantes em todo o país, inclusive em escolas rurais, com atividades escolares, mas também com práticas de esportes, artes e informática.

Este olhar à educação, senhora presidenta, é um grande passo que o Brasil dará no seu caminho rumo à condição de 5ª economia do mundo. Portanto, comungo da expectativa da senhora e de seu governo de que poderemos atingir a meta de chegarmos em 2014 alcançando 60 mil escolas no Brasil inteiro.

Políticas públicas de proteção às mulheres vítimas de violência ou que vivem em situação de risco ou ainda em condições vulneráveis são determinantes na política de combate à violência de gênero.

Todo este cenário novo, diferente, mais justo e um pouco menos desigual, senhoras e senhores, faz lembrar um tempo passado quando o mundo havia saído dos horrores da Segunda Guerra Mundial e começava a trilhar novo caminho. Aqui no Brasil, precisamente em Belo Horizonte, nascia, em 1947, um bebê que recebeu o nome de Dilma Vana Rousseff.

Filha do imigrante Pedro Rousseff, vindo da Bulgária, que o acaso fez aportar em Minas Gerais. De lá para cá, a vida política do país logo foi se misturar à vida daquele bebê, hoje no comando da esfera mais importante da República, a Presidência.

Uma história assim, senhoras e senhores, não se constrói rapidamente e sem sofrimento. Constrói-se, sim, com lutas, determinação, coragem e compromissos. Essas características, que compõem o perfil da presidenta Dilma Rousseff, são motivos de orgulho para milhares de mulheres, hoje por ela representadas.

As mulheres que a senhora representa, presidenta, têm muitas caras: São brancas, negras, pardas, amarelas e indígenas. São trabalhadoras rurais e urbanas, são domésticas, frentistas, diaristas, médicas, enfermeiras, empresárias, comerciárias, funcionárias públicas, consultoras, resadeiras, bordadeiras, parteiras, vendedoras ambulantes, intelectuais, professo-

ras, pesquisadoras, líderes comunitárias e religiosas e políticas.

Todas estas caras, que formam a diversidade cultural de nosso país, presidente, miram-se no exemplo daquela mulher, não de Atenas, mas de Minas Gerais, que um dia com coragem e bravura encarou os seus algozes e, vivendo um dos piores momentos de sua vida, resistiu bravamente a força de seus algozes, protegeu seus pares. Isso é um exemplo, para toda a história.

Só mulheres com a coragem, a determinação, o compromisso e a vontade política que a senhora tem são dignas de tão simbólica premiação. Por isso mesmo, senhora presidenta, as outras quatro mulheres hoje premiadas merecem nossa homenagem e nosso respeito, pelos serviços prestados às mulheres de diferentes pontos do país e em momentos diversos da história.

O prêmio Bertha Lutz, senhoras e senhores, foi instituído pelo Senado, recebeu o nome Bertha Lutz em homenagem à pioneira do feminismo no Brasil, reconhecida por sua luta pelo direito ao voto feminino, que acaba de completar 80 anos.

Parabenizo, portanto, a militante comunista Maria do Carmo Ribeiro, viúva de Luiz Carlos Prestes; uma nordestina que, ao lado do pai, fez a opção política de lutar por um país democrático. Em tempos sombrios, resistindo a ditadura Vargas, participando de greves, comícios, passeatas, divulgando livros e jornais marxistas, no Partido Comunista.

Maria do Carmo ou Maria Prestes, sua história de 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes, está para sempre ligada à história política de nosso país. Portanto, o reconhecimento de sua história de militância e luta política por meio do prêmio Berta Lutz é mais do que merecido.

Parabenizo também a comerciária, funcionária pública e professora primária Eunice Mafalda Michiles, primeira mulher a ocupar uma vaga no Senado Federal. A história das mulheres nesta tribuna começa com você. E, desde então, outras mulheres como Junia Marise (MG), Marina Silva, do Acre, e Marcule Pinto, de Roraima, por aqui passaram, fazendo valer nossa presença nesta casa. Foi durante sua passagem pelo Senado, que a senhora criou o Movimento da Mulher Democrática Social (MMDS), numa demonstração da pluralidade das organizações de mulheres existentes no país.

Vem do Acre, Estado fincado na região Norte, o exemplo de luta em favor das mulheres da floresta. Falo da militante feminista Rosali Scalabrin. Esta socióloga, gaúcha de Irati, tem dedicado 35 anos de sua vida, ao movimento social. Entrou no mundo político, por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém,

no Pará, onde logo deu início à bandeira pelo direito da mulher agricultora de filiar-se a sindicatos.

Ao migrar para o Acre, em 1986, passou a colaborar na organização sindical dos trabalhadores rurais, a convite da Comissão Pastoral da Terra (CPT), militando a partir de então, na CUT, Movimento dos Trabalhadores Rurais e seringueiros do Acre, e no movimento de defesa das reservas extrativistas e de preservação da floresta, movimento este, que, como todos nós sabemos, culminou com o assassinato do líder Chico Mendes.

Sua militância feminista a levou a fundar a Rede Acreana de Mulheres e Homens, integrar o Conselho Municipal da Mulher de Rio Branco, bem como a equipe da Casa Rosa Mulher e o Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência, ligada à prefeitura de Rio Branco.

Em sua passagem pelo Ministério da Agricultura, no Departamento de Cooperativismo, Rosali criou o Programa Coopergênero, em prol do cooperativismo associado à igualdade entre homens e mulheres no campo. Desde 2008, Rosali Scalabrin compõe o Comitê de Movimento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, representando o Fórum Nacional de Organismos de Políticas para as Mulheres e é conselheira de honra do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM). Sua história de luta em defesa das mulheres muito nos orgulha.

As mulheres brasileiras têm na academia um coral de vozes. São mulheres que emprestam sua inteligência e capacidade intelectual à produção do conhecimento sobre a vida, condição e papel social, cultural e político das mulheres. Uma destas pensantes cabeças é a feminista Ana Alice Alcantara Costa, que recebe hoje de nós, o reconhecimento por seu trabalho, voltado às temáticas 'mulher e política', 'gênero e poder' e 'políticas públicas'.

Esta baiana do Departamento de Ciências Políticas e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres da Universidade Federal da Bahia (UFBA), fundou a Diretoria da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos Sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR) e o Núcleo de Estudo Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), um órgão suplementar da universidade. Sem sombras de dúvidas, uma atuação intelectual e política que já deveria ter tido o reconhecimento devido.

Por fim, tenho a registra, senhoras e senhores que exemplos como os da presidenta Dilma, que no Poder Executivo, vem ampliando as conquistas das mulheres brasileiras e garantindo a esta parcela da população mais e melhores políticas públicas, de Maria do Carmo, de Eunice Mafalda Michiles, de Rosali Scalabrin

e de Ana Alice nos levam a diante, e nos fazem refletir sobre nossa sociedade. Fazem-nos constatar que mais do que antes, hoje precisamos reforçar a nossa presença neste Parlamento, onde vergonhosamente ainda somos menos de 10%.

Como parlamentar, escolhida que fui pelos meus eleitores e eleitoras, para aqui está agora, uno-me a senhora, presidenta, no seu projeto de seguir mudando a vida das mulheres brasileiras. Seguindo seu exemplo, estarei com os olhos voltados à melhoria das condições de vida e de sobrevivência das mulheres, crianças, idosos, trabalhadores rurais, deficientes e famílias vulnerabilizadas pela pobreza e pela exclusão social e cultural que, infelizmente ainda graça em nosso tão rico e vasto país.

Parabéns às homenageadas.

Muito obrigada

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB/GO – Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado “O binômio de Dilma”, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de 05 de fevereiro de 2012.

O editorial destaca que a presidente, Dilma Rousseff, prometeu também levar adiante sua política industrial e de comércio exterior. Mas essa política tem consistido basicamente de remendos tributários mal concebidos e de ações comerciais protecionistas. Não se constrói uma indústria poderosa com esses ingredientes.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR CYRO MIRANDA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

O binômio de Dilma

Estado de S. Paulo – 5/2/12

A presidente Dilma Rousseff usou uma fórmula atraente, o binômio disciplina e ousadia, para indicar as qualidades necessárias à gestão econômica em 2012, num cenário internacional de instabilidade e alto risco. Em sua mensagem ao Congresso, no início do ano legislativo, ela resumiu as grandes linhas do governo para condução da economia. Com disciplina, será possível garantir o resultado fiscal programado, reduzir a proporção entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB) e manter a inflação sob controle.

A ousadia, acrescentou, permitirá adotar as medidas necessárias ao crescimento da produção e do emprego e à proteção da estrutura produtiva. A mensagem seria mais tranquilizante se àquelas duas qualidades fossem acrescentadas mais duas – competência gerencial e coragem para montar uma administração sem loteamento e sem aparelhamento.

O loteamento continua, como comprova a nomeação do deputado Aguinaldo Ribeiro, do PP da Paraíba, para substituir seu colega de partido Mário Negromonte no Ministério das Cidades. O bom e simples critério da competência parece ter sido mais uma vez posto de lado, apesar das amplas e complexas tarefas atribuídas a esse Ministério – responsável, por exemplo, por importantes projetos para a Copa de 2014. Em 2011 foram gastos no Programa de Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano R\$ 680,6 milhões dos R\$ 2,4 bilhões previstos no Orçamento. Quase todo o dinheiro, R\$ 659,5 milhões, saiu de restos a pagar. Terá a presidente expectativa de melhor desempenho neste ano?

Em 2011, 157 dos 297 programas orçados tiveram realização acima de 70%, segundo levantamento da organização Contas Abertas. Pode ter sido um resultado melhor que os de outros anos, mas o conjunto continua desanimador. Em outros 145 programas, 45% do total, os gastos ficaram abaixo de dois terços da dotação atualizada. A contenção de despesas explica somente uma pequena parcela desse resultado. Na maior parte dos casos, a causa foi mesmo a incapacidade de converter as promessas em realidade.

Segundo a presidente, a segunda fase do programa Minha Casa, Minha Vida já está em execução, com 457 mil moradias contratadas até dezembro. Mas os desembolsos do ano passado foram na maior parte destinados à liquidação de restos a pagar deixados pelo governo anterior. Boa parte do trabalho da administração federal, em 2011, serviu apenas para concluir ou levar adiante tarefas herdadas.

Como a máquina pouco mudou, os padrões de eficiência pouco se alteraram. As trocas de ministros foram quase todas motivadas por escândalos. Em nenhum caso a presidente promoveu substituições no primeiro escalão com o objetivo claro de elevar o padrão administrativo.

Também na administração indireta o desempenho foi precário. As estatais investiram R\$ 82,4 bilhões, R\$ 1,8 bilhão a menos que em 2010, em valores correntes. Nem a Petrobrás escapou, e seu investimento caiu de R\$ 74,7 bilhões para R\$ 71,3 bilhões no ano passado. Mas o padrão geral pouco variou, porque esse valor ainda correspondeu a 86,5% do total aplicado pelas estatais. A maior parte das empresas controladas pelo governo continua muito lenta na execução de seus

projetos e também isso deve ser explicável, em boa parte, pela ocupação partidária dos postos mais altos.

Quanto ao resultado fiscal, o de 2011 foi possibilitado principalmente pelo aumento da arrecadação. Se houve alguma contenção de gastos, foi muito suave. Para este ano se promete, novamente, mais que um mero contingenciamento de desembolsos. Fala-se num corte de pelo menos R\$ 60 bilhões. Sem um sério esforço na gestão orçamentária, dificilmente o Banco Central poderá continuar podando os juros sem risco de descontrole da inflação. A presidente não deveria esquecer esse detalhe, especialmente por causa das incertezas na área externa.

A presidente prometeu também levar adiante sua política industrial e de comércio exterior. Mas essa política tem consistido basicamente de remendos tributários mal concebidos e de ações comerciais protectionistas. Não se constrói uma indústria poderosa com esses ingredientes.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB/PA Sem apanhamento taquigráfico.) –Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado, “A propagação do motim”, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* do dia 11 de fevereiro de 2012.

O editorial destaca que no caso da greve dos policiais militares da Bahia os próprios PMs teriam querido empurrar com as próprias mãos as estatísticas criminais para mostrar como fica a segurança pública quando cruzam os braços.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

A propagação do motim

11/02/2012

A eventualidade de se alastrar para outros Estados o motim da Polícia Militar (PM) baiana, iniciado em 31 de janeiro, ganhou corpo aparentemente com a decisão das Polícias militar e civil fluminenses, acompanhadas pelos bombeiros, de se declarar em greve a partir de ontem (sexta-feira), por insatisfação com a proposta de reajuste salarial apresentada pelo governo e aprovada na véspera pela Assembleia Legislativa. A decretação da greve que em tese abrangeria 70 mil PMs e bombeiros não se traduziu de imediato em

nada parecido com o que vem se passando na Bahia, mas representa um risco real e presente para a população do Rio de Janeiro, a ser contido com nova mobilização de até 14 mil homens das tropas federais (na Bahia, foram 2.800 homens do Exército e 450 da Força Nacional).

A repressão a greves de servidores cuja atividade lhes dá o direito de portar armas – e que por isso mesmo só podem ser chamadas de motins – é dever elementar do poder público e não pode haver a menor transigência a esse respeito, salvo as devidas cautelas para que não dê margem a derramamento de sangue. A situação explosiva não será desarmada de uma hora para outra, porém. À parte as demandas específicas das diversas corporações estaduais, o pano de fundo é a polêmica Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n.º 300 que prevê a criação de um piso nacional de salários para policiais e bombeiros, da ordem de R\$ 4.500 em valores atuais. A PEC 300, como se chama a iniciativa que data de 2008, foi aprovada em primeiro turno pela Câmara dos Deputados, no ano passado.

A ratificação da decisão é um pesadelo para o governo Federal e a grande maioria das administrações estaduais. A maioria delas não dispõe de meios para arcar com a fatura, a menos que descumpra a Lei de Responsabilidade Fiscal ou que receba aportes de um fundo Federal – algo fora de cogitações para a presidente Dilma Rousseff. De todo modo, os fatos no terreno, como se diz, configuram um problema imediato e não menos espinhoso para ela. Toca-lhe provar, agora como veneno, da mesma poção populista confeccionada pelo antecessor Luiz Inácio Lula da Silva. No ano passado, ele anistiou os PMs e bombeiros expulsos das respectivas corporações a partir de 1997 por terem participado de paralisações por aumento de soldos.

Sem falar que, em 2001, o PT apoiou motim semelhante ao atual na Bahia. À época, naturalmente, o governador do Estado não era um companheiro como Jaques Wagner, mas um integrante do então PFL, César Borges. “Se anistiar, vira um país sem regras”, declarou agora a presidente, referindo-se ao imperativo de levar a julgamento especificamente os PMs baianos que praticaram “atos ilícitos, crimes contra pessoas e crimes contra o patrimônio e a ordem pública”. Dilma se disse “estarecida” com as gravações de telefonemas, autorizadas pela Justiça, levadas ao ar pelo Jornal Nacional em que os cabecilhas dos amotinados combinam atos de terrorismo para deixar a população em pânico.

O mais notório deles, o ex-PM Marco Prisco, instiga outro antigo camarada: “Fecha a BR aí meu irmão, fecha a BR”. Foi a sua resposta ao aviso do interlocutor de que irá “queimar viatura” e “duas carretas” na BR-116, a Rodovia Rio-Bahia. Em outra gravação

feita pela Polícia Federal, Prisco manda um sargento queimar um ônibus escolar em Lauro Freitas, na região metropolitana de Salvador. “Vai fazer a missão, pelo amor de Deus”, exorta. “Vai fazer a missão lá na feijoada.” Feijoada seria código para incêndio. Horas depois da conversa, um ônibus com seis estudantes foi interceptado e esvaziado, antes de ser queimado. Prisco foi um dos anistiados pelo então presidente Lula. Em 2001, ele comandou a invasão ao quartel dos bombeiros na capital baiana.

As instruções interceptadas parecem respaldar as denúncias do governador Jaques Wagner de participação de grevistas no aumento exponencial de homicídios no Estado desde o começo do motim. Até ontem tinham sido registrados 136 casos. Se a acusação for verdadeira, PMs teriam querido empurrar com as próprias mãos as estatísticas criminais para mostrar como fica a segurança pública quando cruzam os braços. Nessa hipótese foram piores que bandidos – sobre o que as gravações não deixam dúvida.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB/SP – Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado, “Projeto do governo pode ir para o lixo”, publicado no jornal *O Globo* no dia 08 de fevereiro de 2012.

O editorial destaca que os consórcios vencedores do leilão dos aeroportos não pretendem utilizar os projetos escolhidos pela Anac à Estruturadora de Projetos (EBP), que serviram de referência para modelagem do edital de licitação dos terminais.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

Projeto do governo pode ir para o lixo

O Globo – 08/02/2012

Os consórcios vencedores do leilão dos aeroportos na segunda-feira não pretendem utilizar os projetos escolhidos pela Agência nacional de Aviação Civil (Anac) à Estruturadora Brasileira de Projetos (EBP), que serviram de referência para a modelagem do edital de licitação dos terminais.

A avaliação dos consórcios é de que os projetos propostos pela EBP têm falhas e, em geral, superes-

timam os valores dos investimentos necessários para as ampliações e melhorias que terão de executar.

— Eles (a EBP) não foram profundos o suficiente para fazer bons projetos – diz um consultor sobre os estudos.

No caso de Viracopos, em Campinas, uma fonte próxima ao consórcio vencedor, liderado pela Triunfo Participações, confirma que será utilizado projeto próprio para as obras de ampliação do aeroporto, cuja capacidade deve ser triplicada nos 30 anos da concessão.

O projeto a ser implantado em Campinas permitirá ainda otimizar custos, reduzindo os investimentos – de R\$ 12 bilhões previstos pela EBP, para em torno de R\$ 8 bilhões.

A diferença cobre o valor de outorga, de R\$ 3,82 bilhões, a ser pago em 30 anos.

Pelas regras da privatização, os vencedores não são obrigados a usar a proposta da EBP, mas terão de pagar por seus projetos.

Para Guarulhos, a conta será de R\$ 7 milhões; para Viracopos, R\$ 7,6 milhões; e para Brasília, R\$ 2,5 milhões.

A busca das receitas não tarifárias, com a melhor exploração das áreas comerciais e prestação de serviços, é fundamental para a equação econômico-financeira dos consórcios, que pagaram ágio médio de 348% no leilão.

Com isso, será possível cobrir os R\$ 810 milhões anuais para quitar os R\$ 16 bilhões pela outorga do terminal, e realizar os investimentos.

No futuro, as receitas de Guarulhos deverão triplicar.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB/PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo de autoria do historiador e professor da Universidade de Federal de São Carlos, Marco Antonio Villa, intitulado: “Um país à deriva”, publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo* em sua edição de 17 de dezembro de 2011.

Segundo o autor, depois do primeiro ano de governo da presidente Dilma, a perspectiva é de imobilismo. Nada indica uma alteração de rumo ou uma melhora na qualidade de gestão. A irresponsabilidade vai se manter. E caminhamos para um 2012 cinzento.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

MÃO

Um país à deriva

MARCO ANTONIO VILLA

Na centenária história da República não houve, no primeiro ano, uma administração com tantas acusações de corrupção que levaram a demissões de ministros, como a da presidente Dilma Rousseff.

Excetuando-se o primeiro trimestre, de lá para cá a rotina foi a gerência de crises e mais crises. Nenhuma delas por questão programática ou ideológica. Não. Todas devido às gravíssimas acusações de mau uso dos recursos públicos e de favorecimentos dos parceiros da base governamental.

Neste ano ficou provado, mais uma vez, que o presidencialismo de transação é um fracasso. A partilha irresponsável da máquina pública paralisou o governo.

A incapacidade de gestão — já tão presente no final da Presidência de Lula — se aprofundou. A piora do quadro internacional não trouxe qualquer tipo de preocupação para o conjunto do governo.

Algumas medidas adotadas ficaram restritas ao Ministério da Fazenda. Como se a grave crise internacional fosse simplesmente uma mera turbulência, e não o prenúncio de longo período de estagnação, especialmente da Europa, e com repercussões ainda difíceis de quantificar na economia Ásia-Pacífico.

O governo brasileiro mantém-se como um observador passivo, e demonstrando até certo prazer mórbido

com os problemas europeus e com a dificuldade da recuperação dos Estados Unidos. Como se não pudesse ser atingido gravemente pelos efeitos de uma crise no centro do sistema capitalista.

Se é correto afirmar que o mundo está iniciando um processo de inversão das antigas relações econômicas centro-periferia, isso não significa que o Brasil possa suportar um lustro sem que ocorra uma reativação das economias americana e europeia.

A crise de 2008 — e a estagnação de 2009, com crescimento negativo de 0,3% — não foi suficiente para que o governo tomasse um rumo correto. Foi guiado exclusivamente pelo viés eleitoral de curto (2010) e médio prazos (2014). A inexistência de um projeto para o país é cada dia mais evidente. Nem simples promessas eleitorais foram cumpridas.

Nenhuma delas. Serviram utilitariamente para dar algum tipo de verniz programático a uma aliança com objetivos continuistas. Foram selecionadas algumas propostas, mas sem qualquer possibilidade de viabilização. Basta citar, entre tantos exemplos, o programa (fracassado) Minha Casa, Minha Vida.

O país está à deriva. Navega por inércia. A queda da projeção da taxa de crescimento é simplesmente uma mostra da incompetência. Mas o pior está por vir.

Não foi desenvolvido nenhum plano para enfrentar com êxito a nova situação internacional. Tempo não faltou. Assim como sinais preocupantes no conjunto da economia e nas contas públicas.

A bazófia e o discurso vazio não são a melhor forma de enfrentar as dificuldades. É fundamental ter iniciativa, originalidade, propostas exequíveis e quadros técnicos com capacidade administrativa, mas o essencial é mudar a lógica perversa deste arranjo de governo.

Dizendo o óbvio — que na nossa política nem sempre é evidente —, o objetivo do governo não é saciar a base de sustentação política com o saque do erário, como vem ocorrendo até hoje. Deve ter um mínimo de responsabilidade republicana, pensar no país, e não somente no projeto continuista.

Contudo, tendo como pano de fundo o primeiro ano de governo, a perspectiva é de imobilismo. Algumas mudanças nos ministérios devem ocorrer, pois o desgaste é inevitável. Nada indica, porém, uma alteração de rumo ou uma melhora na qualidade de gestão. A irresponsabilidade vai se manter. E caminhamos para um 2012 cinzento.

MARCO ANTONIO VILLA é historiador e professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB/PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado “Por onde andava a presidente?”, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de 10 de fevereiro de 2012.

O editorial destaca que faz nove anos que a presidente Dilma Rousseff conhece as coxias do poder, o libreto da ópera e o desempenho da companhia.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

Por onde andava a presidente?

O Estado de S.Paulo – 10/2/12

Primeiro como ministra de Minas e Energia, depois como titular da Casa Civil, enfim como presidente da República, faz nove anos que Dilma Rousseff conhece as coxias do poder, o libreto da ópera e o desempenho da companhia. Ou assim seria de esperar, a menos que se considerasse desde sempre uma farsa eleitoral, montada de comum acordo pelas partes, o título de “mãe do PAC” que lhe outorgou o então presidente Lula. A honraria se destinava não só a ressaltar o seu papel de condutora do alardeado programa de obras do governo, mas principalmente a avisar o público pagante de que tinha diante de si uma administradora de talento excepcional – embora ainda insuficientemente conhecido pela maioria dos brasileiros.

Pano rápido para a aridez dos fatos que expõem a embromação das palavras. A “gerentona” – que, segundo o folclore planaltino, examina de lupa em punho todos os projetos de sua equipe, “espanca” a papelada até que ela confesse as suas fraquezas e sabe de cada iniciativa mais do que os próprios responsáveis por elas – não teve como disfarçar a verdade oculta pela propaganda enganosa. Anteontem, apenas na véspera de uma visita programada a um lugar chamado Missão Velha, na divisa do Ceará com Pernambuco, no trajeto da futura ferrovia Transnordestina, Dilma parece ter se dado conta de que não seria uma boa ideia armar um comício sobre a operosidade do governo justamente em um dos pontos da região onde é mais patente o seu caráter fictício: o abandono do empreendimento arde ao sol do Cariri.

Decerto uma situação atípica, diria o anedótico marciano recém-chegado ao País portando braçadas de inocente boa vontade. Afinal, depois de dois períodos de estiagem financeira, no ano passado o governo liberou R\$ 164,6 milhões, ou mais de 3/5 das verbas destinadas à ferrovia no exercício. Mas tanto faz. A Transnordestina está tão largada como a transposição do Rio São Francisco, que recebeu em 2011 apenas 13% do R\$ 1,3 bilhão previsto. O descalabro, portanto, não se explica exclusivamente pelo ritmo dos repasses. Diante do vexame, Dilma saiu-se com um tró-ló-ló que só leva água para o moinho de todos quantos têm motivos para afirmar que a proclamada rainha da eficiência vaga erratically pelas veredas das decisões, sem ter a menor ideia do rumo a tomar.

“Queremos obras controladas”, exigiu a presidente, como se nunca antes uma ideia dessas tivesse passado pela cabeça de um administrador público. “Não queremos saber que não deu certo (somente) no fim do ano.” E anunciou, como quem promete uma revolução gerencial na área do Estado: “Pretendo sistematicamente, a partir de agora, olhar detalhadamente os prazos, queremos que (os consórcios incumbidos das obras) cumpram os prazos, teremos uma supervisão praticamente mensal”. Nem a delicadeza proíbe perguntar por onde Dilma Rousseff andava desde que assumiu a chefia do governo que já integrava desde 2003.

É também forçoso indagar do que serve a prepotência com que ela trata os subordinados, quando entende que não correspondem às suas severas exigências. Afinal, a peculiar versão dilmista do que se convencionou chamar “administração por atrito” pode humilhar os interlocutores à sua mercê, mas nem por isso assenta um único tijolo no prazo devido e a custo certo. Bem feitas as contas, as limitações da presidente – impossíveis de camuflar, a esta altura – são apenas parte da história. Elas reforçam o efeito de sua decisão política de manter o esquema de arrendamento da máquina pública que, na era Lula, alcançou níveis sem precedentes. Sob o antecessor e a sucessora, o aparelho administrativo é distribuído a interessados em usar as suas engrenagens para fins diversos daqueles para os quais foram criadas.

Os vícios insanáveis dos aparatos burocráticos são velhos como o tempo. No Brasil dos anos recentes, acrescentou-se a eles uma estrutura parasitária que assegura, de partida, que tudo ande aquém e custe além da conta. É o preço que o País é levado a pagar pelo arranjo espúrio que nem sequer se explica pelos imperativos da governança, como alegam os governistas, mas para permitir ao partido no poder o controle do sistema político. O resto é consequência.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Dia Internacional da Mulher é, tradicionalmente, momento para que possamos refletir sobre a condição feminina no Brasil. De tal modo, nunca é demais recordar o porquê de se ter escolhido o 8 de março como a data para essa efeméride.

Há cento e cinquenta e cinco anos, em 1857, trabalhadoras de uma fábrica na cidade de Nova York, nos Estados Unidos, entraram em greve para reivindicar melhores condições de trabalho. Demandava-se, por exemplo, que a jornada de trabalho fosse reduzida para dez horas, ao invés das dezoito habituais; que houvesse a equiparação do salário de mulheres e homens, haja vista que a remuneração masculina era em regra três vezes superior; e, exigia-se tratamento digno no local de trabalho.

Os patrões responderam com brutal violência. As grevistas foram trancadas dentro do prédio da indústria, que foi incendiado. Pelo menos cento e trinta trabalhadoras morreram queimadas. A despeito da gravidade e do trauma causado pelo acontecimento, apenas em 1910, ou seja, cinquenta e três anos depois, em uma Conferência na Dinamarca ficou acordado que o dia seria dedicado à mulher. No entanto, somente em 1975, ou seja, cento e dezoito anos depois, é que a data foi oficializada em âmbito mundial por meio de decisão da Organização das Nações Unidas.

Só por essa demora no processo de criação da data, é possível verificar o quanto ainda é preciso fazer para tornar plena a igualdade de direitos entre os dois gêneros. Não me atrevo, aqui, a tocar nas dificuldades enfrentadas pela mulher em âmbito planetário. Se o fizesse, este pronunciamento se alongaria demasiadamente. Também não quero desfiar um rosário de lamentações. Creio que a mulher merece mais. E isso significa lembrar que o século XX foi, sobretudo, um século de conquistas e vitórias. E, neste momento, parece-me importante relemburar o processo de emancipação feminina no âmbito jurídico-político.

Há cem anos, o Brasil era uma sociedade patriarcal, em que a mulher casada, de acordo com o Código Civil de 1916 era considerada dependente do marido, incapaz, portanto, para participar sem assistência dos atos da vida civil. Há cem anos, a mulher tampouco tinha o direito de participar da vida pública. Se olharmos os debates da Constituinte de 1891, poderemos observar que o voto feminino era considerado como sinal de fim dos tempos e de destruição da família brasileira. Assim, o século passado foi o tempo de conquista da cidadania plena da mulher. Na década de 1930, no bojo de transformação social pela qual passou o Brasil, pode-se observar que há um primeiro ponto de inflexão: a

mulher conquista o direito de voto, que é plenamente assegurado por meio do Código Eleitoral de 1932. A partir desse momento, em que faz parte da vida política, a condição feminina muda de patamar. Do ponto de vista jurídico, há outros momentos que são cruciais no âmbito civil. Destaco o Estatuto da Mulher Casada, de 1962 e a Lei do Divórcio, de 1977. No entanto, creio que o segundo ponto de inflexão na condição feminina no Brasil se dá com a Constituição Cidadã, de 1988. Naquele momento são dirimidas todas as dúvidas. A partir daquele ano fica explícito no artigo 5º do texto constitucional que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações.

Depois da Constituição, há outra lei que me parece significativa: é a lei Maria da Penha, que enfrenta diretamente a violência contra a mulher.

O século XX, pois, foi de conquistas e vitórias no âmbito jurídico. Penso que daqui para frente os desafios são outros. Há questões econômicas, sociais e culturais que precisam ser enfrentadas. Mas o arcabouço jurídico elaborado ao longo do século XX contribuirá para tornar menos árdua essa nova luta.

Feliz Dia Internacional da Mulher!

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2012 (Proveniente da Medida Provisória nº 547, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2012, que *institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 547, de 2011).*

(Lido no Senado Federal no dia 12-03-2012)

Relator revisor: Senador Casildo Maldaner

(Sobrestando a pauta a partir de: 27-11-2011)

Prazo final prorrogado: 21.03.2012

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2012 (Proveniente da Medida Provisória nº 548, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2012, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de quatrocentos e sessenta milhões e quinhentos e trinta mil reais, para o fim que especifica (proveniente da Medida Provisória nº 548, de 2011).*

(Lido no Senado Federal no dia 12-03-2012)

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 15-12-2011)

Prazo final prorrogado: 8-04-2012

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO **Nº 63, DE 2011** (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.*

Parecer, sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO **Nº 40, DE 2011** (REFORMA POLÍTICA)

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 29, de 2007; e 40, de 2011)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 2011, do Senador José Sarney e outros Senadores, que *altera o art. 17 da Constituição Federal, para permitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias.* (Coligações)

Pareceres sob nºs 660 e 1.097, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp,

- 1º Pronunciamento: (sobre a Proposta de Emenda a Constituição nº 40, de 2011) favorável, com voto vencido, em separado, do Senador Inácio Arruda, e vencido dos Senadores José Pimentel, Antonio Carlos Valadares, Humberto Costa, Sérgio Petecão e da Senadora Marta Suplicy;

- 2º Pronunciamento: (sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 40, de 2011; e 29, de 2007, tramitando em conjunto, nos termos do Requerimento nº 919, de 2011), favorável à Proposta de Emenda a Constituição nº 40, de 2011, e pela prejudicialidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2007, com voto vencido, em separado, do Senador Inácio Arruda, e vencido dos Senadores Marcelo Crivella e Antonio Carlos Valadares.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO **Nº 29, DE 2007** (REFORMA POLÍTICA)

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda a Constituição nºs 29, de 2007, e 40, de 2011)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Jarbas Vasconcelos, que *altera o art. 17, § 1º, da Constituição Federal, para admitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias.*

Pareceres sob nºs 714, de 2007; e 1.097, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, dos Relatores: Senador Tasso Jereissati e Senador Valdir Raupp,

1º Pronunciamento: (sobre a Proposta de Emenda a Constituição nº 29, de 2007) favorável, com voto vencido, em separado, do Senador Inácio Arruda, e vencido do Senador Marcelo Crivella;

- 2º Pronunciamento: (sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 40, de 2011; e 29, de 2007, tramitando em conjunto, nos termos do Requerimento nº 919, de 2011), favorável à Proposta de Emenda a Constituição nº 40, de 2011, e pela prejudicialidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2007, com voto vencido, em separado, do Senador Inácio Arruda, e vencido dos Senadores Marcelo Crivella e Antonio Carlos Valadares.

6**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 198, DE 2007-COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2007-Complementar, do Senador Renato Casagrande, que *acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 2001, estabelecendo prazo para a extinção de contribuição social.*

Parecer sob nº 2.016, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta.

7**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 66, DE 2012**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 2012 (apresentado como conclusão do Parecer nº 99, de 2012, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá), que *aprova*

a programação monetária para o 1º trimestre de 2012.

8**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 67, DE 2012**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 2012 (apresentado como conclusão do Parecer nº 100, de 2012, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá), que *aprova a programação monetária para o 4º trimestre de 2011.*

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Não havendo mais oradores inscritos, louvando a Deus pela oportunidade de ter presidido esta sessão, declaro encerrada a sessão.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 20 minutos.)

EMENDAS

APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 559**, ADOTADA EM 02 DE MARÇO DE 2012, E PUBLICADA NO DIA 05 DO MESMO MÊS E ANO QUE, "AUTORIZA A CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS A ADQUIRIR PARTICIPAÇÃO NA CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado ALBERTO MOURÃO (PSDB)	002.
Deputado ÂNGELO AGNOLIN (PDT)	007.
Deputado ANTONIO C.M. THAME (PSDB)	001, 010.
Deputado GUILHERME CAMPOS (PSD)	005, 006, 008, 009.
Senador JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	003.
Deputado ODAIR CUNHA (PT)	004.

SACM

TOTAL DE EMENDAS: 010

MPV - 559

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00001

Data 12/03/2012	proposição Medida Provisória n.º 559, de 02 de março de 2012
---------------------------	---

autor DEP. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - PSDB/SP	n.º do prontuário 332
---	--

<input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
-------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 1º	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

A Ementa e o Art. 1º da Medida Provisória nº 559, de 02 de março de 2012, passam a ter a seguinte redação:

Ementa:

"Autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS a adquirir participação na Celg Distribuição S.A. – CELG D, na CEB Distribuição e dá outras providências".

Art. 1º Fica a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS autorizada a adquirir o controle acionário da Celg Distribuição S.A. – Celg D e da CEB Distribuição S.A.

Parágrafo único.....

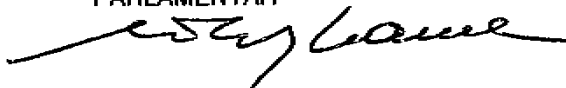
JUSTIFICAÇÃO

É do conhecimento dos agentes do setor, dos consumidores e da ANEEL, as dificuldades que a CEB Distribuição vem enfrentando para disponibilizar o serviço de energia elétrica à população do Distrito Federal.

Tida como umas das concessionárias com os piores índices de eficiência em todo o Brasil, a CEB vem penalizando os moradores da Capital da República com sucessivos apagões que superam em muito os índices DEQ e FEQ estabelecidos pela ANEEL, não demonstrando ao longo dos últimos anos capacidade de reação técnica, operacional ou financeira, prejudicando órgãos públicos, empresas, a malha viária com seus semáforos desligados e a população do Distrito Federal de uma forma geral.

Em 2011, o governo do Distrito Federal obteve um empréstimo de R\$ 800 milhões com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para pagar dívidas da empresa e em fevereiro deste ano, solicitou mais um empréstimo ao BNDES, de R\$ 600 milhões para "saneamento das finanças e para recuperação da capacidade de investimento da CEB", totalizando R\$ 1,4 bilhão, o que mostra o estado de quase insolvência da CEB Distribuição e a necessidade de haver uma ação mais contundente da ELETROBRAS no segmento de distribuição de energia elétrica do Distrito Federal, de forma a preservar seus diversos níveis de consumidores.

PARLAMENTAR



MPV - 559

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00002

DATA 07/03/2012	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 559, de 2012			
AUTOR Deputado ALBERTO MOURÃO - PSDB-SP	Nº PRONTUÁRIO			
TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Dê-se ao art. 1º da Medida Provisória nº 559, de 2012, a seguinte redação:

*Art. 1º.....

§ 1º A ELETROBRAS adquirirá, no mínimo, cinquenta e um por cento das ações ordinárias com direito a voto.

§ 2º A operação de aquisição do controle definida no **caput** deverá ser securitizada por ativos da empresa vendedora por um período mínimo de dois anos após a assinatura do contrato de transferência de ações, de forma a cobrir eventuais passivos da CELG D que não tenham sido detectados previamente à concretização da operação de aquisição do controle da empresa pela ELETROBRAS."

JUSTIFICAÇÃO

Quando a Caixa Econômica Federal adquiriu o Banco PanAmericano, de propriedade do Grupo Silvio Santos, não foi adotada nenhuma medida acauteladora pela empresa adquirente, o que resultou em significativo prejuízo para a Caixa, após a concretização da operação, quando se descobriu a existência de passivos ocultos na empresa adquirida que montavam a cerca quatro bilhões e trezentos milhões de reais.

Para prevenir eventual repetição desse problema na operação objeto desta MP, estamos propondo a presente emenda que exige a securitização da operação, por período mínimo de dois anos, com ativos da empresa vendedora.

ASSINATURA

07/03/12

MPV - 559**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00003**

Data 8/03/2012	Medida Provisória nº 559/2012
--------------------------	--------------------------------------

Autor Senador Jarbas Vasconcelos – PMDB/PE	Nº do Prontuário
---	-------------------------

1. x Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo Global
------------------------	------------------------	------------------------	-------------------	-------------------------------

Página	Artigo 2º	Parágrafo	Inciso	Alínea
---------------	------------------	------------------	---------------	---------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o art. 2º da Medida Provisória nº 559, de 2012, renumerando-se os artigos posteriores.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 2º da Medida Provisória nº 559, de 2012, que altera o art. 15 da Lei de Criação da Eletrobrás, tem o perfil de uma lei delegada, por meio da qual o Poder Executivo pretende obter um cheque em branco para que a Estatal atue no segmento de distribuição de energia elétrica nos mercados nacional e internacional, sem que o Congresso Nacional analise previamente essas iniciativas.

Ademais, a inclusão de um § 4º no mesmo artigo afronta o princípio da transparência, inerente aos processos licitatórios, ao propor que a Eletrobrás adquira, sem licitação, participação acionária em empresas dos segmentos de geração, transmissão e distribuição, de capital público ou privado.

O setor elétrico é marcadamente intensivo em capital, e os montantes envolvidos em investimentos e em aquisições de controle acionário são da ordem de milhões e até de bilhões de dólares. Portanto, não é do interesse da sociedade que se dê um cheque em branco ao Poder Executivo para transacionar no setor elétrico, sem a fiscalização prévia do Congresso Nacional. Afinal, a fiscalização dos atos do Poder Executivo é uma das mais relevantes competências exclusivas do Congresso Nacional, exaradas no art. 49 da Constituição Federal de 1988.

PARLAMENTAR

Senador Jarbas Vasconcelos – PMDB/PE

MPV - 559**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00004**

data 09/03/2012	proposição Medida Provisória nº.559, de 2012
---------------------------	--

autor Deputado ODAIR CUNHA (PT/MG)	nº do prontuário
--	-------------------------

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	--	---

Página 2	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
-----------------	---------------	------------------	---------------	---------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 2º da Medida Provisória nº 559, de 2012, a seguinte redação:

"Art. 2º A Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, passa a vigorar com as seguintes alterações:

'Art. 15.

§ 1º A ELETROBRAS, diretamente ou por meio de suas subsidiárias ou controladas, poderá associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção, transmissão ou distribuição de energia elétrica.

§ 4º Fica autorizada a dispensa de procedimento licitatório para a venda à ELETROBRAS de participação acionária em empresas relacionadas ao seu objeto social". (NR)'

JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória em questão, em seu art. 2º, ao alterar a Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, a Lei de criação da ELETROBRAS, efetivamente, apenas introduz o termo "distribuição" no texto do dispositivo em vigor.

Essa alteração objetiva conceder autorização genérica para que aquela estatal possa participar de consórcios ou adquirir cotas de sociedades que tenham por objeto, ainda que indiretamente, a exploração da produção, transmissão, ou distribuição de energia elétrica.

Somente essa alteração, já possibilitaria a associação da ELETROBRAS à CELG PAR, no grupo de controle da CELG D.

Efetivamente o art. 1º da Medida Provisória nº 559, de 2012, objetiva apenas garantir que a ELETROBRÁS deterá 51% das ações da sociedade e, portanto, será a controladora da CELG D.

Entretanto, a nova redação adotada nessa Medida Provisória reedita equívoco que constava do texto original do art. 15, § 1º, da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, uma vez que limita tal autorização de participação em consórcios empresariais ou em sociedades, no Brasil ou no exterior, que se destinem, direta ou indiretamente à exploração da produção, transmissão ou distribuição de energia elétrica sob regime de concessão ou autorização.

Ora, os regimes de concessão e de autorização para prestação de serviços públicos são próprios do ordenamento jurídico brasileiro. Dificilmente tais regimes são replicados no exterior.

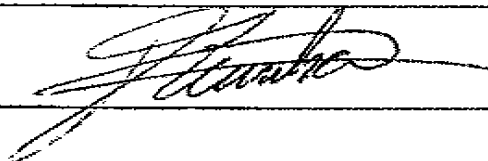
Portanto, especificar os regimes de concessão e autorização no citado dispositivo, na prática, equivale a anular a autorização para participação da ELETROBRÁS, ou suas subsidiárias, em consórcios empresariais ou em sociedades, no Brasil ou no exterior, que se destinem, direta ou indiretamente, à exploração da produção, transmissão ou distribuição de energia elétrica, pois tal autorização seria aplicável apenas àquelas que operassem sob os regimes de concessão ou de autorização.

Para corrigir esse problema, estamos propondo a presente emenda.

Fls 2/2

PARLAMENTAR

Odair Cunha (PT/MG)



MPV - 559**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00005**

Data	Proposição
	Medida Provisória nº 559/12

Autor	Nº do prontuário
Deputado GUILHERME CAMPOS	
<input checked="" type="checkbox"/> Supressiva <input type="checkbox"/> Substitutiva <input type="checkbox"/> Modificativa <input type="checkbox"/> Aditiva <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

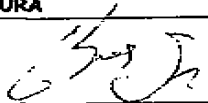
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o § 4º do artigo 15 da Lei nº 3.890 -A/61, que é tratado no artigo 2º dessa Medida Provisória:

JUSTIFICAÇÃO

A Sociedade de Economia Mista integra o rol de Empresas Estatais que possuem o Regime Jurídico de Direito Privado e explora atividade econômica de caráter suplementar. É sabido que o artigo 173 § 1º, III da Constituição Federal descreve que Lei estabelecerá o estatuto da sociedade de economia mista e suas subsidiárias no que tange licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública. Contudo, até hoje não existe lei específica que trate do assunto, de forma a gerar grande discussão em torno da exigência ou não de licitação. Entende-se que deve haver um procedimento licitatório simplificado, mais ágil e mais simples, porém, conclui-se que a dispensa total de licitação não parece ser apropriada.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado GUILHERME CAMPOS	SP	PSD

DATA	ASSINATURA
06/03/12	

MPV - 559

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00006

Data	Proposição
	Medida Provisória nº 559/12

Autor	Nº do prontuário
Deputado GUILHERME CAMPOS	
<input type="checkbox"/> Supressiva <input type="checkbox"/> Substitutiva <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa <input type="checkbox"/> Aditiva <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

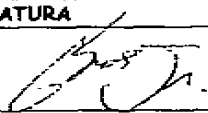
Modifica-se o § 4º do artigo 15 da Lei nº 3.890 -A/61, que é tratado no artigo 2º dessa Medida Provisória:

§ 4º. Fica autorizada a realização de procedimento licitatório simplificado para a venda à ELETROBRAS de participação acionária em empresas relacionadas ao seu objeto social”.

JUSTIFICAÇÃO

Com a finalidade de propiciar uma atuação mais eficiente das Empresas Estatais, no caso, a Sociedade de Economia Mista Eletrobrás S/A, compreende-se a necessidade de se estipular um procedimento licitatório mais ágil e simples, diferente do previsto na Lei nº 8.666/93. A situação reclama atenção pois o tema é alvo de disputas judiciais, como se verifica no RE 441.280/RS - STF onde se discute se a Petrobrás deve submeter-se ou não à Lei de Licitações. O Recurso está pendente de julgamento e divide opiniões dos Ministros. Salienta-se que a eficiência da prestação do serviço será incrementada no caso de simplificação licitatória, de forma que a empresa estatal possa competir com isonomia com as empresas do setor privado. A intensa concorrência das empresas que atuam no mercado é incompatível com o moroso sistema de licitação.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado GUILHERME CAMPOS	SP	PSD

DATA	ASSINATURA
06/03/12	

MPV - 559**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00007**

DATA 08/03/2012	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 559, DE 2012
--------------------	-----------------------------------

AUTOR DEP. ÂNGELO AGNOLIN- PDT/TO	Nº PRONTUÁRIO
---	---------------

TIPO				
1 () SUPRESSIVA	2 () SUBSTITUTIVA	3 (X) MODIFICATIVA	4 () ADITIVA	5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------	--------	-----------	--------	--------

Dê-se ao § 4º, do art. 15 da Lei nº 3.890-A, constante do art. 2º da Medida Provisória nº 559, de 2012, a seguinte redação:

“Art. 2º

Art. 15

§ 4º Fica autorizada a dispensa de procedimento licitatório para a venda à ELETROBRÁS de participação acionária da Celg Distribuição S.A. - CELG D.”

JUSTIFICAÇÃO

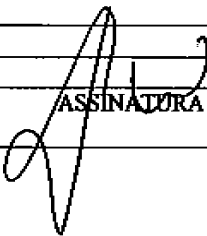
O § 4º acrescentado pela MP ao art. 15 da Lei nº 3.890-A deve ser restrito ao caso de que trata a MP nº 559/2012.

Entendemos que esse dispositivo, se generalizado, pode induzir à prática de tarifas insuficientes para o equilíbrio econômico-financeiro dessas empresas, por interesse dos Estados nos quais exploram a geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica sob regime de concessão ou autorização, dada a garantia de venda de participação acionária à ELETROBRÁS, sem processo licitatório, como forma de cobrir os seus débitos com entidades federais e estaduais, basicamente débitos intrasetoriais.

Podemos exemplificar essa questão, apresentando a diferença entre as tarifas residenciais vigentes cobradas pela CELG-D e pela CELTINS, sendo a tarifa da primeira (R\$/kWh) 0,29353 e a tarifa da segunda (R\$/kWh) 0,44766.

Podemos concluir que o desequilíbrio econômico da CELG-D deveu-se, principalmente, pela defasagem da tarifa em relação aos reais custos da empresa.

Assim, acreditamos que a presente emenda possa evitar a continuidade das distorções que se observam atualmente.


ASSINATURA

MPV - 559

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00008

Data	Proposição Medida Provisória nº 559/12
------	--

Autor Deputado GUILHERME CAMPOS	Nº do prontuário
<input type="checkbox"/> Supressiva <input type="checkbox"/> Substitutiva <input type="checkbox"/> Modificativa <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

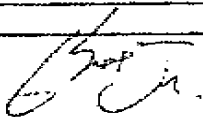
Acrescente-se onde couber:

Art. " A Eletrobrás deverá publicar em seu sítio oficial, informações relativas ao processo de transação do controle acionário".

JUSTIFICAÇÃO

A obtenção de informações detalhadas sobre o procedimento de aquisição do controle acionário é meio necessário para garantir a transparência das transações realizadas, uma vez que há investimentos de recursos públicos.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado GUILHERME CAMPOS	SP	PSD

DATA	ASSINATURA
06/03/12	

MPV - 559

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00009

Data	Proposição
	Medida Provisória nº 559/12

Autor	Nº do prontuário
Deputado GUILHERME CAMPOS	
<input type="checkbox"/> Supressiva <input type="checkbox"/> Substitutiva <input type="checkbox"/> Modificativa <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

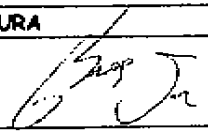
Acrescente-se onde couber:

Art. "A Eletrobrás deverá disponibilizar, em seu sítio oficial, prestação de contas das medidas saneadoras aplicadas para recuperação financeira, para quitação de débitos e da realização de investimentos".

JUSTIFICAÇÃO

Na atual realidade da CELG D percebe-se uma situação de sucateamento por falta de investimentos, em decorrência de dificuldades financeiras, refletindo-se na precária prestação dos serviços junto à população. Salienta-se a existência de numerosas dívidas junto a diversas entidades federais e estaduais, assim como a possibilidade de risco de atendimento para esse ano.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado GUILHERME CAMPOS	SP	PSD

DATA	ASSINATURA
07/03/12	

MPV - 559**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00010**

Data 12/03/2012	Proposição MEDIDA PROVISÓRIA Nº 559, DE 2 DE MARÇO DE 2012
---------------------------	---

Autor DEP. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB/SP)	n.º do promissário 332
---	---

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input checked="" type="radio"/> substitutiva	3. <input checked="" type="radio"/> modificativa	4. X <input checked="" type="radio"/> aditiva	5. <input checked="" type="radio"/> Substitutivo global
--	--	--	---	---

Página	Artigo	Parágrafos	Inciso	alínea
---------------	---------------	-------------------	---------------	---------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescentem-se, onde couber, os artigos à MEDIDA PROVISÓRIA Nº 559, DE 2 DE MARÇO DE 2012:

Art. O art. 8º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar acrescido de incisos com a seguinte redação:

“Art. 8º
.....

XII – as receitas decorrentes da prestação dos serviços de advocacia;

XIII – as receitas decorrentes da prestação dos serviços de propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.”

Art. O art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescido de incisos com a seguinte redação:

“Art. 10
.....

XXVIII - as receitas decorrentes da prestação dos serviços de advocacia;

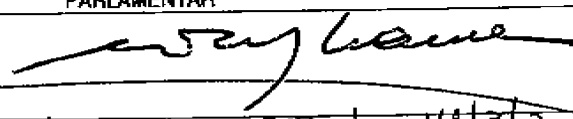
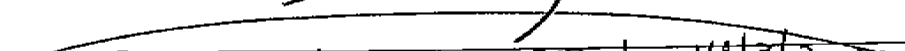
XXIX - as receitas decorrentes da prestação dos serviços de Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.”

JUSTIFICAÇÃO

As Lei nºs 10.637, de 2002, e 10.833, de 2003, que instituíram a não cumulatividade na cobrança da Contribuição para o PIS/Pasep, e para a COFINS, respectivamente,

contribuíram para o aperfeiçoamento do sistema tributário brasileiro. Mantido o faturamento mensal como fato gerador e como base de incidência, o regime não cumulativo passou a permitir a apropriação dos créditos relativos às etapas anteriores do processo de produção, transformando aquelas contribuições em um tributo sobre o valor adicionado. Como regra geral, a alíquota da contribuição para o PIS/PASEP foi elevada de 0,65% para 1,65%, e a da COFINS de 3% para 7,6%. A não cumulatividade beneficiou sobretudo o setor industrial e o varejo, até então muito onerados pela incidência em cascata sobre os seus insumos ou sobre os produtos a serem comercializados. Contudo, algumas atividades sofreram forte aumento de carga tributária, sobretudo da COFINS, razão pela qual, conforme Lei a nº 10.833, de 2003, foram mantidos no regime cumulativo os serviços de telecomunicações; das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, de transporte coletivo rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros; de educação infantil, ensinos fundamental e médio e educação superior; prestados por hospitais, pronto socorro, casas de saúde e de recuperação sob orientação médica e bancos de sangue. Em alterações posteriores, o regime cumulativo foi mantido também para os serviços prestados por clínicas médicas, odontológicas, de fisioterapia e de fonoaudiologia, laboratórios de anatomia patológica, citológica ou de análises clínicas, de diálise, raios X, radiodiagnóstico e radioterapia, quimioterapia; vendas de jornais e periódicos; transporte coletivo de passageiros, efetuado por empresas regulares de linhas aéreas domésticas, transporte de pessoas por empresas de táxi aéreo; edição de periódicos e de informações neles contidas, relativas aos assinantes dos serviços públicos de telefonia; serviços com aeronaves de uso agrícola inscritas no Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB); prestados por empresas de call center, telemarketing, telecobrança e de teatendimento em geral; receitas auferidas por parques temáticos, hotelaria e organização de feiras e eventos; execução por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, até 31 de dezembro de 2015 ;serviços postais e telegráficos prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; serviços públicos de concessionárias operadoras de rodovias; agências de viagem e de viagens e turismo; serviços de informática; revenda de imóveis, desmembramento ou loteamento de terrenos, incorporação imobiliária e construção de prédio destinado à venda, quando decorrentes de contratos de longo prazo firmados antes de 31 de outubro de 2003. Por meio da presente Emenda, estamos propondo que voltem a se sujeitar ao regime cumulativo de incidência das contribuições para o PIS/Pasep e a Cofins as receitas relativas à prestação dos serviços de advocacia, e de propaganda e publicidade. Entendendo estar resgatando a justiça tributária para os prestadores desses serviços especializados, contamos com o apoio dos nossos pares.

PARLAMENTAR

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney
13/03/2012
terça-feira

- 9h40 **Recebe as agraciadas do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz 2012**
Ana Alice Alcântara Costa, Eunice Michiles Maltz, Maria Prestes e Rosali Scalabrin
Sala de Audiências
- 10h **Sessão solene, com a presença da presidente Dilma Rousseff, destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher e a entregar, às agraciadas, o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz 2012**
Plenário
- 12h15 **Ordem do Dia**
Plenário

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia treze do mês de março do ano de dois mil e doze, terça-feira, às quatorze horas, na sala sete, Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **MEDIDA PROVISÓRIA nº 559**, adotada em 02 de dezembro de 2012 e publicada no dia 05 do mesmo mês e ano que, "Autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS a adquirir participação na Celg Distribuição S.A. - CELG D e dá outras providências", com a presença do Senador Francisco Dornelles, a reunião não foi realizada por falta de quorum.

Para constar, foi lavrado o presente Termo que vai assinado por mim, Sergio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 13 de março de 2012.


SERGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

PTB - Eptácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

S/PARTIDO - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Ivonete Dantas* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
PR - Lauro Antonio** (S)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Aníbal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

PSD - Kátia Abreu*
PR - João Ribeiro**
PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,12)

RELATORA: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(14,16)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,6)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,7,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,14)	1.
PTB	
VAGO ^(3,11)	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2011 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).

3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).

4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).

5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
12. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
15. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
16. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 3/12-SSCEPI, comunicando que a Senadora Lídice da Mata foi designada Relatora.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 061 33033514

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

Prazo prorrogado: 31/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,13)	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁴⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ^(3,15)
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. VAGO ^(3,17)
Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(3,16)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(7,8)
VAGO ^(10,12)	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) ⁽⁴⁾	1. Gim Argello (DF) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 14.12.2011, foi lido o Requerimento nº 1.550, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias, a partir de 23.12.2011.

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).

2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).

3. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).
6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
17. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado
pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado
pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Gilson Dipp ⁽¹⁾

RELATOR: Luiz Carlos Gonçalves

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Designação: 21/09/2011

Instalação: 18/10/2011

MEMBROS

Gilson Dipp

VAGO ⁽²⁾

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muños Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luiza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

René Ariel Dotti

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Marco Antonio Marques da Silva

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

**. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

****. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 032/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 18.10.2011, bem como a designação, como Relator, do Dr. Luiz Carlos Gonçalves, Procurador Regional do Estado de São Paulo.

*****. Acrescida de uma vaga, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

2. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CJECF, comunicando o afastamento dos trabalhos da Ministra Maria Tereza Moura, em virtude de problemas de saúde em sua família.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾

Senador Paulo Paim (PT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)

Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾

Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).

**4) COMISSÃO EXTERNA PARA REPRESENTAR
O SENADO NA CONFERÊNCIA DA ONU - RIO+20**

Finalidade: Representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20

- Requerimento nº 39, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Requerimento nº 40, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	1. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Senador Luiz Henrique (PMDB)	1.
Senador Eduardo Braga (PMDB)	2.
Senador Sérgio Souza (PMDB)	3.
	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾
	2.
PTB	
	1.
PR	
	1.

Notas:

*. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 25/2012 - GLPMDB, designando os Senadores Luiz Henrique, Eduardo Braga e Sérgio Souza como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão.

**. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 34/2012 - GLDBAG, designando os Senadores Rodrigo Rollemberg, Jorge Viana, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz como membros titulares e os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão.

1. Em 12.03.2012, os Senadores Cássio Cunha Lima e Paulo Bauer são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão. (Ofício nº 21/2012-GLPSDB)

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(18,23)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. VAGO ^(4,8,17)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,21)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Clovis Fecury (DEM) ^(5,16)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PR (20)	
Clésio Andrade (S/PARTIDO)	1. Blairo Maggi
João Ribeiro (7)	2. Alfredo Nascimento (22)
PSD PSOL (25)	
Kátia Abreu (PSD) (24,26)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- * Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- ** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- *** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- **** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
- 3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
- 4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
- 7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- 8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
- 9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).
- 10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- 11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).
- 12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- 13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
- 14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- 15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).
- 16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of. nº 060/2011-GLDEM).
- 17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
- 18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
24. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,7)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (S/PARTIDO)	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
 4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
 7. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁹⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(7,18)
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Lauro Antonio (PR) ^(15,16,17)	6. Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹¹⁾
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(10,12,14)
Cyro Miranda (PSDB) ^(8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino ^(1,6)	2. Gim Argello
PR ⁽¹³⁾	
Vicentinho Alves	1. Clésio Andrade (S/PARTIDO)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

19. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,3)

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 14/2011-PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
 2. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
 3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollemberg e Lídice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: ^(2,5,6)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
VAGO ^(5,6)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
 2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
 3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rêgo e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício 15/2011 - PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 23.03.2011, foi lido o Of. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Marta Suplicy (PT-SP) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Lauro Antonio (PR)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 07.3.2012, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relatora a Senadora Marta Suplicy (Of. nº 23/2012 - CAS).

*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁹⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽⁹⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) ^(9,12)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(25,26)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) ⁽¹⁰⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) ^(35,36)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(3,4,17,21,28)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,16)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,17)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(14,17)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,17)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁷⁾	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁹⁾	8. Lauro Antonio (PR) ^(31,32,33)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹¹⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁹⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁸⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PR ⁽³⁰⁾	
Magno Malta	1. Clésio Andrade (S/PARTIDO) ^(20,22)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. VAGO ⁽³⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

**** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

***** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

12. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

19. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).

23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
30. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
31. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
32. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
33. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
34. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
35. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
36. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	
PTB	
Armando Monteiro	
PSOL	
Randolfe Rodrigues	

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(14,26)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) ⁽³³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Roberto Requião (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(2,22)
Lauro Antonio (PR) ^(29,30,31)	2. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ^(7,13,28)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Ivonete Dantas (PMDB) ^(32,34)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) ⁽²⁰⁾	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PSD) ⁽²³⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁴⁾	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁶⁾
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(16,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁶⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) ⁽²¹⁾
José Agripino (DEM) ⁽⁸⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PR ⁽²⁴⁾	
Magno Malta ^(12,27)	1. Clésio Andrade (S/PARTIDO)
João Ribeiro ⁽²⁷⁾	2. Vicentinho Alves

PSD PSOL ⁽³⁷⁾

Kátia Abreu (PSD) (35,38)

1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- ** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozerildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).
 5. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).
 6. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
 18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
 20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
 22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
26. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
27. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
37. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
38. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,19)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB) ^(21,22)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) ^(22,23)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. Ivonete Dantas (PMDB) ^(32,34)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,24,25)	6. Lauro Antonio (PR) ^(9,30,31,33)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) ^(20,28,29)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽²⁸⁾
PTB	
Gim Argello ^(1,27)	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PR ⁽²⁶⁾	
Vicentinho Alves	1. Blairo Maggi
PSD PSOL ⁽³⁵⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁵⁾	1. Kátia Abreu (PSD) ^(5,6,10,36)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (OF. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).
20. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 059/2011-GLDEM).
21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).
23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
25. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
26. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
27. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
33. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
35. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
36. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ^(1,3,6,9,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ^(1,6)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(4,12)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
VAGO ⁽¹¹⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽¹⁰⁾	2. Waldemir Moka (PMDB) ^(7,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,13)	1. Kátia Abreu (PSD)
PTB	
VAGO ⁽⁸⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
 7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 8. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 9. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 10. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
 11. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 12. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 13. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 14. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 50/2012/CMA comunicando a eleição do Senador Sérgio Souza para Presidente da Subcomissão.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(1,5)
Aníbal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
VAGO ⁽⁴⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
 2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	1. VAGO ⁽⁸⁾
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Sérgio Souza (PMDB) ^(2,3,5,6,9)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
VAGO ⁽⁷⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
 2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
 6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 8. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 9. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,12)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 05/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(3,8)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ^(5,7,10,13)	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,14)
PTB	
VAGO ⁽¹¹⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 7. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
 8. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
 9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
 10. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 11. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 12. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 13. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 14. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 15. Em 27.2.2012, o Senador Luiz Henrique é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- *. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(14,24)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT) ^(15,25,27)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) ^(11,38,40)	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(8,10,26,33)
Lauro Antonio (PR) ^(2,13,28,29,30)	2. VAGO ⁽³⁹⁾
Ivonete Dantas (PMDB) ^(31,34)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(18,32)	4. VAGO ⁽²¹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁰⁾	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(7,9,17,36)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,23)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM) ^(19,37)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽¹⁾	1.
Gim Argello ⁽¹²⁾	2.
PR ⁽²²⁾	
Magno Malta	1. Vicentinho Alves
PSOL	
VAGO ⁽³⁵⁾	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).
5. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).
8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).
10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).
12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)
24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).
25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).
26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).
28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
29. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
30. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
37. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
38. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
39. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
40. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁾	1.

Notas:

- Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
 - O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 - Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
 - Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,8)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ⁽⁷⁾	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽⁹⁾	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Garibaldi Alves (PMDB) ⁽⁶⁾
Paulo Davim (PV)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
 4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 6. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
 7. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
 8. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
 9. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(18,19)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁷⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Lauro Antonio (PR) ^(13,14,15)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PR ⁽¹²⁾	
Blairo Maggi	1. Clésio Andrade (S/PARTIDO)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

14. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

17. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

19. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB) ⁽⁶⁾
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)

6. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**.. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

4. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹¹⁾
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,9)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,6,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(1,8)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
 2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
 3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
 4. Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
 5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
 9. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
 10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(21,22)
Acir Gurgacz (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁹⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,4,11)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁰⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. VAGO ⁽¹²⁾
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Lauro Antonio (PR) ^(16,17,18)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP) ^(6,7,13,15)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PR ⁽¹⁴⁾	
Blairo Maggi	1. Vicentinho Alves
PSOL	
⁽²⁰⁾	1. ⁽²⁰⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Cyro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).
2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).
12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
17. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)
20. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 20/2012-GSRR).
21. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
22. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).

2. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 11/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Vicentinho Alves para Presidente da Subcomissão.

3. Em 05.03.2012, foi lido o Of. nº 22/12-CI, comunicando que o Senador Eduardo Braga foi designado Relator.

4. Em 05.03.2012, foi lido o Ofício nº 22/2012-CI comunicando a eleição do Senador Vital do Rêgo para Vice-Presidente da Subcomissão.

*. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lauro Antonio (PR-SE) ^(1,22,23,28)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽³⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽²⁾
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁴⁾
Lauro Antonio (PR) ^(22,23,24,25)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁷⁾	4. VAGO ⁽³⁰⁾
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(9,10,18,19)
Benedito de Lira (PP)	6. Ivonete Dantas (PMDB) ^(26,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,13,21)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PR ⁽²⁰⁾	
Vicentinho Alves	1. Magno Malta
PSD PSOL ⁽²⁹⁾	
	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁶⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 001/2011 - PRES/CDR).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
16. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
24. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
25. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
26. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício nº 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.
29. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
30. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: terças-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lauro Antonio (PR-SE) ^(6,7)

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Lauro Antonio (PR) ^(4,5)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
6. O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.02.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio para Vice-Presidente da Subcomissão.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) ^(4,6,7,8)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 041/2011-CDR/PRES).
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,5,6)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,7)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,11)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente (Ofício nº 099/2011-PRES/CDR).

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

5. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

6. Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.

7. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).

8. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

9. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

10. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

11. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(8,11,23,24)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) ^(12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ivonete Dantas (PMDB) ^(29,30)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Lauro Antonio (PR) ^(26,27,28)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,20,21)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(3,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ^(7,19)
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁶⁾
PR ⁽²²⁾	
Clésio Andrade (S/PARTIDO) ⁽²⁵⁾	1. Blairo Maggi ⁽²⁵⁾
PSD PSOL ⁽³³⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³²⁾	1. Kátia Abreu (PSD) ⁽³¹⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDDB nº 294/2011).
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
25. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 08:30hs -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(12,14)
João Capiberibe (PSB) ^(10,11,19)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(1,23,24)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5,13)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(7,8,15,16)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR ⁽¹⁷⁾	
Alfredo Nascimento ^(4,18)	1. João Ribeiro ⁽¹⁸⁾
PSD PSOL ⁽²²⁾	
⁽⁶⁾	1. Sérgio Petecão (PSD) ^(20,21)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).
13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).
14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
20. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
21. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
22. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
23. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
24. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA) ⁽³⁾	2. VAGO ⁽⁴⁾
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Aníbal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago(PMDB-PB) ter deixado o mandato.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
Ivonete Dantas (RN) ⁽¹⁰⁾
PT
Ana Rita (ES) ⁽⁸⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽³⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾
PR
Clésio Andrade (S/PARTIDO-MG) ⁽⁹⁾
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽²⁾
PSOL
VAGO ^(4,11)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹²⁾
PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁷⁾
PPS
PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 02/03/2012

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme OF.GLPMDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
12. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258
E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁶⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹⁰⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽⁹⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (S/PARTIDO-MG) ⁽¹¹⁾
PP
Ivo Cassol (RO) ⁽¹⁶⁾
PDT
Acir Gurgacz (RO) ⁽¹⁸⁾
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾
PSOL
VAGO ^(14,15)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ^(1,19)
PSC
Eduardo Amorim (SE) ^(3,17)
PPS

PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Atualização: 02/03/2012

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of. nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
17. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
18. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. nº 023/2012-GSAGUR, de 29/02/2012, lido na Sessão do Senado Federal de 01/03/2012.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS) ⁽⁷⁾
PT
Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾
PSDB
Cícero Lucena (PB) ⁽¹¹⁾
PTB
João Vicente Claudino (PI) ⁽¹⁰⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾
PP
Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽²⁾
PSOL
VAGO ^(16,18)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ^(1,19)
PSC
Eduardo Amorim (SE) ^(5,17)
PPS

PMN

Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 28/12/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
16. Designada para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of. SF/GSMB nº 0417/2011, de 10/08/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/08/2011.
17. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
18. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) ⁽⁷⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (S/PARTIDO-MG) ⁽¹²⁾
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽¹⁵⁾
PSB
Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽⁴⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ^(1,17)
PSC
Eduardo Amorim (SE) ^(2,16)
PPS

PMN

Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁶⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 06/12/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.º 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.
16. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocência Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 16.11.2011)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn>

E-mail: scn@senado.gov.br

Informações: (61) 3303-4050

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião⁶
Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
Emiliano José	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
⁹	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Vago ⁷	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 1º.3.2012)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA)
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) ^{2 e 4}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1. Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:

1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.

2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão: 14-12-2011
- Instalação da Comissão: 8-2-2012
- Prazo final da Comissão: 19-8-2012

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP)	2. Wellington Dias (PT/PI)
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁶
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Ivonete Dantas (PMDB/RN) ²	1.
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{3 e 4}	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. João Vicente Claudino (PTB/PI)
PSOL ¹	
⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

Edição de hoje: 248 páginas
(OS: 10726/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

